SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
ANO L – SUPLEMENTO "C" AO Nº 4, QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995 BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

ANEXOS ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE INSTALAÇÃO (1ª REUNIÃO), E DE OITIVAS E DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR OS FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES
(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

REPOIMENTOS E REUNIÕES

25/11/93 - Depoimento do Sr. Luziel Reginaldo Souza;
26/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos;
26/11/93 - Depoimento do Sr. Antônio José Santos Servaz;
30/11/93 - Depoimento do Sr. Gediel Sepúlveda Pereira;
30/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado João de Deus;
01/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Daniel Silva;
02/12/93 - Depoimento do Sr. C. R. Almeida.

Depoimento do Sr. Luziel Reginaldo Souza

SENADO FEDERAL CPI DO ORÇAMENTO I
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA 25/11/93

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Está aberta a reunião.

Dr. Luziel Reginaldo de Souza, o senhor é funcionário do DNER, não é?

O SR. LUZIEL REGINALDO DE SOUZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - O senhor é funcionário do DNER e foi convidado a vir a esta subcomissão, por requerimento do Deputado Robson Tuma, para prestar algumas declarações a respeito dos fatos que estão sendo objeto de investigação. Designei Relator para este ato o nobre Deputado Roberto Franca.

A imprensa quer fazer algumas imagens. A reunião não será aberta, mas se V. Sª não tiver nenhuma objeção, eu permitirei que, antes de começar o seu depoimento, a imprensa faça uma tomada.

O SR. LUZIEL REGINALDO DE SOUZA - Para mim não há problema algum.

Os senhores me desculpem o nervosismo inicial: eu nunca estive em algo semelhante. Aliás, frente a microfones apenas uma vez, no próprio DNER.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Por favor, fale mais alto. Não há som ambiente, mas está sendo gravada a reunião.

O SR. LUZIEL REGINALDO DE SOUZA - E não me saí bem. Então, antes de mais nada, gostaria de saber, inclusive, de que forma me dirigirei aos senhores? Desculpem-me a pergunta. Mas é só para não criar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Acho que o depoimento deve ser o mais informal possível.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Informal em termos...

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Se devo chamá-los de Srs. Deputados e Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Este depoimento está sendo gravado e o estamos tomando por delegação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Somos uma subcomissão, a Subcomissão de Emendas Orçamentárias. Estamos tomando o seu depoimento por delegação do Presidente, com a aprovação da Subcomissão. Evidentemente, temos que levar um relatório para o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nesses termos, ainda que não se observe a formalidade que é observada no Plenário da CPI, evidentemente temos que guardar alguma formalidade. Acho que, por isso, o tratamento observado deve ser o tratamento formal, de praxe. Há aqui Senadores e Deputados, não é?

V. Sª jura dizer a verdade, sob as penalidades por lei, sobre tudo o que souber e o que for perguntado?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - V. Exª tem a palavra, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Dr. Luziel, qual é o seu papel no DNER?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Hoje sou assessor do Diretor-Geral.

O SR. ROBSON TUMA - Existe no DNER um critério para se fazer favores com custos das emendas?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - O DNER não elabora custo de emendas, isso é atribuição do Legislativo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nem mesmo as emendas que vem do DNER?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não vem nenhuma emenda do DNER? O que sai do DNER é uma proposta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A dotação orçamentária do DNER.

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - O que existe é a proposta orçamentária do Executivo, do DNER no caso.

O SR. ROBSON TUMA - E quais são os critérios para isso?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Os critérios que o DNER hoje tem no estabelecimento de suas prioridades são aqueles que todos conhecemos. Estamos com a malha deteriorada há muitos anos, esse processo de degradação vem aumentando, vem se acelerando face à escassez dos investimentos a tempo e a hora devidos. A princípio, um orçamento que pode parecer muito pouco para o DNER no início do ano, ao longo de sua execução, pode se relevar extremamente fraco. Então, as prioridades estão localizadas basicamente na área de restauração, conservação de rodovias, segurança, construção - aí enfocando as obras já em andamento, tentando evitar ao máximo a abertura de novas frentes de serviço, uma vez que isso demanda o espalhamento dos recursos e isso não é bom para o órgão. É isso que basicamente norteia as ações do DNER.

E, dentro do programa de restauração, o DNER prioriza fortemente aquelas obras com financiamento externo. Neste ano, por exemplo, o nosso programa visa a restauração com financiamento externo, porque a área econômica do Governo que fornece esses limites para cada órgão elaborar sua proposta, deu-nos apenas recursos de contra-partida.

O SR. ROBSON TUMA - Como são feitas essas prioridades? De onde surgem essas prioridades?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - A prioridade está estabelecida, Sr. Deputado, pelo que nós vemos, não é? O que o DNER estabelece são programas de prioridades. O DNER não destina, por exemplo, em sua proposta, verba específica para uma determinada obra. Por exemplo, se temos uma rodovia considerada importante - vamos citar a BR-116, na Bahia - O DNER coloca em seu programa de restauração a BR-116, de divisa a divisa, divida de Minas Gerais até a divisa com o Ceará.

Então, a proposta do Executivo sai de divisa à divisa. Os recursos poderiam, se aprovados dessa forma, ser aplicados em qualquer ponto da rodovia.

O SR. ROBSON TUMA - Quantas empresas existem habilitadas para fazer obras do DNER?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Desconheço o número, mas são muitas.

O SR. ROBSON TUMA - Existe um cadastro do DNER com essas empresas?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Existe, clâro que existe.

O DNER executa obras diferentemente de outros órgãos da Administração Pública. Ele não repassa, ele não libera recursos. Temos visto muito nos jornais dizendo que o DNER ou que um Parlamentar liberou recursos. Isso no DNER não se verifica dessa forma, porque o DNER não libera recursos para nenhuma entidade - nem particular nem conveniada. O que o DNER faz é simplesmente pagar por serviços prestados; somente paga por aquilo que foi realizado, atestado no campo, conferido na sede, já previamente empenhado e que entra em uma listagem seqüencial de pagamentos, por ordem de entrada, quando, então, é efetuado o pagamento. Portanto, não existe uma liberação de recursos. O DNER não libera recursos para uma posterior prestação de contas nem para convênios. Todos os convênios do DNER, com exceção daqueles realizados com o Exército, uma vez que este não tem como colocar recursos na frente para depois submeter-se aos atrasos de pagamento que sabemos que o DNER tem, bem como outros órgãos. Ele não pode fazer isso. Então, o Exército é o único órgão, o único organismo que o DNER coloca o dinheiro na frente. Há um plano de trabalho aprovado, e o Exército presta contas rigorosamente daquilo que repassamos; é o único. Os demais contratos, lavrados diretamente pelo DNER e convênios, somente pagamos por meio de medições onde os serviços estão efetivamente executados e comprovados.

O SR. ROBSON TUMA - Essas medições são feitas pelo próprio DNER ou ele contrata alguma empresa de vistoria?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não; o DNER, hoje - inclusive vendo o depoimento do Deputado Sérgio Guerra, em que S. Exª falou que realmente o DNER é um órgão decadente -, não vou dizer que ele está em decadência; ele não é um órgão decadente. O DNER já esteve em uma situação bem mais privilegiada do que está hoje. Já houve épocas em que o DNER - não foi a minha, infelizmente - executava obras diretamente. O que o DNER hoje faz é que, a cada obra de porte - e, quando falo obra de porte, refiro-me a obras de restauração, construção, conservação -, não tem supervisoras. Existe um contrato de supervisão. Contrata-se uma supervisora para fazer o acompanhamento da obra em função da falta de estrutura hoje, atual, existente no DNER. Não porque não tenhamos técnicos com nível para tanto; temos. Nossas residências têm técnicos de comprovada experiência, mas é um só. Às vezes, encontram-se residências do DNER com um engenheiro só. Assim, é impossível acompanhar o volume de obras. Portanto, uma obra, ao ser contratada, é também contratada a supervisora que vai acompanhar a obra. As medições são feitas pela supervisão juntamente com o engenheiro residente, que acompanhou os serviços. Essa medição, como é feita hoje, é encaminhada à sede do nosso Distrito Rodoviário, colocada no computador, onde existe um programa com os dados quantitativos daquele contrato já inseridos; minto: estão inseridos os preços unitários. Lá se colocam os quantitativos executados. Se, porventura, essa medição extrapolar aquilo que está previsto no seu cronograma físico-financeiro, ele não consegue remeter essa medição para a sede, para o sistema.

O SR. ROBSON TUMA - Eu vou tentar fazer perguntas mais diretas para ver se conseguimos um "jogo de bola".

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Pois não.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª disse que são inúmeras as empresas habilitadas para fazer obras para o DNER. V. Sª tem mais ou menos o quantitativo disso?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não tenho, Sr. Deputado. Não tenho porque é muito... Falar, precisar, com certeza, mais de 100. Se chega a mais de 200, não sei. Há as empresas de conservação, que , por exemplo, são empresas de pequeno porte, mas que são em número muito grande. Há empresas que só trabalham em determinado Estado porque não têm capacidade de sair e atuar em outro.

O SR. ROBSON TUMA - À exceção das de conservação, as empresas de execução são muitas também?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Na área de restauração e construção, deve haver algo em torno de cinqüenta a sessenta, talvez oitenta empresas. Há muitas ex-empresas. Existem muitas empresas novas entrando no DNER. De vez em quando nos

deparamos com novas empresas, porque as licitações do DNER são completamente abertas. O processo licitatório é de concorrência pública; qualquer um pode participar. De vez em quando nos surpreendemos com empresas novas, completamente desconhecidas, ingressando, com capacidade de execução, tudo isso analisado e ingressando no órgão.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª depois conseguiria me arrumar o cadastro de todas essas empresas junto ao DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Isso solicitaremos à nossa Divisão de Cadastro e Licitações.

O SR. ROBSON TUMA - Como assessor da diretoria, quais são exatamente as suas atribuições?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Na assessoria, posso atuar, a pedido de diretor, em qualquer setor e fazer qualquer tipo de serviço por ele solicitado. Eu sou mais solicitado, face aos meus conhecimentos, na área de orçamento; conhecimento que venho adquirindo há tempos, nem tanto na parte técnica, mas porque, no DNER, lidei muito com a parte de acompanhamento de processos. Eu trabalhei muito tempo em uma assessoria da diretoria-geral que fazia um relatório de acompanhamento físico-financeiro dos contratos.

O SR. ROBSON TUMA - Em que ano isso?

LUZIEL REINALDO SOUZA - Por volta de 1986 ou 1987. Tornou-se encargo de uma assessoria da diretoria-geral a elaboração de um relatório antes feito por uma empresa consultora. O diretor-geral, na época, resolveu trazer essa atribuição para o DNER, que possuía pessoal e equipamento próprio para realizar esse serviço. Nessa época, comecei a adquirir conhecimento sobre quais são os contratos que o DNER tem, como eles funcionam e o acompanhamento físico e financeiro. Ano a ano trabalhando em cima disso, muita coisa fica gravada na cabeça, mas muita coisa se perde. Procura-se trabalhar, na assessoria, não o processo, mas as licitações que vêm ocorrendo para alimentarmos o sistema; por isso, conheço os contratos que temos em vigor. Existem relatórios do DNER, da Diretoria de Engenharia, mais especificamente, porque é a área onde gasta a maioria de seus recursos de investimentos, sobre a execução física, a execução financeira de um contrato - preços iniciais, reajustamento, saldo contratual, quanto foi realizado no mês, como está aquele valor do contrato em dólar.

Esses dados o DNER possui e nós os manipulamos diariamente. Eu trabalho na parte de orçamento, que, para o Executivo, para o País, é a peça mais importante que existe, porque dali se resolvem grandes questões. Nós procuramos maximizar a utilização do orçamento dentro das restrições que ano a ano são impostas, pela área econômica, que é uma área do Executivo, ao DNER e aos outros órgãos. Essas restrições todo ano existem, e o que procuramos fazer é buscar alternativas, maneiras de aplicar o orçamento mais eficazmente.

O SR. ROBSON TUMA - Com sua licença, só para eu compreender e para ficar registrado, vocês têm então, no computador, todas as obras em andamento, a fase em que se encontra e o valor do contrato, convertido em dólar, que possa ser fornecido ou requisito por esta Comissão?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Temos, sim.

O SR. ROBSON TUMA - Têm também os contratos findos, as obras já terminadas em 1990, 1991, 1992?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu não saberia dizer. Eu teria que verificar.

O SR. ROBSON TUMA - Mas de que ano para cá vocês têm isso computado, de fácil acesso, para se saber o volume de obras que temos hoje, tanto com recursos externos quanto internos, ou orçamentários?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Se V. Exª quiser, posso lhe deixar até uma cópia desse orçamento, que trouxe aqui comigo neste maço de documentos.

O SR. ROBSON TUMA - O que V. Sª tem de imediato que possa deixar na Comissão?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Esse relatório de obras em andamento.

O SR. ROBSON TUMA - Esse relatório abrange só as obras em andamento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Penso que, quando encerra, o contrato deve ficar um certo tempo. Eu não sei dizer, porque não sou eu que cuido...

O SR. ROBSON TUMA - Sei. O que você tem hoje?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O que tenho hoje, tenho certeza que tem as obras em andamento. Aquelas que foram encerradas há um determinado tempo, não sei se constam do relatório. Senão o relatório seria...

O SR. ROBSON TUMA - Tem a fase dela, começou em tal época, quanto já foi executado, quanto já foi pago, quanto resta?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Tem. Esse relatório que eu trouxe, na época que solicitei - isso tem tempo, foi um relatório de trabalho meu, há um mês e meio, dois, três meses talvez, não sei, tem que ver a data dele - o analista que cuida disso falou que estava com problema na parte física. Então, tem uma linha, lá, de execução física que deve estar - pelo menos a que procurei - toda em branco. Talvez por isso não atenda aos senhores. O que eu poderia fazer era pedir um outro relatório onde a execução física aparecesse já atualizada.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas)- Vamos precisar desse que os senhores têm e depois complementar.

O SR. ROBSON TUMA - Vou pedir mais uma vez para a gente tentar ir mais rápido e ser mais direto.

O que o senhor chama de execução física?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Execução física? Deputado, um contrato, uma obra de engenharia rodoviária envolve diversas etapas, é um obra que quase sempre envolve mais de um ano, é um contrato quase sempre plurianual, principalmente na sistemática que vimos hoje encontrando de liberações de recursos, da falta de continuidade até mesmo na alocação desses mesmos recursos, pois, ano a ano, o próprio órgão vem sofrendo restrições na colocação de recursos no seu próprio orçamento. A execução física envolve desde serviços de terraplenagem, base, capa, drenagem. Então, uma coisa que se fala com freqüência e, claro, por falta de conhecimento, é que uma determinada obra custa X dólares por quilômetro no início de sua execução; à medida que a obra se desenvolveu, os recursos já foram gastos e o custo para fazer concluir aqueles quilômetros é bem mais baixo. A execução física se dá nessas etapas que citei: terraplenagem, drenagem e pavimentação, basicamente.

O SR. ROBSON TUMA - E por isso teria todos os dados sobre como foi feita a obra, por que fez a obra, quem fez a obra, quem ajuda a manter a obra, tudo isso tem ...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O que o senhor chama de "quem ajuda a manter a obra"?

O SR. ROBSON TUMA - Seriam as empresas que dariam a manutenção.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Quando uma obra está em execução, não tem nenhuma empresa que lhe dê manutenção.

O SR. ROBSON TUMA - Aí então pergunto ao senhor, como o senhor é assessor, por que então a BR-101, nos quilômetros 80 a 110...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - BR-101, onde?

O SR. ROBSON TUMA - BR-101, entre os quilômetros 80 a 110...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Em que Estado?

O SR. ROBSON TUMA - ... Por que nessas existiram emendas para se fazer a obra e para restaurar a obra que estava sendo feita?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Em qual Estado, por gentileza, Deputado?

O SR. ROBSON TUMA - Estado de Pernambuco.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Quilômetro 81?

O SR. ROBSON TUMA - Entre os quilômetros 80 e 110. E teria emendas em quilômetros subdivididos em que se faria a construção e a restauração...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - A 101, em Pernambuco, tem um trecho que está sendo duplicado. Posso ver a quilometragem, entre Goiana, Prazeres e Cabo e, logo a seguir, a rodovia está sendo restaurada no segmento seguinte.

Não pode existir, aliás, até pode existir um contrato de adequação de capacidade com restauração. Um contrato de adequação de capacidade, o que é? É um contrato de duplicação da rodovia. É o que ocorre na 101. Você pode estar ao lado construindo a rodovia e ao mesmo tempo restaurando a pista existente. Mas no caso da BR-101, em Pernambuco, existem dois lotes contratados de adequação de capacidade, onde está sendo duplicada, e, logo em seqüência, mais dois lotes sendo restaurados. Lá, naquele caso, pode ter havido emendas colocadas, não vou dizer indevidamente, mas de forma errônea tem aos montões; quer dizer, existem emendas para execução de pontes municipais a cargo do DNER a quilos.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor sabe a empreiteira que faz essa obra?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Sei. Na Prazeres Cabo; na obra de adequação de capacidade, um lote é Queiroz Galvão e o outro é Odebrecht.

O SR. ROBSON TUMA - E na restauração?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Na restauração, um lote é Queiroz Galvão e outro é Odebrecht também.

O SR. ROBSON TUMA - Se existe um número elevado de empresas que o senhor disse que passa de cem, por que sempre as mesmas?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não são sempre as mesmas, Deputado, só para complementar. As licitações são públicas, o processo licitatório é de menor preço, quem ofertar o menor preço leva a obra, apesar disso gerar até algumas dificuldades para o órgão.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor, como Assessor da Diretoria-Geral, acompanha as licitações e as contratações?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA - Quem faz isso?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Há uma Divisão de Cadastro e Licitação.

O SR. ROBSON TUMA - Quem é o chefe dessa Divisão?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Carlos Augusto é o chefe da nossa Divisão de Cadastro e Licitações.

O SR. ROBSON TUMA - Como se estabelecem os custos de cada obra?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Os custos de cada obra são feitos através de um projeto. O DNER não pode executar uma obra sem que tenha um projeto de engenharia. Então, esse projeto de engenharia estabelece quantitativos e, a partir desse quantitativo é estabelecido o custo padrão, quer dizer, o custo do DNER, qual o orçamento

do DNER para aquela obra. A partir daí, a obra é colocada em licitação e quem ofertar o menor preço ganha a concorrência.

O SR. ROBSON TUMA - Mas se ela tem um custo, seria um custo abaixo do que aquele?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Abaixo. Se todas as empresas ofertarem custo acima da proposta do DNER, parece-me, eu não sou da área, que o DNER pode cancelar a licitação, ou chamar a empresa para dar um desconto e reduzir o preço.

O SR. ROBSON TUMA - E quantas vezes ele teria cancelado?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não sei dizer.

O SR. ROBSON TUMA - Como é esse processo de uso de recursos externos? É contrato? Convênio?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - O DNER, por exemplo, hoje, tem em andamento um contrato com o BIRD para restauração, que chamamos de BIRD 8. É feito um trabalho quase sempre antes de encerrar o contrato anterior. Quando chega a uma determinada fase de um contrato de empréstimo, o BIRD já aceita entrar em negociações para um próximo empréstimo. Esse empréstimo é tratado a nível de Ministro, é visto quantos por cento vai para restauração. Esse plano BIRD 8 não tem nada para construção, ele é basicamente para reabilitação de rodovias, como eles chamam, para treinamento, para pesquisa, o que nós temos hoje. Tem outros itens que eu não me recordo: capacitação de recursos humanos, iluminação de pontos críticos, mas são itens bem menos pesados, o mais pesado é para restauração de rodovias.

O SR. ROBSON TUMA - Em que ano o senhor fez a assessoria na área de orçamento na Câmara?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Em 1991, para o exercício de 92, no primeiro ano.

O SR. ROBSON TUMA - E 90, para o exercício de 91, o senhor sabe quem fez?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não sei quem fez, porque foi o ano em que o DNER foi trazido para Brasília, a sede do DNER, e não sei quem cuidou disso. Provavelmente, a nível de direção geral ou a nível de direção executiva.

O SR. ROBSON TUMA - Quem poderia ser?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Eu não sei quem poderia ser.

O SR. ROBSON TUMA - Direção geral, Dr. Inário, e de direção executiva...

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - A direção geral, na época, era do Dr. Canabrava, e o Diretor Executivo era o Dr. Inário.

O SR. ROBSON TUMA - Então foi o Diretor Executivo. É público e notório que o Dr. Inário era quem prestar essa assessoria, não é isso?

O SR. LUZIEL REGINALDO SOUZA - Não, estou dizendo que o Dr. Inário era o Diretor Executivo na época.

O SR. ROBSON TUMA - Então, o senhor citou que seria o Diretor-Geral ou o Diretor-Executivo. É público e notório que o Dr. Inaro é que fazia isso.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu disse que, provavelmente, os entendimentos se davam a nível de cúpula, de direção.

O SR. ROBSON TUMA - Por que no seu ano foi o senhor e não a nível de direção?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Porque, em 1991, o Deputado Sérgio Guerra compareceu ao Departamento, reuniu-se com o então Diretor-Geral, Dr. Perruci. Eu soube disso, depois, porque, no meio da conversa, o Perruci me ligou, pedindo a minha presença e eu participei da reunião. O Deputado foi pedir auxílio ao DNER porque lhe tinha sido dada a incumbência de relatar o orçamento do DNER e ele não tinha praticamente nenhum conhecimento do setor, como ele funcionava. Tinha uma idéia, como a grande maioria do povo brasileiro tem, das necessidades a nível de sentimento. Mas não sabia como isso funcionava.

O Perruci colocou todo o DNER à disposição do Deputado; todas as portas foram abertas; qualquer tipo de informação ou relatório que o Deputado solicitasse, ele meu autorizou a encaminhar - porque há informações ou relatórios internos nossos que não fornecemos a qualquer pessoa, mas todo e qualquer relatório seria fornecido ao Deputado. E colocou-me para conversar com o Deputado. Pediu-me para que fosse a um outro local, numa outra sala no próprio DNER, a fim de conversar com o Deputado para dar parâmetros e informar sobre como o DNER funcionava a nível de estradas. Foi o meu primeiro contato com o Deputado.

A partir daí, toda a estrutura do DNER foi colocada à disposição do Deputado para que ele melhor se desincumbisse da função da relatoria.

O SR. ROBSON TUMA - Qual o nome inteiro do Dr. Perruci?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Antônio Loureiro Perruci... Tem um último nome...

O SR. ROBSON TUMA - O senhor então seria o homem indicado para ajudar o Deputado Sérgio Guerra. Sempre que ele precisava, ligava para o senhor e o senhor mandava os documentos para ele, ou ele mandava buscar. Era isso?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Era. Como disse, eu e toda a estrutura do Departamento.

O SR. ROBSON TUMA - Qual a ligação que o senhor tem com o Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Hoje tenho uma relação de uma pessoa que trabalhou, que esteve diversas vezes com ele. Não o conhecia; a primeira vez que o vi foi nessa ocasião; depois, estivemos juntos diversas vezes, prestando informações, levando os relatórios.

O SR. ROBSON TUMA - Só isso? Depois do relatório...?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - De vez em quando mantemos contato para saber como ele está. É uma pessoa de meu apreço.

O SR. ROBSON TUMA - Porque quando foi perguntado a ele sobre o senhor, ele disse que conhecia muito o senhor.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu o conheço muito também. Quer dizer, eu o conheço daqui. Afinal de contas ele passa aqui alguns dias da semana...

O SR. ROBSON TUMA - O senhor levava alguns documentos ou relatórios que ele precisava, mesmo depois da relatoria parcial?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Da relatoria parcial...

O SR. ROBSON TUMA - Depois que ele foi relator, no ano de 1992, se ele precisava, mantinha esse contato com o senhor?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, porque ele não tinha mais interesse no acompanhamento.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não levava para ele uma lista das obras que tinham sido feitas e o pagamento que tinha sido feito no DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - Foi uma vez... não teve isso?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não teve, não.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não lembra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não lembro, realmente.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor era o contato do DNER com o Deputado quando ele precisava?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. ROBSON TUMA - E o Sr. Maciste?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Maciste, na ocasião, era o Diretor-Executivo do órgão. Ele teve alguma participação lá.

O SR. ROBSON TUMA - Que participação?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Esclarecimentos, também.

O SR. ROBSON TUMA - Que tipos de esclarecimentos?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Esclarecimentos técnicos ao Deputado.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não era o responsável para dar esses esclarecimentos?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não o único.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor me disse que era o único?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA - Quais eram os outros?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Basicamente a mim. Maciste esteve na Comissão, no dia do relatório. Estivemos lá para ajudar no que fosse necessário, se houvesse algum questionamento. Estivemos lá, claramente abertos, defendendo os interesses do DNER. E o restante da estrutura toda. Porque certos questionamentos que o Deputado fazia, eu não tinha nem condição de responder ali, com dados da sede. Eu tinha de ligar para distritos rodoviários, para as nossas sedes de distritos.

O SR. ROBSON TUMA - Quando o Deputado precisava de alguma coisa, ligava para V. Sª; e alguém trazia para ele, aqui na Comissão, onde estava fazendo o relatório?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Na Comissão não; geralmente ou quase sempre na casa dele.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª sempre ia à casa dele?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim. Algumas vezes, aqui na Comissão, mas quase sempre na casa dele.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª o ajudava a fazer o relatório?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu o ajudava... Eu o ajudava indiretamente, uma vez que eu fornecia elementos para que ele...

O SR. ROBSON TUMA - Não só os elementos, mas na hora de fazer emenda, olhar, saber quem faz?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, ele muitas vezes perguntava se a emenda tinha sentido, se era uma obra onde o DNER poderia executar, se era rodovia federal.

O SR. ROBSON TUMA - Alguma vez ele perguntou a V. Sª quem fazia a obra, quem a executava?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Ele não perguntava, porque havia um relatório, fornecido pelo próprio DNER, com todas as empresas.

O SR. ROBSON TUMA - Nas vezes em que V. Sª foi à sua casa, viu lá alguma pessoa ligada a essas obras ou falando com ele ao telefone?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu tive contato com ele diversas vezes. Em algumas, sempre apareceram pessoas, lá, muito em nível de... Alguns parlamentares eu vi lá, para defenderem os seus interesses, trocar idéias, basicamente isso.

O SR. ROBSON TUMA - E o Sr. Ronaldo? Não havia um Ronaldo, que ficava sempre lá?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não o conheço.

O SR. ROBSON TUMA - E o Paulo Eugênio?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O Paulo Eugênio é assessor dele.

O SR. ROBSON TUMA - É assessor dele? Ele também os ajudava lá?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. O Paulo Eugênio é um assessor que auxiliava o Deputado no que fosse necessário, mas nada especificamente. Ele ia buscar um documento, corria atrás de alguma coisa, pelo menos foi assim que o vi.

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se posso ter o direito de voltar a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Pode. Apenas eu lembraria que temos uma sessão plenária hoje. O Presidente Jarbas Passarinho acabou de me informar, mas vai retardar um pouco o seu início, por causa do nosso depoimento aqui.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, eu poderia esclarecer um assunto que ficou pendente? Houve um certo desencontro meu com o Deputado Robson Tuma no DNER.

Eu soube que V. Exª lá esteve e procurou o nosso Diretor, que estava em uma audiência. Parece que ele pediu para V. Exª aguardar um pouco, e V. Exª procurou por mim, e eu não estava no momento.

Por uma lamentável coincidência, eu tinha efetivamente ido ao médico, numa tentativa de um encaixe de uma consulta. Eu fui definir, nessa consulta, uma cirurgia de vesícula, que vou ter de fazer, porque tive uma crise.

Tenho aqui não uma declaração dele, porque achei que talvez nem fosse necessária - e se o for, eu consigo - e mais toda a prescrição médica que me passou dos atos preliminares da cirurgia, dos procedimentos.

O SR. ROBSON TUMA - Não há necessidade.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É só para lhe dizer que eu efetivamente não estava no DNER. Saí para uma tentativa de consulta, por encaixe. Fiquei esperando no consultório desde 4h, só fui atendido às 6h e saí de lá aos quinze para as sete. Então, foi um desencontro lamentável; se tivéssemos tido a oportunidade de conversar naquele dia, provavelmente as coisas teriam tido uma outra direção.

O SR. ROBSON TUMA - Antes que eu me esqueça, qual é o conhecimento, ou contato, que V. Sª tem da DELTA CONSTRUÇÕES?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu sei que é uma empresa que trabalhava com obras de conservação em áreas do Nordeste.

O SR. ROBSON TUMA - E da ENGETERRA?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - A ENGETERRA é uma empresa, já de porte maior, também sediada em Pernambuco. Ela tem contratos de restauração com o DNER. Quanto à DELTA, eu me lembro de contatos dela de conservação.

O SR. ROBSON TUMA - E a Construtora CONJUDA?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É COJUDA - Construtora Julião.

O SR. ROBSON TUMA - Obrigado por me ter corrigido.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É uma empresa da Paraíba, que tem obras de restauração no DNER também.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª viu algum contato dessas empresas com o Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nenhum.

O SR. ROBSON TUMA - E a Rodoférrea?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Também nenhum.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor conhece essa empresa?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Conheço a empresa.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor conhece alguém da empresa?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Conheço.

O SR. ROBSON TUMA - Quem?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Conheço o Dr. Inaro, hoje Diretor da Rodoférrea. Ao sair do cargo da direção geral do DNER, ele foi convidado e aceitou. Trabalha lá na Rodoférrea, na Região Nordeste.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor confirma a informação de que, em 1992, a Rodoférrea teria sido uma das empresas que teria recebido maior quantidade de pagamento do DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É um dado que tem que ser levantado, porque não tenho. Não sei se ela efetivamente foi...

O SR. ROBSON TUMA - Mas o Dr. Inaro vai ainda no DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - Nunca mais pisou no DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, ele esteve no DNER inclusive fazendo uma visita a mim e a outras pessoas, pois deixou muitos amigos. Ele esteve no DNER. Lá, as portas estão sempre abertas para ele.

O SR. ROBSON TUMA - Vou dar chance aos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Vou suspender rapidamente, porque há uma emissora que não teve oportunidade de fazer a filmagem, no início dos nossos trabalhos. Peço que seja rápido.

O SR. ROBERTO FRANCA - Já que o Presidente não deu a palavra para abri-la, solicito-a para encerrar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu gostaria de interrogar o depoente, mas depois dos demais parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- V. Exª prefere?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Prefiro no fim porque não houve inscrição. Eu não iniciei porque a autoria foi do Deputado Tuma. Eu, então, deixaria para fazer minhas perguntas depois de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Pela ordem seria o Senador Eduardo Suplicy, depois V. Exª.

O SR. - (Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Chegou, está na secretaria mas não tomei conhecimento. Certamente, o Senador Suplicy estará atento ao exame deste documento.

O SR. - (intervenção fora do microfone)

O SR. ROBERTO FRANCA - Eu soube que era um **fax** enorme.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, depois fala o Senador Eduardo Suplicy, falo eu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu trouxe uma parte que ele disse que vai complementar depois.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - A parte é quase toda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Você falou que há uma linha que está obscura.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - E uma linha da execução física. O relatório foi de agosto de 93?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - De 92, em relação ao Orçamento de 91?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, esse relatório é pontual, mostra a situação do DNER na data em que foi emitido.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Todas as obras em andamento constam aí?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim, em 22 de setembro, sim. Todas as obras que estavam em andamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Todas, independente de quando começou?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Independente de quando começou. Temos aqui informações do tipo rodovias, tipo de obra, trecho, subtrecho.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dá o custo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Interrompemos só para tomada de imagem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É que comecei pedindo essas informações.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Deputado Maurício Najar, vamos fazer melhor. V. Exª está com a palavra para fazer a inquirição. O Senador Eduardo Suplicy cedeu a palavra a V. Exª com muita satisfação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Deputado Sigmaringa Seixas, quando o Deputado Robson Tuma estava inquirindo, fiz algumas indagações em forma de aparte. Ficamos sabendo então que ele tem esses dados - todas as obras em andamento, como ele estava dizendo - no computador. Tem a fase da obra, o custo, as fases de pagamento e já a conversão em dólar. Certo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É um relatório sucinto, em que estão os valores acumulados...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas tem esses dados sobre que estou perguntando?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Tem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quer dizer, quando começou o contrato, o valor do contrato, fases da obra, pagamentos, nome da empreiteira...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Tem. E data da proposta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nome das empresas também?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Tem o nome da empresa, o número do contrato; se é com financiamento dela ou não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Esses dados que V. Sª tem já estão aí. Teria alguma coisa mais a complementar?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, somente a posterior substituição desse mesmo relatório por um que viesse com a execução física, porque esse aqui é uma linha, e a execução física é muito sucinta. Tem-se que ter um certo cuidado ao analisar esse relatório, porque eles colocam a execução física aí apenas quando há algum quilômetro de rodovia efetivamente executado. Agora, para executar efetivamente ou restaurar um quilômetro de rodovia já se gastou muito dinheiro, porque foi necessário executar terraplenagem, sub-base, drenagem, sem que, efetivamente, houvesse um quilômetro de rodovia restaurado ou pronto. Então, pode aparecer aqui, para quem não conhece muito bem o assunto, que não se executou nada: "Não se executou nada; está aqui, zero de execução, e, no entanto, se gastou muito dinheiro!"

Gastou-se muito dinheiro porque no relatório, por ser sucinto, a execução só aparece quando a etapa de extensão de pavimentação é efetivamente executada, e isso pode trazer uma distorção na análise. Por isso, peço a V. Exªs um certo cuidado. Se precisarem do

nosso assessoramento, podemos fornecê-lo; se quiserem alguma coisa específica, temos. Cada processo, cada licitação dessas é gerada, tem um processo base, tem todo um acompanhamento, tem relatórios de supervisores, tem tudo. Se se quiser entrar em nível de detalhe, volume de terraplanagem, temos tudo, mas é impossível colocar isso aqui em um relatório.

Então, a execução física tem que ser simplificada a nível de extensão pronta da obra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas se se precisar de complementação de informações, não é difícil?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não é difícil não. Agora, fica difícil se V. Exª disser que quer, por exemplo, a complementação de informações de todo o relatório. Aí vamos ter que chegar aqui com mais do que um caminhão de processos. Ou então, se V. Exªs quiserem ir ao DNER, sem problemas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Está bem. Eu estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- V. Exª está com a palavra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Luziel, o senhor poderia dizer-nos - porque ficou meio omisso o seu currículo para nós - se é funcionário do DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É concursado?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi admitido quando?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Em 1981. No final do Governo Figueiredo, houve um decreto ou portaria - não me recordo o quê -, e eu trabalhava numa firma de consultoria para o próprio DNER. Então, houve um decreto ou alguma coisa pelo qual o pessoal que trabalhava dentro dos órgãos federais tinha a opção de passar, de entrar para o órgão. Até, na época, eu não tinha muito interesse, porque a questão salarial ia ser prejudicada, mas o mercado era péssimo - em 1980/81 -, havia a crise do petróleo, o setor rodoviário estava em baixa. Então, pesquisei alternativas de emprego e não vi nenhuma.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E que cargos V. Sª ocupou dentro do DNER, de 1981 para cá?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - De 1981 para cá, o primeiro cargo que vim a ocupar foi o de Coordenador - como está em uma informação que dei - do Sistema de Arrecadação. Era uma Coordenadoria da Diretoria Executiva. Não tive nenhum cargo antes porque, até que fosse regulamentada a situação do pessoal que entrou nessa tabela, esse pessoal não poderia ter cargo nenhum. Então, o primeiro cargo que tive foi o de Coordenador do Sistema de Arrecadação e, posteriormente, com a mudança de estrutura do DNER, já aqui em Brasília, passei a assessor do Diretor-Geral.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª está no cargo de assessor do Diretor-Geral desde quando?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Um ano e seis meses, oito meses.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A partir de que Diretor? Do atual?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Veja só, eu passei a assessor do Diretor-Geral na época do Dr. Perruci.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em que ano foi?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Foi em 1991 ou 1992.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O atual diretor diretor chama-se José Mascarenhas Júnior?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Filho.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E ele está no DNER desde quando?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Desde os últimos dias de 1992.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Desde o final de 1992?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Foi em 27, 28, nos últimos dias de dezembro de 1992 que ele entrou.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então quando o Deputado Sérgio Guerra esteve no DNER ele tratou direto com o Dr. Perruci?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E o senhor, antes de dar esse tipo de assessoria ao Deputado Sérgio Guerra, deu algum tipo de assessoria ao Deputado José Carlos Vasconcellos, também?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nenhuma.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A algum outro membro da Comissão de Orçamento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nenhuma. Eu não lidava com isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Você deu dedicação exclusiva, nessa assessoria, ao Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ou você continuava as suas atividades?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Continuava com minhas atividades. Quando era chamado... Porque não podia... O Executivo é... Por sorte nossa, digo, o Deputado nos solicitou ajuda, porque foi interessante para podermos dar opinião em alguns casos. Mas não podíamos, como não ficávamos, toda hora chegando no Deputado e tentando

entrar na... Porque o relatório é dele. Mas todas as vezes que éramos convocados, nós comparecíamos com as informações solicitadas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A subcomissão do DNER ou rodoviária formulou uma política para que fossem beneficiadas apenas as obras de restauração e conclusão das obras iniciadas, e para que não se admitissem novas emendas que se relacionassem com novas obras. Houve também a sua participação?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. O estabelecimento da prioridade adotada pelo relator parcial, o Deputado Sérgio Guerra, foi decidido depois de uma conversa que S. Exª teve conosco, na qual apresentamos as dificuldades do setor, na qual falamos que, para o DNER, era fundamental a conclusão, a manutenção dos recursos de contrapartida nos trechos que lá estavam. Porque, como ele disse, o DNER coloca recursos de restauração de divisa a divisa. Ele não carimba trechos em restauração. Então, num trecho daqueles de divisa a divisa pode haver dois ou três contratos financiados pelo banco. Se por acaso uma emenda fosse acatada com recursos de contrapartida e do Banco Mundial onde não houvesse um contrato financiado, esses recursos estariam praticamente perdidos.

Isso não é interessante para ninguém, principalmente para o órgão, que precisa dar andamento a esse acordo de empréstimo, para que tenhamos condições de pleitear um próximo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Você está falando de empréstimo externo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Qual era a contrapartida? O BIRD entrava com quanto e o DNER entrava com quanto?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O BIRD entra com 40% e o Governo Federal com 60%.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E os 40% com que entra o BIRD, o Governo Federal acaba reembolsando?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Isso é um empréstimo que o Governo Federal paga. Há todo um procedimento, não é?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quer dizer, o custo de 100% é do Governo Federal. Apenas há um financiamento de 40% da parte do BIRD?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Exatamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E o sistema de licitação, quando entrava verba externa, era diverso do normal?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - É muito similar, com exceção de ser uma licitação internacional, por força de...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas por ser internacional não exigia sempre o menor preço como requisito fundamental?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O DNER só faz licitação de menor preço. Não é só internacional.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sempre adotou esse critério?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sempre. Não vou dizer sempre, desculpe. Não é sempre.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em 1991 e 1992?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Acho que sim. Não tenho certeza, Deputado. Eu não trabalho nessa área mas é bem provável que sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E não era o que estava previsto na Lei nº 2.300. Vocês, atualmente, com base nessa nova lei, têm algum tipo de licitação em andamento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nós tínhamos. Este ano ficamos muito prejudicados. Inclusive o nosso programa - é o que falei no início -, num orçamento que parecia muito bom para o órgão este ano, está se revelando não tão bom, por diversos fatores de execução financeira e também por causa dessa nova lei, à qual tivemos que nos ajustar. Diversas licitações em andamento foram interrompidas por essa razão. Parece-me que as licitações foram suspeitas para fazer um outro ajuste, mas tudo em cima da nova lei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O contato que V. Sª tinha com o Orçamento, com o Deputado Sérgio Guerra era semanal?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Podia ser. Ou talvez...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era constante?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Era constante.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nesses contatos, V. Sª também participava de reuniões com o Relator-Geral, com o Deputado João Alves?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Eu nem conhecia o Deputado João Alves.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nem chegou a conhecê-lo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nem o Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu o vi uma única vez, assim de passagem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª chegou a participar, com o Deputado Sérgio Guerra, junto com outros Deputados, de reuniões?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim. Às vezes, ele me chamava quando queria ouvir a opinião do órgão sobre algumas emendas, se eram possíveis. O

Parlamentar levava as emendas e trocávamos algumas idéias sobre elas, se eram possíveis ou não, se era a cargo do órgão ou não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Daquelas obras que estavam em andamento, chegava a um determinado período em que a obra quase que paralisava por falta de recursos? É comum, como é até hoje - e naquela época era comum -, que essas empreiteiras diligenciassem para que fossem ampliadas as verbas ou colocado verbas no Orçamento para que aquela obra pudesse ter prosseguimento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não é interesse do DNER ter uma obra paralisada por falta de recursos. Se o DNER tiver condições de colocar algum recurso a mais para que a obra tenha continuidade, nada mais justo. Agora, nem sempre isso é possível. Na grande maioria das vezes, não é possível, porque o Poder Executivo só pode colocar recursos, no âmbito do Executivo, no limite de 20% de remanejamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. V. Sª não entendeu a minha pergunta. No caso de uma obra quase parada por falta de recursos - como ocorre até hoje -, na sua época, era normal que as próprias empreiteiras que já haviam ganho a licitação viessem solicitar aqui no Parlamento ou na Comissão de Orçamento mais verbas para que aquela obra pudesse ter prosseguimento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Para o outro exercício?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso. Incluir no Orçamento para o próximo ano a fim de que a obra não seja paralisada.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era muito comum isto: as próprias empreiteiras que já haviam ganho a licitação interceder junto ao DNER para que fossem embutidos mais recursos para que aquela obra tivesse prosseguimento?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Se uma obra está em execução no DNER, num determinado ano, essa obra é considerada prioritária para o ano seguinte. Ela provavelmente vai sair na proposta do Executivo com recursos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Contudo, admitamos que o recurso colocado pelo DNER seja insuficiente. Não era comum essas empreiteiras, por meio dos seus prepostos, virem aqui na Comissão de Orçamento pedir reforço de verba para que a obra não paralisasse ou andasse mais rápido?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, talvez eu não tenha entendido direito.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Vou ser direto. As empreiteiras que têm as obras já ganhas na licitação têm interesse de que não faltem verbas para não paralisarem. Elas procuravam interceder junto à direção do DNER para que fossem colocados recursos substanciosos para que elas não paralisassem as obras? Ou era automático o DNER fazer isso?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. É automático. A partir do momento que o DNER tem uma obra em andamento, ele por si só já vai procurar, dentro da medida do possível, dentro das suas limitações, porque ele não tem recurso...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso. Agora acho que estamos falando a mesma língua. Vocês não têm o recurso para o total. Colocou-se um recurso x no Orçamento para aquela obra e a empreiteira acha que é pouco. V. Sª não acha normal que a empreiteira pudesse vir aqui e solicitar que a Comissão, no Orçamento, colocasse mais um x de verbas?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Poderia vir.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era normal isso? Você chegou a ver algumas empresas aqui?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, não estou entendendo se V. Exª está perguntando se era normal que, na discussão do Orçamento...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aqui na Casa, já no Congresso. Quando o Orçamento vinha de lá com verba x, a empreiteira achava que x não era possível tocar aquela obra toda. Então, vim aqui solicitar ao Relator ou a algum deputado que apresentasse a emenda para colocar um x+y naquela obra para que ela não paralisasse, porque aquela quantia colocada pelo DNER era insuficiente.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Se o Relator parcial, Deputado Sérgio Guerra, viesse nos perguntar se uma emenda, com um determinado valor, a ser acrescida na proposta do DNER seria factível de ser utilizada, ou seja, se a empresa tinha capacidade, se tinha saldo contratual, se tinha condições de aplicar os recursos, sem dúvida alguma, poderíamos responder que sim, porque o DNER colocou um valor, a princípio, insuficiente por questões de limitações.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isto o que estou perguntando: se havia iniciativa da própria empreiteira junto ao Relator...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei da empreiteira. O que o Deputado me apresentava era a emenda já pronta. Ao me indagar se, por ser suplementar, seria factível, eu poderia responder que sim ou que não, depende do caso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Por exemplo: havia uma verba destinada ao Estado de Pernambuco para abastecimento de água.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não é minha área.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não é sua área?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Perfeito. A sua atuação era só na parte do DNER. Estou satisfeito por hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Luziel Reinaldo de Souza, qual é a sua formação?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Engenheiro civil.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ao longo desses anos, com toda a tradição e experiência do DNER, o órgão desenvolveu uma metodologia de análise de relação de custo médio e social com os projetos rodoviários alternativos?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Sim. Temos um programa de gerência de pavimentos no DNER. É um programa reconhecido mundialmente, em que se levantou todos os dados da rede rodoviária, todos os parâmetros possíveis e imagináveis para estabelecer prioridades, critérios e tudo. Trata-se de um relatório de gerência, de um programa extremamente ambicioso. Inclusive, conversei com um colega que apresentou isso em outros países, e o pessoal ficou abismado em ver que o Brasil possui algo desse porte. O DNER está decadente, mas ainda luta muito para tentar alguma coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - **(Perguntas fora do microfone)** - Se existe isso, por que o Congresso Nacional não tomou conhecimento previamente? Isso é muito importante. (Inaudível)

Então, o DNER tem uma sistemática que (inaudível) os recursos do benefício social. Seria ótimo que, quando chegasse na reunião, como aquela em que V. Sª esteve presente, da Comissão Mista de Orçamento, viesse o DNER e demonstrasse o relatório preliminar de relação de custo/benefício social dos projetos, que imagino sejam de grande complexidade. Seria bom para nós, Parlamentares, conhecê-lo. Assim, levando em conta o quanto custa o seu benefício social, com todos os parâmetros, tais projetos deveriam ser priorizados.

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Não sei se temos a relação do benefício social, mas temos o levantamento de prioridades por critérios técnicos muito específicos, muito detalhados. Inclusive, se tiverem oportunidade, V. Exªs estão todos convidados, o DNER pode vir aqui na Comissão de Transportes expor o que tem. É muita coisa o que o DNER faz e se baseia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Existe, então, critérios objetivos. Todavia, o que pesa mais na hora de definir: são as pressões das empresas, as pressões das forças políticas, seja da comunidade que pede, ou estes critérios? Que transparência o Executivo pensa em obter com respeito a isso? Ainda hoje, o Deputado Sérgio Guerra mostrou a dificuldade em que S. Exª se encontrava. como relator, para fazer proposições acerca de como se iria construir esta ou aquela estrada. Se tivesse uma forma mais transparente - aquela estrada custa tanto e vai resultar em tais benefícios, depois, tem esta outra e assim por diante - colocar-se-ia tudo com clareza, para que todos soubessem. Pode haver a Queiroz Galvão ou Odebrecht pressionando para isso ou aquilo, mas tem de ter critérios objetivos que, obviamente, são maiores do ponto de vista dos apelos de cada comunidade pedindo aquela estrada, os custos, os benefícios e assim por diante.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Senador, o DNER procura colocar nas suas propostas, a princípio, recursos para concluir as obras que estão em execução, para que se minimize o problema do desperdício. O Ministro Alberto Goldman colocou um painel no ano passado sobre desperdício. Temos de procurar minimizar todo esse processo. Uma obra que está em andamento pode ter prioridade menor que outro segmento hoje instalado, que se deteriorou a tal ponto que dizem: "por que estão mexendo aqui e não lá? Lá é tão prioritário e está completamente acabado". Mas isso acontece, porque não temos recursos para concluir as outras, que vão se deteriorando. A cada ano, 30% das rodovias passam de regular para mal estado. Não adianta recuperarmos 30% da malha, porque outros 30% estarão entrando num estado de deterioração.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª poderia informar-nos se existe uma estimativa de custo médio de um novo quilômetro construído? Digamos, o custo médio do novo quilômetro construído de uma pista asfaltada em via única, se for de pista dupla, obviamente de uma estrada de maior importância e para conservar um tipo ou outro.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Os parâmetros utilizados são médios, porque tem rodovias que gastam bem menos e outras que gastam bem mais.

Em restauração de rodovias, por exemplo, o custo razoável é em torno de 120 mil a 140 mil dólares por quilômetro. Para construir, está na faixa de 500 mil dólares por quilômetro.0 Para uma adequação de capacidade, ou seja, uma duplicação de rodovia, chega-se a um milhão de dólares ou mais, dependendo da região onde passará. Uma duplicação se dá em rodovias com tráfego completamente saturado, estrangulado e em regiões extremamente valorizadas. Basta vermos as adequações que temos na Dutra, no Rio de Janeiro, no Rio Bonito; em Pernambuco, Prazeres Cabo, quer dizer, são regiões extremamente valorizadas, com obras caras, porque têm muita interferência de tráfego, remanejamento de linha de serviço, desapropriação muito cara; então o custo se eleva muito em obra de adequação. As conservações preventiva, rotineira e emergencial fica na faixa de 3 mil dólares por quilômetro. O custo da instalação é em torno de 120 mil a 140 mil dólares por quilômetro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por que o DNER ainda adota tantos processos licitatórios de convite para tomada de preços? Por que não usa uma sistemática de concorrência?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - A licitação tem três modalidades aceitas pela lei: carta-convite, quando é um valor pequeno, em que se pode entrar com empresas cadastradas, que dizem que tipo de serviço têm capacidade de fazer, comprovados

por meio de atestado; tomada de preço, quando o valor é um pouco acima do carta-convite e concorrência pública, que não tem limite para o valor. Se existe uma obra de baixa monta, de pouca intervenção, abrir uma concorrência pública, que tem o prazo maior, às vezes, complica-se, apesar de o DNER - parece-me, também não tenho certeza - estar diminuindo muito os procedimentos de carta-convite. Estaria fazendo apenas tomada de preço e concorrência pública. Mas isso não posso garantir a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aqui há um **fax** enviado pelo DNER em seu nome. Luziel não é o senhor?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Eu conheço bem o **fax.**

O SR. EDUARDO SUPLICY - O **fax** é endereçado ao Deputado Sérgio Guerra e solicita que seja alterada três rubricas, descrição para obras da BR 259, em Minas Gerais, de restauração para construção.

O Deputado Ricardo Fiúza, respondeu por escrito a um dos temas, dizendo que se tratava de correções de erro material.

Qual era a situação dessa obra? Qual era a empreiteira contratada?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Uma das obras era contrato direto com o DNER.

A situação é a seguinte: BR-259, saindo de Belo Horizonte, passa primeiro em Governador Valadares, Conselheiro Pena, Resplendor, Aimorés que fica bem na divisa.

O trecho da divisa no Espírito Santo de Aimorés até Resplendor é uma contratação direta para com o DNER. Os outros dois trechos são obras delegadas ao DER de Minas Gerais. Foi feito um convênio, o DER de Minas Gerais licitou a obra e está executando.

Então, são obras de construção efetivamente. Já havia no Orçamento do ano anterior, onde ele já aparecia. Então, eram obras que estavam em andamento e hoje, ainda, estão em andamento. Eles constam do Orçamento deste ano.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor sabe quais são as empresas? Poderia citá-las?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Pois não. Resplendor e Aimorés é a EMPA.

Uma é a Barbosa Mello e a outra é a EGESA, não necessariamente na ordem. A primeira eu sei que é a EMPA, ligada diretamente ao DNER. Isso eu sei, porque é mais ligada e é obra direta nossa, e as outras duas como são diretamente com o Estado, não sei, não recordo bem. Mas uma delas é a EGESA e a outra é a Barbosa Mello.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Deputado Sérgio Guerra mencionou que houve um acompanhamento, um assessoramento permanente do DNER durante toda a tramitação do Orçamento no Congresso e V. Sª mencionou que foi V. Sª a pessoa que estava fazendo o acompanhamento.

Por que esse erro somente veio a ser constatado ou pedido para ser modificado em 23 de janeiro, um mês e quatro dias após a aprovação do orçamento é que veio essa solicitação?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Provavelmente porque não tínhamos conhecimento do que era feito a nível de Relator-Geral com precisão.

Tentávamos buscar informações. Quando digo nós, trata-se do DNER, é o Ministério, não é? Porque não era somente eu. Trabalhavam lá dentro, tentando obter informações, a nossa Coordenação de Orçamento e Finanças do Ministério.

A partir do momento em que conseguimos identificar, ou através de uma listagem preliminar ou alguma coisa desse tipo, qual seria o relatório final do DNER, identificada essas três incompatibilidades, porque sendo obras de construção e estando no programa de restauração, o DNER não poderia executar a obra.

O DNER tem interesse de ter o seu orçamento completamente ajustado, porque se ele tiver recursos financeiros suficientes no exercício seguinte, tocaria todas as obras. Essa é a atribuição do DNER.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas veja que o Orçamento já estava liquidado do ponto de vista do Congresso. O Deputado Sérgio Guerra já havia terminado a sua função de Relator. O Deputado Ricardo Fiúza também.

Por que não transmitiu a informação diretamente ao DOU? Por que que foi ao Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Porque eu não tinha contato com o DOU.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu sei, mas já havia terminado a redação final. Por que no dia 23 de janeiro, 34 dias após a votação da redação final?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Porque foi quando conseguimos obter a informação. Solicitamos para remanejar se fosse possível. Se não fosse possível, o DNER só teria a lamentar, porque não teria condições, se houvesse recursos, de executar a obra. E não executou e em duas delas não teve nem condições de colocar recursos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª acompanhou bem toda a parte relativa a estradas de rodagem. Há outro exemplo: no dia 3 de janeiro de 1992, surgiu a inclusão de uma obra - Emenda nº 0408671 -, que trata da pavimentação do trecho rodoviário ligando Tarauacá a Feijó, no Acre, 40 quilômetros.

Disse o Deputado Sérgio Guerra que esse item nem constava do seu relatório. Aliás, não constava da aprovação final feita pelo Congresso Nacional, dia 19 de dezembro, não consta da listagem do dia 18 de dezembro de 1991 e não consta do que foi aprovado pelo Relator-Geral na última relação de que o Congresso Nacional dispõe. Como explicar que, 15

dias após a aprovação da redação final, pudesse ter sido incluída essa obra e tenha aparecido publicada na redação final, no Diário do Congresso e na lei sancionada?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei lhe dizer. A respeito dessa obra eu sei, posso dar informação sobre isso porque isso fui eu... o DNER através de mim, num documento passado pelo **fax** do DNER, que solicitou. Disso aí realmente não tenho conhecimento. Só tomei conhecimento depois do Orçamento aprovado. Inclusive, eu nem sabia que tinha sido incluído depois. Tomei conhecimento hoje, quando o senhor falou no depoimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor mencionou que conheceu bem o Sr. Paulo Eugênio de Souza?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Conheci...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se era assessor do Deputado Sérgio Guerra, se Paulo Eugênio de Souza também foi assessor do Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei lhe dizer.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Porventura, tomou conhecimento ou participou de reuniões ocorridas especialmente depois do dia 19 de dezembro e até janeiro, feitas pelo Sr. Paulo Eugênio de Souza, tratando de questões relativas a emendas?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nunca.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Completei as perguntas que tinha a fazer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - **(Intervenção fora do microfone).** V. Sª é funcionário do DNER; portanto, é funcionário do Estado. Estou convencido de que há uma relação problemática das empreiteiras com o Orçamento, com o Estado, com o Congresso e com a obra. É difícil acreditar que essa relação não tenha sua ponta reveladora no DNER. Era bom que nos colocássemos no mesmo campo, de funcionários do Estado, para dirimir esse problema da CPI. Estou convencido, pelas informações e indícios, de que a maneira com que as empreiteiras se relacionam com o Congresso, se é uma maneira errada, imagine com o Executivo. Se fazem o que fazem aqui e vemos tudo isso - lobista entra e dá palpite - imagine no Executivo. Como é que é? Com que freqüência as empreiteiras andam no DNER? Como é que freqüentam? Participam de reunião?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Participar...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Era bom que tivéssemos estes dados, Luziel, para que pudéssemos desvendar este mistério. Queremos reformar o Estado, detonar isto aí. Não queremos acabar com as empreiteiras, mas que esse pessoal passa a mão, passa. Vamos abrir o jogo aqui para nós, para que tenhamos elementos para mudar essa regra.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vamos mudar essa regra, porque estou convencido de que tem. Se eles fazem isso aqui no Congresso, que é um orçamento meramente autorizativo, se eles fazem a festa aqui, e é meramente autorizativo, imaginem no DNER.

Então, eu gostaria que você dissesse como é essa relação das empreiteiras, dos **lobbies**. São os lobistas, são os diretores? Elas pegam as obras, tem superfaturamento? Elas dividem o Brasil...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Desconheço superfaturamento. O DNER trabalha por menor preço.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Menor preço?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Menor preço.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E os ajustes que são feitos? O que você tem a nos informar, como contribuição, sobre o papel das empreiteiras no Estado, principalmente no DNER, que é um órgão importante?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O DNER é, lamentavelmente, muito visado, porque é o DNER que executa obras diretamente, através de empresas. Quer dizer, os outros órgãos, onde simplesmente os recursos são repassados a uma prefeitura, que depois vai contratar, isso aí não gera, não formaliza, com precisão, empresa e órgão. Agora, o DNER, lamentavelmente, - lamentavelmente, não - por força de circunstâncias, contrata obra diretamente e executa, fiscaliza. Então, a partir do momento que o DNER licita uma obra, uma empresa ganha a obra. Ela vai executar a obra. Se uma obra está sendo executada, se uma obra começou a ser executada, é porque ela tinha recursos no Orçamento, colocado, provavelmente, por um Parlamentar ou pela própria proposta do Executivo, antes mesmo de ela ser licitada.

A partir do momento em que ela é licitada, ela ganhou prioridade mais forte do órgão, por estar em andamento, mais prioridade e mais forte ainda do Parlamentar que tem interesse na sua região que vai beneficiada pela rodovia em tê-la concluída.

Então, esse vínculo existe porque existe o interesse das duas partes, tanto do DNER, como do Legislativo de ver uma obra concluída, obras de seu interesse. Agora, ela é executada por uma empresa. Não tem como fugir disso. O DNER, infelizmente, não consegue executar mais obra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª também teve participação no relatório do Setor de Transportes do DNER, antes do Deputado Sérgio Guerra, quando foi Relator o Deputado José Carlos Vasconcellos?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A participação foi só no Orçamento de 92?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - No de 90?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nem no de 93?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Em 93, fui chamado a participar para fornecer elementos. Levamos relatórios, que eles nos solicitaram, e não mais nos solicitaram nenhuma...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E nessa articulação do DNER com o Congresso, com o Deputado Sérgio Guerra, qual foi o tipo de relação que V. Sª teve, ou tiveram ou não tiveram com o José Carlos Vasconcellos, que era o chefe do DOU e que era uma pessoa importante no Orçamento? Como era a relação dos senhores com o Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O José Carlos dos Santos, eu vi uma vez, porque ele trabalhava num determinado nível, e o meu nível era muito abaixo do dele, mil pontos abaixo do dele. Então, não tinha contato. Ele operava a dez mil metros de altitude e eu estava de teco-teco. Então, o contato era muito... Não teve. Não teve.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agora, é interessante, porque o Deputado Sérgio Guerra informou, hoje, que na época da tramitação do Orçamento ele foi obrigado a solicitar informação da Associação Nacional das Empresas do setor por falta de estrutura e critérios nas decisões dele de emendas, de preços, etc. Como V. Sª colocou que existe um sistema, no DNER, inclusive, de reconhecimento internacional sobre preços das obras, avaliação, isso não foi colocado para

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nós fornecemos...: nós demos esses relatórios. Acho que demos para o Sérgio Guerra, sim. Não me lembro. Agora não me recordo, porque... Não, não demos, porque ele foi concluído agora recentemente. Acho que na época dele não tinha ainda esse tipo de informação mais detalhada.

A ANEOR publicou e distribuiu para todos os Parlamentares, para jornalistas, para todos - não vou dizer todos os funcionários do DNER - mas para quase todos os engenheiros do DNER, ele fez uma publicação em cima do nosso Plano Nacional de Viação - Divisão em trecho, que é uma publicação onde temos a rodovia, os principais pontos de passagem, as distensões, indicativo - se é pavimentada, se não é pavimentada, se está em obra de pavimentação, essas coisas todas - um trabalho onde foram relacionadas todas as empresas que estavam trabalhando, se havia projeto ou não, qual era o contrato, se o contrato era de conservação, de restauração, de construção, para todos os parlamentares. Isso foi distribuído e divulgado para todo mundo.

Ela fez isso em 1991, que foi o primeiro ano; em 1992, também distribuiu, melhorou um pouco o relatório e isso é domínio público.

Então, em cima desse documento, o Deputado Sérgio Guerra também se baseou.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como V. Sª falou que existe uma avaliação de reconhecimento internacional sobre o preço, o custo das obras, por que tem uma carta aqui do Banco Mundial - BID, ao Perruci, que era o Diretor-Geral do DNER, ao Antônio Abelardo Carvalho, Diretor de Manutenção, ao Eusedir Martins, Chefe da Assessoria Técnica, fazendo inclusive uma reprise aqui em relação ao empréstimo em função do alto preço das obras. Se era de reconhecimento internacional, há uma colocação do próprio Banco considerando que são preços acima da média.

O SR. ROBERTO FRANCA - Deputado José Genoíno, só para um esclarecimento meu: esse documento é um ofício?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É uma carta, um telex.

O SR. ROBERTO FRANCA - Mas a origem desse telex, eu queria só que fosse registrada. Não o texto, somente a origem do telex, se é algum documento que tenha sido encontrado na casa do José Carlos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO -

> "Com relação a programas de restauração, sinto informá-los que devido aos custos extremamente altos das obras acima - 408 mil dólares por quilômetro - e das supervisoras - geralmente em torno de 8 a 13% do custo das obras - propostas em seus formulários de projetos revisados para os 15 trechos, não pudemos aprovar o financiamento destas obras dentro do empréstimo. Com base nas informações apresentadas, solicitei à próxima missão que chegará ao Brasil no início de dezembro e estará em Brasília em torno de 15 de dezembro que reveja os projetos de engenharia propostos, estimativas de quantidades e custos, antes de aprovar esses projetos.
>
> Apreciaria que V. Sª organizasse documentação pertinente e se preparasse para ter discussões com a missão sobre o assunto. "

O SR. ROBERTO FRANCA - Isso é documento oficial?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É, documento oficial, assinado. É um telex aos diretores do DNER.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, posso dar uma olhada?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pode.

O SR. ROBERTO FRANCA - Aproveitando enquanto ele lê, Deputado José Genoíno, como fiquei incumbido do relatório, queria saber se V. Exª quer que anexe este telex ao texto do relatório, que será basicamente a transcrição das notas taquigráfica com mais alguma coisa eventual. É por isso que perguntei a V. Exª se foi um telex vindo da missão internacional do BID que financiava. Esse documento não foi encontrado na casa do José Carlos, não tem nada a ver com essa questão. É um documento oficial por certo.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Esse é um documento que precisaria ser avaliado pela nossa Diretoria de engenharia e pelo setor de...

O SR. ROBERTO FRANCA - Qual é a data do documento, por favor?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O documento é de 23 de novembro de 1991.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu ainda perguntaria: havia um problema, aqui, no Congresso que, além do Orçamento, havia os chamados créditos suplementares, que, pejorativamente ou não, eram também chamados de "jumbão, jumbo e jumbinho". E esses créditos suplementares foram muito feridos, tanto nas entrevistas do José Carlos como no dossiê da SERVAZ foi uma coisa mais importante, porque o gerente era mais rápido que o Orçamento. E nesses créditos suplementares, parece-me que houve um importante, em 1989, conhecido como "Jumbão". Havia uma parte dele importante que foi o de suplementação orçamentária para estradas.

Qual a participação do DNER nessas solicitações de créditos suplementares?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, lamentavelmente, não tenho informações para lhe dar sobre isso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dos créditos suplementares?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Estou falando especificamente sobre o crédito suplementar de 1989. Desse ano, por exemplo, sei alguma coisa das coisas que estão ocorrendo; mas em 1989, eu não acompanhava isso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª também colocou como sendo muito importante para o trabalho do DNER, é uma peça essencial, essas deliberações do Congresso a nível de controle e gerenciamento. Portanto, o Orçamento passa a ser um elemento importante. No entanto, encontramos aqui um volume muito grande, em torno de 3,6 milhões de dólares lançados - dólar médio em 1992 - que era exatamente prévio empenho, quer dizer, sem crédito orçamentário; situação que só foi regularizada depois.

Por que havia essa pressa nesse processo de prévio empenho sem o crédito orçamentário? Era um problema de gravidade nas estradas, de calamidade, ou era em função dos contratos e de acertos com as empreiteiras?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei o que V. Exª chama de prévio empenho. Só podemos fazer empenho na medida em que tenhamos o crédito orçamentário. Não temos como fazer o empenho sem ter o crédito orçamentário. É por isso que eu, talvez, não tenha entendido a pergunta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A assessoria está me informando, aqui, corretamente que o problema é o pagamento sem o prévio empenho.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não se pode fazer... o pagamento...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está aqui; Departamento Nacional de Estrada e Rodagem.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Posso examinar o documento? Isso é informação? Porque não podemos fazer pagamento sem ter empenho. Lamentavelmente sou meio leigo de SIAF.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não; aí não é SIAF; é uma informação que está no SIAF, mais um documento do DNER.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei, porque...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...entrar no SIAF?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Está, está. Agora, não sei. Teria que vir uma pessoa especialista da área financeira para dar as devidas explicações. Não vou me arriscar a entrar em uma área que realmente não conheço.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sabe qual é a impressão que fica? É que o DNER, que é um órgão importante - e até reconheço a declaração de V. Sª, no sentido de que houve todo um processo de "sucateamento", de enfraquecimento - que produz esses critérios técnicos de avaliação; eu o considero importante, considero que o DNER foi, praticamente, destruído ou deixado em segundo plano; agora, o que me espanta é que o DNER, mesmo com essas precariedades todas - disponho-me a lutar pela sua recuperação técnico-financeira...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Contamos com V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é, mas o DNER tem que ter um grau de controle sobre essa relação das empreiteiras com o Estado, porque o que está me assustando é que o Estado está totalmente à mercê, sem nenhuma proteção do grupo de empreiteiras, que tem os melhores técnicos, os melhores especialistas. Essas empreiteiras chegam num órgão desse e "deitam e rolam", porque têm conhecimento, têm os melhores técnicos; o DNER fica à mercê, porque não tem condições técnicas ou porque é conivente.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado José Genoíno, como eu disse, o problema é que a prioridade do órgão se estabelece a partir de restauração, de contratos em andamento, de contratos com financiamentos externos. Isso, atrelado à pouca disponibilidade que nos é colocada pela área econômica para elaborar propostas, faz com que nos direcionemos exatamente para esses contratos em andamento, para aqueles trechos já licitados, para financiamentos com o Banco, para programas de conservação.

Pelo menos no meu sentimento, se estivéssemos numa outra situação, precisaríamos ter, durante, pelo menos, uns cinco anos, na faixa de 1,6 a 1,8 bilhões de dólares por ano, para podermos reverter a situação, para podermos fazer planejamento. Aí sim, poderíamos entrar com todo esse conhecimento técnico do DNER, com todo esse trabalho, porque, nesse caso, não só iríamos concluir obras, como planejaríamos coisas para o futuro.

Mas o que temos feito, hoje, é "apagar incêndio". De repente, vemos a BR-101 em Alagoas acabada. Não há dinheiro, não há contrato, e, por não ter contrato, não se alocam recursos no orçamento. Essa rodovia está acabada. O que vamos fazer?

Temos diversos outros exemplos como esse que eu citei. Trata-se de um problema de escoamento de safra, e sabemos que precisa... mas e daí? Daí, largamos os contratos que temos em andamento, socorremos um outro contrato, licitando, colocando dinheiro e deixando de empregar dinheiro em outros contratos; vamos, com isso, aumentando o número de contratos sem condições de terminar.

Precisaríamos ter condições orçamentárias e financeiras, ou seja, um fluxo de recursos financeiros estável e razoável, pois isso diminui custos e uma série de coisas, dando condições de o órgão planejar. Fala-se em orçamento plurianual, o que é uma utopia. A gente tenta fazer um orçamento plurianual, mas acaba no meio de um ano.

Só para V. Exª tomar conhecimento, tivemos que fazer a proposta orçamentária de 1994, sem nem sabermos o quanto teríamos de orçamento em 1993. Como se pode fazer isso? Como se pode dizer o quanto se vai precisar de recursos para uma determinada obra em 1994, se não sabemos nem o que queríamos ter em 1993?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Por consciência ou por realidade material, o DNER pode ser um órgão ou um organismo do Estado inteiramente nas mãos da empreiteira mais preparada, mais experiente.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, Deputado José Genoíno, o DNER não fica nas mãos de uma empreiteira.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ele não chega lá com o serviço, com as informações...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não. Nós é que temos os serviços e as informações. Quem estabelece a prioridade não somos nem nós, mas, sim, a condição da rodovia; não é o DNER que estabelece a prioridade, mas, sim, a situação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas se o DNER está escalado e se a empreiteira chega com um estudo bem feito, com tudo "amarradinho"...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, mas a empreiteira não apresenta estudo. O DNER, ao elaborar a proposta, baseia-se nos seus documentos. Em todas as Capitais, o DNER tem representantes, os quais chamamos de "Distritos Rodoviários Federais", e há residências espalhadas pelo interior de todos os Estados. São eles que nos fornecem elementos para que se faça uma proposta, um levantamento de necessidades.

Agora, quando se vai elaborar uma proposta, esse levantamento de necessidade... chegamos até a rir, dizendo que "a sorte não estabelece um teto para a gente, mas sim um piso" - porque teto é um negócio lá em cima -; eles dão um piso ao qual é difícil de se ajustar. Chega a doer ter que deixar determinadas obras e determinados segmentos de fora de uma proposta orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- O Deputado Robson Tuma quer fazer outra pergunta. Parece que o Presidente pediu pressa.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Só um instantinho, por gentileza; isto aqui eu tenho que devolver, deputado?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu poderia encaminhar mais um telex... (inaudível)

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Senador, só uma informação: esse telex se refere a alguma pergunta? É apenas para efeito de referência posterior.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Este telex é de 26 de março de 1992, endereçado ao Sr. Antônio Carlos Perruci, Jairo Rodrigues da Silva, referente a diversas obras. Menciona diversos lotes de construção, empresas. Não concordamos com a desqualificação daquele que teve a melhor proposta em termos de menor preço, e assim por diante. Então, o teor é semelhante àquele outro, assinado pelo Chefe de Divisão de Infra-Estrutura da Divisão de Operações...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Senador, obrigado; é apenas para ao anexar fazer uma referência de que se trata de documento encaminhado por V. Exª e anteriormente pelo Deputado José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Eu vou pedir que seja o mais sucinto possível, porque nossa reunião já começou, e o Presidente está-nos convocando.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª conhece a Construtora Sergel?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª não sabe onde fica, nem nunca teve contato com ninguém na Sergel?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - Quem controla os recursos externos do DNER? Existe o controle do Tribunal de Contas da União?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Existe; nós estamos submetidos ao controle da CIZET (Secretaria de Controle Interno*) do Ministério dos Transportes, nesse caso há a SEAIN*, Secretaria de Assuntos Internacionais, a própria auditoria do Banco Mundial, estamos sujeitos a diversas...

O SR. ROBSON TUMA - Sempre que o Deputado Sérgio Guerra precisava de alguma coisa, V. Sª ou o Dr. Maciste levavam na casa dele? Era um ou outro?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim.

O SR. ROBSON TUMA - Nunca precisou de irem os dois, nunca precisou de irem mais pessoas do DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - E por que teriam visto V. Sª com o Dr. Maciste várias vezes na casa do Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Fomos uma vez, não foram várias vezes; talvez como uma coincidência na saída do DNER, eu falei que ia lá levar um documento e o Maciste disse que iria comigo. E de fato foi comigo.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª disse que nunca ajudou o Deputado Sérgio Guerra no relatório diretamente?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O que V. Sª chama de diretamente?

O SR. ROBSON TUMA - Diretamente seria ajudar; seria vir ao senhor e dizer: olha, essas emendas tecnicamente são aprováveis, está tudo aqui, como é que faz? V. Sª ajudava, ou só servia para levar as informações do DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, eu não disse isso; ele me perguntava se uma determinada emenda seria factível de ser executada pelo DNER ou não, por exemplo. Eu ia ver se era uma rodovia federal, se a ponte que estavam pedindo lá era em rodovia federal, se não era uma obra de caráter estadual ou municipal.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª fazia uma análise técnica das emendas?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Fazia uma análise técnica das emendas que ele quisesse acatar, sobre se elas teriam condições de ser utilizáveis.

O SR. ROBSON TUMA - Então, V. Sª estava sempre na casa do Deputado Sérgio Guerra para fazer ...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sempre solicitado. Veja bem, eu não analisava todas as emendas; eu não tinha nem tempo, nem... era uma quantidade muito grande, não era possível. Eu dava alguma orientação sobre aquelas que ele me pedia para examinar.

O SR. ROBSON TUMA - Quem V. Sª conhece na ANEOR* - Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias*?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Valdir da Costa Reis.

O SR. ROBSON TUMA - Que cargo ele ocupa?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Secretário-Executivo da ANEOR.

O SR. ROBSON TUMA - Quem ajudava o Deputado Sérgio Guerra, já que não era o senhor, e ele disse que não entendia nada e havia pedido exatamente para o pessoal do DNER ajudá-lo, porque não conhecia nada. Quem o ajudava a fazer esse relatório?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Ele tinha auxílio do DNER, na área técnica.

O SR. ROBSON TUMA - De todas as emendas?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Sim. De todas não, das emendas que ele me apresentava, tá? Das emendas apresentadas a mim. Ele não apresentou todas as emendas para mim, eram sei lá quantas.

O SR. ROBSON TUMA - Das emendas que deveriam ser aprovadas. E se foram aprovadas ele mostrou para o senhor para ver ...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não estou dizendo que sobre todas as aprovadas, ele pediu opinião do DNER. Estou dizendo que aquelas que ele apresentou a mim para dar alguma opinião, a opinião foi dada.

O SR. ROBSON TUMA - O Deputado Sérgio Guerra disse que pediu ao DNER para que mandasse técnicos porque ele não sabia nada sobre o assunto. Se o senhor disse que não ajudou em todos, quem poderia ter ajudado?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei.

O SR. ROBSON TUMA - Esse senhor do ANEOR?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não, quando lhe disse que conhecia é porque é a pessoa que...

O SR. ROBSON TUMA - Você já viu alguém do ANEOR lá na casa do Deputado Sérgio Guerra?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não.

O SR. ROBSON TUMA - Tem certeza?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Absoluta.

O SR. ROBSON TUMA - Quem é o funcionário da Queiroz Galvão que acompanha os projetos de interesse da empresa no DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Na Queiroz Galvão tem um engenheiro chamado Alvin.

O SR. ROBSON TUMA - Alvin de quê?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei.

O SR. ROBSON TUMA - Que acompanha o DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Ele acompanha quem tem, vamos dizer assim, os contatos lá na diretoria, com isso e aquilo. Existem outros funcionários.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor disse que viu somente uma vez o senhor José Carlos dos Santos. Onde?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Tenho impressão que foi na casa do Deputado Sérgio Guerra.

O SR. ROBSON TUMA - Somente uma vez?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Só uma vez. Não tinha contato com ele, nem tinha por que ter contato.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor sabe o que ele estava fazendo lá?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não sei.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não ajudava integralmente o relatório do Deputado Sérgio Guerra. O Deputado não entendia...

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Deputado Robson Tuma...

O SR. ROBSON TUMA - Para finalizar a pergunta...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Realmente não ouvi, no depoimento do Deputado Sérgio Guerra, ele dizer que não entendia nada do Orçamento. Queria fazer esse depoimento porque pode estar havendo uma presunção.

O SR. ROBSON TUMA - Ele disse que não tinha nenhum conhecimento sobre a área do DNER.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Eu posso estar enganado, mas não lembro que tenha dito que não entendesse do problema. Ele disse que na questão formal, o José Carlos entendia da questão orçamentária. Eu não ouvi, pode ser que alguns outros Parlamentares tenham ouvido ele dizer que não entendia nada sobre Orçamento. Hoje ele demonstrou até que tinha um conhecimento razoável.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O Deputado Sérgio Guerra é uma pessoa muito perspicaz, ele com a análise dos relatórios ia resolvendo as questões.

O SR. ROBSON TUMA - Só para a última pergunta. O senhor era a pessoa indicada, pelo DNER, para ajudar o Deputado Sérgio Guerra. O senhor disse que não preparou o relatório.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Veja bem, disse que o Diretor-Geral do DNER colocou todo o departamento à disposição do Deputado. Como fui a primeira pessoa a ter contato com ele, no órgão, estabeleceu-se, a princípio, um contato mais direto entre nós, mas toda a estrutura do órgão estava à disposição do Deputado, como está à disposição de qualquer um dos Relatores. O DNER tem interesse, sempre foi chamado, de poder participar.

O SR. ROBSON TUMA - Estou referindo-me, especificamente, ao contato quando precisava de algum auxílio técnico.Era o senhor que ajudava?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Exatamente.

O SR. ROBSON TUMA - Por que tem esse relatório do Orçamento, específico o Orçamento de 92, todo feito a mão, de todo Orçamento do relatório do Deputado Sérgio Guerra, no DNER?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Posso ver?

O SR. ROBSON TUMA - A informação que tenho, salvo se estiver enganado, é de que é a letra do senhor.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - A informação que o senhor tem...?

O SR. ROBSON TUMA - Seria com a letra do senhor. Não sei, porque não conheço sua letra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Por favor, Deputado Robson Tuma, distraí-me com uma intervenção lateral. Poderia fazer a pergunta, para efeito de registro pode ser que só eu não tenha entendido.

O SR. ROBSON TUMA - Perguntei sobre o contato físico. Sempre que o Deputado Sérgio Guerra precisava de um auxílio técnico do DNER, ele era dado pelo Dr. Luziel.

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Esse relatório é meu. A letra não é minha. Alguém copiou um relatório meu que eu, aliás, nem trouxe, que é um calhamaço desse tamanho. É um relatório que faço. Como esse relatório aqui envolve todos os contratos do DNER, faço um relatório apenas daquilo que foi aprovado: os trechos, quem é que está no trecho; se é obra a licitar ou não; e observações que eu julgar pertinente, apenas para subsidiar informações ao Diretor-Geral de forma mais rápida.

O SR. ROBSON TUMA - Estou extremamente satisfeito com essa sua resposta e peço que, no relatório de V. Exª, Deputado, conste uma cópia de tudo isso e com a declaração de que é uma cópia fiel de um relatório feito por ele.

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Posso, se quiserem, trazer o original disso aqui. Poderiam constar os dois. E não fiz só o desse ano não. Faço esse calhamaço todo ano.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Está certo. Está esclarecido.

Com a palavra o Deputado Roberto Franca, Relator.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Dr. Luziel, vou fazer uma pergunta, para não me afastar muito do documento que está sendo examinado. V. Sª disse que esse documento é seu, mas que foi reproduzido; a letra não é sua. Porque, veja bem, vamos anexar isso ao relatório geral. V. Sª disse que é seu. Então, pergunto: é seu, textualmente, o documento, ou é seu, reproduzido?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - É meu. Acho que já sei de quem é a letra. É de um colega do DNER que eu pedi para fazer, que estava lá. Já identifiquei a letra de quem fez, com orientação minha. Pedi, porque eu estava sem tempo, apenas para ele fazer. É um relatório que fiz em 91, comecei a fazer em 91, que me auxiliou nas informações ao Deputado. Eu tinha um relatório similar a esse. Em 92, eu fiz um outro. Em 93, deixei de fazer, porque passei a usar a parte de computação.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Sª poderia falar um pouco sobre esse relatório, sobre a natureza dele?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - O relatório mostra, por Unidade da Federação, quais são os subprojetos aprovados. O que temos no orçamento, por exemplo, para abrir no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - Aprovados em que ano?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Aprovados no orçamento de 92. Este é o orçamento de 92, que tenho aqui em mãos.

O SR. ROBERTO FRANCA - Isso é posterior à aprovação?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Posterior à aprovação. Isso é feito em cima da lei orçamentária. Nós, do DNER, trabalhamos com base na lei orçamentária. Então estão aqui os subprojetos, qual é a empresa que tem, qual é o contrato. Recursos necessários era uma coluna que coloquei para preencher depois, mas não cheguei a preencher. E a de observações.

O SR. ROBERTO FRANCA - Certo. Dr. Luziel, qual é o Estado de V. Sª?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Sª conheceu o Sr. Antônio Perruci já no órgão?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quando ele o indicou, V. Sª já era funcionário do órgão?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - Desde 1981?

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - Durante esse tempo, de 1981 até hoje, V. Sª foi funcionário do DNER aqui em Brasília ou ...

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Não. Sempre no Rio de Janeiro. Vim transferido compulsoriamente na reforma administrativa do Presidente Collor, em 90.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Sª, ao ser indicado pelo Sr. Perruci, para assessorar a Comissão de Orçamento, especialmente o sub-relator Sérgio Guerra, foi indicado pelo Sr. Perruci, mas não tinha nenhum conhecimento anterior com o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. LUZIEL REINALDO DE SOUZA - Nenhum. Conheci o Deputado Sérgio Guerra no gabinete do Dr. Perruci.

O SR. ROBERTO FRANCA - Participo também do entendimento do Deputado José Genoíno de que o **lobby**, nessa área, é forte, como em outras. Eu gostaria de saber de V. Sª se não há possibilidade, já que na execução de uma obra acontece que uma empresa é licitada e executa a obra, e outra empresa fiscaliza a obra, e, eventualmente, em outra circunstância, essa relação se inverte, se V. Sª não acha plausível que possa haver uma fiscalização não exatamente criteriosa, pois tanto a construção como a fiscalização não são mais feitas pelo DNER, mas por empresas.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Como eu disse, Deputado, lamentavelmente perdemos muito a nossa capacidade de operação. O DNER atualmente está esfacelado. Não temos motorista, laboratorista, topógrafo. É muito difícil vermos uma residência razoavelmente estruturada. Tem-se o engenheiro, o mínimo necessário para se acompanhar, e o pessoal, na ponta - vamos chamar assim -, nas nossas residências têm sofrido muito com isso, porque as solicitações continuam cada vez mais fortes. É em cima da ponta, do residente que se sente a pressão maior do prefeito, da região, da comunidade, cobrando intervenções que, muitas vezes, ele não tem condições de fazer porque não depende somente dele. Ele não pode fazer se não há recursos orçamentários, se não há contrato em execução, se os recursos de conservação são exíguos.

Então, o DNER perdeu toda essa capacidade lamentavelmente. Estamos mudando, inclusive a filosofia de que o DNER vai fazer daqui por diante tem de ser repensada porque não dá, está tudo sendo terceirizado.

O DNER contrata as empresas para fazer uma supervisão dessa obra. A empresa tem engenheiro, topógrafo, laboratório e condições de fazer o que o DNER não tem, por falta de estrutura.

O SR. ROBERTO FRANCA - A pergunta que me leva a essa questão é porque acho que tem razão de ser a afirmativa do Deputado José Genoíno de que o DNER pode ficar refém de empresas mais capacitadas.

Veja V. Sª: a fiscalização da obra, não sendo feita com critérios rigorosos, com imparcialidade, pode comprometer a qualidade da obra, uma vez que uma empresa está fiscalizando e, nas estradas, - embora eu não seja engenheiro de obra - sei que há diversos investimentos que são subterrâneos, as bases das estradas. É uma preocupação que temos neste momento na CPI com relação à qualidade das obras.

Se o DNER se desestruturou em termos de fiscalização, pode dar margem a interferências dessa natureza que comprometam a qualidade da obra, uma vez que elas são fiscalizadas por outras empresas que, em outras circunstâncias, estão executando obras, também, que podem até ter como supervisoras aquelas que anteriormente ...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Desculpe-me, Deputado, mas as empresas que supervisionam a obra são empresas de consultoria, não são executoras de obras. Geralmente, são as projetistas da obra.

O SR. ROBERTO FRANCA - Mas é um detalhe importante, já que V. Exª levantou isso, nobre Deputado... Estamos vendo nesta CPI do Orçamento que alguns Parlamentares que apresentaram emendas foram dirigentes de empresas de consultoria. O senhor ouviu o Deputado Manoel Moreira dizer que foi consultor de obras e de empresas.

Temos na Polícia Federal a lista de empresas de consultoria que contribuíram como o esquema PC. Mesmo que a consultoria não seja feita por uma empresa que constrói, esse conluio com o Estado é perfeitamente possível. Alguns desses Deputados dizem que

foram consultores, inclusive exerceram consultoria durante o mandato. Daí, o critério para fiscalizar uma obra varia de acordo com essa empresa. Estou levantando uma tese.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nessa linha de raciocínio, ninguém, na verdade, ficaria isento porque, se o DNER tivesse condições de fiscalizar, também estaria sujeito a esse tipo. Se tivéssemos algum outro procedimento que não fosse através de contratação ou direto, também estaria sujeito.

O SR. ROBERTO FRANCA - Mas há uma diferença. V. Exª sabe que o DNER é um órgão público com outro tipo de fiscalização e não com a função meramente lucrativa que tem hoje.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Mas, Deputado, estamos desestruturados, mas não estamos acabados. Como eu disse, o DNER ainda tem um corpo técnico de excelente qualidade, de primeira, ainda luta com denodo para tentar voltar não ao que era mas, na parte técnica, ser o que sempre foi e não deixar isso ir para o ralo.

Os nossos residentes fazem tudo para acompanhar o serviço do campo. Ninguém pára em residência. Todo mundo está fiscalizando obra. Somente fica em residência aquele que, lamentavelmente, não tem obra para fiscalizar. A obra que eu falo é uma obra de maior porte de restauração, de construção, porque conservação, praticamente toda a malha é conservada. Mas temos sempre procurado bater o ponto lá no...

O SR. ROBERTO FRANCA - Dr. Luziel, eu vou fazer mais umas quatro perguntas...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Pois não.

O SR. ROBERTO FRANCA - E, rapidamente, porque estamos com uma outra reunião. Mas eu gostaria de saber se, na elaboração da programação orçamentária da União, V. Sª tem participado dessa proposta, a nível do Executivo para ser enviado ao Congresso Nacional, nos últimos anos ou de alguma forma?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Essa proposta é formulada, ela vem do campo. As necessidades vêm do campo, da ponta. As necessidades chegam até a sede do DNER. Todas essas necessidades são consolidadas e depois ajustadas dentro dos limites possíveis. Dentro disso, todo o DNER trabalha: é a Diretoria de Engenharia, é o Setor de Planejamento, é o Serviço de Orçamento e Controle. São diversos setores que trabalham para fazer uma elaboração de uma proposta.

O SR. ROBERTO FRANCA - E a nível internacional? Quer dizer, dos trechos que são definidos para financiamento internacional, ou seja, a decisão final. Suponho que quando um convênio seja definido para ser objeto de financiamento internacional, um trecho, vamos dizer, uma rodovia, ele passa a ser objeto de sucessivos investimentos, a nível orçamentário de contrapartida.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Certo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Portanto, essa definição se dá a nível de Ministério, a nível da presidência do órgão, do DNER? Como se dá esse momento de definição para financiamentos internacionais?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, existe um critério, uma seleção de trecho, onde é feito um estudo de viabilidade técnico-econômica, que é submetido ao Banco Mundial. Se esses trechos forem aprovados pelo Banco, isso retorna e o DNER dá início ao processo de licitação internacional, já com a aprovação do Banco para aquele segmento. Então, são elencados, dentro da malha, aqueles trechos que nós acreditamos que dê essa viabilidade técnico-econômica. Então, parte desse estudo preliminar, um estudo de viabilidade técnico-econômica. E o DNER já tem, quase sempre em estoque, projetos já prontos, que só fazemos um ajustamento desse projeto, uma adequação do projeto, uma atualização do projeto. E se o Banco aprovar o trecho, ele vem, é feita uma licitação internacional e a obra é contratada.

O SR. ROBERTO FRANCA - Muito bem. Dr. Luziel, foram feitas várias perguntas com relação especificamente à sua assessoria ao Deputado Sérgio Guerra. Eu queria perguntar agora, com relação a esse assessoramento dado pelo DNER e por V. Sª, se em algum momento desse assessoramento, V. Sª, direta ou indiretamente, percebeu ou supôs que havia alguma coisa de escusa, de indigna, ou alguma coisa que comprometesse, inclusive a elaboração do Orçamento.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Nunca, jamais.

O SR. ROBERTO FRANCA - Porque você veja bem; sou do mesmo Partido do Deputado Sérgio Guerra e o Partido está também interessado, evidentemente, como toda a Nação, em esclarecer isso. Então, o depoimento de V. Sª, e pelas sucessivas perguntas que lhe foram feitas, essa questão é extremamente relevante, porque é um depoimento de alguém que esteve assessorando em nome do órgão.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não tenha dúvida. E falo com a maior tranqüilidade isso. Sem dúvida nenhuma, porque todo o relatório foi orientado segundo aquelas prioridades de contato e restauração, obras em andamento, obras com financiamento externo, eliminação de pontos críticos. Então, ele foi orientado dessa forma. Naquilo que o Deputado nos solicitou, foram fornecidas informações. Certamente, muito daquelas informações que demos, ele tomou para si, fez a sua avaliação e tomou a decisão que lhe cabia. Mas por isso que eu digo que, sempre que víamos a solicitação e tudo que vinha com uma solicitação, víamos que era para saber apenas se o DNER tinha condições de aplicar, se não tinha; se era alguma coisa estapafúrdia em relação ao Orçamento, porque de vez em quando acontece. Tem subprojeto que o DNER não pode executar. Se aprovar uma emenda com execução de ponte no município tal, vai botar no Orçamento do DNER e o DNER é impossibilitado de aplicar. Então, fica um recurso ali estagnado, podendo ter sido

alocado em um outro segmento e ser aplicado, se nós tivéssemos recursos financeiros para isso.

O SR. ROBERTO FRANCA - Agora, uma última pergunta. Com relação à questão das empresas: é possível um Parlamentar ou é plausível que um Parlamentar, ao elaborar - o Sub-Relator ou o Relator-Geral - que ele elabore a sua proposta orçamentária? Ou que o próprio DNER, ao assessorar, desconheça que essas obras pertencem a determinadas empresas?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O DNER?

O SR. ROBERTO FRANCA - O DNER ou, no caso, o parlamentar, embora possa não ser um critério; evidentemente, espero que não seja.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O DNER sabe exatamente o que faz. Quando ele propõe alguma coisa no Orçamento, ele sabe exatamente por quê.

O SR. ROBERTO FRANCA - E a quem está executando a obra.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Ele tem os contratos. Qualquer pessoa que leia, por exemplo, o Diário Oficial diariamente pode ter um controle de contratos quase tão bom quanto o DNER. Porque todo contrato é publicado no Diário Oficial, tem preço, data de proposta, tem tudo; cada modificação do contrato é publicada no Diário Oficial. O que o DNER tem é somente um banco de dados mais bem elaborado. Então, quando o DNER coloca "restauração", ele coloca nos trechos; ele não carimba trecho em restauração, como eu disse. Ele coloca trecho de divisa a divisa. Se ele coloca recursos de contrapartida de banco ali, é porque sabe que tem um contrato, dois ou três que são financiados, que existem possibilidades de aplicação desses recursos externos ou que vai licitar um contrato financiado. Porque não adianta querer-se dizer que se vai licitar um contrato com financiamento externo se não se tem no Orçamento recursos para isso; não adianta licitar se não se tem como empenhar, se não se tem como realizar despesa.

O SR. ROBERTO FRANCA - Desculpe-me, Sr. Presidente, mas surgiu uma última pergunta dessa resposta. Tem havido um critério geral, que é aquele que o DNER vem adotando com relação à continuação das obras em curso. Inclusive, quando fui Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco, encontrei dezenas de cadeias e de fóruns paralisadas. Então, uma das primeiras coisas que fiz foi priorizar, até por uma razão de economia, a conclusão daquelas obras e pude, no final do processo, inaugurar vinte cadeias e vinte fóruns, em dois meses, porque as obras já estavam umas em conclusão, outras na metade. De forma que foi um critério.

Na medida em que, no DNER, foi tomada essa orientação de conclusão, isto é, obras em andamento, obras de conservação de estradas, obras que tinham contratos - são as denúncias que têm sido feitas -, em função de que as obras priorizadas não foram obras de construções novas, mas foram obras de manutenção e de conservação ou de continuidade, inferir que haja interesse além da obra de beneficiar empreiteira não é...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, isso é o tipo de coisa que vemos escrita nos jornais e que não tem sentido. Se o DNER colocasse, então, no seu orçamento somente trechos que não têm contratos, o que faríamos com os outros, com as obras que estão andamento? Tudo paralisado? Então, a cada ano, começaríamos obras novas, um elenco de obras novas e deixaríamos as outras inconclusas? Penso que, muito pelo contrário, temos que aplicar recursos maciçamente em obras que estão em execução, ter um critério mais rigoroso possível no início de obras novas e tentar diminuir obras de construção novas; porque obras de restauração novas, precisamos abrir frentes, o que podemos lançar de obras novas, desde que tenhamos recurso no Orçamento, temos por obrigação lançar. Está toda a sociedade cobrando de nós, DNER, solução para esses problemas e, infelizmente, ficamos amarrados, não só na questão do Orçamento, da liberação dele, como também da liberação do fluxo financeiro. Já é uma instabilidade danada, ninguém sabe o que vai acontecer daqui a dois meses; ninguém sabe se pode medir ou executar uma obra, porque não se sabe se vai receber lá na frente, se não vai; se vai vir dinheiro para pagar. É uma dificuldade muito grande que o Executivo passa.

O SR. ROBERTO FRANCA - Agradeço, Dr. Luziel Reinaldo Souza. Estou satisfeito. Essa pergunta final não diz respeito somente ao DNER. Um dos grandes desafios do Congresso Nacional e dessa reestruturação que deverá sair da Comissão de Orçamento é uma circunstância com a qual teremos que tratar e lidar. A maior parte das emendas, não apenas do DNER, mas de todas as emendas orçamentárias, vão contar com as circunstâncias de que há empresas executando obras, cujo tempo de execução transcende o exercício financeiro e fiscal.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Quase sempre.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quase sempre. Principalmente as grandes obras. De forma, com o resultado desta CPI e com essas modificações, temos que encontrar uma solução que não comprometa de início qualquer possibilidade de participação parlamentar no Orçamento da União, sob pena de ficarmos todos suspeitos de apresentarmos obras que, necessariamente, estarão em execução pelas empresas. Esse é um desafio porque, num dos depoimento, vi Parlamentares com medo, negando-se a dizer que intermediaram obras - usam a palavra "intermediar" como algo espúrio e uma parte da atividade parlamentar é justamente obter recursos.

Evidentemente que o problema da corrupção não se instala aí, mas é sempre uma hipótese que permite a inferência de que emendas ou gestões para determinados Estados ou Municípios possam resultar na suspeição do Parlamentar. Necessariamente, a empresa, quando a obra é de porte, transcenderá o exercício - isso em obras de qualquer natureza - e

gera um problema, que, a partir do próximo exercício ou desse exercício e os Parlamentares ficam numa situação até de constrangimento em apresentar obras para Prefeituras que tenham convênios com empresas que estão executando.

É um desafio que espero esta CPI possa encontrar saídas que evitem isso. Uma das formas - acredito, não entendo bem do assunto - seria que o Executivo, ao definir uma obra de porte, assegurasse os recursos de sua continuidade, sem necessidade de haver alocação de recursos por parte do Congresso Nacional, para que a uma obra definida, com tempo de duração, fosse assegurada, mesmo que por convênio, com a alocação de recursos sucessivos, porque não é esdrúxulo entender que uma empresa - estou falando em tese - que tenha feito uma licitação e montado seu canteiro de obras se desinteresse pela obra. É um absurdo imaginarmos isso. É evidente que ela também tem interesse na continuidade da obra.

De forma que, é um desafio que poderia ser contornado em parte, na medida em que a União definisse o financiamento de uma obra que constasse do seu plano plurianual, garantindo nos exercícios sucessivos a conclusão da obra, independente de ter de haver uma preocupação do Congresso em dar continuidade.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Isso, para nós do Executivo, seria o ideal. Na nossa proposta de 94, diversas obras que estão em andamento não tiveram nem condições de receber recursos do Executivo. Existem diversas obras sem condições nenhuma para continuarem devido às limitações estabelecidas. Estão sendo feitas obras de restauração, quase que tão somente aquelas que têm financiamento externo. Obras de construção? Nenhum tostão. Obras de adequação de capacidade sem financiamento externo? Nenhuma delas.

Então, temos de obras de duplicação, como Cumbica-Guarulhos, Prazeres-Cabo, Belo Horizonte-Sete Lagoas, sem um tostão. Se não vier dinheiro, através de emenda, essas obras ficarão completamente paralisadas.

O SR. ROBERTO FRANCA - Pedirei, ainda, um pequeno esclarecimento. V. Sª afirmou que prestava assessoria ao Deputado Sérgio Guerra apenas nas emendas que lhe eram apresentadas. V. Sª seria capaz de identificar essas emendas? Por exemplo, se eu fizesse uma referência à Emenda nº 1.232.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, é muito difícil. Não consigo lembrar.

O SR. ROBERTO FRANCA - É uma emenda que trata de restauração de rodovias da BR-120, trecho Visconde do Rio Branco-Viçosa.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Não consigo lembrar.

O SR. ROBERTO FRANCA - Se lembrasse seria melhor, como não se lembra, vou-lhe fazer a pergunta da mesma maneira. V.Sª disse que o custo médio de restauração é de 120 mil a 140 mil dólares por quilômetro. O Deputado Sérgio Guerra, em seu relatório, cita esse custo médio como de 100 mil dólares, uma estimativa inferior à de V.Sª. Salvo engano, a proposta orçamentária para 94 fala em 80 mil dólares.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - 120 mil dólares.

O SR. ROBERTO FRANCA - Se não me falha a memória, 80 mil dólares. Tenho, aqui, seis emendas de restauração que ultrapassam essa estimativa. No caso da que me referi, Emenda nº 1.232, é uma restauração da BR-120, no trecho Visconde do Rio Branco-Viçosa, tem o valor, por quilômetro, de 115 mil dólares. É um pouco abaixo da sua estimativa e acima da do Deputado Sérgio Guerra no relatório. Uma outra emenda, a que trata do trecho Posto Gil-Santa Helena, tem um valor por quilômetro de 191 mil dólares. Tem uma terceira, cujo valor é quase quatro vezes superior ao valor estimado pelo Deputado Sérgio Guerra e bem superior ao estimado por V.Sª, é um trecho da BR-116, da divisa Rio-São Paulo, que são 383 mil dólares. Há uma outra que está estimada em 190 mil dólares, outra em 350 mil dólares e outra em 383 mil dólares. São valores bem superiores ao custo médio estimado por V. Sª e também pelo relatório do Deputado Sérgio Guerra. Como é que se explica este valor tão alto para uma restauração?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, em primeiro lugar, o valor de uma emenda nada tem a ver com o custo da obra.

O SR. ROBERTO FRANCA - Eu já fiz o cálculo.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Mas isso não é custo de obra. Veja só, uma emenda que é inserida e pode chegar a um custo de 180 mil dólares, a não ser licitada, ninguém sabe qual vai ser o custo ofertado.

Em segundo lugar, por exemplo, V. Exª falou da BR-116, 380 mil dólares. Não sei como é que foi calculado esse custo, mas a Dutra, no trecho Rio de Janeiro, tem 200 e poucos quilômetros. Se se dividir pelo custo, não deve dar o que está aí não.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não. Esse custo que estou apontando é o custo do quilômetro; um cálculo feito por nossa assessoria.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Só gostaria de levar esse documento para...

O SR. ROBSON TUMA - Quais são os critérios utilizados na estimativa desse custo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Dos 121 mil dólares de que estou falando é o custo do projeto; é quanto o DNER, depois de fazer um projeto...

O SR. ROBSON TUMA - Isto varia de região para região?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Varia muito. É o que estou dizendo. Pode ser muito elevado. Se V. Exª pegar uma região de clima extremamente montanhoso, onde tenhamos cortes, terraplanagem muito grande, o custo vai lá para cima.

O SR. ROBSON TUMA - Isso na construção. Todos os exemplos que lhe estou dando são de restauração.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Por exemplo, no caso de restauração de uma rodovia de alto volume de tráfego, onde se é obrigado, devido à interferência, a fazer meia pista e trabalhar à noite, tudo isso influencia em custo.

O que estou querendo dizer, Deputado, é que, dependendo de região, de índice pluviométrico, onde se tem um número menor de dias para trabalhar no ano, tudo isso é levado em conta quando se calcula um preço.

Então, eu só gostaria de examinar como foram calculados esses custos médios, para que depois possa discutir com V. Exª. Em um custo de 300 e poucos mil dólares - se V. Exª quiser podemos fazer uma conta rápida aqui...

O SR. ROBSON TUMA - Não há necessidade. A BR-116 está em 383, mas tem um trecho aqui...

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Qual é o valor da BR-116 na emenda, por gentileza?

O SR. ROBSON TUMA - O valor ou o nome? Dar-lhe-ei cópia disso depois.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Então está bom.

O SR. ROBSON TUMA - Mas tem outro trecho...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quais os critérios que o DNER adota para fazer esse cálculo?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Esse levantamento de custo é feito de projeto, Deputado. É o custo de projeto.

O SR. ROBSON TUMA - Que critérios são utilizados na elaboração desse projeto?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - O critério é técnico: que tipo de intervenção vai necessitar um determinado trecho danificado de uma rodovia? Vai precisar remover base? Vai. Qual o custo de remoção de base? Vai precisar substituir a base? Sim. A que distância tem uma jazida de material apropriado? Qual a distância de transporte? Qual o custo de aquisição desse material, se a jazida vai ser desapropriada? Qual o custo de brita se tiver que fazer um negócio? Tudo é calculado.

O SR. ROBSON TUMA - Sim, mas veja bem, 383 mil dólares e quase o valor do quilômetro construído.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Deputado, estou querendo fazer um cálculo sobre isso aí, porque...

O SR. ROBSON TUMA - Estou apresentando emendas que são bem superiores à estimativa do relatório do Deputado. Imagino que, se S. Exª o fez com a assessoria do DNER, evidentemente, quando estimou esse custo em 100 mil dólares, terá sido por orientação do DNER, que, aliás, não é muito diferente do que V. Exª está afirmando aqui - a estimativa de V. Sª é de 120 mil dólares. Mas todas estas emendas tem custo bem superior, o quilômetro está bem superior; em algumas vezes, é quatro vezes mais.

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Se V. Exª quiser e permitir, em 10 minutos possa analisar e definir isso. Tenho elementos aqui para ver qual a extensão do trecho, qual o valor e atualizo isto pelo dólar da proposta.

O SR. ROBSON TUMA - Já que V. Sª se dispõe a isso e estamos com compromisso, o Presidente está-nos convocando porque há uma reunião no Pleno da CPI, teremos que encerrar este seu depoimento, mas vou pedir a V. Sª que fique com a nossa assessoria e preste estes esclarecimentos, até porque são de ordem técnica.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, permita-me uma última pergunta. No assessoramento que dava ao Deputado Sérgio Guerra, V. Sª entrava no mérito do valor da emenda ou ficava sob responsabilidade dele?

O SR. LUZIEL REINALDO SOUZA - Em absoluto. É responsabilidade dele. Primeiro, porque o valor da emenda é muito alcatório. Então, só falávamos aquilo que dizia respeito ao objeto da emenda.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS)- Agradeço, então, a presença do Sr. Luziel Reinaldo Souza. Vamos encerrar esta reunião. Haverá uma nova tomada de depoimento. Eu gostaria que realizássemos uma outra reunião, para fixarmos o calendário dos próximos depoimentos aqui na Subcomissão.

Peço ao Dr. Luziel que fique com a nossa assessoria e preste, então, esses esclarecimentos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 35 minutos.)

Depoimento do Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião.

Ouviremos hoje o nobre Deputado José Carlos Vasconcellos.

O Vice-Presidente fará as perguntas de praxe.

O SR. ODACIR KLEIN - O seu nome?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - José Carlos de Morais Vasconcellos.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Cinqüenta e quatro anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - SQN 302, "B", 102.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Economista e Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce atividade?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência pede a todos os presentes que fiquem de pé para ouvir o juramento do depoente.

Tem a palavra o Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Termo de compromisso: juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª terá o máximo, de 1 hora para exposição preliminar, para depois se seguirem todas as inquirições.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso começar a exposição, ou aguardo o Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu suponho que, no caso, é oportuno aguardar um pouco.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS -Muito obrigado, Sr. Presidente. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Carlos Vasconcellos, podemos começar.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da CPI do Orçamento:

Quero declarar, inicialmente, que, apesar dos transtornos que esta investigação tem-me causado, do sofrimento até, sempre a desejei.

Como prova, Sr. Presidente, já em 1991, e ainda como membro titular da Comissão Mista de Orçamento, apoiei a instalação de CPI, no mesmo sentido e para desenvolver a mesma investigação. Encaminho a esta Comissão, Sr. Presidente, cópia do requerimento de pedido de instalação de CPI idêntica a essa, na qual consta meu expresso apanhamento.

Mencionado na entrevista que o Sr. José Carlos Alves dos Santos concedeu à revista **Veja**, que motivou a constituição desta Comissão, destinada a apurar suas denúncias a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União, e convidado para prestar esclarecimentos, aqui, compareço para definir minha atuação e meus atos enquanto membro da Comissão Mista de Orçamento.

Permitam-me, em primeiro lugar, reportar-me ao passado, e o farei com brevidade, para situar minha atividade parlamentar com relação ao Orçamento da União.

Eleito Deputado federal pela primeira vez, em 1978, depois de exercer a Liderança do MDB, na Câmara Municipal do Recife. Desde o início daquela legislatura, em 1979, preocupei-me com a peça orçamentária como instrumento primordial para promover o desenvolvimento com justiça social, capaz de assegurar a superação das desigualdades entre regiões e entre seres humanos, resgatando a enorme dívida social com aqueles que vivem em estado de carência e miséria absoluta.

Quero ater-me, Sr. Presidente, rigorosamente, ao Estado. Em 1981, solicitei ao INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, um estudo sobre o Orçamento da União. Objetivava a análise de seus aspectos fundamentais e de sua caracterização geral.

Tomei a iniciativa na busca de caminhos que permitissem:

a) a democratização do processo de elaboração do Orçamento, com participação da sociedade na definição das dotações prioritárias;

b) fiscalização e acompanhamento das obras financiadas pelas dotações;

c) mais justa distribuição das dotações.

Esse estudo, Sr. Presidente, está consolidado numa publicação que coloco à disposição desta Comissão, e que data de 1981.

Fruto desse trabalho, apresentei, ainda em 1981, Proposta de Emenda à Constituição nº 13, e em 1993, na minha segunda legislatura, a Indicação Legislativa nº 10-a, nas quais eu propunha a regionalização do Orçamento. Esse critério é hoje uma conquista inscrita na Constituição de 1988.

O estudo do INESC à Proposta da Emenda à Constituição e à Indicação de minha autoria, além de diversas separatas, que publiquei no exercício de meus mandatos, transformaram-se em elemento de consulta por associações de classe, meio universitário e mesmo instituições oficiais, o que sempre me orgulhou.

Permitam-me destacar desses documentos as principais propostas para o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária. Não quero entrar, Sr. Presidente, em toda a conceituação técnica sobre a forma de elaboração do Orçamento na divisão que se impõe, que se estudou, das despesas sociais de fomento e investimento das estatais, mas atenho-me ao que falava sobre o processo de fiscalização da execução orçamentária. Alertava, à época: "Atualmente não há mais o julgamento prévio do Tribunal de Contas da União, o que enfraqueceu sobremaneira o controle, uma vez que as despesas públicas de maior vulto decorrem, na maioria dos casos, de obrigações contratuais. Dessa forma, torna-se patente a importância da passagem pelo crivo do Tribunal de Contas da União de tais contratos de grande monta, referentes a obras públicas de prestação de serviços, fato este que não ocorre".

O que se pretendia, senhores, é a fiscalização preventiva, e não correr para trancar a porta depois dela arrombada. Defendia, portanto, a importância da pré-fiscalização, "pois de pouco adianta a impugnação de um contrato contendo irregularidades quando esse já se acha iniciado, concluído ou em fase adiantada de execução. De fato, realizada a obra, prestado o serviço e pago o preço, como invalidar o contrato que violou a lei sem considerar a posição do contratante? Este, ante a concordância da administração com a execução, poderia invocar a seu favor a boa-fé e pleitear ressarcimento na hipótese de anulação."

Concluí, também: "À luz do que se expôs, torna-se inegável a afirmação de que não basta saber quanto se gastou, é necessário o conhecimento - aliás, tão ou mais importante - no que e para que foram os recursos públicos empregados".

Isso, senhores, eu defendi em 1981. E ainda dizia:

> "O controle qualitativo de despesas públicas é, portanto, de fundamental interesse, pois permite a mensuração deficiente da gestão da coisa pública na busca dos objetivos sociais e econômicos fixados".

Minha ação parlamentar nas legislaturas de 79/82 e de 1983 a 1987 - portanto oito anos debruçados sobre este assunto - levou-me a participar como membro da Comissão, que discutiu o capítulo dos orçamentos públicos na elaboração da Constituição. Seu Relator foi o Deputado José Serra. E ali ocorreu a aprovação através da redação dada pelo Deputado José Serra à emenda do ex-Deputado Jessé Freire na proposta de regionalização do Orçamento que apresentei a esta Casa em 1981/1983.

Foi instituída a Comissão Mista de Orçamento. Cheguei a ela como decorrência do meu trabalho e pronto para participar de que fora o centro da minha atuação parlamentar em duas legislaturas.

Durante a elaboração do Orçamento de 89, percebi claramente o desaparelhamento da Comissão. E em inúmeros pronunciamentos, sugeri medidas para a sua estruturação, dado o relevante papel que lhe cabia desempenhar.

Diante das circunstâncias que vivíamos naquele momento, considerei necessário que a Comissão debatesse questões macroeconômicas e que, com urgência, fossem estabelecidos os critérios para a intervenção legislativa nas três peças que compõem o Orçamento da União.

No mês de maio de 1989, Sr. Presidente, propus a realização do Simpósio "Rumos do Orçamento", composto por sete painéis para embasar a discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias. Fui na Comissão o seu organizador e coordenador. Compareceram a esses debates parlamentares, Ministros, representantes do Executivo, do Judiciário e de associações profissionais e de sindicatos.

O primeiro painel tratou da "Consideração Geral dos Aspectos Essenciais das Despesas". O segundo concentrou-se em "Depoimentos de Análises sobre a Seguridade Social". E deixo de analisar aqui os conceitos que foram ali emitidos sempre com a presença do Relator da LDO, Deputado José Serra. O terceiro foi dedicado ao Judiciário e contou, Sr. Presidente, pela primeira vez na história do Parlamento brasileiro, com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Dr.José Neri da Silveira, e de todos os Presidentes dos Tribunais Superiores do Brasil. O quarto painel foi dedicado à Educação e Cultura. No quinto discutiu-se a regionalização do orçamento. O sexto painel concentrou-se na discussão da agricultura, ciência, tecnologia, indústria e comércio. E o sétimo painel, Sr. Presidente, e último foi dedicado à abordagem dos problemas referentes à área da infra-estrutura de transportes.

Concluídos os sete painéis, tive a certeza de que minha iniciativa de propor e organizar esses eventos inaugurava uma prática que deveria repetir-se e ampliar-se a cada ano, trazendo para o Congresso as expressões de todos os setores da sociedade brasileira. Porque só assim poderíamos obter uma visão mais clara dos parâmetros e critérios a serem seguidos na análise não só das mensagens orçamentárias do Executivo e do Judiciário, como da própria emendas dos congressistas.

Não teríamos tido todo esse trabalho, Sr. Presidente, se estivéssemos interessados em fazer da Comissão Mista de Orçamento um balcão de negócios. Como o próprio Deputado José Serra afirmou em sua fala inicial durante o primeiro painel, o processo de elaboração orçamentária se faz com o acúmulo de experiências e informações que vão somando-se ano a ano.

Mas, Sr. Presidente, tendo sido Relator de transporte no ano de 1988, que foi um relatório atípico, cujo Relator Geral foi o Senador Almir Gabriel, atípico porque naquela época não se exercia ainda uma demanda forte dos Srs. Parlamentares a sobre aprovação de emendas - percebi com muita clareza que era necessário capacitar a Comissão de informações para que ela pudesse decidir com maior clareza a respeito das emendas dos Srs. Parlamentares, da definição dos projetos e subprojetos do Orçamento da União.

Naquele ano de 1989, já indicado Relator de transportes, tive o cuidado de me reunir com todos os secretários de transporte do Brasil no seminário no Recife, presidido por Dr. Paulo Cassundé, então Secretário de Transportes do Governo Miguel Arraes.

Naquela reunião, fixamos a realização de um simpósio que foi intitulado BR-90, aqui no Congresso Nacional, que reuniu todos os setores ligados ao setor de transporte do Poder Executivo, que reuniu associação de classe e inúmeros secretários de transporte do Brasil. Para uma comissão desaparelhada, e que continua sendo até hoje, Sr. Relator e Sr. Presidente, procurava os caminhos que permitissem informação à Comissão. Não fui procurar nos subterrâneos os caminhos que pudessem gerar a pressão de empreiteiras, mas aqueles setores que pudessem informar claramente. Todos esses setores debateram, em 4 dias, aqui em Brasília, com presença de Ministros de Estado, de Diretores do DNER, do GEIPOT, da VALEC, da EBTU, de 6 secretários de transporte do Estado e de representantes de associação de classes ligadas ao setor.

Compulsados os anais desse simpósio, poderemos observar que o Simpósio BR-90 possibilitou uma análise completa de quase todo o setor de transporte, principalmente o rodoviário, o ferroviário e o de massa, com um concurso de Parlamentares, do Executivo Estadual e Federal, empresários, assessores e órgãos de representação profissional e empresarial, oferecendo à Comissão esclarecimentos sobre os problemas desse setor e as dificuldades de investimento.

Sr. Presidente, os pleitos dos empresários foram colocados de forma cristalina - de forma cristalina - discutidos com o Governo Federal, Estadual e o Poder Legislativo, abertamente, de forma digna, e estão os Anais da Casa para comprovar isso e as Atas da Comissão Mista de Orçamento, longe de entendimentos escusos.

Ainda em 1991, seguindo essa minha linha, como disse no início do meu pronunciamento, diante de denúncias surgidas na imprensa, apoiei a constituição de CPI para investigar a Comissão Mista de Orçamento. Nunca tive receio da apuração de qualquer fato ligado à Comissão.

Em artigo publicado no **Diário Popular** de São Paulo, ainda em maio de 1992, defendi novamente a transparência na elaboração do Orçamento. "Qualquer que seja a prioridade governamental, o fundamental é ter por finalidade o bem-estar do ser humano, como tão bem expressou o Ministro da Saúde Adib Jatene. Os investimentos devem atender ao ser humano, não às empreiteiras. Saneamento básico, abastecimento agrícola, educação e saúde devem ser os principais investimentos do Governo Federal".

Minha ação, Sr. Presidente, Sr. Relator, não se deu em subterrâneos, mas de forma clara, procurando a discussão séria e o compromisso com a elaboração de um Orçamento que atendesse os interesses da coletividade.

Na busca dessa transparência, lembro-me de inúmeros pronunciamentos que fiz na Comissão de Orçamento, dos quais quero ressaltar minha intervenção na subcomissão especial para organização geral da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos de Fiscalização, presidida pelo Senador Almir Gabriel, em agosto de 91, na qual distingui dois pontos principais: a necessidade de o Orçamento ser votado na Comissão e no Plenário, com pareceres de emendas e quadros consolidados dos projetos e subprojetos, tal qual era recebido o Orçamento elaborado pelo Executivo. Seria uma providência definitiva para as insinuações ou para alterações posteriores que pudessem ser feitas. Segundo: a necessidade de se colocar em funcionamento a Subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento, caminho seguro para evitar distorções na execução orçamentária.

Posso lhe garantir, Sr. Presidente, que, desde o início da minha participação na Comissão de Orçamento, defendi e - são os funcionários da Casa, os Srs. Parlamentares e os assessores de todo e qualquer Partido desta Casa, dos conservadores aos mais de esquerda - exerci defesa permanente, institucional, da Comissão de Orçamento, enquanto seu membro, nos diversos pronunciamentos que ali proferi.

Também, Sr. Presidente, em inúmeras oportunidades defendi que a primeira medida na elaboração do Orçamento deveria ser a definição sobre em que se gastarem os recursos públicos, estabelecendo-se o montante de investimento em cada setor e subsetor e sua divisão por macrorregiões e Estados.

A partir daí, seriam feitas as emendas, cabendo a cada Bancada regional, estadual ou Partido definir, por maioria, onde seriam aquelas dotações alocadas.

Quero dizer-lhe Sr. Presidente: longe de mim a intenção professoral, mas ou medidas são tomadas no sentido de organização da Comissão, ou vamos viver, no futuro, os mesmos problemas, uma vez que, mais do que dos homens, esses problemas que vivemos hoje são decorrentes da falta de apoio do Congresso Nacional - do Senado Federal e da Câmara dos Deputados - em relação a uma organização racional da Comissão Mista de Orçamento. E não estou dizendo nenhuma novidade.

Sabem os senhores que, em 1991, o Deputado Ricardo Fiúza, tradicional figura deste Parlamento, foi Relator em condições adversas, no sentido de melhorar a imagem do Congresso Nacional.

E o que conseguiu como Relator-Geral?

Montado aquele sistema que existe dentro da Comissão, é impossível se conseguir a elaboração de uma peça que atenda não só aos interesses da coletividade, mas ao interesse da Nação como um todo.

Ao Relator-Geral, Sr. Presidente, Sr. Relator, deveria caber mais um papel: sistematização do que antes decidisse a Comissão. Onde gastar? Em Educação, em saúde, nos investimentos públicos; depois far-se-ia a definição. Deveriam esses recursos ser divididos por macrorregiões, por Estados, já tendo sido feita a sua destinação para os grandes setores e subsetores. Só aí é que deveria ocorrer a intervenção do Parlamentar nas suas emendas, para que não ficasse o Orçamento da União sendo colcha de retalhos, onde há pressão dos Parlamentares para aprovar as emendas em nível de Relator setorial, o que faz com que o Relator-Geral receba pressão muito mais forte para compor muitas vezes independentemente da sua vontade - esse Orçamento, levando em conta mais as pressões dos Parlamentares do que as necessidades reais que devem presidir a elaboração do Orçamento.

Sr. Presidente, quero dar um depoimento sobre o DNER e também, de forma breve, sobre a elaboração, já que fui, durante 3 anos, Relator de Transportes, sendo no último ano, em 1990, Relator do DNER.

É impossível, no sistema atual da Comissão, se chegar a uma peça conscientemente elaborada. A tradição é que os relatores parciais façam parte do seu trabalho. Para eles, relatores parciais, são destinadas parte de uma verba ou corte que às vezes ele dá sobre obras essenciais das rubricas gerais do seu anexo. E, como não se pode fazer por partes a estrada, esse relatório fica totalmente prejudicado. Foi da evolução da minha experiência, em 1988, muito pequena - porque o realizei quando era Relator-Geral o Senador Almir Gabriel -, que elaborei o Orçamento. Eu o fiz inclusive numa época em que estava com pneumonia, e pouquíssimas foram as emendas acrescentadas; todas elas assumidas depois da emenda do Relator-Geral. Mas foi durante o ano de 1988 que percebi isso de forma muito clara e cristalina.

Embora consultando o DNER, secretários estaduais, a verdade é que não se pôde elaborar uma peça perfeita no ano de 1989. Consegui fazê-la no ano de 1990 e a fiz por condições especiais, porque ao Relator Parcial só coube relatar as emendas referentes à conservação e restauração das estradas federais. E como, Sr. Presidente, teve a Comissão o entendimento de alocar recursos suficientes para a aprovação de um programa que tivesse princípio, meio e fim, naquele ano de 1990, pôde o Relator Parcial fazer um relatório que correspondesse a uma lógica surgida de todas as informações técnicas recebidas e dos entendimentos mantidos pelos Srs. Deputados e Senadores.

Sr.Presidente, Sr. Relator, quero me referir agora, também de forma rápida, ao anexo que relatei no ano de 1991, que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e regulamentado pelo Decreto nº 93.538, de 06 de novembro de 1986. O FND tem como objetivo principal fornecer recursos à ampliação produtiva das atividades governamentais e fomentar o setor privado nos investimentos voltados para o desenvolvimento da economia nacional.

A origem desses recursos foram inicialmente aqueles existentes no imposto compulsório, de 86 e 88, dos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores e também dos adquirentes de automóveis de passeio ou utilitário. Esses recursos foram recolhidos ao Tesouro Nacional, ficando tais títulos indisponíveis junto ao Banco Central até o último dia do terceiro ano posterior, como todos sabem, ao recolhimento.

O Orçamento-Geral da União consignou, em 1991, recursos e encargos financeiros da União sob a supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, destinados à aquisição de quotas de FND em assunção e resgate, de acordo com a legislação vigente dos débitos originários dos referidos empréstimos compulsórios. Esses recursos constituíram a principal fonte de financiamento do programa a cargo do FND. No entanto, Sr. Presidente, não se realizaram naquele exercício. E foi por esta razão que foram novamente apresentadas na proposta orçamentária de 92, que relatei em 1991.

Vejam que fui Relator em 91 de um anexo que não teve execução orçamentária referente ao Orçamento do ano de 1991. E que a política do Governo indicava claramente que não deveria ter em 1992, o que de fato aconteceu, Sr. Presidente, porquanto em 1992 nenhum cruzeiro foi liberado dos recursos do anexo que relatei.

Constata-se também que este é um relatório atípico; menos do que um peça autorizativa, como é todo o Orçamento, trata-se de proposição meramente indicativa. Sua concretização não depende de decisão do Legislativo, mas de financiamento em subscrição de ações ou debêntures pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Em outras palavras, Sr. Presidente, qualquer aporte de recursos depende da análise econômico-financeira e cadastral por parte do Banco oficial e da aprovação do projeto pelos técnicos, Diretoria e Conselho de Orientação da autarquia federal BNDES, que, de costume, integraliza aumento de capital das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, comprometendo-se esta ao aporte desses projetos aprovados.

Ressalte-se que mesmo em projetos indicados no relatório que elaborei, aprovado pela Comissão e pelo Plenário, os aportes podem ocorrer não necessariamente das dotações ali estabelecidas, mas da dotação geral do próprio fundo.

Para projetos indicados em meu relatório somente foi feita integralização do capital da ELETROBRÁS em março deste ano, portanto, no atual Governo. A responsabilidade da sua aplicação é exclusiva do Poder Executivo, via BNDES. Não se trata, observem, de dotação autorizativa que se repassa para governos estaduais ou municipais. Na ELETROBRÁS não se tem informação de que a integralização do capital do FND foi efetivamente aplicada nos referidos projetos.

Por outro lado, ressalte-se mais uma vez que a própria integralização do capital da ELETROBRÁS pode ter ocorrido com recursos não necessariamente dos indicados no meu relatório. E quero informar à Casa que, de acordo com informações que tive do SIAFI, nenhum recurso foi liberado daquelas rubricas aprovadas em meu projeto até a presente data. E até gostaria de contar com a colaboração desta Comissão, por que não dizer, do Senador Eduardo Suplicy, que tem acesso no seu Gabinete ao SIAFI, para que me confirmasse essa informação que recebi do SIAFI.

O que se conclui é a atipicidade do anexo que relatei. Não estou dizendo acesso como uso individual, não; acesso...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Era Ministro da Justiça Jarbas Passarinho, que se empenhou, inclusive, em atender o apelo do Presidente Mauro Benevides para que houvesse o acesso ao SIAFI.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Perfeito. Todos os Senadores e Deputados, também.

O que se conclui é a atipicidade do anexo que relatei, cujos valores são meramente indicativos e que sua execução depende exclusivamente do Governo Federal, pois é de total responsabilidade do BNDES e, no caso, da ELETROBRÁS. Reafirmo, a responsabilidade de qualquer investimento do anexo do qual fui Relator cabe, exclusivamente, ao Poder Executivo, pois cabe julgá-lo, cabe analisar o projeto, cabe analisar a ficha cadastral, cabe fazer o contrato.

Sobre o FND, para concluir, Sr. Presidente, falarei mais duas palavras, referente às emendas.

Considerei a atipicidade do anexo, formado por linhas de crédito, voltado ao financiamento do setor público ou privado nos diversos setores da atividade econômica, mormente o de geração elétrica; decidiu-se, consultado o BNDES, acatar somente as emendas dirigidas ao setor de energia elétrica.

Durante a elaboração do parecer, o Senador Teotônio Vilela, Relator do sistema ELETROBRÁS, manteve entendimentos comigo e com o Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza, para que emendas apresentadas ao seu relatório pudessem ser incorporadas ao FND, devido à absoluta falta de recursos do Tesouro Nacional, disponível para o seu anexo.

Às páginas 09 do seu relatório perante a Comissão, o Senador Teotônio Vilela diz, textualmente:

> "Foi utilizada também como fonte de financiamento de algumas emendas a transferência de 15.3 milhões do Orçamento Fiscal, anexo do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, que, mediante articulação com o Relator respectivo e com o Relator-Geral, foram destinados ao aumento de capital de empresas do sistema ELETROBRÁS, para ampliação e investimento na área de energia elétrica. "

Diz ainda o Senador Teotônio Vilela:

> "As emendas 14.45 do Deputado José Geraldo e 60.192/2 do Deputado José Luís Maia foram consideradas prioritárias; mas por falta de recursos no âmbito das empresas serão atendidas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme acordo feito com o Relator respectivo, Deputado José Carlos de Vasconcellos".

Prossegue o Senador Teotônio Vilela:

> "Alguns outros pleitos foram formulados no âmbito do setor de energia elétrica, mas que se referem a investimento a cargo de empregos estaduais, estão sendo atendidas também com recursos do FND, segundo informações do Relator daquele Anexo, Deputado José Carlos Vasconcellos, é o caso, por exemplo, da construção da quarta etapa da Usina Hidroelétrica Cachoeira Dourada, Goiás, e Usina Hidroelétrica Igarapé, Minas Gerais, completadas respectivamente com 2,5 e 2.2 bilhões de cruzeiros. Na sessão de apresentação do meu relatório - refiro-me aos entendimentos mantidos com o Senador Teotônio Vilela - onde consta expressamente a aprovação de emendas no montante de 30 bilhões de cruzeiros e que "desses 30 milhões, 20 bilhões foram provenientes de recomendação do Relator da ELETROBRÁS, Senador Teotônio Vilela".

Ainda o Senador Teotônio Vilela, na reunião da Comissão Mista de Orçamento, refere-se a emenda que fora incluída no meu relatório. É preciso ressaltar que os projetos aprovados surgiram de estudos junto à ELETROBRÁS e BNDES, e de emenda de iniciativa dos Srs. Deputados e Parlamentares.

Após o relatório, Sr. Presidente e Sr. Relator, dirigi ofício ao Deputado Ricardo Fiúza, Relator-Geral, explicando-lhe entendimentos com o Senador Teotônio Vilela e ele próprio. Fiz isso para deixar transparente, tanto a ação do Relator-Geral quanto a dos dois relatores parciais, o Senador Teotônio Vilela e eu.

Recentemente fui surpreendido pela imprensa em publicação do referido ofício ou cópia do referido ofício, com nomes de Parlamentares ao lado de alguns projetos ali

descritos e, mais ainda, nomes de empresas - e mais ainda -, com alegação de que eu próprio teria escrito aquele documento, aqueles nomes na presença do Deputado Ricardo Fiúza e que o informante do Jornal teria o original do documento.

Trata-se, Sr. Presidente, de informação absolutamente falsa.

Dirigi ofício ao Relator e não precisava fazê-lo; fiz para deixar transparente a minha ação na elaboração do Orçamento; não assinalei nomes de Parlamentar ou nomes de empresas; poderia, até nos meus apontamentos, tê-los feito, as indicações dos Parlamentares e os nomes das empresas, pois existem cadastros de obras públicas que assinalam essa e poderia ser essa a indicação da execução efetiva da obra; mas não o fiz.

Portanto, a respeito desse documento, declaro que nunca estive na presença do Deputado Ricardo Fiúza assinalando para ele nome de parlamentar ou de empresas que apresentaram emendas ao relatório do FND.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ilustre Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª inicia sua participação nos trabalhos desta CPI surpreendendo o Relator. E como? Apresentando à Mesa uma cópia de um Requerimento, de nº 804/91, do Congresso Nacional, com solicitação de instalação de CPI para apuração de eventuais procedimentos irregulares e graves ocorridos com recursos públicos por parte de Membros da Comissão Mista de Orçamento. Este requerimento é liderado pelo Deputado Jaques Wagner e pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy e tem inúmeras assinaturas, inclusive a de V. Exª. A surpresa é dupla. Primeiro porque, a esta altura, estava eu encaminhando, também, não ao Congresso, mas à Presidência da Câmara, um documento em nome da Procuradoria Parlamentar pedindo a extinção desta Comissão de Orçamento, ou a sua reformulação, dizendo que ela era incompatível com a imagem digna do Poder Legislativo.

Então eu pergunto, e sei que esta pergunta é feita a V. Exª, mas, claro, que outros é que teriam que explicar o porquê. Por que esta CPI não foi instaurada?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª, Deputado Roberto Magalhães, definiu bem: outros terão que responder por isso; o meu desejo é que o fosse. E dentro de uma visão da apuração não só das irregularidades alegadas, mas também para abrir caminho para a estruturação dessa comissão - porque V. Exª tem razão, do jeito que ela funciona é preferível que não exista, ela denigre a imagem do Congresso Nacional, eu tenho experiência, denigre a imagem dos seus membros - mas por que, efetivamente, não foi instalada, não tenho conhecimento. Parece-me - e gostaria da informação - que já havia número suficiente de assinaturas para sua instalação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª, na sua exposição, já respondeu a algumas perguntas que eu iria dirigir-lhe - já explicou que foi membro da Comissão de Orçamento, por diversos anos, que exerceu sub-relatoria ao tempo da relatoria-geral do Senador Almir Gabriel, ao tempo da relatoria-geral do Deputado Ricardo Fiúza. Então, eu me permitiria perguntar a V. Exª, ainda com referência a essa Comissão, se V. Exª chegou a ter alguma aproximação com o Deputado João Alves.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tive, Sr. Relator. Primeiro, a aproximação de parlamentar. Eu sou um homem - a Casa conhece - que tem um temperamento cordial; considero-me um homem educado, tenho convivência com parlamentares de todos os partidos, de todas as tendências ideológicas e tive a convivência, dentro do Parlamento, com o Deputado João Alves. Não tive com ele uma convivência pessoal. Nunca tive convivência pessoal e V. Exª sabe, principalmente, que nós, de Pernambuco, reservamos-nos àquelas pessoas às quais nos sentimos profundamente ligados.

Neste momento - eu não sei se deveria - gostaria de dizer quando é que se deu o meu relacionamento com o Deputado João Alves. E vou fazê-lo porque sou um homem de espírito muito aberto, Sr. Relator, e quero dizer a esta Comissão, inteiramente a verdade. Ele se deu, de maior forma, no ano de 1990, quando eu fui Relator na Comissão de Transportes - basicamente, Relator do DNER porque a EBTU estava em extinção - era no Governo Collor - e também o GEIPOT. Eu diria - e talvez não devesse, porque todo mundo está atirando pedras no Deputado João Alves - que o meu relacionamento com ele, no ano de 1990, teve, primeiro, os seus atritos; todo mundo conhece o Deputado João Alves, mas foi um relacionamento respeitoso. Quando ele definiu com a Comissão que me cabia relatar somente a parte de conservação e restauração das estradas federais, ele não teve nenhuma interferência no meu relatório, e nós inauguramos, ali - depois eu peço o relatório para mostrar - a definição do que seria o meu montante e eu aprovei isto em reunião da Comissão, sem nenhuma oposição dele a respeito disso. Quer dizer, foi colocada a minha idéia e aprovada na Comissão. E posso garantir-lhe que, da minha parte, o que foi aprovado a respeito de conservação, no nível da Comissão de Orçamento, um dos melhores orçamentos das rodovias federais, dentro dos limites da disponibilidade. Qualquer um poderia ter feito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, e o Sr. José Carlos Alves dos Santos, cuja denúncia motivou esta CPI? Em relação a esse funcionário, V. Exª teve alguma dificuldade, alguma...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nenhuma, Sr. Presidente. Tive com ele o relacionamento que deve presidir o relacionamento de um parlamentar com um assessor. Em relação aos Orçamentos da União nunca se tinha muita oportunidade de dispor dos serviços dele, porque esses serviços eram mais prestados ao Relator Geral. Durante os trabalhos da Comissão, toda a consulta técnica que fiz a ele referente aos aspectos formais do Orçamento, da classificação de despesa, da elaboração de emendas, sempre tive dele o

melhor atendimento. Não há por que esconder que sempre tive um relacionamento como o que deve presidir o relacionamento entre um parlamentar e um assessor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora vou formular a V. Exª uma indagação que já fiz a todos os que aqui vieram e foram membros da Comissão de Orçamento. Ninguém ainda soube responder esta pergunta. A quem V. Exª atribui a iniciativa de José Carlos Alves dos Santos de denunciar tantos parlamentares e políticos não parlamentares, alguns inclusive a quem ele deveu atenções - ora um que custeou passagens para uma viagem ao exterior, ora outro que o levou ao Nordeste para ele conhecer as praias do Nordeste. V. Exª tem alguma idéia pessoal, poderia nos ajudar a decifrar a motivação dessa denúncia?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É tão difícil, Sr. Relator, saber o que se passa dentro do coração humano. Sinceramente, não estou fugindo, mas é difícil dar uma explicação de tudo isso. O que sei é que o Sr. José Carlos dos Santos vem de um processo de sofrimento muito grande: o desaparecimento de sua mulher, os problemas que isso traz dentro da sua família. O que se passa depois é difícil precisar. E quero dizer a V. Exª que, de certa forma, tenho sentido esse sofrimento dele, pois a filha de José Carlos formou-se em medicina com minha filha. E a minha filha sempre transmitiu, embora fora do Brasil, a preocupação do sofrimento da sua colega de turma. Estivemos juntos na missa, na formatura. Tudo isso é um processo muito difícil de explicar. Sinceramente não quero fugir a sua pergunta, mas não tenho uma explicação lógica, racional que pudesse ajudar à Comissão nesse sentido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, tenho em mãos todas as emendas que V. Exª conseguiu aprovar em 91 para o Orçamento de 92. Aqui, realmente se constata, como V. Exª declarou, que V. Exª foi Sub-relator para Assuntos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, onde V. Exª destinou várias dotações, ora para Itaipu, ora para unidades termelétricas, mas não vou fazer nenhuma pergunta sobre essa parte.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Está certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou mais interessado aqui na parte das estradas, quando vejo que V. Exª conseguiu aprovar seis importantes emendas para rodovias federais, todas no Estado de Pernambuco. Vou citar uma a uma e V. Exª confirmará ou não: BR-101 - Pernambuco-Goiânia-Prazeres-Cabo...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O Sr. Relator, V. Exª diria o número da emenda, porque para mim seria mais fácil localizar e foi assim que recebi as informações. Se não tiver, vou tentar suprir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - BR-101 - Pernambuco-Goiânia-Prazeres-Cabo.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - BR-408 - Pernambuco divisão Pernambuco-Paraíba a Recife - Km 76 a 104.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não. Confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - BR-101 Pernambuco, divisão Paraíba-Pernambuco, Pernambuco-Alagoas, quilômetro 153 ao 214,2.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - BR-101 Pernambuco, Goiana, Prazeres, Cabo, quilômetro 99,2 ao 104,8.

BR-232 Pernambuco, Recife, São Caetano quilômetro 32,5 ao 68,8.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - BR-232? Não localizei, mas depois poderei...

Qual é a outra?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De qualquer maneira, não estou impugnando nada disso, pelo contrário, como pernambucano estou achando muito bom que tenha sido feito isso. Estou só querendo que V. Exª confirme, porque tenho dados que vieram de órgãos...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Só não tenho a minha disposição a referente... Tem a 101 Pernambuco, a 408 Pernambuco, de novo a 101 Pernambuco, novamente a 101 Pernambuco.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª fez três na 101, a última delas Paraíba-Pernambuco, divisa Pernambuco-Alagoas, quilômetro 92,6 ao 105,3.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O senhor está se referindo ao Orçamento de 93?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aqui diz Projeto de Lei para 1992. Então, presumo, 1991.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É 1991, está certo. Pois não, pode prosseguir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Primeira pergunta: todas elas estão na jurisdição do DNER?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Todas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Todas.

Todas ou algumas delas estão em execução?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei presentemente, Sr. Relator, mas elas tiveram execução...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tiveram início.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No que diz respeito a a duas delas - da BR-101 -, trata-se daquela adequação que liga a cidade de Prazeres à cidade do Cabo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E V. Exª sabe, como pernambucano, que é um dos maiores pontos de estrangulamento; é conhecida em Pernambuco como a estrada da morte, na qual tem ocorrido movimentos de associações populares, associações de bairro, inclusive, essa estrada é interditada quase que mensalmente. Ela corta Pontes de Carvalho, corta Pontezinha e está se fazendo a adequação dessa estrada para que ela passe por fora da cidade.

É uma obra que vem se arrastando por causa da descontinuidade de execução orçamentária, de dotação há vários anos. É uma estrada importantíssima para Pernambuco, não só porque vai possibilitar a diminuição do número de mortes que ocorre ali, dos desastres, mas também porque vai beneficiar a região economicamente, visto que é uma estrada que demanda o Porto de Suape.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª está explicando porque quer, não estou pedindo explicações. Que ninguém imagine que estou aqui objetando nem a emenda nem a obra.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Entendo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pelo contrário. V. Exª vai entender já aonde quero chegar.

A primeira razão dessa pergunta, Sr. Deputado, é que ontem aqui verificou-se que de seis trechos de estradas importantes - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná segundo informação - e não temos por que duvidar do Deputado Sérgio Guerra -, nenhum tinha se iniciado ainda. Somente um deles estava pendente de uma concorrência internacional. Para nós, nordestinos, pernambucanos, já sentimos que, pelo menos, Pernambuco o DNER vê com bons olhos, quer dizer, nós tivemos... fomos bem tratados pelo DNER.

Faria, então, uma segunda pergunta. V. Exª provavelmente não vai lembrar das empreiteiras que estão trabalhando nessas obras... Ou tem condições de dizer?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - A informação, Sr. Relator, que tenho em relação a essas obras é que nesse final de ano venceram os contratos e iria ser feita nova licitação, porque cada contrato feito com o DNER, segundo me parece, corresponde a cinco anos. Depois desse prazo, tem que ser feito um novo contrato.

E o que ocorre? O Tribunal de Contas da União decidiu - ao contrário do entendimento anterior do DNER - que seriam cinco anos corridos, cinco anos civis. O DNER entendia, anteriormente, que eram cinco anos de obra efetivamente realizada, ou seja, realizavam-se, por exemplo, apenas seis meses de obra, principalmente em Estados onde chovia muito e não era possível continuar as obras. Aqueles seis meses de obras eram computados e, só no final, após contar cinco anos de obras efetivamente feitas, é que aquele contrato caducaria. Com a interpretação nova do Tribunal de Contas da União, foi adotada a decisão do órgão. Não sei lhe informar, porque me parece que está em processo de licitação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou esclarecer a razão da minha pergunta.

Ontem foi dito aqui sem contestação que o DNER é um órgão decadente. V. Exª concorda?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Concordo. E diria mais: o processo de decadência do DNER é longo.

O DNER já aplicou em estradas, tinha recursos próprios, destinação exclusiva, realizava investimentos anuais em torno de 6 a 7 bilhões de dólares, e isso foi decaindo.

Depois que me tornei Deputado, acompanhei o grande esforço empreendido para a criação do selo pedágio, medida que não surtiu efeito por conta da complicação do seu processo de cobrança, e posteriormente a taxação da importação de petróleo. Mas, na verdade, o órgão não consegue ter ao tempo devido os recursos necessários para realizar sequer a conservação e a restauração de estradas quanto mais a construção de novas.

Há o processo de fuga dos seus técnicos, que ganham um salário baixíssimo; a transferência do DNER para Brasília agravou isso. Há depoimentos de inúmeros funcionários, de associações de classes demostrando como foi traumático o processo. Quem pôde pedir aposentadoria pediu; a memória do DNER está quase toda perdida. Concordo inteiramente com V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Segunda pergunta sobre essa matéria: também foi dito aqui que as grandes empreiteiras já não se interessam em trabalhar para o DNER, fogem para outros tipos de obras. Isso ocorre efetivamente?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pelo conhecimento que tenho, as grandes, as empreiteiras tradicionais estão se dedicando mais a outros setores. Pelo que sinto, isso se deveu ao esvaziamento do DNER. Não quer dizer que grandes empreiteiras não tenham obras dentro do DNER.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aí é que quero chegar.

Ontem à noite, procurei checar quais as empreiteiras que estavam trabalhando no momento, em Pernambuco, em estradas da jurisdição do DNER e, de fonte fidedigna, recebi as seguintes informações: Queiroz Galvão, que é uma grande empresa; Odebrecht, que uma grande empresa; essas duas no trecho Cabo e Palmares; OAS, Olinda-Goiana e ainda a EIT, que é uma empresa de Natal, de grande porte. Sobre esta última não souberam me informar o trecho.

Eu queria, exatamente, como responsável pela prova, que fôssemos armazenando dados confiáveis.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não.

V. Exª teria alguma indagação para que eu confirmasse esses dados?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, V. Exª já me respondeu.

Quando eu lhe perguntei se V. Exª sabia das empreiteiras era para ver se sua informação iria bater com as que eu tinha aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero acrescentar a V. Exª que eu me referi, evidentemente, a um processo de licitação, mas sei que a Odebrecht trabalha em Pernambuco, que a Queiroz Galvão trabalha em Pernambuco.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª confirma a informação que ditei?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª já tinha confirmado, quando declarou que elas continuam trabalhando para o DNER embora buscando diversificar, pois obviamente é um processo normal de crescimento diversificar, inclusive para fora do País.

A Odebrecht, hoje, é uma empresa multinacional e outras talvez sejam.

V. Exª assinou o requerimento de instalação de comissão de inquérito para apurar irregularidades na Comissão de Orçamento. V. Exª sabe se essas empreiteiras atuavam ostensivamente em torno ou diretamente na Comissão de Orçamento ou se elas se concentravam mais em torno dos relatores ou na área do Executivo? Como elas faziam o seu **lobby**? V. Exª poderia esclarecer?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, creio que a atuação no Executivo deve ser muito maior do que no Legislativo, porque aqui se elabora uma peça, em primeiro lugar, autorizativa. A liberação de fato se dá no Executivo, de um modo geral, nos ministérios fins. É ali que se processa a liberação. Uma parte do **lobby** é até saudável, o de acompanhamento das suas obras. Também aqui, no Poder Legislativo, evidentemente que ele se dá. É público e notório que sempre compareceram aos corredores do Congresso Nacional pessoas das mais diversas origens solicitando informações as mais diversas.

Quero dizer a V. Exª também que, ao tomar a iniciativa de convocar simpósios e debates na Comissão, quis estabelecer uma transparência. A esses eventos, compareceram representantes de empreiteiras; compareceu o Presidente da Neor, compareceu o Presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Pesados para estradas de ferro. Tentei implantar a maior transparência possível. Agora, que eles freqüentavam os corredores da Casa é público e notório, não há o que se negar, inclusive já foi denunciado várias vezes aqui, nesta Comissão. Ontem mesmo vi o debate do Deputado Aloizio Mercadante com o Deputado Sérgio Guerra, onde ele fixou o seu afastamento da Comissão por conta de preocupações que tinha, não sei se somente dessa ordem, mas também sobre a forma precária como é elaborado o Orçamento da União, que só poderia levar a isso que estamos vivendo no dia de hoje.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, agora uma pergunta final nessa primeira parte da minha intervenção; o assunto é técnico. Não sou engenheiro rodoviário, V. Exª também não, mas tenho experiência de administrador e, V. Exª, de Parlamentar, que tratou, embora já há algum tempo, dessa matéria ligada a estradas. Ontem houve aqui uma pergunta, por parte do Senador Mário Covas, que originou não digo um debate, mas uma troca de informações entre ele e o Deputado Sérgio Guerra. Mas, no final, para nós aqui que armazenamos dados, não houve conclusão; trata-se do problema dos custos de construção de estradas.

Primeiro, na elaboração do Orçamento, como as dotações são estabelecidas? Existe previamente uma tabela, uma planilha ou diretrizes do próprio Executivo, ou da própria Comissão de Orçamento ou é livre para cada relator, sub-relator colocar os preços?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Este ano ocorreu uma tentativa da Comissão e foi estabelecido preço para diversos tipos de obras a serem executadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só este ano, antes não?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Segundo o meu conhecimento, de maneira sistematizada, só este ano. Mesmo assim, tomei conhecimento da grande preocupação na análise, inclusive com pronunciamento de Srs. Parlamentares a respeito disso, que eram os preços mais distorcidos possíveis, ou seja, aquelas informações não seriam uma orientação segura, porque, na verdade, a falta de conhecimento técnico da Casa e a falta de informação levam a esse tipo de distorção.

Quando Relator da Comissão de Orçamento, na parte referente às estradas, sempre tive um cuidado enorme de tentar fazer alguns balizamentos, fazer consultas a respeito delas. Mas digo a V. Exª que posso ter cometido evidentemente alguns enganos, porque o Parlamentar, ao apresentar sua emenda, não tem um compromisso técnico na definição daquele custo. Como vivemos num regime de inflação, para se defender, às vezes, ele coloca mais do que a obra - o compromisso dele é com a realização da obra e aí não estou falando só em estrada -, porque já sabe que esses recursos, que deveriam ser liberados no correr do ano, normalmente só o são no último trimestre, o que é uma defesa do Parlamentar. A irresponsabilidade, a falta de planejamento, pelo menos na execução orçamentária, leva a esse tipo de ação do Parlamentar a respeito da elaboração da emenda. O que não é correto, evidentemente, é um processo de defesa, mas leva a distorções e, creio que deve ter distorções num ou noutro ponto, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, no passado, embora não houvesse nenhum preço base, nenhum preço padrão, mas havia, de qualquer maneira...

O SR. JOSE CARLOS VASCONCELLOS - Não. Quero informar a V. Exª que, normalmente, não em todos os casos, o projeto do Executivo, quando discriminava trecho, ele estabelecia quilômetros dos três, quando o fazia, e aí se poderia fazer a divisão do recurso alocado pelos quilômetros e chegar ao preço médio do quilômetro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sei. Mas a pergunta que eu queria fazer era a seguinte: de qualquer forma, o custo da restauração e o custo da construção sempre foram diferenciados?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Completamente diferentes. Veja V. Exª, por exemplo, o caso dessa BR-101, em Pernambuco, ligação Prazeres/Cabo. Se fosse fazer a restauração da rodovia federal seria muito mais baixo. A construção, ali, se dá de uma forma adversa porque o terreno é de mangue, como V. Exª sabe, que tem um encarecimento. Na verdade, o Congresso deveria ter instrumentos tais que, para cada obra, pudesse receber informações precisas, não só dos contratos mas dos quantitativos a serem utilizados naqueles contratos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não tem, no momento, informações sobre os preços atuais?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Os preços correntes?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Correntes.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não os tenho. Mas posso dizer a V. Exª que a Comissão de Orçamento pode lhe fornecer uma tabela de diversos preços que foram estabelecidos, a qual já está sendo contestada dentro daquela Comissão. Tem tudo para rodovia, para construção, para restauração, para adequação, para escola, enfim, é uma tabela incompleta - eu nem a manuseei devidamente porque não estou participando dos trabalhos da Comissão - mas o Sr. Senador Raimundo Lira, ou qualquer Membro daquela Comissão, pode oferecer a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado. Apenas, já que a Comissão tem, farei posteriormente, junto ao Senador, um confronto. Tenho informações de que lá em Pernambuco, temos três zonas bastantes distintas, temos 95 mil dólares, o preço da Zona da Mata, que é o mais caro, muita chuva, muita umidade e muita infiltração, e 75 mil dólares a partir do Agreste. Vou depois conversar e ter...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Isso seria para a restauração?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Aqui está dado para a construção. Mas pode ser restauração. Eu vou...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É bom especificar porque, algumas obras, por exemplo, de adequação, que demanda desapropriação... enfim, é uma gama variada de custos, de terreno, de tudo. Aí, vê V. Exª a dificuldade quando eu digo, e me permita, sabe V. Exª que eu não sou de fazer elogio fácil, mas acho que esta Comissão, presidida pelo Senador Jarbas Passarinho e tendo V. Exª como Relator, tendo o Deputado Odacir Klein e todos os seus Membros, deveria não só apurar as denúncias que existem, apurar os fatos que estão sendo revelados à Nação, mas também propore normas para a modificação do funcionamento desta Comissão Mista. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Relator, por melhor que seja o Relator-Geral que for para aquela Comissão, ele viverá, mais cedo ou mais tarde, um inquérito semelhante a este, porque a própria figura do Relator-Geral é uma coisa que deveria ser abolida. É um homem que fica com um enorme poder de manipular - perdão, não é o termo - mas de dispor de recursos, de receitas para atender a demandas de partidos políticos - as mais legítimas - de Parlamentares e para o atendimento de destaques. Isso dá uma distorção enorme! Por exemplo, fazer o orçamento do DNER a três mãos, pelo Relator-Setorial, pelo Relator-Parcial e pelo Relator-Geral, é uma loucura, porque é uma peça única que deveria ser discutida e apresentada numa proposta para saber se aquela estrada federal merece investimentos. E isso sofre toda uma sofisticação, um trabalho de informatização que sempre as câmaras do Senado e da Câmara negaram à Comissão, e não fizeram, acho até, por má-fé, não, fizeram por falta de cultura da forma de trabalhar em Orçamento, que não tínhamos, nós Parlamentares que lá participávamos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, V. Exª pode estar acerto de que grande parte das indagações que lhe fiz aqui visam exatamente a propostas para o futuro, porque, por exemplo, o preço de estrada, eu sei, varia não somente em relação às regiões fisiográficas, mas varia também em relação ao material, varia em relação ao capeamento - se é duplo ou se é simples -, varia em relação à sub-base, varia em relação ao terreno. O que precisamos ter aqui são assessorias capazes de conhecer toda essa realidade e programar e elaborar uma proposta de orçamento que atenda a todos esses requisitos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Muito obrigado, também, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Eduardo Suplicy deseja inquirir o depoente agora? (Pausa) Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado José Carlos Vasconcellos, o Dr. Mário Petrônio é parente de V. Exª?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É meu cunhado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi ele funcionário do Governo do Estado de São Paulo no período 1987/1990?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em Pernambuco, do Governo...Qual é o período, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Período 1987/1990.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em Pernambuco, ele tinha uma filial da CETESB. Ele trabalhou, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Durante os anos em que V. Exª foi Relator setorial tanto do DNER quanto do FND na Comissão Mista do Orçamento, portanto, no período que já citou, V. Exª recebia com freqüência a visita do Sr. Mário Petrônio no seu gabinete, por razões não estritamente familiares?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não senhor. Ele nunca - quero deixar claro - teve interferência, nem me fez solicitação a respeito de relatórios que elaborei ou de emendas que apresentei. Isso é um negócio que pode V. Exª ter tranqüilidade, porque não ocorreu.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não costumava o Sr. Petrônio, quando o visitava, estar acompanhado de representantes de construtoras, tais como: a Queiroz Galvão, a OAS, a C.R. Almeida e outras?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Deputado Sérgio Guerra disse, ontem, a essa CPI que procurava constantemente o DNER, quando era relator da área, para obter informações que pudessem auxiliá-lo na elaboração de seu parecer sobre o setor rodoviário. O Sr. Luziel Reginaldo de Souza informou, também ontem, à Subcomissão de emendas que o DNER desenvolveu uma metodologia com parâmetros que permitem a análise de custo e benefício social das diferentes alternativas de projetos. Eu mesmo, Deputado José Carlos Vasconcellos, só soube ontem que o DNER desenvolveu uma sistemática, reconhecida internacionalmente, de parâmetros que podem ajudar no estabelecimento de prioridades relativamente a diferentes projetos alternativos. Procurou V. Exª, principalmente, quais pessoas no DNER, se também o fez, para auxiliá-lo na elaboração de seu parecer?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Relator, procurei e - já disse aqui -, mais do que isso, trouxe para dentro da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, para a Comissão Mista de Orçamento... No simpósio, por exemplo, BR-90 o DNER esteve todo aqui presente. Esteve o Dr. Inaro Fontan - não sei se o Dr. Luziel esteve, não me recordo sinceramente -, esteve o Secretário-Geral de Transportes, o Dr. Laerte, participando de debates que fazem parte dos anais desta Casa. E, mais ainda, gostaria de dizer a V. Exª que, durante a discussão do projeto, eu também solicitei a presença do DNER. O Dr. Inaro Fontan, por exemplo, ficou várias ocasiões - não muitas - na Comissão, para discutir com os Srs. Parlamentares, aqueles que o quiseram fazer de forma aberta, vendo o mapa e discutindo a viabilidade de execução das obras propostas pelos Srs. Parlamentares.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Dr. Inaro Fontan, então Diretor-Geral do DNER, ajudou-o significativamente, portanto, na elaboração do relatório. É fato que V. Exª elaborou grande parte do relatório no próprio gabinete do Dr. Inaro Fontan?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, essa informação não é procedente. Recebi, do DNER - na ocasião, do Dr. Inaro Fontan - todas as informações. O que ele pode ter feito no seu gabinete eram as anotações. E quero dizer mais - é difícil recuperar a memória de coisas que se passaram há quatro anos -: posso mostrar a V. Exª pareceres às emendas, ou apreciação das emendas, dadas pelo DNER. Esses, eu recebia realmente das mãos do Dr. Inaro. Mas nunca me dispus a ir ao gabinete dele para fazer a elaboração. Posso ter ido, e fui, para receber informações. Até porque, sabe V. Exª, é inteiramente impossível elaborar, fora do Congresso, o parecer e submetê-lo, porque a pressão exercida pelos Srs. Parlamentares é muito forte no sentido de atender às demandas de seus Estados, legítimas demandas de seus Estados, e às suas, pessoais, de querer realizar aquelas obras. Então, por maior esforço que se fizesse, era impossível aprovar inteiramente uma peça elaborada pelo DNER. Isso não ocorreu. Mas estive presente, com o Dr. Inaro, em seu gabinete no DNER.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª sabe qual é a função hoje exercida pelo Dr. Inaro Fontan?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fui informado ontem, aqui nos depoimentos, que ele estava como diretor de uma empresa. V. Exª me auxilia ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Serviço de Engenharia RODOFÉRREA S.A.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Serviço de Engenharia RODOFÉRREA, S. A., com sede evidentemente - eu não sabia qual era a empresa; sabia que ele estava a serviço de uma empresa, com sede, com escritório - na cidade do Recife.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sendo a RODOFÉRREA a segunda empresa com maior volume de verbas liberadas em 1992 - a primeira é a Queiroz Galvão, com 63,4 bilhões de cruzeiros - num total de 29,3 bilhões de cruzeiros.

V. Exª acompanhou o noticiário, por exemplo, **O Globo**, de 13 de novembro de 1992 que informa que o Dr. Inaro Fontan Pereira assinou 26 contratos, todos sem licitação, para serviço de atualização, coordenação e fiscalização de obras e recuperação de rodovias no Norte e Nordeste. V. Exª estava a par desses fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não acompanhei, Sr. Senador. Recebo a informação de V. Exª

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª sabe que o Dr. Inaro Fontan Pereira é também criador de cavalos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não sabia disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sendo V. Exª um Deputado do PRN, Líder do PRN, à época em que foi Relator do DNER; sendo seu sucessor nesta função o Deputado Sérgio Guerra, do PSB, um partido de oposição, é fato que realmente V. Exª colocou à disposição do mesmo os seus fiéis colaboradores, como a Dona Eliane e o Sr. Paulo Eugênio de Souza, para que continuassem a ajudar na elaboração do parecer do DNER?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Senador, na realidade, o Sr. Paulo Eugênio não era meu assessor. Naquela ocasião - o Deputado Sérgio Guerra já disse aqui - ele trabalhava no gabinete do Deputado Sérgio Guerra; portanto, não é, na verdade, assessor. Que colaboração prestei ao Deputado Sérgio Guerra? Eu vinha de uma experiência de três anos de Relatoria. A primeira, como eu disse à V. Exª, de um trabalho muito precário, que foi o primeiro Orçamento, mas também um trabalho mais fácil, onde não havia aquela demanda toda dos parlamentares em torno de emendas. Terei feito, do DNER, sete, dez, sei lá, emendas em 88, que foram encampadas pelo Relator-Geral, Senador Almir Gabriel. Acumulei experiência e evidentemente transmiti ao Deputado Sérgio Guerra, mas ele, numa divisão efetivamente correta, teria que buscar um assessoramento fora do Congresso Nacional. E ele já disse da forma aberta com que recebeu em torno de 300 parlamentares, que recebeu o DNER, os secretários estaduais de transporte. Ele o fez, Sr. Senador, e esse era o caminho. Quero dizer a V. Exª que, por mais que se recupere, é difícil manter-se a memória do que se faz no passado, quando não existe um órgão, uma instituição, que seria a Comissão Mista de Orçamento, capaz de preservar essa memória.

Mas evidente, Senador, que prestei as informações que poderia prestar ao Deputado Sérgio Guerra para a elaboração do seu orçamento. A que ponto S. Exª usou, a que ponto S. Exª utilizou eu não sei; S. Exª, de forma muito clara e transparente, deixou fixado isso aqui no depoimento de ontem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª tem alguma participação em propriedade na localidade de Águas Emendadas, no Distrito Federal, com o Sr. Paulo Eugênio de Sousa?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nenhuma, Senador. Nunca tive.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª conhece a Maia Melo Engenharia Ltdª, uma empresa de consultoria?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço, mais do que a Maia Melo, o seu titular, Dr. Antão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Dr. Antão José de Melo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Dr. Antão José de Melo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia descrever o seu relacionamento com o Sr. Antão José de Melo no que diz respeito à construção de estradas e projetos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - À construção? Posso, de maneira muito clara. Aliás, declarei isso já à imprensa.

As minhas dificuldades em fazer o Orçamento - o Sr. Senador ouviu ontem o depoimento do Deputado Sérgio Guerra, imagine as dificuldade que tive para iniciar esse processo - me levaram a consultar as pessoas que entendiam do setor.

Consultei o DNER; reuni o DNER dentro do Congresso; consultei os Secretários de Estado; compareci ao Fórum Nacional do Secretário de Estado, presidido pelo então Secretário do Governador Miguel Arraes e do Paulo Cassundé. Consultei as pessoas que podia consultar, entre elas o Dr. Antão; e o fiz com aquela preocupação que colocou aqui o Relator, o Deputado Roberto Magalhães: Qual o custo de uma rodovia? Qual a diversidade de se construir no Rio Grande do Sul, de construir no Amazonas?

Principalmente em Pernambuco, eu tinha que ter um cuidado especial, para que não me expusesse, e consultei o Dr. Antão. Após fazer os meus relatórios, passei pelo seu crivo - não é excessivo esse custo de rodovia -; eu o consultei de forma muito tranqüila e já declarei isso à impressa, de forma também muito aberta. Ele me prestou serviços enquanto engenheiro especializado, professor respeitado da Universidade de Pernambuco, de forma muito aberta, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, a última pergunta.

O Deputado José Carlos Vasconcellos participou - eu participei da Comissão Mista de Orçamento de 1991 e, acredito, das reuniões que se prolongaram do dia 17 a 19 de dezembro de 1991, concluída na madrugada daquele dia, para que no final da tarde, início da noite, se votasse no Congresso Nacional as emendas - certamente é consciente de que naquele dia foi delegado ao Deputado e Relator Ricardo Fiúza, para que S. Exª pudesse, até às 16h daquele dia, corrigir emendas...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No dia 19?

O SR. EDUARDO SUPLICY - ... no dia 19; corrigir erros materiais, de fato, e mais todos os parlamentares que porventura tivessem o desejo de modificar suas próprias emendas. Vamos supor que alguém tivesse uma quantia: Cr$100 milhões para uma determinada cidade e quisesse transferi-la para outra; essa pessoa poderia, até às 16h daquele dia, encaminhar o pedido para que ficasse registrado, e ele tinha a delegação, naquele dia, para tais modificações.

Entretanto, o que se nota - pelo menos pude averiguar - é que do dia 19 até a entrega da redação final para ser publicado houve ali acréscimos.

Nesse período, do dia 19 de dezembro de 1991 em diante até 7 de fevereiro, V. Exª esteve no PRODASEN, acompanhou de perto especialmente emendas de seu interesse, de seu Estado ou na área da qual V. Exª era Relator? Que testemunho pode dar sobre o que, efetivamente, aconteceu naquele período?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olhe, Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de poder dar maiores informações, mas V. Exª compareceu a essas reuniões de lideranças que se deram, e é testemunha que não compareci a nenhuma delas. Eu não estive presente. Eu já estava...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu mencionei a reunião da Comissão.

O SR. JOSE CARLOS VASCONCELLOS - Da Comissão. Mas eu não estive presente. Houve a plenária, houve aquelas outras reuniões, estive presente para ouvir o pronunciamento do Deputado Ricardo Fiúza e depois me afastei. Não participei de nenhuma das negociações que foram mantidas entre as lideranças. Quero dizer que, da minha parte pessoal, encaminhei pequenas substituições de tal município para aquele município. Fiz esse encaminhamento e depois mandei o relatório. Não tenho por que negar que fiz isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Após o dia 19?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, fiz na reunião. Posso até ter mandado para lá para que fosse visto, mas não depois do dia 19.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu agradeceria se puder mandar à CPI a cópia dessa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei se vai encontrar, Senador, mas farei um esforço para recompor no meu gabinete. Mas digo-lhe o que foi porque sou considerado como aqui campeão de emendas e não o sou, a não ser daquelas emendas consideradas nacionais. Terá sido pouca coisa, garanto a V. Exª, o remanejamento de uma verba.

O Deputado Roberto Franca, que é de Pernambuco, pode atestar isso, que foi no ano posterior, quando ele teria pedido para trocar uma verba de Glória de Goitá para outro Município, e o Prefeito não o fez, nem a verba foi trocada. Eu deixei, porque, sendo feita a obra, será bom para o povo de Glória de Goitá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa. Peço que todos nós nos contenhamos dentro do prazo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu o farei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está havendo um prejuízo constante em relação aos demais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª, naturalmente, compreende que, depois de tanta convivência em reuniões de Lideranças e em convivência parlamentar, é evidente que não é confortável viver este momento que estamos vivendo, mas também compreendemos mutuamente os deveres, compromissos e responsabilidade que temos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fique V. Exª à vontade. Sei da sua forma de atuação e não há por que não querer a colaboração das perguntas de V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado José Carlos Vasconcellos, há uma questão menor aí, mas que já me sensibilizou quando me vi em situação semelhante, diante do Deputado Manoel Moreira. A informação que colhemos é que V. Exª não foi pontual na entrega da declaração de renda, no ano de 89, fazendo-a em 90.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em 90. É verdade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Registrei o fato porque já o havia feito diante do Deputado Manoel Moreira e também diante das notícias que envolvem o pouco capricho do Ministro da Fazenda com as obrigações fiscais em documentos de compra de imóveis, de maneira que para nós, homens públicos, isso nos toca de maneira especial.

O momento que vivemos podia significar um certo clamor de que, diante dessas obrigações cívicas, nós, homens públicos, não falhássemos diante da Nação.

Deixo V. Exª à vontade para qualquer comentário.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não tenho nenhum a fazer.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Eu só pediria a colaboração de V. Exª porque, certamente, é uma explicação que se dá com clareza, mas, das informações que chegaram às nossas mãos, há um acréscimo patrimonial de V. Exª, a partir do ano de 89 em relação ao ano de 88, de 90 em relação a 89, de 91 em relação a 90...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - 88 a 89?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exato, e de 89 a 90, de 90 a 91, de valores equivalentes, algo expressivo, em torno de US$150 mil, segundo as informações que me chegaram? Só pediria a oportunidade a V. Exª de dar essa explicação e, ao mesmo tempo, também - porque é uma questão que talvez possa ser explicada em conjunto -, em relação aos saldos bancários de V. Exª de 90, em relação a 89 e a 88, e de 91 em relação a 90, que cresceram de uma maneira substancial, também. Como são questões que se casam, pediria a oportunidade a V. Exª de nos explicar.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Com relação a essa variação patrimonial, eu estou inteiramente à disposição da Subcomissão para discutir um assunto que é técnico.

Em primeiro lugar, quero dizer: eu tenho todo o meu patrimônio adquirido rigorosamente de acordo com as informações de rendimento prestadas à Receita Federal.

É verdade que o ano de 89 eu só prestei em 90, mas quem for analisar vai ver que não tenho nenhum bem fora de todo um processo de escritura pública que seja inteiramente legalizado.

A que atribuir essa diferença? Eu não tenho o papel que V. Exª tem na mão; eu perguntaria se isso não é produto da adoção daqueles valores que a Receita permitiu que se estimasse como valores de mercado; no ano de 1991, um bem comprado há dez, quinze anos, você atualizava; enfim, se não é produto disso. Eu precisaria saber, pois é estranho para mim, porque no ano de 88 eu não tenho nenhum bem adquirido. No ano de 88 não tenho aquisição de nenhum bem. Pelo que eu me recorde, teria um apartamento que adquiri em 1979 e um apartamento que adquiri em 1986, consolidando contrato de financiamento no BANORTE - Crédito Imobiliário, em 1987, e que pago até hoje, que é o apartamento onde

moro, no Recife, e que alguns setores inventaram que era um apartamento de cobertura, que não é, pago pelo BANORTE.

Então, eu não sei a que atribuir; acho que talvez tenha se calculado baseado naquele valor feito em UFIR, de preço de mercado e não de preço de aquisição.

Mas quero dizer a V. Exª que eu me coloco inteiramente à disposição da Subcomissão de Patrimônio para dar os esclarecimentos que se fizerem necessários, porque tenho a tranqüilidade absoluta de que realizei com os meus rendimentos todo o patrimônio da minha família.

Muito obrigado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado pela cooperação de V. Exª.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre Deputado José Carlos Vasconcellos, verificando aqui alguns depósitos feitos nas contas de V. Exª no ano de 1990, no Banco Cidade e no Banco Rural - se V. Exª depois quiser, eu declino cada valor -, esse total ensejou a soma de 233 mil, 632 dólares. Por exemplo, só no dia 28.5.90 - podemos ficar só nesse -, foi feito um depósito na conta-corrente 10.509 do Banco Rural, que perfaz o valor de 98 mil e 047 dólares; isso, em 6.9.90. Vamos ficar só nesse; os outros V. Exª também teria razões para explicar, mas ficaríamos nesse. V. Exª é capaz de justificar esse depósito de 98 mil dólares em 6.9.90 na conta de V. Exª, 10.509, do Banco Rural?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu digo a V. Exª que eu não tive acesso a essa informação da Comissão. Acho que a minha movimentação é compatível, e pensei, imaginei, até, em procurar a Subcomissão para ter acesso e poder dar uma explicação franca, porque é isso que necessita ser feito, mas tomei conhecimento da decisão do Presidente da Comissão de só dar acesso a essa documentação após o depoimento das testemunhas aqui.

Portanto, eu estou em busca da verdade. Eu prezaria - se pudesse, depois, a nível de Subcomissão - fazer uma análise nesse sentido.

Quero dizer a V. Exª que sempre tive uma preocupação muito grande: só realizar, só realizar, aquilo que me pertence. Ou seja, durante toda a minha vida não adquiri absolutamente nada fora dos meus rendimentos. E prezaria muito se V. Exª me desse a oportunidade de, depois de deferido pelo Presidente o acesso a esse documento, para que sentássemos enquanto prosseguem os trabalhos desta Comissão para explicar algo que, neste momento, eu não posso precisar: a movimentação bancária. No mês de novembro pode ter coincidido alguma transferência. E eu explicarei com a maior boa vontade a V. Exª.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Agradeço, compreendo e faço coro com V. Exª. É realmente muito difícil responder por depósitos sem ter, pelo menos, acesso aos valores e às datas que mereçam ser compulsadas. Entendo perfeitamente que V. Exª depois na Comissão forneça essas informações.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fico inteiramente à disposição de V. Exª.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu vou fazer então uma pergunta aqui sobre uma lancha que V. Exª tem no Clube do Congresso - caso tenha - que está no nome de primos seus. Primeiro, essa lancha é de V. Exª ou é dos seus primos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Primeiro, não é lancha, Sr. Senador. Uma publicação noticiou que eu tinha uma lancha de 50m. Está aí o Presidente do Clube do Congresso que pode confirmar. Na verdade, o que eu tenho é uma jangada. O que tenho no Clube do Congresso é uma jangada, de motor! É uma jangada produzida por uma empresa de Pernambuco. Essa jangada foi comprada por uns sobrinhos meus, uns primos em reunião. Quando se deu o problema da cólera no Recife, ela foi trazida. Está no Clube do Congresso, aberto, por sinal; sem ser utilizada agora, porque o motor está inteiramente pifado, precisando de uma revisão total. Não é aquilo que foi divulgado pela imprensa. Está lá à vista de todos. É uma pequena jangada muito bem feita - não quero fazer propaganda da fábrica. É mais própria para navegar no lago do que nos mares agitados de Pernambuco.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Essa pequena jangada não consta da Declaração de Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, senhor, não consta. Não consta da minha declaração de Imposto de Renda, porque foi comprada com ele e com outros primos, e não consta na coisa... Mas quero dizer a V. Exª que, se tivesse de constar, eu tinha recurso no ano para tê-la adquirido. Não é nada absolutamente exagerado. Custa menos do que um automóvel, um automóvel popular.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu agradeço.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Está lá à vista. Esse negócio é bom. V. Exª me deu uma oportunidade muito grande, porque há distorção; esse ambiente leva à distorção. O que disseram é que eu tinha...eu tinha um barco de 50m para navegar nos lagos. E quero dizer a V. Exª que, nunca - e está o nobre Presidente do Clube do Congresso aqui - nunca entrei nessa jangada. Nunca entrei nela para dar uma volta. Quero que terminem os trabalhos desta Comissão para ver se me dedico mais ao lazer.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu formulo votos para que V. Exª vença esses mares procelosos e possa usar sua jangada junto com seus amigos e com seus familiares, depois de explicadas todas as acusações.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre depoente, acompanhei com atenção o depoimento de V. Exª. Fazendo uma análise técnica, verifico que, de certa forma, V. Exª demonstra que a elaboração do orçamento do DNER, que é um pouco a especialidade de V. Exª, sempre foi procedida com absoluta lisura. As informações que temos são de que, exatamente no DNER, se concentram as emendas que teriam servido para propiciar o pagamento de propina. V. Exª confirma ou não as afirmações - não no que diz respeito a V. Exª -?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vamos tentar esclarecer mais um pouco esse negócio do DNER. Na verdade, o DNER sempre teve a fama de ser o canal onde se dariam essas coisas. Mas veja V. Exª a maneira que opera o DNER. O que ocorre? Quando se transfere uma verba para um Estado, essas verba vai para o Estado, vai ser operada no Estado fora da fiscalização, que eu defendia que fosse preliminar do Governo Federal no Governo Federal. No DNER, é execução direta: com licitação, com contrato, com fiscalização - presume-se, pelo menos isso - o que ficaria muito mais difícil de se proceder isso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, por gentileza, como o nosso tempo é muito exíguo, gostaria que V. Exª respondesse objetivamente à questão que formulei. V. Exª não precisava explicar-me como é, até porque eu conheço...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Está certo, mas eu estava querendo explicar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria que V. Exª explicasse se tem conhecimento de que através desse canal, como V. Exª chamou, através desse setor orçamentário do DNER, havia o beneficiamento de algum Parlamentar ou de alguma empreiteira obtinha benefícios.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu já disse aqui que o meu relacionamento com o DNER restringiu-se ao recebimento de informações técnicas. Eu nunca tive, para efeito de liberação de verba, nenhuma ação no DNER.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª é signatário de um requerimento de uma CPI, em 1991.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sim, perfeito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso porque V. Exª reconhecia a existência de irregularidades na elaboração do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu conhecia as irregularidades na elaboração do Orçamento, mas isso não tem nada a ver com o processo de liberação de verbas do DNER, que é do Executivo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª também concorda que é o DNER o núcleo mais visado para a apresentação de emendas que poderiam propiciar vantagens indevidas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É verdade. O DNER chegou a quase 50% e depois...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto a V. Exª se tem alguma informação de que alguma empresa ou algum Deputado se beneficiasse em função da elaboração, da tramitação, aprovação e liberação de recursos para o DNER.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não tenho, não tenho esse tipo de relacionamento com o DNER e nunca tive, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não me referi ao relacionamento com o DNER, Deputado. Eu perguntei se tem informação... V. Exª jurou falar a verdade sobre o que sabe...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É claro, e estou falando. Minha ação nunca se deu no Executivo; ela se dá no Legislativo. Então não posso responder por fatos do Executivo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é essa a indagação, Deputado. V. Exª conhece os principais empreiteiros da área rodoviária do País. Não vou perguntar-lhe se conhece esse ou aquele empreiteiro porque V. Exª os conhece. A indagação que faço é a seguinte: V. Exª tem informação de que algum Deputado foi beneficiado por uma dessas empreiteiras, em função da execução financeira do orçamento do DNER, especificamente?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª está clarificando a pergunta. Não se trata da ação do Parlamentar dentro do DNER.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, vamos esquecer a origem. Quero saber se de fato V. Exª sabe de algum benefício indevido haurido por algum Deputado e pago por alguma empreiteira ligada ao DNER.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei. Essa é a busca que V. Exªs têm que fazer, inclusive na comissão que tratará das empreiteiras, para definir e comprovar esses fatos. Eu não posso antecipar-me e falar aqui de suposições a respeito disso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o Deputado Luiz Salomão me permite...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Permito, Sr. Presidente, desde que haja o devido desconto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando V. Exª deu a informação de que assinou o pedido de requerimento de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito, o pedido juntava publicações de várias revistas e com o seguintes nomes: "Festa de arromba", "Orçamento cria fisiologismo com recibo", "João Alves, o homem da mala cheia

de verbas federais". Jornal **O Globo** : "Orçamento de 91 já tem favorecimento, 'Fiúza quer convencer Alves a adoecer". Revista **Veja** : "A máfia dos anões".

E exatamente baseado nessas informações é que V. Exª concordou em assinar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Concordei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece-me que a pergunta tem correlação.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ela é pertinente. Apenas, no início, eu estava entendendo que ele queria referir-se ao funcionamento do DNER, e não à Comissão. Quanto à Comissão, quando eu assinei essa CPI, eu queria os esclarecimentos totais, Sr. Presidente, até porque eu fazia parte da CPI e sentia claramente que todo o processo de desorganização da CPI, em 1991... Eu não era Relator do DNER, fui Relator de um processo que é quase uma ficção, pois é inexeqüível em termos de realidade com o FND, mas isso não significa que eu possa aqui afirmar coisas que estejam distantes dos fatos que presenciei. Eu nunca presenciei nenhum Parlamentar receber propinas ou receber subvenções de...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não perguntei se V. Exª presenciou.

Agradeço ao Sr. Presidente pela achega, pois serviu para elucidar mais a minha pergunta. Nobre Deputado, nós estamos aqui há praticamente quarenta dias ou trinta e tantos dias, numa busca incessante da verdade. Aparentemente, essa concentração de atuação ilícita de Parlamentares com financiamento indevido de empreiteiras dava-se basicamente em alguns órgãos. Eu podia citar o INCRA, podia citar o Ministério da Agricultura, mas, claramente, o DNER é aquele órgão que ressalta e isso está confirmado pelo denunciante José Carlos Alves dos Santos. V. Exª é um especialista no Orçamento relativo à malha rodoviária: V. Exª foi Relator três anos, todas as suas emendas são praticamente relativas à construção de estradas...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Minhas emendas pessoais, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quase todas as emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, senhor. Mostro a relação a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª foi o Relator durante três anos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fui, é verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se alguém conhece bem esse setor, entre todos os Parlamentares, ninguém o conhece melhor do que V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Perfeito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem, o que lhe pergunto é o seguinte: V. Exª acha que estamos trabalhando inutilmente, ou V. Exª tem notícias de que algum Parlamentar ou alguma empreiteira tem relações espúrias? É essa a pergunta, a que V. Exª pode responder sim ou não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS -Não tenho. Não tenho dado concreto nenhum para trazer a V. Exª. Se tivesse, gostaria até de ajudá-lo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem.

Eu fiz uma análise acurada das emendas apresentadas por todos os Parlamentares em vários setores, inclusive do DNER. E, claramente, V. Exª - não quero dizer que isso implique nenhuma ilicitude - mas, as relações, ou melhor, a relação entre as emendas apresentadas por V. Exª e as empreiteiras que executaram essas obras, ligam V. Exª - nesse sentido - à Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht, TRATEX, CMS, Maia Mello Engenharia, ENGETERRA e, marginalmente, RODOFÉRREA.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não conheço. V. Exª vai orientar...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não fiz a pergunta ainda.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ah, sim!. Queiroz Galvão...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht, TRATEX, CMS, Maia Mello, ENGETERRA, e RODOFÉRREA. Essas são as empreiteiras que executaram obras resultantes de emendas apresentadas pelo nobre Relator ou pelo Parlamentar José Carlos Vasconcellos.

V. Exª afirma que não tem nenhuma relação com essas empresas, exceto aquelas que a sua condição de Parlamentar, como apresentador de emendas, como discussão do Orçamento, etc., mantinha.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Não afirmei isso, não. Não afirmei isso não. V. Exª está enganado. Eu tenho, ou posso ter relação pessoal também, independente disso.

Conheço alguns diretores dessas empresas e quero dizer a V. Exª que precisamos esclarecer. Eu não me recordo de ter... Eu apresento emendas minhas, pessoais, para o Estado de Pernambuco e não conheço nenhum serviço lá executado, por exemplo, por TRATEX E RODOFÉRREA. Nenhum. Se tiver, peço ao nobre...

O Relator fez um levantamento... O Relator-Geral deve ter feito um levantamento a respeito, e anunciou aqui, das obras de Pernambuco, citou empresas que fazem obras em Pernambuco e, evidentemente, ele pode comprovar isso que estou dizendo.

Eu não apresentei nenhuma emenda...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu também não disse isso, Sr. Depoente.

O que estou dizendo...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Então, não estamos nos entendendo. Está havendo perguntas muito despropositadas, e quero entender para poder lhe responder de forma clara.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu pergunto, apenas, se V. Exª tem relacionamento pessoal. Isso também não constitui nenhum tipo de ilicitude, de crime ou de contravenção.

Quero só que V. Exª afirme perante a Comissão se recebeu ou não, qualquer tipo de vantagem, presente ou qualquer tipo de relação, fora das relações pessoais, comercial; de alguma dessas empresas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS -Devo ter. Recebi presente de Natal, cartão de Natal, posso ter recebido presentes de empresas que eu nem conheço, até. Pode ter sido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Depoente, tenho, aqui, A variação patrimonial, a análise das declarações de renda de V. Exª.

Nos anos de 1988/1989, a variação patrimonial de V. Exª foi superior à renda tributável, ao rendimento tributável e não tributável que V. Exª declarou.

Essas declarações foram apresentadas com retardo, segundo a Receita Federal.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Retalho?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Retardo. Atrasadas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ah, sim! Foi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A Receita informa que a sua declaração de 1990...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS -Eu poderia ter acesso a esse documento, que já foi referenciado duas vezes?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não. Passo o documento a V. Exª

Só pergunto o seguinte: V. Exª entregou as declarações com atraso de um ou de dois anos, respectivamente em 1988 e 1989.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É verdade. Eu o fiz em 1990 em relação de 1988 e 1989.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - A de 1989 era devida, era para fazer realmente, ano base, em 1990. Então, tenho uma atrasada, que se refere a 1988, não é isso?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente.

As declarações de V. Exª indicam claramente - aliás, eu precisava ter de volta o papel, porque há umas anotações, mas eu lhe arranjo outra. O Deputado Vivaldo Barbosa pode lhe ceder a via dele .

A composição do seu aumento patrimonial, ela se fecha graças à declaração de rendimentos não tributáveis e tributáveis exclusivamente na fonte.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hum! Hum!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quer dizer, não são aqueles que V. Exª percebia na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Que ano?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Anos de 1989, 1990, 1991.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hum, hum...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª, inclusive, declara rendimentos de aplicação de renda fixa de letras de câmbio ao portador, declarados **a posteriori.**

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hum, hum. **A posteriori** não, isso é de 1990. O que declarei em 1990 não foi **a posteriori.**

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu estou falando de 1989, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª tem algum comprovante de que realmente comprou essas letras de câmbio?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso verificar com o contador e trazer para V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria que V. Exª anotasse, como uma solicitação da Comissão do Patrimônio, os seguintes comprovantes: primeiro, que V. Exª efetivamente auferiu rendimentos de correção monetária de investimentos iguais aos da BTN, no ano de 1989, no valor de 74 mil; de 42 mil, de rendimentos de aplicação de renda fixa, letras de câmbio ao portador. Infelizmente naquela época ainda existiam esses títulos ao portador.

No ano de 1990, V. Exª declara que recebeu ajuda de custo do PASEP de 3.241. Espero que V. Exª tenha meios de comprovar.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Qual é o ano?

O SR. LUIZ SALOMÃO - O ano de 1990. E rendimentos de lucros, dividendos e bonificações de 1.179. V. Exª é acionista cotista?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sou cotista de uma empresa de distribuição de gasolina.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª não declarou essas cotas na sua declaração de rendimentos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas declarei os rendimentos. V. Exª tem razão. Fui aconselhado a retificar na véspera do meu depoimento; não o fiz porque não teve dolo nenhum; declaro em dois exercícios o rendimento. Trarei esses comprovantes que V. Exª quer. Não fiz aquisição da cota que se deu e que tem recurso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então encareço a V. Exª, para não alongar, que envie à Comissão todos os comprovantes de rendimentos não-tributáveis e de rendimentos tributáveis exclusivamente na fonte, que V. Exª auferiu, dos anos de 1989, 1990, 1991 e 1992. Sem essas informações fica difícil compreender a declaração de bens de V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Permite-me, V. Exª...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para encerrar, V. Exª declara que tem uma conta no Banco do Brasil de Nova Iorque. V. Exª tem alguma outra conta naquele país?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, tenho na agência do Banco do Brasil na cidade de Nova Iorque.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não tem nenhuma conta em Miami?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No Banco Espírito Santo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na Brickel Avenue ?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nem a Dª Georgia é atendente da sua conta nesse banco, nessa cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Dª Georgia? Não conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pode ficar inteiramente à vontade e procurar Dª Georgia ou qualquer banco de Miami, porque não tenho conta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Élcio Alvares.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Se o Senador Élcio Alvares me permite esclarecer.

Estou recebendo esses rendimentos declarados aqui. Realmente, vou dar as informações que V. Exª pede; acho que todas estão anexadas ao imposto de renda: Mas quero dizer que em 1988 tive 294 mil dólares, segundo essa análise daqui, de recursos líquidos, na parte de variação.

O SR. LUIZ SALOMÃO -...rendimentos não-tributáveis...(fora do microfone)

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Permita-me, Sr. Presidente. Estou recebendo isso agora, não dá para auferir. Esse rendimento não-tributável não deve ser mais de 10% dos outros rendimentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª pode me informar o nome da empresa de distribuição de derivados de petróleo da qual é cotista?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu vou enviar para V. Exª depois o contrato, na quarta alteração contratual da empresa que eu entrei, que é o Posto JR Ltdª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª é majoritário?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, eu tenho metade das cotas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Inicialmente, eu gostaria de esclarecer à CPI que, nos levantamentos feitos pela Subcomissão de Subvenções Sociais, não surgiu nenhum dado referente ao Deputado José Carlos Vasconcellos. Tenho feito sempre perguntas dentro do âmbito da minha Comissão, mas hoje eu me permitiria, em virtude não só da inquirição do Deputado Roberto Magalhães, mas também da própria exposição do Deputado José Carlos Vasconcellos, alongar minhas indagações em terrenos que fogem do campo da subvenção social.

O eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães, na fase vestibular da sua inquirição, deu notícia de que o depoente, o Deputado José Carlos Vasconcellos, era um dos firmatários de um pedido de CPI para instalar uma investigação a respeito da mecânica do Orçamento e da própria Comissão, que hoje se transforma no objeto principal das nossas indagações.

O Presidente Jarbas Passarinho, acudindo a uma intervenção do Deputado Luiz Salomão, teve a oportunidade de fazer uma sinopse de noticiários publicados nos jornais, dando conta do motivo, do fato determinado que ensejava, naquela época, o pleito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas, já que o Deputado José Carlos Vasconcellos está falando de maneira tão aberta em relação à mecânica da CPI do Orçamento, até certo ponto também dentro da mesma linha crítica que foi adotada ontem pelo Deputado Sérgio Guerra, eu gostaria, se o Deputado pudesse identificar, de obter fatos de ordem pessoal que o levaram a assinar, com irregularidades, aqueles motivos contidos na CPI então pretendida. Se não me engano, na ocasião também o primeiro subscritor foi o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deputado Wagner.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Wagner e, logo em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

Então, eu gostaria de saber do Deputado José Carlos Vasconcellos, na sua observação naquela época, quais seriam as presumíveis irregularidades que ensejariam a instituição de uma CPI sobre a Comissão do Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou ser, Senador, absolutamente sincero. Na verdade, a Casa toda tem conhecimento de todo o noticiário da

imprensa que levantava suspeição sobre o trabalho da CPI e sobre muitos dos seus membros. No momento em que comecei a detectar que o meu nome estava sendo cogitado como aqueles que poderiam ter cometido irregularidades, eu quis deixar, de forma transparente, a minha ação, porque é terrível e é amargurante ganhar fama pelo que não se fez! Se eu fosse realmente um homem que recebesse propina, eu não estava preocupado com isso não. Mas o fato de você ser acusado, isso vem insistentemente; vai-se à empresa e se desmente e, muitas vezes, acusações até procedentes no sentido de relatórios que não têm elaboração perfeita! Essas coisas machucam, faz a gente sofrer perante nós mesmos, perante toda a família e eu estava num processo, já aquele ano - quando o Senador Suplicy me perguntou das tais reuniões -, de afastamento da Comissão Mista de Orçamento. Tanto que, em 92, dela não fiz parte; em 93, entrei, em decorrência da minha obrigação, como Líder para que se definisse a terceira vaga, sem briga, dentro da Bancada. Se houvesse composição, eu me retiraria então da Comissão que fiz, saindo da titularidade e encaminhando a titularidade para outro Colega nosso, meu liderado. Então, isso era uma das razões.

Por outro lado, a Casa toda conhece como é que foi aprovado, por exemplo, alguns projetos na Comissão de Orçamento: uma demanda enorme, uma falta de experiência pra ser elaborado, o pessoal suspendia a sessão e cada um ia em busca da aprovação das suas emendas. Isso só poderia levar, Senador, a um processo de desgaste da Comissão. Houve ano até que se fez um balcão de peixes, de venda de peixes. E não eram só os membros da Comissão não; cada um, desde que incluísse a sua emenda. E eu tinha a percepção de que esse processo, se adiantado, não poderia dar certo; tanto que eu me referi aqui ao trabalho do Senador Jarbas Passarinho, à preocupação do Relator, Deputado Roberto Magalhães. Sei que tem aqui o Deputado Odacir Klein, meu antigo companheiro de MDB e PMDB, sei da seriedade com que eles estão falando aos senhores.

Esta Comissão tem que gerar alguma proposta alternativa. Na realidade, o compromisso da maioria dos parlamentares, quando chega o último dia do Orçamento, é entrar em férias, em recesso, viajar e não aprovar e discutir devidamente o Orçamento da União.

Como aqui foi dito, pode-se conscientemente, no Plenário, aprovarem-se milhares de pareceres e emendas, sem que se tenham os quadros consolidados. Quer dizer, tudo isso, o processo desgastante - eu estava observando, não podia dar certo - fez-me requerer à CPI, que tinha também o sentido de gerar, ela própria, propostas. Não que acabe - nisso discordo do ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães - esta Comissão, mas que ela seja uma Comissão tecnicamente estruturada, com assessores que, além daquelas questões formais - os assessores do Senado e da Câmara também entendam das questões pontuais - possam trazer para discussão os graves problemas da educação, da saúde, do abastecimento, da construção de ferrovias e de rodovias.

Então, foi por isto - talvez eu não tenha explicado de forma muito clara antes - que me motivei a solicitar esta CPI. Primeiro, quero mostrar, de forma muito clara, que não estou envolvido neste processo, que não tenho nenhum envolvimento. Fiz questão de assinar esta CPI.

Quero dizer que, em matéria de apuração, tenho tido um comportamento muito transparente nesta Casa. Líder do PRN, quando foi constituída a Comissão do Collor, da qual muitos dos senhores faziam parte, fiz questão de não me manifestar contra aquela CPI - sabe disso o Senador Ney Maranhão -, e a minha ação, enquanto membro da CPI - está aqui o Presidente daquela CPI, o Deputado Benito Gama - sempre foi no sentido de esclarecer todos os assuntos. Tanto que viajei para o Uruguai - votei contra o **impeachment** do Presidente Collor; fiquei com ele até o final, mas facilitei os trabalhos de apuração da verdade na CPI - com o Deputado Odacir Klein, e, voltando, produzimos o mesmo relatório, o mesmo, sem nenhuma divergência, porque pequenas correções que fiz ele aceitou prontamente. Mais ainda: quando o Deputado Miro Teixeira apresentou aqui a proposta de contratação de firma internacional para rastrear as contas no exterior, levantaram-se empecilhos regimentais. Minha assessoria me trouxe o Regimento, e fundamentei a favor do Deputado Miro Teixeira. Então, tenho sentido, quer dizer, a apuração que esta CPI faz, para mim, é essencial, é motivo da minha própria vida perante toda a minha família.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado José Carlos Vasconcellos, o Espírito Santo é cortado por duas BRs: a 262 e a 101. Na verdade, como representante do Espírito Santo, já demonstrei aqui claramente a minha estranheza, porque o Espírito Santo sempre foi um Estado marginalizado não por falta de trabalho da sua Bancada federal ou do seu conjunto de senadores. Principalmente em relação à BR-262, estamos vivendo agora um problema de verdadeiro estrangulamento na saída de Vitória, à altura do Município de Cariacica, o que demonstra realmente que não há tratamento que possa conceder um relativo privilégio para o Espírito Santo.

Li matéria muito bem-feita em o **Jornal do Brasil**, dizendo que a BR-101 é a estrada do voto. Tive a surpresa também de verificar que eu era um dos signatários de emenda, uma pequena emenda em relação à essa BR. Posteriormente, consultando o meu arquivo de gabinete, verifiquei que se tratava de emenda coletiva de toda a Bancada. Caí em uma realidade que achei bastante interessante de saber quais os critérios que fixam o privilégio de emenda. Outras emendas que assinei coletivamente com a Bancada do Espírito Santo não tiveram, na verdade, acolhida maior por parte da Comissão de Orçamento.

Eu gostaria que V. Exª me esclarecesse, porque é um assunto que interessa a todos nós, principalmente aos Parlamentares menos afeiçoados à Comissão de Orçamento. Na hora em que vão ser programadas as preferências para essas emendas há interferência do DNER dizendo quais são os pontos da BR-101, ou da 262, ou qualquer rodovia federal, para

ter o privilégio de eleição dessas emendas? Ou é critério exclusivo do Sub-relator que cuida do assunto?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero lhe dizer, com toda sinceridade: o Orçamento de 1988, de que fui Relator, não permitiu, era o primeiro relatório, que se colhessem maiores informações.

Em 89/90, foram os dois relatórios que eu fiz, evidentemente que eu solicitei consultas do DNER. Inclusive, chegava ao ponto de pegar as emendas todinhas, relacionar mandando para o DR, para mostrar as prioridades; não só do DNER, da própria NEOR, associação de classe que reúne... é a mais expressiva das pequenas empreiteiras e que sempre teve um trabalho sobre o estado das rodovias. Fazia essas consultas.

Mas nunca me furtei, ao contrário, de receber os Srs. Parlamentares. Quer dizer, no meu gabinete nunca deve ter passado menos de duzentos Parlamentares nessas coisas e eu recebi a todos, a todos, indistintamente, e procurava, dentro dos recursos disponíveis, fazer o atendimento da emenda.

Evidentemente, há um peso. Não é um projeto que se possa dividir absolutamente pelos Estados ou por uma macrorregião, levando em consideração, por exemplo, seus habitantes, ou um critério socialmente justo de distribuição de alimentos, por exemplo, do inverso da renda **per capita**.

Mas, tem que se estudar a rede existente em cada Estado...

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado José Carlos, me permita interrompê-lo, mas eu sou rigoroso no cumprimento dos meus dez minutos.

Eu gostaria que V. Exª sintetizasse, porque ainda tenho a última pergunta a fazer e quero cumprir minha hora.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pronto. Então, vou sintetizar para V. Exª.

O elemento básico era ver a rede disponível em cada Estado e o estado dessas redes.

Evidentemente, aconteceram casos de o DNER ter dado uma opinião e o Parlamentar ter ido discutir, dentro da própria Comissão, com um representante do DNER e ter mudado essa opinião e feito o aporte.

O SR. ELCIO ALVARES - Bem, a última pergunta.

Deputado José Carlos Vasconcellos, houve, aqui, uma pergunta muito insistente, não só iniciada pelo Deputado Vivaldo Barbosa e depois complementada pelo Deputado Luiz Salomão, colocando alguma dúvida na sua variação patrimonial.

Eu sou um modesto contribuinte do Imposto de Renda, muito cioso das minhas declarações, e tenho sempre em mira que nós que, de uma forma ou de outra, descontamos na fonte, o Imposto de Renda é muito pertinente na ação fiscal. Qualquer pequena falha de cem mil cruzeiros, cinqüenta mil cruzeiros, no ano seguinte, vem uma notificação, e aquele que cometeu a falta de cinqüenta ou cem mil cruzeiros é obrigado a dar satisfações ao Imposto de Renda.

No momento em que há uma dúvida sobre a sua variação patrimonial - e me parece que ação se desloca para a área fiscal - gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª: V. Exª recebeu da Receita Federal alguma notificação estranhando a sua variação patrimonial?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca, nunca, Sr. Senador.

O SR. ELCIO ALVARES - Não houve nenhum tipo de ação fiscal até o momento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca recebi nenhuma ação fiscal.

Recebi apenas uma notificação para prestar a declaração de 88, que não tinha feito, e o fiz em 89, portanto, um ano depois.

Foi a única notificação e, imagine, se eu atrasei um ano, evidentemente que a Receita terá passado o pente fino nas minhas declarações e eu não recebi nunca nenhuma... E quero esclarecer, eu entendo perfeitamente a pergunta que me foi feita na oportunidade e, inclusive, pelo Deputado Luiz Salomão, que já me coloquei à disposição, porque eu tenho tranqüilidade.

Veja bem: o que eles chamam ganhos de capital... Primeiro, eu tenho tranqüilidade de explicá-los e, segundo, ele não representa, não tem valor expressivo na minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, vencido o meu prazo, eu encerro a inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Eu agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. depoente, Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª foi Relator do DNER durante os anos de...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - 1988, para o Orçamento de 89, Relator de Transportes. Nesse ano, eu e o...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, pode continuar: 88...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - De 89 para 90... Em 88, eu e o Senador - foi dividido o Ministério do Transporte - Ruy Bacelar; de 89 para 90 e em 90 para o Orçamento de 1991.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª há de concordar que esse relatório era o ponto mais delicado, o de maior interesse das grandes empreiteiras do País, das médias empreiteiras inclusive, e que estamos apurando exatamente a denúncia de um dos esquemas de corrupção que eu diria ser o mais difícil de ser apurado: o que envolve as empreiteiras.

Pergunto: V. Exª foi o Relator do "jumbão", ou seja aquele projeto de crédito suplementar, que assim ficou conhecido, de maio de 1989, no valor de 916 milhões de cruzados novos...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quanto?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trezentos e noventa e cinco milhões de dólares. V. Exª foi o Relator naquela ocasião?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fui o Relator do PL 66.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente!

Esse projeto destinou 62% dos recursos para Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Trezentos e noventa e dois? Não! Veja bem V. Exª - gostaria de pegar esta pasta - esse projeto não tratou somente de... V. Exª é um economista e vai me auxiliar nisso. Sabe que não posso recuperar a memória integralmente das coisas, mas estou dizendo isto sinceramente e conto com a ajuda de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE- Só peço à Mesa que vá descontando o tempo para podermos fazer as perguntas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Foram abertos os créditos de 129 bilhões, evidentemente, mas isso não foi só para a rodovia, não. A parte de estradas federais foi muito reduzida .

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O grosso eram recursos do Selo Pedágio e fundamentalmente para a construção e conservação de estradas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Não. O PL 66, perdoe-me V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual o número total de recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - De 229 bilhões, 212 milhões, 26 mil e 919 cruzeiros. Esse projeto colocou recursos para diversas obras, inclusive para pagamento da dívida da União, que absorveu...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dentro dele havia uma parte, que totaliza 395 milhões de dólares, destinada ao setor de transportes, e 62% dos recursos foram para o Maranhão - inclusive o Deputado Cid Carvalho, que era Presidente da Comissão, foi depois carregado e comemorado pelas empreiteiras, segundo consta nos jornais da época, por essa aprovação -, o Pernambuco de V. Exª, a Bahia de João Alves e as Minas Gerais de José Geraldo. Poderia ser uma leitura para uma articulação política que sustentou a aprovação ...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Faço a leitura a mais tranqüila possível.

Esse projeto veio do Executivo. E eu não podia destruir todas as verbas do Executivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª disse uma frase, estampada nos jornais da época: "Quem se especializou mais no Orçamento levou mais."

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª quer formular todas as perguntas para que eu as responda depois? Acho que estou partindo o raciocínio de V. Exª. V. Exª pode fazer as perguntas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª pode explicar os critérios e a sua participação nesse processo.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em primeiro lugar, quero dizer que esse foi um projeto no qual, no ano de 1989, se repetiram aqueles mesmos procedimentos ocorridos para a elaboração do Orçamento de 89 em 88. Ali, pela primeira vez, o Congresso Nacional recuperava o poder de emendar o Orçamento, e os Srs. Parlamentares não tinham a cultura de participação do Orçamento. Quero dizer a V. Exª que as demandas dos Parlamentares, que foram feitas e explicitadas na Comissão de Orçamento, foram quase todas atendidas - quase todas atendidas! Não me recordo se fui eu quem fez referência à frase transcrita na imprensa: "Quem se especializa é quem leva mais". Mas na verdade quero dizer a V. Exª, com a maior transparência: quem apresentou emendas e compareceu à Comissão teve condição de ser atendido nesse PL ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por exemplo, o Deputado Manoel Moreira teve 14 milhões de dólares em emendas aprovadas.

O que espanta é a concentração. Não vejo quais são os critérios. V. Exª até o momento não conseguiu explicar quais os critérios que orientaram a aprovação dessas emendas, porque, segundo consta na imprensa da época, não houve qualquer critério técnico e basicamente 62% dos recursos se concentraram no Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, exatamente na base de sustentação do chamado "Esquema" que existia no Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero dizer a V. Exª e quero dizer para fazer justiça a ele e também para que V. Exª entenda. O Deputado João Alves, a quem V. Exª atribuiu o negócio, não participou da elaboração desse processo; ele veio a participar depois da Comissão, e foi Relator no ano seguinte. Então, não terá sido da Bahia.

Se V. Exª quiser, vou pegar aqui o número das emendas que foram atendidas, para V. Exª ver a magnitude de quem foi atendido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu proporia que V. Exª pudesse deixar a cópia do material para que pudéssemos analisar posteriormente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deixo. Depois vou tentar reconstituir isso e vou me reunir com V. Exª, mas tenho um mapa-resumo aqui de solicitações aprovadas e um mapa-resumo por partido: número de parlamentares do PMDB, 57, número de emendas, 185; do PFL, 24, número de emendas, 57; do PDS, 8, número de emendas, 24; do PSDB, 3, número de emendas, 5; do PTB, 3, número de emendas 3; do

PDC, 3, número de emendas, 4; do PL, 3, número de emendas, 6; do PRN, 2, número de emendas, 3; do PSB, 1, número de emendas, 2; do PDT, 1, número de emendas, 1; do PT, 1, número de emendas, 1; e sem partido 1, número de emendas 3.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós poderíamos depois analisar o valor dessas emendas e confirmar que 62% dessas emendas foram para esses quatro Estados, que é, indubitavelmente, a base de sustentação da Comissão de Orçamento ao longo desse período, quer dizer, do chamado "Esquema do Orçamento".

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O fato é que V. Exª me prestará uma grande ajuda, se nós pudermos sentar e fazer a reconstituição de tudo isso, porque V. Exª vai ver a lisura como eu atuei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª poderia me confirmar, e já haviam feito, que Inaro Fontan Pereira, na época, Diretor Executivo do DNER, participou da elaboração do Orçamento? Era assessor, contribuiu?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deve ter participado enquanto o órgão era apresentador da proposta do órgão ao DOU para ser remetido aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Massis Tigranha Filho participou?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deixe-me explicar com relação a Dr. Inaro. Enquanto executivo, ele deve ter participado da elaboração da proposta do DNER, que foi enviada ao DOU e, posteriormente, pelo Sr. Presidente da República ao Congresso Nacional. Mas eu diria mais ainda: durante essa elaboração eu consultei o DNER e o Dr. Inaro esteve presente na Comissão dando explicação sobre tantas obras colocadas no DNER, quanto sobre as emendas ao projeto...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Massis Tigranha Filho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Na época ele era Presidente da Comissão de Licitação do DNER?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não o conheço dessa época.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Luziel Reginaldo de Souza?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quanto a Dr. Luziel, era assessor do órgão. Eu, sinceramente, lembro-me da presença do Dr. Inaro, mas como Dr. Luziel era assessor é possível que ela tenha tido; não me lembro, sinceramente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dr. Inaro é o mesmo que assinou, logo em seguida, em 1992, isso, após, ainda na condição de Diretor do DNER, em 30 dias, 26 contratos sem licitações, favorecendo, sobretudo, a Mello Engenharia.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - A quem?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Mello Engenharia.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Desconheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E depois foi ser Diretor da RODOFÉRREA; quer dizer, é um homem de grande intimidade com as empreiteiras, que aprovou contratos sem licitação, e que tinha uma participação importante, não só no DNER como no processo de elaboração da Comissão, por ter, inclusive, participado de reuniões, exposto os critérios.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deputado Mercadante, poderia até me furtar de dar o depoimento que vou dar agora, mas não vou fazê-lo. Meu relacionamento com Dr. Inaro indica que é um homem de alta seriedade e de alta competência, talvez quem entenda mais de rodovia no Brasil, e que realmente prestou um serviço inestimável à Comissão, não em gabinete fechado, mas comparecendo à Comissão quando foi solicitado, discutindo com os Srs. Parlamentares de forma mais aberta. Lembro-me até que houve ocasiões que teve Deputado que foi muito duro com ele, porque queria ver suas emendas aprovadas e ele insistia em dar parecer contra, por razões técnicas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª não acha estranho o que ocorreu no caso de Pernambuco, em que V Exª aprovou emendas, inclusive que o valor atendido é muito superior ao que havia sido solicitado, como é o caso da BR-101, por exemplo, no trecho Goiânia-Prazeres, era de 2 milhões e foi liberada a importância de 6 milhões? A pergunta...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª há de me dizer de qual ano é, porque aí eu fico...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São as emendas aprovadas, por V. Exª... Aqui é o relatório do Projeto de Lei para 1992, do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Apresentei a emenda e não fui Relator desse projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É evidente. O Relator foi o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ontem V. Exª viu o debate - parece-me um debate sério - travado pelo Deputado Sérgio Guerra, onde seria o motivo de esclarecimento disso. Não tem nenhuma emenda aqui para...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas há os valores substanciais das emendas que V. Exª apresentou. Em alguns casos o valor atendido é superior ao valor ...O que me espanta é que, em se tratando de recursos tão expressivos quanto esse, as licitações sejam feitas pelo DNER, o que não acontece em muitos Estados da Federação. Quer dizer, o DNER assessora a elaboração da Comissão, o Diretor do DNER depois vai trabalhar para uma empreiteira, e quem faz a licitação, inclusive participou da elaboração do Orçamento de 1991, o Sr. Maciste, que depois vai organizar a licitação do Estado.

V. Exª não acha, pelo menos, preocupante essa relação DNER X Estado de Pernambuco?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em relação a mim, quero dizer-lhe que o Dr. Inaro não era Diretor do DNER no ano de 1991, quando foi feita a elaboração do Orçamento, e o Deputado Sérgio Guerra disse aqui que não se assessorou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, ele não era Relator; ele foi o executor do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, ele não era mais diretor do DNER.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1992 ele era Diretor.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não era, o Dr. Inaro não era em 1992 o Relator do DNER.

O SR.ALOIZIO MERCADANTE - Por exemplo, posso até ler o que diz o Jornal **O Globo**, de 13 de novembro de 1992:

> "As obras ainda não começaram, nem tem previsão de verba para a sua execução, mas o DNER já está contratando empresas para supervisioná-las. Nos últimos trinta dias, o Diretor-Geral do DNER, Inaro Fontan Pereira, assinou 26 contratos, todos sem licitação, para serviço de atualização, coordenação, fiscalização de obras e recuperação nas rodovias do Norte e Nordeste."

E no caso do Nordeste, especialmente Pernambuco, uma grande construtora, Queiroz Galvão, chegou a ser o maior credor do Estado de Pernambuco...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª permite-me um esclarecimento?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - e que pela participação intensa em várias emendas apresentadas por V. Exª...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Permita-me um esclarecimento: não tenho procuração do Deputado Sérgio Guerra para defendê-lo, mas vou só esclarecer a V. Exª ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não estamos falando do Deputado Sérgio Guerra; estamos argüindo aqui...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou só esclarecer o seguinte: na época em que o Deputado Sérgio Guerra fez o seu relatório, o Dr. Inaro Fontan não era Diretor do DNER, e o Deputado Sérgio Guerra já disse aqui que ele não o assessorou.

Em primeiro lugar, o Dr. Inaro voltou a ser diretor do DNER quando assumiu o Ministério dos Transportes o último Ministros dos Transportes do Governo Collor, o Senador Affonso Camargo. Foi quando ele retornou a ser aí diretor executivo.

Agora, veja bem, eu aí já não era Relator do DNER. Não tenho nada a informar porque não tenho emendas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - As emendas propostas no Orçamento de 1991 eram de V. Exª. Mas foram adicionadas, às vezes, até três vezes mais pelo Deputado Sérgio Guerra que o sucedeu na função. É disso que se trata, e exatamente foram liberadas, executadas, por um diretor do DNER, que tinha trabalhado com V. Exª anteriormente, que voltou para o DNER em 1992 e que liberou muitos contratos de licitação.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em 1989 e ali não tinha nenhuma verba sendo aplicada, do meu relatório. Está V. Exª confundindo as datas. É importante - desculpe-me talvez a impertinência - que fique definido isso. Essas liberações a que V. Exª está se referindo não têm nada haver com os meus relatórios do DNER, porque eles se encerraram em 1990 e V. Exª está falando em liberação de 1992.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou falando das emendas que V. Exª apresentou.

Gostaria de fazer apenas seis perguntas para concluir. Está sendo difícil o andamento...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Estou à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Aloizio Mercadante, o tempo de V. Exª já está ultrapassado em cinco minutos. A Mesa, no entanto, acha fundamental o esclarecimento e apenas solicita a V. Exª e ao depoente também, se puderem, objetivar, para que possamos concluir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que está havendo uma divergência que tem que ser resolvida.

O Deputado Mercadante está afirmando que as emendas do depoente são de 91 para o Orçamento de 92. E o depoente está dizendo que são emendas de 90 para o Orçamento de 91. É fundamental que isso seja...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Bom, a data está aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não, perdão! Ele está se referindo a emendas minhas feitas em 91, por relatório, para o Orçamento-Geral da União de 92, não é isso?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Então está certo, não está havendo divergência.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sobre esse ponto, não. A divergência surgiu, permite-me V. Exª esclarecer, porque ele vinculou às liberações feitas em 92. E quero dizer que não se refere à emenda de quando eu Relator...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Parte dessas emendas V. Exª aprovou no Fundo Nacional de Desenvolvimento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quais?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - BR-101.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não; perdão, não! Essa BR-101... Agora, se o senhor se referir à emenda, eu digo: apresentei uma emenda...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Seis milhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hein?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Seis milhões.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Qual é o número da emenda?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Emenda nº 006494-7.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não posso me reportar porque não sou o Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aprovada aqui, como do Relator, com valor de 500 mil a mais.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De qualquer forma, não posso dar...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Essas emendas não são da minha autoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não vejo outro caminho para apurar a verdade desses fatos, senão a CPI entra no DNER para valer, inclusive, quebrando o sigilo bancário, investigando algumas das pessoas que participaram de forma decisiva no processo da elaboração, da execução do Orçamento e nas licitações. Quer dizer, eles colocavam as emendas, davam os critérios para a formação das emendas no Congresso; depois, participavam da licitação **in loco**, centralizada na União, e participaram durante todo esse processo. São algumas pessoas chaves na execução orçamentária.

Agora, eu queria partir para uma outra pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - As contas bancárias que V. Exª tem são no Banco do Brasil, Banco Rural e Banco Cidade. Existe mais alguma instituição financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tive no passado. As contas já estão encerradas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De 89 para cá, só essas três instituições?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não; tenho no Banco do Brasil, no Banco Cidade e no Banco Rural.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não; tive mais. Enquanto estive em Pernambuco, em época de campanha, tive contas no Banco ITAÚ e, meu Deus...- posso depois informar a V. Exª - no Banco Real.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essas contas não vieram para a Comissão até o momento.

V. Exª poderia me explicar o motivo que o levou a ir para o Banco Rural e para o Banco Cidade, considerando que, primeiro, no Banco Rural, todos esses membros que trabalharam na Comissão do Orçamento e que estão mais envolvidos com o processo tiveram contas no mesmo período que V. Exª. Por sinal, é um banco onde estava todo o esquema de Paulo César Farias. Isso não quer dizer, a princípio, nada.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nem a princípio, nem finalmente; nem no princípio, nem no fim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É um banco que não tem nem uma grande presença no Estado de Pernambuco - imagino que não tenha. Eu gostaria de entender, por que...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Há agência no Estado de Pernambuco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ah, evidente que tem! Há uma concentração no Banco Rural e, em seguida, no mesmo período, no Banco Cidade. O que fez com que esses Parlamentares fossem para um banco e, depois, se movessem para outro banco ou foi uma mera coincidência - os mesmos que estão na Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olhe, eu faria uma pergunta a V. Exª: V. Exª sabe se há outros Parlamentares com conta no Banco Cidade e no Banco Rural? Para fazer uma afirmação dessa, V. Exª está definindo!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou perguntando a V. Exª o que é que o motivou para ir ao Banco Rural e ao Banco Cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª me perdoe, Deputado. V. Exª está inferindo que eu fui por ter ligação com essas pessoas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Absolutamente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas foi o que V. Exª disse, porque...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou dizendo...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª chegou ao ponto de dizer, V. Exª chegou ao ponto de afirmar que o Banco Rural era onde havia conta do Sr. PC Farias. Não tenho nada com o Sr. PC Farias, a Casa sabe disso; não tenho ligações pessoais nenhuma com ele. E a pergunta, para que não desse uma repercussão negativa para o público, seria fazer o levantamento de todos os Parlamentares que têm conta no Banco Cidade e Banco Rural.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A última pergunta, Deputado, porque...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É a última pergunta. Só quero esclarecer esse ponto antes.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Porque o tempo já está ultrapassado em dobro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só quero esclarecer esse ponto.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Perdoe-me, mas V. Exª fez uma dedução que pode deixar margem à interpretação duvidosa. Se V. Exª quer saber, não fui porque estavam só esses Parlamentares. Deve haver dezenas de Parlamentares - não sei quantos - que não foram porque são amigos de fulano e de beltrano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Era a última pergunta, Deputado!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, um minuto. A pergunta não foi respondida. O depoente...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O tempo de V. Exª está ultrapassado em dobro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas a pergunta não foi respondida! Eu perguntei o que motivou o Deputado José Carlos Vasconcellos a abrir conta no Banco Rural e, depois, ligar para o Banco Cidade, no mesmo período em que os outros membros da Comissão de Orçamento fazem esse mesmo movimento. Qual é o motivo? É uma mera coincidência?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não teve. Eu acho que é mera coincidência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mera coincidência. Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - ... **(inaudível)**... a movimentação desse pessoal para as minhas contas aí. Pode procurar à vontade - eu não tenho, de espécie alguma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª adquiriu um imóvel na QL 6 - Conjunto 7 - Lote 20 - SHIS.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No ano de 1993.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora, em 1993. A área é de 1.350 metros quadrados.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - A área eu não sei lhe precisar, mas é em torno disso, que é a média...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É uma ponta de picolé.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É a ponta do "lixão".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E V. Exª, quando adquiriu, quitou a hipoteca que existia no Banco Progresso?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, eu não quitei; quem quitou foi o vendedor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O vendedor Valdemar de Paiva Sobrinho.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Exato; escriturado, de forma mais límpida possível.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No Cartório.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No Cartório, registrado no Registro Geral de Imóveis, inclusive, abaixo da hipoteca.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª poderia dizer o preço que pagou?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu não tenho, exatamente, agora, aqui, mas posso mandar a escritura para V. Exª; já me coloquei à disposição da Subcomissão, posso mandar e prestar todos os esclarecimentos. É algo em torno de 6 bilhões e pouco de cruzeiros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 6 bilhões e 750 milhões de cruzeiros. Quer dizer que esse foi o único valor pago pela aquisição desse imóvel?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª terá a escritura, se a Comissão está solicitando...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não foi essa a pergunta, Deputado. Eu estou perguntando se este foi o único valor que V. Exª pagou para a aquisição desse imóvel.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O único.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O único?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O único.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Somente isso?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Somente isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª há de compreender, é uma intervenção rápida para uma explicação pessoal, que já fiz, pessoalmente, a V. Exª, ao Presidente titular e ao Sr. Relator, pela manhã, a respeito de um noticiário veiculado, ontem, pela **TV Globo**, da **Rede Globo de Televisão**, no **Jornal**

Nacional, em que afirma que este Parlamentar, juntamente com outros Parlamentares, teria, ontem, divulgado documentos que deveriam ser mantidos em sigilo por esta Comissão. Os documentos foram mostrados não apenas na televisão, mas inclusive em outros veículos - os jornais, hoje, também comentam -, o que se presume que os jornalistas obtiveram e tiveram acesso aos documentos pelos meios normais, como tem se repetido, constantemente, nos trabalhos desta Comissão. Mas a divulgação, pela primeira vez, de nomes, incluindo o meu, pela **Rede Globo de Televisão**, através da voz e da presença da jornalista Ana Paula Padrão, indica que teria sido cometido um crime, por mim e pelo conjunto de Parlamentares.

Sr. Presidente, como já fiz, pessoalmente, diante de V. Exª e de todos os integrantes da Mesa, eu desminto que tenha veiculado, difundido e divulgado qualquer documento ou qualquer notícia que deveria ser mantida em sigilo por esta Comissão. E, em conseqüência disso, não aceitando a descaracterização da verdade, que foi colocada e veiculada, eu tenho o dever, por ter sido objeto de um crime cometido pela Televisão, de tomar as medidas judiciais próprias para desmascarar a calúnia que foi feita contra mim, pessoalmente, e, ao mesmo tempo, registrar, diante desta Comissão, diante de todos os companheiros da Comissão, que o fato não foi verdadeiro, não correspondeu à verdade, tendo eu o dever de tomar as medidas judiciais próprias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Mesa registra a manifestação de V. Exª, que já tinha sido feita, pessoalmente, aos três integrantes desta Mesa Diretora.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, antes de inquirir o depoente, eu queria fazer um esclarecimento.

Nós estivemos numa missão, no Maranhão e no Piauí, e um órgão de imprensa, **O Estadão**, inseriu uma matéria, pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, que não condiz com a realidade e a verdade. Existiam, naturalmente, nessa viagem e nesse dia, lá em São Luís do Maranhão, dezenas de jornalistas, radialistas e televisão. E apenas este jornalista fez uma matéria, no meu entender, maldosa sobre todos os aspectos. Primeiro porque o Senador Sarney não precisaria de uma matéria dessa para se defender das acusações que fizeram, que imputaram a ele à chegada dessa Comissão em São Luís do Maranhão. Chegamos no período da tarde, fomos direto à CEMAR, onde era nossa responsabilidade e pela qual fomos designados pela Presidência da Mesa, e fizemos naturalmente o trabalho que tinha de ser feito, acompanhado dos Deputados Luiz Salomão e Moroni Torgan.

Já no período da tarde, dirigimo-nos ao Hotel Vila Rica, onde ficaríamos hospedados. Chegando lá, encontramos em torno de 20 a 25 pessoas vinculadas à política - alguns defensores, naturalmente, do Senador Sarney; outros, adversários políticos, que tinham em mãos diversas provas contra o Senador, contra a Fundação, contra a Ilha de Curupu, a não-realização da obra em Guimarães, eletrificação rural e coisas deste tipo. A pressão desse pessoal sobre a Comissão foi constante, no sentido de que a mesma se deslocasse até a Assembléia Legislativa, no outro dia, no período da manhã, o que não foi contestado, porque não poderíamos contestar aquelas pessoas que ali estavam. Mas, posteriormente, numa reunião dos 3 membros, ficou pura e simplesmente definido que não teríamos esse direito e, portanto, não iríamos à Assembléia, como não fomos.

Mas também tivemos conhecimento de que, durante a noite, após aquela reunião informal no bar da piscina, onde foram servidas 5 ou 6 porções de camarões para mais de 30 pessoas, o jornalista, que é maldoso, disse que foi regado a camarão e cervejinha. Eu, por exemplo, devo ter tomado minhas 2 ou 3 cervejinhas no calor que estava em São Luís do Maranhão, que não era menos de 30 graus. Portanto, existe maldade na exposição desse jornalista e eu queria deixar claro: houve uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou assumindo agora, nobre Deputado...

O SR.PEDRO PAVÃO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... meu prezado Colega, e pensei que estávamos fazendo a inquirição ao Deputado José Carlos Vasconcellos. V. Exª está perdido nos camarões, no Maranhão, e eu estou meio perplexo, não estou sabendo...

O SR.PEDRO PAVÃO - É que, quando o senhor se sentou, eu já tinha iniciado o meu pronunciamento. Eu havia dito à Presidência que antes de inquirir o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quer dizer que, quando V. Exª terminar isso, não haverá tempo de perguntar o que quer ao depoente.

O SR .PEDRO PAVÃO - A minha pergunta ao depoente será em torno de 2 minutos. Vou utilizar 8 minutos para...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os camarões já estarão deglutidos, digeridos e não vai dar tempo! V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO PAVÃO - É que existiu maldade por parte do jornalista Luiz Mauro. E eu me sinto no direito, porque o jornal não vai me dar o direito de defesa, naturalmente da forma como vou me expressar. Tivemos nesta reunião - e tenho certeza, porque no outro dia fiquei sabendo, através do Deputado César Bandeira, que os correligionários políticos do Senador Sarney se reuniram até as 2 da madrugada para que se impedisse a mobilização e o movimento da comissão no dia seguinte. Fiquei sabendo, já no outro dia, quando já tínhamos tomado a posição de que não iríamos à Assembléia e muito menos à Ilha do Curupu porque não teríamos condições. O Deputado Moroni Torgan tentou providenciar um helicóptero para que fôssemos até a cidade de Guimarães fiscalizar a rede de eletrificação rural. Não foi possível e, no final da tarde, apareceu lá um avião que nos levou até Guimarães. Encontramos Guimarães - ele está dizendo aqui no jornal que

embarcaram, no hangar do Governo Estadual, em um Aztec de 6 lugares, pago pela CEMAR, por 80 mil cruzeiros a hora, e que voltaram uma hora depois simplesmente porque não encontraram Magalhães, o que é uma verdadeira mentira; sobrevoamos Magalhães. Se não tivermos condições técnicas de analisar, é uma outra história, mas Magalhães foi encontrado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Capaz de terem confundido município com pessoa. Município Magalhães, fulano Magalhães; deve ser isso!

O SR. PEDRO PAVÃO - Ainda bem que não citei Guimarães. Na verdade, a respeito das crianças que eles citam aqui e que ficaram frustradas, chegamos de improviso à Fundação Sarney. Portanto, não haveria nenhuma banda nos esperando. E, com um prazo bastante curto - porque tínhamos horário programado para irmos ao Piauí -, não houve condições de assistir à apresentação da banda. Aqui já é maldosa a sua colocação, dizendo que houve um desrespeito para com trinta crianças. Nem sequer sabíamos que essas crianças estariam lá para tocar para nós, porque, se soubéssemos, teríamos ido mais cedo ou teríamos nos programado.

Na verdade, o que quero deixar claro e patente é que esta Comissão faz um trabalho relevante. Ainda ontem assistimos ao Ministro, Senador e Presidente da Comissão expressando-se de forma preocupada em relação à essa missão para a qual fomos designados. É isso que me dá o direito de deixar esta minha expressão: em momento algum, esta Comissão tentou desviar a sua determinação. Portanto, se usamos a Fundação Sarney é porque algumas pessoas insistiam para que fôssemos lá. E fomos lá e trouxemos - a Comissão de Subvenções Sociais, naturalmente - documentos pertinentes até para que não se faça mal juízo dessa Fundação, até para que não se faça mal juízo do Senador. Não vejo motivo para a tamanha relevância dada à matéria desse ilustre jornalista.

Agora, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª dispõe de quatro minutos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Gostaria de fazer o seguinte questionamento, Deputado José Carlos Vasconcellos.

A imprensa noticiou que V. Exª é proprietário de quatro cavalos, sendo um deles o Albany, um puro sangue inglês, o qual teria sido dado como presente à sua filha Manoela, e que estaria valendo hoje 80 mil dólares. Pergunto: V. Exª confirma tal reportagem? Em caso afirmativo, poderia esclarecê-la melhor para nós?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nego inteiramente quanto ao valor atribuído ao animal. Tenho na hípica um cavalo que está à disposição da escolinha, que não tem valor comercial nenhum, e tenho também esse a que V. Exª se referiu.

V. Exª há de entender que essas atribuições de valores nem sempre correspondem à realidade. Essa a que V. Exª se referiu é inteiramente despropositada, exagerada. O valor desse animal depende das competições de que participa e de seu desempenho nelas, dos títulos que conquista. Minha filha de doze anos é uma boa amazona, mas não conseguiu fazer com que ele chegasse a ter esse valor.

Tenho o animal, ele está devidamente registrado no nome de minha mulher, mas está muito longe do valor mencionado na reportagem. Se eu achasse quem oferecesse por ele metade disso, um quinto disso, até que o venderia.

Não é verdade, quanto ao valor, mas confirmo a propriedade.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dos quatro animais ou apenas do Albany?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Confirmo a propriedade dos quatro animais: Um foi dado em doação à escolinha, para aquelas pessoas que estão aprendendo, porque não tem valor comercial nenhum, outros dois em processo de alienação, porque também não são compatíveis com o nível técnico de minha filha.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado, eles colocam aqui o valor de 80 mil dólares, valor que V. Exª nega. V. Exª poderia dar, aproximadamente, o valor desses quatro animais?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É difícil estabelecer o valor, pois trata-se de animal de pulo, mas eu diria que...

Na realidade, adquiri dois deles por mil dólares cada um e esse a que se atribui o valor de 80 mil dólares ou 40 mil dólares, por 6 mil dólares. Dou o valor de compra, porque não sei qual seria o de venda.

Quero lhe dizer que esse animal - apenas para esclarecer - que está na escolinha e que me chegou sem ônus às mãos... O da escolinha já disse: está doado àqueles iniciantes, porque é um animal que não tem condições de pulo. Quem o montou foi o campeão brasileiro - que não me lembro o nome - e depois o cavalo entrou em decadência. Quando me chegou às mãos, não dava mais para contabilidade e está sendo utilizado pelos alunos que iniciam - isso para se ver a variação da coisa. Mas o que posso dar são os valores de compra dos três animais que eu co-adquiri.

O SR. PEDRO PAVÃO - É lógico que a pergunta é em função de uma outra: V. Exª se recorda da data de aquisição desses animais?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso transmitir a V. Exª. V. Exª é membro da Subcomissão de Patrimônio, já me dispus a esclarecer qualquer dúvida... E veja que estamos falando de 1993. Pois até em relação a 1993, quero deixar tudo muito claro. Minha vida está sendo radiografada inteiramente quanto as últimas cinco declarações de 88, 89, 90, 91 e 92, que foram aceitas e analisadas pelo Fisco, sobre elas não há dúvida nenhuma; apenas me foram solicitados aqueles esclarecimentos quanto a rendimentos de sociedade e outros, que posso fazer até com a maior clarividência.

Mas também não me oponho, Sr. Deputado - e V. Exª me presta uma grande ajuda, digo-lhe com toda a sinceridade - a nos debruçarmos sobre toda a minha variação

patrimonial e meus ganhos de 1993, que eu não tenho nenhuma obrigação de prestar ao Fisco, mas gostaria que V. Exª analisasse.

O SR. PEDRO PAVÃO - A pergunta é apenas pelo valor alto dado pela imprensa.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Gostaria de esclarecer a V. Exª: imagine que a imprensa me fez dono de rede de postos. O Senador Ney Maranhão, que conhece o Recife, sabe que lá existe uma grande rede de postos, que é a ZIP, que tem os donos inteiramente conhecidos. Chegaram aqui para dizer para a imprensa que eu era dono da rede ZIP, que é a maior rede de postos.

Atribuem-me hotel no Rio de Janeiro; atribuem-me, no meio dessa loucura acusatória... É por isso que eu disse que fiz questão até de requerer, em 1991, e fiz de forma aberta, a esta CPI, porque quero sair desse mar de tormenta. Preciso passar para mim próprio, para minha família e para meus eleitores a seriedade e a competência com que atuei na Comissão Mista de Orçamento. E tenho certeza de que se V. Exª sair hoje daqui e for consultar a assessoria de qualquer partido político que lá esteve, se for consultar os funcionários da CPI, todos haverão de lhe dizer da minha seriedade e de meu compromisso com a Comissão enquanto instituição. V. Exª me prestará um grande obséquio se depois pudermos nos sentar juntos para eu esclarecer aquilo que não tinhà por que esclarecer, Sr. Presidente, que é a minha atuação em 1993, que só sou obrigado no final do ano.

Mas V. Exª vai me dar essa oportunidade e quero agradecer a V. Exª, como aos demais que me inquiriram a respeito de meu patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Queira fazer a última pergunta.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só uma última pergunta. V. Exª conviveu diversos anos na Comissão de Orçamento e se isenta de qualquer envolvimento naquilo que poderíamos chamar e que é chamado constantemente aqui de máfia, de esquema, de grupo, de anões e coisa que o valha. V. Exª tinha conhecimento do relacionamento de João Alves com Genebaldo, de João Alves com Cid Carvalho, de João Alves com Manoel Moreira, pela aproximação já caracterizada até então por esta CPI?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Defini aqui meu relacionamento com o João Alves. Trata-se de um homem cordato; tenho relacionamento com as pessoas mais variadas, das mais diversas tendências e tinha relacionamento com o Deputado João Alves.

Quero lhe dizer que não tinha intimidade com o Deputado João Alves. Há intimidade para mim se tenho... Sou muito claro no meu relacionamento, na minha cordialidade, na minha educação, mas a intimidade na minha vida eu reservo a poucas pessoas. Quero explicitar isso, mas não é para fazer nenhuma restrição.

Dei um depoimento aqui favorável, inclusive, ao Deputado João Alves. Minha relação enquânto membro da Comissão, atuante, com ele... Eu aqui poderia ter sido atuante quando Relator de Transportes, no ano de 1990, e ele Relator-Geral. E dei depoimentos dizendo da sua isenção.

Definido pela Comissão que eu faria o relatório das estradas federais referentes à conservação e à restauração, dentro dos limites estabelecidos pela Comissão, ele fez questão de não ter nenhuma interferência. Evidentemente que depois, sobre as emendas que tiveram destaque, foi feito o relatório, mas eu não tenho nada com isso.

E posso lhe dizer que no ano - só para concluir - em que ele foi Relator, fiz o melhor relatório de transporte, porque pude, até por falta da demanda dos Deputados em relação à construção, fazer um relatório obedecendo a todo um rigor técnico.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado, V. Exª não respondeu a minha pergunta. Perguntei a V. Exª se tinha conhecimento do relacionamento entre os Deputados João Alves, Genebaldo Correia, Cid Carvalho, porque isso já ficou caracterizado aqui para nós, através de troca de cheques, empréstimos...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nos termos em que foram colocados e V. Exª disse bem, não. Nunca tive...

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às vezes eu gostaria, sem ser descortês, pois não tenho a menor intenção de sê-lo, de lembrar aos nobres Deputados integrantes desta Comissão que é do Regimento da Câmara dos Deputados que o tratamento é excelência de Deputado para Deputado. De maneira que pode haver pessoas, como já houve aqui antes, pessoas que se acharam ofendidas por não receber esse tratamento, pensando que aquilo já era um sinal de desconsideração.

Tem a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente gostaria de, mesmo no papel de investigante, acidentalmente, nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, exercitando meu direito, colaborar para a formulação de um relatório da mais alta importância e que, admito até, poderá ser um golpe decisivo para a eliminação de todas as mazelas existentes neste estado agônico em que vivemos. Por isso, não seria bem inquirir o nobre ilustre Deputado José Vasconcellos, mas trazê-lo a um universo que me parece dos mais necessitados de uma assepsia, que possibilitará a nossa sobrevida no mundo político.

É o seguinte, Sr. Presidente, sentado ao lado do ilustre cultor, o Padre Antônio Vieira, lembrei-me de que, na verdade, numa das suas belíssimas orações, afirmava que a omissão é o maior dos pecado, porque é o pecado que se comete não cometendo.

Tenho o hábito de receber e ler as obras publicadas aqui nesta Casa e encontrei um discurso do ilustre Senador Pedro Simon, referindo-se àquele momentoso episódio que se passou com o Deputado Luís Ponte, quando foi defenestrado do Ministério à

época do Governo Collor. Uma afirmação do Senador Pedro Simon, dizia, já em abril de 1991, S. Exª: "Todos sabemos que se há dinheiro mal gasto, mal aplicado, as responsabilidades são várias. Não dá para dizer que a culpa é do empresário, do tecnocrata ou do político. Houve um edital mal feito, ganhou-se comissão em cima de uma obra pública, vários são os responsáveis."

Às vezes, a iniciativa da empresa, que vai lá e oferece, subornando o cidadão, o político, ou a entidade; às vezes a iniciativa é da entidade, do funcionário que vai lá, que tenta violentar a entidade, ou o político, mas a verdade é que, por bem ou por mal, por ação ou por omissão, por avanço ou por covardia, onde há ilícitos na área da construção normalmente a empresa da construção virgem não é, santa não é.

Fiz questão, porque houve um aparte do Senador Eduardo Suplicy, de trazê-lo, nesse momento, para a nossa pergunta. Na realidade, também há uma vertente dentro desta Casa que procura e persegue aquilo que todos nós perseguimos: o saneamento, a assepsia que temos que fazer no Estado.

O que diz o Senador Suplicy? "Daí porque quero solidarizar-me com o seu pronunciamento e indignação e dizer como será importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito, requerida por muitos de nós e principalmente pelo Senador Ruy Bacelar, poderá realizar um serviço que ainda não conte com a colaboração do Executivo. Teremos que prestar, como órgão Legislativo, que tem como uma das principais finalidade fiscalizar o que se passa no Poder Executivo.

Abalizando esses dois depoimentos, trouxe também palavra do ilustre Senador Mário Covas, naquele mesmo discurso, que dizia o seguinte: "E, no instante, o que há de novo é tão-somente que no passado se dizia que os empreiteiros agiam sobre os órgãos públicos no sentido de, corrompendo-os, obter obras. E hoje a grita é o contrário: é do lado do Poder Público, do lado do Estado. Este não é apenas a União: são todos os níveis a mostrar que, infelizmente, caminhamos para uma perda de valores extraordinários."

Sr. Presidente, esta Casa não é constituída de homens públicos que pregam e não praticam a moral pública. E, por isso mesmo, ilustre Deputado José Vasconcellos, na humildade da minha posição de investigador acidental, declamo à Nação que está assistindo-nos se essa verdade dita pelo Senador Mário Covas, se essa confissão de fé pública no destino da moralidade pública deste País, dita pelo Senador Pedro Simon, na realidade, está, neste momento, sensibilizando V. Exª para que a Comissão possa, na verdade, intervir cirurgicamente nesse Estado doente e dar à geração que virá aí os dias melhores que nunca tivemos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Deputado Nelson Trade, V. Exª me dá a oportunidade de, mais uma vez, fazer pronunciamento da minha ação Parlamentar, enquanto Deputado, em quatro legislaturas nesta Casa. Quero agradecer-lhe. Sabe V. Exª a admiração que tenho por sua pessoa, pois já estivemos juntos em alguns acontecimentos políticos. V. Exª, como Líder de Partido ou Representante de Líder de Partido, participou de diversas reuniões, onde deixei transparente a minha posição.

Mas vamos ater-nos aos fatos referentes a esta Comissão. Falei de maneira muita clara que nunca fui contra; ao contrário, até incentivei e apoiei a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, de 1991, para apurar as mesmas denúncias, feitas novamente agora e motivo desta CPI. Lembrei aqui aquela subcomissão presidida pelo Senador Almir Gabriel. Foram todos eles no sentido de procurar o aperfeiçoamento, a informatização da Comissão, a criação de quadros profissionais para a Comissão, único caminho capaz de evitar esse tipo de desvio. E disse mais: esta Comissão tem uma grande responsabilidade, além daquela de apurar os fatos. Temos a obrigação de apresentar propostas que possam, de fato, significar o resgate, pelo Congresso Nacional, da sua responsabilidade, que nunca foi cumprida na elaboração do Orçamento. O erro do Orçamento não é só dos membros da Comissão do Orçamento, mas dos membros do próprio Congresso Nacional que não souberam preparar-se para a missão que lhes foi atribuída pela Constituição de 1988. É impossível elaborar o Orçamento nas condições adversas que se faz esse atual.

Cheguei ao ponto de contestar a figura do Relator Geral, com os poderes amplos que tem, porque nenhum ser humano é capaz de saber, ele próprio, como e onde fazer investimento, como aplicar os recursos federais em todas as áreas. Eu próprio, que fui Relator de um setor, sei as deficiências com que contei e certamente os erros que cometi nos meus relatórios.

O Relator Roberto Magalhães em determinado momento propôs a extinção da Comissão, e eu disse que dele divergia, porque deveríamos torná-la capaz de uma grande discussão, pela qual sempre lutei. Isso está nos Anais e, se todas não estiverem nos Anais, podem pedir o testemunho dos assessores de todos dos partidos políticos, dos funcionários e da direção da Comissão de Orçamento que poderão confirmar a todos eles a minha preocupação em que primeiro se discutisse os grandes temas macroeconômicos e fosse feita a definição de onde e como gastar os recursos públicos para, somente a partir daí, haver a intervenção do parlamentar, através de emendas. Sempre defendi que essas emendas fossem, em relação aos Estados, decididas pela maioria do voto das bancadas e, em relação ao partido, definida de acordo ao que estabelecesse cada partido, para que se evitasse a pulverização.

E disse mais ainda. Referi-me a minha ação, de como cheguei à Comissão de Orçamento, em decorrência da ação parlamentar em meu primeiro mandato de 79 a 83 e de 83 a 87. E, quando apresentei à Casa estudo, apresentei uma emenda que regionalizava o Orçamento, com indicação legislativa e estudo, onde se defendia a pré-fiscalização de todas as obras públicas, porque era impossível, em obras principalmente de grande monta, fazer-se a fiscalização **a posteriori**.

Na realidade, teria que se equipar o Tribunal de Contas da União e a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Comissão de Orçamento que nunca funcionou e por ela me bati todos os anos aqui dentro. Cheguei a dizer que se havia um lugar onde gostaria de servir, não seria em relatoria; seria na Comissão de Fiscalização. Aquele trabalho feito por vários Senadores, mas principalmente pelo Senador Eduardo Suplicy - e que teve curso graças a uma decisão do Presidente desta Comissão quando Ministro da Justiça - de acesso ao SIAFI, de processamento, a todos os pagamentos públicos deve se processar.

Então, tenho a tranqüilidade de ter prestado uma colaboração, mas não é a minha ação pessoal, nem ação pessoal de V. Exª, nem o pronunciamento do ilustre Senador Mário Covas, nem o pronunciamento do ilustre Senador Pedro Simon e dos outros que V. Exª citou que vai mudar o estado de coisas que dependem de uma decisão política que essa Comissão pode obter, da consciência do Congresso Nacional, das Mesas da Câmara e da Mesa do Senado. Aquela Comissão de Orçamento não pode mais continuar da forma como está, porque senão vão se repetir eternamente, eternamente repito, comissões parlamentares de inquérito desse tipo.

V. Exª me dá a oportunidade novamente de repetir para os meus filhos, para minha família, para os meus eleitores, para a Nação brasileira qual foi a minha ação real aqui, dentro da Comissão de Orçamento. Cometi erros? Claro que os cometi, não tenho a perfeição. Vários projetos devo ter classificado erradamente, mas sempre tive a boa-fé e sempre fui buscar onde pude, com secretário de transporte estadual...

Compareci, enquanto Relator, ao Recife, à reunião de todos os secretários de Transportes do Brasil, presidida por um homem da maior seriedade e suplente de deputado federal que era o secretário de Transportes do Governador Miguel Arraes à época, Dr. Paulo Cassundé. Fui ao DNER, fui buscar onde podia as informações, mas não temos na Casa assessoria; temos excelentes profissionais que deveriam estar voltados para as coisas pontuais, para o que fosse de Educação, para os assuntos de Saúde e que pudessem prestar uma colaboração muito maior do que aqui prestam, que é aquela colaboração sobre aspectos formais de elaboração do Orçamento.

Propus até - encerro, Sr. Presidente - que o Orçamento saísse dessa Casa de forma pronta e acabada, que não fosse a classificação das fontes a serem utilizadas feitas do DOU, mas que fosse feita no Congresso Nacional, como é nos Estados Unidos, porque esse Orçamento votado assim, em Congresso, e não apenas votados com pareceres às emendas, é que daria a transparência total. É a única forma de dar a transparência total ao Orçamento-Geral da União elaborado no Congresso Nacional.

Agradeço a V. Exª essa oportunidade e peço desculpas por ter me alongado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator, para dizer ao ilustre Deputado José Carlos Vasconcellos que estou inteiramente de acordo com essas colocações que ele faz no sentido de que estamos despreparados para votar uma lei orçamentária. Até com entusiasmo ele clama por uma mudança...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Desculpe V. Exª se me excedi tanto no entusiasmo e no tempo. Desculpe.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca nos excedemos em favor das boas causas. Agora, não encontrei, ainda, Sr. Deputado, resposta para o fato de que a CPI, requerido ao Senado em novembro de 91, não tenha sido implantada. Se tivesse, nós teríamos ganho dois anos nesta luta pela moralização, modernização desta Casa, no sentido da elaboração da Lei Orçamentária e da execução orçamentária.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Concordo inteiramente com V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, pela ordem ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem, na medida em que a questão se colocou no terreno político, apenas para registrar três fatos: que eu vivi, pessoalmente e que mostra que existia na Casa muitos Parlamentares que sempre se preocuparam com a Comissão de Orçamento, antes e depois da legislatura de 90. Esse "jumbão", que está sendo aqui objeto de investigação, houve uma obstrução cerrada, no plenário, feita por mim, na época, e pelo Deputado Virgildásio de Senna, do PSDB da Bahia.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O Deputado Miro Teixeira, também.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Miro Teixeira, também. E fomos derrotados. E, naquela época, Deputado José Carlos Vasconcellos, se V. Exª tivesse a sinceridade que está colocando neste microfone quando os "pequenos" da Comissão de Orçamento - até brincávamos que existia os "anões" e os "grandes" - se V. Exª tivesse dado esse mesmo depoimento que deu agora, naquele microfone, quando estávamos questionando o "jumbão", certamente não teria sido o "jumbão" daquela maneira. Em 91, nós questionamos, na crise do Deputado João Alves, a mudança na Comissão de Orçamento. Fomos derrotados. Fizemos a proposta de uma CPI e não foi levada em conta. Existe uma questão política, porque havia forças da Casa que não queriam detonar o esquema da Comissão do Orçamento. A Casa não pode ser responsabilizada por não ter detonado, é porque havia uma vontade política para deixar como estava. Isso nós temos que levantar, neste processo de CPI. Que não é cheque, não é patrimônio, não é emenda, mas havia uma vontade política que dificultava a detonação. E as pessoas que detonavam, Sr. Presidente, eram minoritárias. E uma vez ouvi de um Líder partidário que o PT estava querendo levar a ideologia para o Orçamento. Que o orçamento é

fisiologia. Era isso que ouvíamos, e as pessoas que dominavam o orçamento eram muito arrogantes, quando questionávamos, não com esta humildade, com esta sinceridade que estamos aqui ouvindo nos depoimentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos deixar essa questão, porque senão ela entra na filosofia da gerência do problema orçamentário, e vamos nos perder.

Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O Relator, certamente, tirará partido disso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, ilustre Deputado José Carlos Vasconcellos, em primeiro lugar, quero fazer uma afirmação, porque V. Exª referiu-se não em tom acusatório mas fez uma referência que merece uma informação pública. V. Exª referiu-se às emendas do Senador Teotônio Vilela Filho. V. Exª citou bem que ele as fez como Sub-Relator e nós temos documentos em mãos que ele aproveitou as emendas de outros Deputados, cada um de seu Estado. E não de um Deputado apenas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não. Quero dar o depoimento, se deixei esta impressão, V. Exª...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou dizendo que V. Exª não fez qualquer tom acusatório. Mas é necessário esclarecer.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, mas eu gostaria que V. Exª permitisse que eu lhe esclarecesse e, também, ao Senador Teotônio Vilela. Até porque conversei, durante diversas ocasiões, com ele, recentemente, a respeito disso, inclusive declarei à imprensa que um dos relatórios mais debatidos, mais sérios, foi o do Senador Teotônio Vilela. E por isso eu aceitei as sugestões de incorporar recursos, incorporar, no FND, que era uma ficção, que não tinha sido liberado no ano de 91, que não foi liberado no ano de 92, que no ano de 93 tem indicação para liberação, mas não faz. Longe de mim qualquer uma situação. Aliás, fiz com tranqüilidade, por ter partido do Senador Teotônio Vilela, aprovando emendas dos Srs. Parlamentares, que ele não poderia absorver, por falta total de recursos do Tesouro Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esse esclarecimento, eu gostaria de fazer e o fiz, porque o Senador Teotônio Vilela merece, de todos nós, a maior consideração e respeito.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Agradeço à V. Exª a oportunidade de voltar a isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas, Deputado José Carlos Vasconcellos, minhas perguntas serão mais ou menos em outro rumo, não tanto na questão de patrimônio, de bancos, nada nesse sentido. Tenho uma preocupação, já há algum tempo - não sei como saiu hoje na coluna do Luís Nassif informação que ele não pediu a mim, nem eu a dei ele, mas saiu uma informação correta -: em 1989, por solicitação nossa, o Presidente do Congresso de então, Senador Nelson Carneiro, praticamente destituiu a Comissão de Orçamento, e os Líderes ficaram de apresentar novos nomes. Não foram apresentados novos nomes. Mas quando o Senador Nelson Carneiro saiu da Presidência, e entrou outro Presidente, reapresentaram os mesmos nomes. Isso causou certa preocupação à época.

Anteriormente a isso, também por providências que solicitamos quando o PMDB obteve aquela maioria expressiva em 86 (dois terços no Senado e maioria absoluta na Câmara), procuramos fazer mudança na Comissão de Orçamento e obtivemos, com muita dificuldade, êxito nessa questão, retirando o Deputado João Alves da Presidência, porque S. Exª era candidato naquele momento, mais uma vez; foi eleito o Deputado Cid Carvalho. A idéia era fazer uma transformação de métodos na Comissão de Orçamento.

Infelizmente, logo no final do ano, vimos que aqueles que foram eleitos procuravam se reeleger indevidamente, quebrando os compromissos preexistentes; fizeram reeleições consecutivas durante três anos.

A minha preocupação - e V. Exª é um entendido nessa questão, sempre fez parte dessa Comissão, com grande destaque pelo trabalho que executou, pela competência que V. Exª tem -, é que eu gostaria que V. Exª me explicasse, dentro do funcionamento da Comissão de Orçamento, como é que cada vez mais se conseguia concentrar o poder dessa Comissão em um número mais reduzido de parlamentares, que formavam um núcleo de poder na Comissão, que decidia praticamente tudo, porque as votações do plenário eram praticamente - como várias vezes declarei em pronunciamentos no Senado - votações de uma "caixa-preta", sem nenhum conhecimento do que se estava votando em Plenário na questão do Orçamento, que é uma das principais missões do Legislativo, se não for a principal.

Como é que se conseguiu, em tão pouco tempo, que o Deputado João Alves, que foi afastado naquele ano, voltasse no ano seguinte logo como Relator de um desses "jumbões" da época e posteriormente fosse indicado Relator-Geral do Orçamento, fazendo parte desse núcleo.

Quando foi afastado, em 1991, por aquelas denúncias - e V. Exª mesmo acaba de mostrar, e foi demonstrado, que assinou aquela solicitação da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque razões havia para isso - tomou o seu lugar o Deputado Ricardo Fiúza, dentro de um entendimento das diversas lideranças. Aí vai também a minha crítica a esse núcleo de poder, que combato muito, que é o chamado Colégio de Líderes da Câmara, que resolve tudo. É um pequeno número que resolve tudo ao invés de fazê-lo o Congresso, como um todo. Pois bem, esse Colégio de Líderes, ou Lideranças, indicaram o Sr. Ricardo Fiúza para fazer o relatório final daquele ano. E ao Sr. João Alves de Almeida - acusado de tantas coisas -, deram uma viagem, como representante do País na ONU, recebendo os recursos necessários que sempre se dão àqueles que participam dessas missões.

Como fica isso perante nós, do Congresso, e perante a opinião pública para explicar como foi a formação desse "núcleo-poder"? Qual a razão desse "núcleo-poder", como está constituído e por que está constituído?

Pergunto a V. Exª, porque V. Exª conhece bem o âmago da Comissão de Orçamento e sabe como é que essas coisas funcionam, como é que se chega a isto: a indicação de lideranças, essas coisas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ilustre Senador Jutahy Magalhães, V. Exª está sendo modesto, profundamente modesto, em primeiro lugar. As coisas da Casa, V. Exª, evidentemente, conhece muito mais do que eu, tem vivência. Quero ser humilde e não precisava ser humilde; tenho que ser racional para definir isto: há a ditadura do Colégio de Líderes, há a formação e especialização em diversos setores dos Srs. Parlamentares, enfim, há todo um mecanismo que, como homem vivido, V. Exª conhece e tanto que já os denunciou de forma muito cristalina.

Apenas como reflexão, eu diria que tivemos, durante o regime militar, durante o regime autoritário, a castração do Congresso em suas atribuições de execução do Orçamento. Isso, de certa forma, diminuiu ou extinguiu a cultura da Casa e, também, de certa forma, da direção da própria Casa no respeito do que seria o ideal para o funcionamento de uma Comissão do Orçamento. Tudo isso, parece-me, levou a essas distorções. V. Exª citou muito bem o caso do Deputado Ricardo Fiúza, que, numa crise ocorrida, aceitou o enorme sacrifício de ser Relator-Geral, para substituir o Sr. João Alves, para evitar problemas maiores que poderiam ter surgido. na ocasião.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª permite-me uma interrupção? A minha preocupação é entender: só o Deputado João Alves era acusado naquele momento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Porque não houve mudança nenhuma. Mudou-se o Relator, e o resto ficou tudo na mesma coisa.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Se V. Exª me permitir, na apreciação que faço somente como especulação, antes até fiz uma tentativa de contribuição e, talvez, nem fosse necessária, a esta Comissão e à sua Mesa, vamos ter os mesmos problemas, daqui a 2, 3 ou 4 anos, que estão me vendo hoje, se não for mudada a estrutura da Comissão. Se a esta Comissão não for dada a prioridade, por exemplo, que foi dada à constituição do PRODASEN, se não for feita uma informatização, fui da época da Comissão que não tinha nem computador, e precisávamos. Assinei lista, abaixo-assinado, para que fosse microcomputador para a Comissão, Sr. Senador. Então, se não houver essa informatização, se não houver a convocação dos técnicos para que discutam os assuntos, entendam dos assuntos pontuais...

Ontem, o Senador Mário Covas estava questionando preço de estradas aqui. Não é verdade que o Relator... Não temos condições de afirmar qual é o preço da construção de uma estrada, porque uma é maior do que a outra, até por que, para isso, precisaria que funcionasse aquela outra Comissão, que é a de fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária em comum acordo com o TCU, como uma vez propus, para julgar os pré-contratos e a execução desses contratos, porque se pode fazer uma estrada ou uma escola, e se vai fazer uma terraplanagem e esta tem uma movimentação de tantos metros cúbicos de terra, que não temos condições de avaliar. Quer dizer, estabelecido esse rigor, creio que irão para a Comissão aquelas pessoas vocacionadas e que, dentro de uma organização, não poderão provocar nenhuma distorção, ou poderão ter, pelo menos, fiscalizada essa distorção em busca da moralidade que se dá. Para mim, só se pode chegar o mais próximo da ausência da imoralidade, se houver organização e estrutura. Não sei se colaborei com V. Exª, desculpe-me. Mas essa é uma questão...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Desculpe-me. V. Exª fez uma explanação, mas não chegou ao âmago da minha questão.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu sei. Como funcionei em Lideranças...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Como funciona a Liderança, como é que foi se formando esse pequeno núcleo de poder na Comissão de Orçamento? Qual a razão para se chegar a esse pequeno núcleo de poder? Mas V. Exª me permite? Conheço muito bem a fisionomia do meu Presidente, Jarbas Passarinho, e vejo, quando consigo vê-lo, que ele já está preocupado com o tempo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, desde quando consigo vê-lo, vejo-o já preocupado com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque para surpresa minha V. Exª, que é tão objetivo, levou 6 minutos para formular a primeira pergunta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois é. Por isso é que eu pedi essa tolerância a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o depoente mais 6 para responder.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu fiquei olhando para V. Exª. Mas V. Exª há de perdoar porque eu sou um ouvinte atento, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - ...tenho ouvido sempre e raras vezes participo dessas questões, mas tem alguns problemas que são de outro tipo, que me preocupam um pouco.

No caso, por exemplo, o Senador Eduardo Suplicy tem várias vezes citado, outros também falam, naquela Comissão que foi criada pelo Relator-Geral Ricardo Fiúza para acompanhar as modificações autorizadas, segundo ele, na Comissão de Orçamento e lá no PRODASEN. Foram modificações de ordem técnica, segundo informam. Agora, existem outras informações que dizem o contrário, que não foram tanto de ordem técnica.

Eu não estou preocupado - alguns pensam assim: está preocupado no nome de fulano de tal - não estou preocupado com o nome do fulano de tal; estou preocupado em saber quais foram os Senadores e Deputados que compuseram essa Comissão junto ao PRODASEN.

Se V. Exª, que foi um dos participantes, tiver condições de me informar.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não fui.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª foi Relator.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Fui Relator, em 91, do FND que, na verdade, é um...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª não estava lá na Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Eu disse aqui ao Senador Suplicy, quando ele pedia meu depoimento das reuniões ocorridas de liderança nos dias 17, 18 e 19, que delas não participei. Eu posso afirmar com tranqüilidade...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª sabe, por acaso, não é então quem, mas pelo menos como foi, por que foram indicadas alguns elementos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O que me parece, e digo com toda a lealdade e toda sinceridade a V. Exª, até mais por informação desta CPI do que pelo processo que ocorreu de adequação de emendas, do qual não participei, já estava num processo, naquela época, de afastamento por decisão própria da Comissão, e não participei porque tinha outras obrigações, é que essas pessoas e outros Deputados, Membros da CPI e Senadores poderão depor, porque participaram muito mais, tiveram delegação de acompanhar aquelas emendas destacadas entre o plenário da Comissão e o plenário do Congresso Nacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª permita-me concluir.

A única coisa que desejo é mostrar, inclusive, que esses que participaram também fazem parte desse chamado núcleo de poder.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu concordo inteiramente com V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E que esses que participaram, segundo as informações que são prestadas aqui, concluíram o seu trabalho no dia 18 de dezembro, e a votação no plenário foi no dia 19.

Mas nós temos aqui no Senado, o Senador Suplicy tem em mãos, várias informações oficiais de que isso, na realidade, não ocorreu, que várias mudanças foram feitas posteriores à data de 19 de dezembro, e que isto não é possível acontecer neste Congresso, após a votação de plenário fazer-se modificações numa Proposta Orçamentária, que é um documento oficial da maior importância para este País.

Então, essas modificações feitas é que eu estou buscando ver por que foram feitas e qual a autorização que permite a esse pequeno grupo fazer essas modificações que foram feitas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Dou inteira razão a V. Exª, e se o Sr. Presidente me permite, não mais de 60 segundos, eu faço uma intervenção.

Eu não creio, Senador, que nenhum Relator-Geral - acho que o Deputado Ricardo Fiúza se expôs, de certa forma se embolou naquele processo, que para ele era muito claro, de resguardar o Congresso Nacional - não vá se expor amanhã se continuar esse processo.

Hoje o que é aprovado em Plenário são pareceres à emenda, são pareceres à emenda que depois vão depender de todo o serviço de informatização passível - de tantas emendas, aparecem 90 mil emendas - de erros, e que teriam que ser corrigidos durante o tempo. Se uma emenda é implantada no dia 20 de dezembro, ou 30 de dezembro, ou 19 de dezembro, na qual se verifica um erro, ela pode ter sido corrigida em janeiro, ou sei lá quando.

O que teria que ser votado, e eu sugeri isso exaustivamente, - nem que o Congresso entrasse em recesso e depois fosse convocado - era uma peça tal qual o Congresso recebe do Poder Executivo. O que é que o Congresso recebe do Poder Executivo? É uma proposta de Orçamento onde estão todos os projetos e sub-projetos listados, inclusive com todas as suas classificações, todos os seus códigos e apontando as fontes que serão ali utilizadas. Se o Congresso terminasse ele próprio e se fosse esse o documento votado em Plenário, evidentemente não haveria a menor possibilidade de haver qualquer alteração, porque sobre ela não precisaria mais o trabalho de informatização que poderia incorrer em erro. Agradeço a V. Exª, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Jutahy.

Tem a palavra, como último dos titulares inscritos, o nobre Senador por Pernambuco Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Excelentíssimo Deputado José Carlos Vasconcellos, ouvi atentamente todo o depoimento de V. Exª, todas as perguntas e respostas. Preliminarmente, quero declarar que, pessoalmente, estou muito feliz pela clareza, positividade de seus esclarecimentos em comprovações contra informações injuriosas, a facada contra o eminente homem público.

Quero complementar fazendo algumas perguntas. A primeira: V. Exª, em Pernambuco, tem alguma fundação, alocou quaisquer verbas para as mesmas e, se a resposta for sim, dessas verbas prestou contas?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não tenho nenhuma fundação, Senador Ney Maranhão. Antes de prosseguir, quero agradecer as palavras carinhosas de V. Exª. Não tenho nenhuma fundação. Eu, como a maioria dos Srs. Deputados e Senadores, fiz indicação de verba social. Refiro-me àquelas verbas destinadas ao Legislativo a que cada Parlamentar tinha direito. Os pleitos de prefeitura, eu os encaminho para os Ministérios. E, que eu tenha conhecimento, obtive, quando era Ministro o Deputado Ricardo Fiúza, a liberação de uma verba que deve chegar a US$15mil para a Prefeitura de São Caetano. É o que me lembro neste instante. Dela foi prestada conta. Não tenho, nunca atuei de forma...nesse problema de verbas sociais. Não tenho nenhuma fundação, nunca participei de nenhuma direção de nenhuma fundação.

O SR. NEY MARANHÃO - Ouvimos aqui, nobre Deputado, alguns Parlamentares comentarem o problema de representante de empreiteiras e outros interessados nas aprovações não só do Orçamento mas também de leis que iriam beneficiar esses grupos. Como V. Exª vê a participação dos **lobbies** na elaboração legislativa? Acha legítima? Ou crê que deveria ser isso regulamentado?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Existe, Senador Ney Maranhão, um projeto, se não me engano, do Senador Marco Maciel a respeito da regulamentação do **lobby** junto à atividade legislativa. Na realidade, a pressão da sociedade dá-se de forma muito aberta. Nós que participamos dos trabalhos da Constituinte vimos de forma muito clara a presença neste Congresso Nacional de representações das mais variadas origens, discutindo a elaboração da Constituição. Eu acho legítimo. Mas o Parlamentar, se tem que sofrer - e deve sofrer - pressão das suas bases, eu acho legítimo que se dê de forma transparente e clara e, evidentemente, em torno de todas as reivindicações que tenham legitimidade. Devem ser transparentes para que não se dêem em quartos fechados de hotel, não se dêem em gabinetes fechados; devem se dar da forma mais clara e aberta possível para que se possam justificar tantas pressões, tanto de sindicatos de trabalhadores, quanto de empresários ou da Igreja, enfim, da sociedade brasileira como um todo.

O SR. NEY MARANHÃO - Eu tinha mais duas perguntas para fazer, mas houve um debate, quando da intervenção do meu caro amigo Deputado José Genoíno ao Senador Jutahy Magalhães, a respeito do problema da mecânica da Comissão de Orçamento, da sua extinção, do seu melhoramento, e o assunto veio à tona. O Relator procurou saber, no início da inquirição de V. Exª, sobre o pedido que V. Exª assinou com o objetivo de formar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar essas irregularidades que hoje estamos investigamos. Da minha parte, entendi que V. Exª acha que o Congresso Nacional está desaparelhado, ou seja, recebe as mensagens, as dotações do Governo e não tem, de maneira nenhuma, condições para contestar se as mesmas estão erradas ou não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu acho mais. Acho que o próprio Poder Executivo, com o esgaçamento ocorrido nesses últimos anos, está despreparado. Quer dizer, muitos projetos foram enviados para cá totalmente errados, quanto à parte formal. E, em se tratando da parte formal, em conseqüência, perdeu-se até a capacidade de definir, porque não se criaram mais os planos plurianuais; agora são meros enunciados de metas, não chegam ao detalhamento de projetos, de subprojetos que possa permitir uma ação efetiva, quer dizer, uma ação concreta do próprio Poder Executivo. Acho que o desaparelhamento é geral, e evidentemente o Congresso poderia tomar a decisão de se preparar para isso. Essa preparação do Congresso, do Poder Legislativo, teria que levar o Executivo a uma posição mais responsável, a uma posição de melhor formação de - o Executivo tem os bons quadros - de melhor competência; não tem é a continuidade das pessoas nos lugares de maior competência para a elaboração do Orçamento. O que é o Orçamento? Cada Ministério manda para o DOU, não se discute antes as grandes metas; o DOU corta porque tem que fechar e manda para cá; enfim, trata-se de uma colcha de retalhos tanto do Executivo quanto do Legislativo.

O SR. NEY MARANHÃO - No meu entender, nobre Deputado, com relação a esse refrescamento da memória, ou seja, quando o Deputado José Genoíno citou que a maioria é que não colocou em andamento a questão da aprovação dessa proposta de V. Exª e de tantos outros, isso foi freado no Plenário da Câmara dos Deputados. Eu já fiz, no início dos trabalhos desta Comissão, uma pergunta ao Dr. José Carlos Alves dos Santos; fiz a pergunta ao Deputado João Alves e, se não me engano, ao Deputado Ricardo Fiúza. Este Senador precisaria, para criar essa comissão parlamentar de inquérito para investigar as contas públicas do Governo, de apenas vinte e sete Senadores - estou falando aqui em nome de sessenta e oito Senadores. Sr. Presidente, posso estar errado, mas, com relação a essa comissão parlamentar de inquérito que foi pedida antes desse escândalo, a Mesa do Senado deveria dar uma responsabilidade maior a esta Comissão que foi criada. E não acoplá-la a essa Comissão que já existe, de Fiscalização Financeira.

Eu acho que, com esse problema que houve e que estamos passando a limpo, essa Comissão Parlamentar de Inquérito, apoiada por 68 Senadores, para investigar as contas públicas do Governo - e para a qual assinariam mais alguns, que estavam viajando - tem consciência exatamente disso.

E o Congresso Nacional sempre aprovou as dotações sem ter dados para contestar. E nós temos o PRODASEN, e gastamos uma fortuna para modernizá-lo - talvez seja o órgão mais moderno da América do Sul; nós temos esse órgão, mas o que precisamos,

Sr. Presidente, é de gente capaz, para completar com esses que nós temos, essas pessoas, para passarmos isso a limpo.

Eu quero agradecer, pelo tempo que já ultrapassei - o nobre Presidente Jarbas Passarinho está com uma paciência de Jó para com este Senador -, mas era a oportunidade que eu queria dar a esta Comissão, para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse específica para fiscalizar essas dotações de 1993, há cinco anos passados, do Governo, que é maneira de termos uma base, para não acontecer isto que está acontecendo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

O nobre Senador Mário Covas, por um equívoco, havia sido inscrito entre os titulares, e o Deputado Sérgio Miranda cede a precedência a V. Exª, para iniciar a inquirição dos suplentes.

O SR. MÁRIO COVAS - Agradeço, Sr. Presidente. Estou perfeitamente disposto a esperar a minha vez correta, não tem nenhum problema; fico muito grato ao Deputado Sérgio Miranda; vou tentar ser o mais expedito possível na formulação das perguntas.

Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª é originário de Pernambuco, não é? - politicamente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Mais especificamente, de Olinda?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, do Recife.

O SR. MÁRIO COVAS - Do Recife? Mas atua muito em Olinda, politicamente?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Um dos Prefeitos de Olinda é seu sobrinho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O último Prefeito; foi Prefeito de 1989 a 1992.

O SR. MÁRIO COVAS - Quem é o atual?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É o Professor Germano Coelho.

O SR. MÁRIO COVAS - Germano Coelho. E quem foi o anterior ao Prefeito que é seu sobrinho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Foi o Dr. José Arnaldo.

O SR. MÁRIO COVAS - O sobrenome do Dr. José Arnaldo é Germano Coelho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Não?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Germano Coelho é um outro?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É o atual Prefeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Ah, Germano Coelho é o atual Prefeito.

Eles são seus adversários políticos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hoje são.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª tem conhecimento de que houve denúncias feitas ao ex-Prefeito José Arnaldo, por uma série de empreiteiras - ou, pelo menos, por três empreiteiras -, de que em obras realizadas naquela região teria havido uma participação, via Comissão, feita a V. Exª?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, não tive. De denúncias não tive. Fui um dia no Recife procurado por telefone por um repórter de **O Globo**, e que realmente se referiu a isso. Não formalizou nome de empreiteira, por isso que digo que não tenho a denúncia, mas fez referências a isso. Não sabia nem que era do Sr. José Arnaldo. Na ocasião me pronunciei - e isso saiu em **O Globo** -, dizendo que processaria qualquer empreiteira ou qualquer pessoa que prestasse informação dessa natureza.

Se V. Exª me permite - não quero tomar o tempo da sua intervenção -, quero dizer que essa questão de Olinda é uma questão muito conflitante. É uma questão que tem um ranço local muito grande. Toda a minha origem política se deu antigamente no PSB. Na dissolução do quadro partidário, a minha atuação se deu no nível do MDB, onde era evidentemente correligionário do Sr. José Arnaldo - ele deve ter entrado depois de mim no partido do Professor Germano Coelho, do Deputado Roberto Franca, que aqui está presente e pode testemunhar isso. Toda ela se deu de maneira muito clara no Partido Socialista Brasileiro, com a sua extinção no MDB.

Nas últimas eleições, José Arnaldo foi apoiado para prefeito por todos nós. Fiz uma opção pela candidatura do atual Governador de Pernambuco Joaquim Francisco e de forma transparente disse as razões que tive, acreditava que precisava quebrar a bipolarização existente em Pernambuco, que se tinha que apresentar uma proposta nova para Pernambuco fora daquela radicalização ali existente. E isso evidentemente criou problemas sérios para mim, porque os companheiros de toda a minha vida parlamentar e da minha convivência se posicionaram uns com elegância, quero ressaltar, e outros de forma mais ferina, principalmente na cidade de Olinda, onde, sabe o Deputado Roberto Franca, e nisso não quero que ele entre em mérito nenhum, pode fazer as acusações que tenha que fazer a mim, mas o fizeram de uma forma muito dura, porque romper com este processo de polarização e aceitar ou não a proposta nos dispôs a críticas de toda natureza. Na justiça comum há uma ação contra o Dr. José Arnaldo, e o pessoal sabe disso. Foi realmente uma campanha que

considero das mais duras, e se fosse dura seria bom, das mais perversas possíveis, por conta de denúncias inconseqüentes e sem nenhuma procedência.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já imaginava. Quando o depoente terminar a inquisição, certamente V. Exª vai ter a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero me apressar. Isso não envolve apreciação que eu possa ter feito do comportamento do Sr. Roberto Franca. Estou me referindo especialmente ao Sr. José Arnaldo e ao Sr. Germano Coelho, com quem anteriormente sempre me dei bem, tanto que o apoiamos para prefeito de Olinda pela primeira vez. Mas há todo um emocionalismo nessa questão de Pernambuco, mas nem por isso quero furtar-me ao contrário. Até agradeço a oportunidade que me dá, ilustre Senador Mário Covas, de tocar nesse assunto.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou chamando a atenção para o fato porque realmente ele foi publicado na íntegra no jornal **O Globo**, aliás, numa reportagem assinada por Aníbal Alexandre e Vânia Fechini, que diz em determinado trecho:

> "Ao menos três empreiteiras procuraram auxiliares do Prefeito Germano Coelho para denunciar como funcionava o esquema de corrupção montado pelo Deputado em Olinda, seu principal reduto eleitoral. O esquema começava com a liberação de recursos no Orçamento, por influência do Deputado, e as comissões eram repartidas entre o Deputado e seu sobrinho, o ex-Prefeito Luiz Freire, que só liberava o pagamento do serviço depois de receber a sua parte."

Essa é uma referência feita ao Prefeito atual, Germano Coelho. Há uma segunda referência feita ao ex-Prefeito:

> "Parte desse dinheiro sujo era enviado para Vasconcellos. Ouvi isso diversas vezes de empresários e empreiteiros ligados a ele, disse o ex-Prefeito José Arnaldo."

Em favor de V. Exª, devo dizer que há num quadro uma afirmativa de que :

"Deputado atribui acusações de adversários políticos."

São as declarações de V. Exª, que faz referência dizendo que não passam de colunas e que processará qualquer empreiteira política que assuma essas inverdades.

A minha pergunta é se havia alguma coisa de concreto além desse noticiário, se isso redundou em processo, se há uma denúncia formal, se isso foi feito perante algum órgão público.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não conheço nenhuma denúncia formal, como disse a V. Exª. Recebi um telefonema, onde dei essas declarações e evidentemente, se houve a denúncia formal e independentemente dela, assim que passar esse meu período de depoimento vou providenciar as ações cabíveis a respeito. Não fiz antes porque, dentro desse processo, evidentemente, tinha que dar prioridade a minha participação. Desde o começo desta CPI, inclusive eu estava ausente de Brasília, como Líder do PRN, solicitei ao meu primeiro Vice-Líder que comparecesse à reunião de líderes que ocorreu e que desse todo o irrestrito apoio à constituição desta Comissão.

Mas quero dizer a V. Exª que já corre na Justiça comum uma ação de minha autoria contra o Sr. José Arnaldo.

O SR. MÁRIO COVAS - Por essa razão?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, por razões anteriores; por causa dessa briga. Por essa razão, não tomei nenhuma, porque tinha que dar prioridade.

Mas pode V. Exª ficar tranqüilo porque, de acordo com os meus advogados, terminada a maldição que é para todos nós a participação em processo da natureza desta CPI, com acusações, nesse caso, as mais levianas, absurdas e abjetas possíveis, eu não tenho dúvida que processarei, como já o fiz anteriormente.

O SR. MÁRIO COVAS - Deputado, ontem, soubemos aqui do Deputado Guerra que o DNER era uma espécie de não diria feudo - acho que é uma expressão forte -, mas era um lugar tradicionalmente ocupado por pernambucanos na Comissão de Orçamento. Ele sucedeu V. Exª. E segundo depreendi do que ele disse ontem, a indicação dele não foi um fato partidário, foi um fato pernambucano; foi um fato sustentado por todas as lideranças de Pernambuco, aí envolvidos vários partidos; isso foi o que o conduziu em substituição a V. Exª. O cidadão que fez as denúncias iniciais, disse que ele chegou a Relator por indicação de V. Exª. V. Exª teve participação nisso?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca tomei conhecimento disso. Quem foi que declarou que ele chegou com indicação minha?

O SR. MÁRIO COVAS - Foi o José Carlos Alves dos Santos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero lhe dizer com toda sinceridade que nunca tomei conhecimento dessa declaração do Sr. José Carlos dos Santos. Mas com relação a isso quem deveria responder essa pergunta com mais propriedade era o Deputado Sérgio Guerra, como me parece que já o fez.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu estou errado. Na realidade, não foi o Sr. José Carlos que disse, não. São informações que me passaram...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não. Obrigado, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu estou errado, não foi assim, não.

Além do fato de que evidentemente tem que ser escoimada a Comissão de qualquer dúvida, na minha cabeça a idéia de corrupção não é apenas a idéia da transação

ilícita em cima de um fato qualquer. O desperdício é corrupção, o mal uso do dinheiro é corrupção. Todas essas coisas. Me chama a atenção, por exemplo, como é que se atribui valor para efeito de consignar uma emenda. Veja: V. Exª apresentou uma emenda ao Orçamento de 92 de nº 010210-5.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Se V. Exª puder aguardar, porque aí eu localizo...

O SR. MÁRIO COVAS - Eu vou lhe dizendo, porque isso facilita a localização.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Qual é a emenda? O número? Eu não anotei.

O SR. MÁRIO COVAS - 010210. V. Exª vai se lembrar da emenda porque é uma emenda que trata da estrada de Goiana-Prazeres-Cabo; mais especificamente no trecho do quilômetro 99 ao quilômetro 104. Nesse Orçamento, essa estrada ganhou verbas em vários trechos diferentes; mas estou me referindo, especificamente, aos cincos quilômetros contidos entre o quilômetro 99,2 e o 104,8

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª me perdoe, mas não é da minha autoria essa emenda 010210, não.

O SR. MÁRIO COVAS - Não é de V. Exª?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não...

Perdão, é da minha autoria, sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois é. Essa emenda recebeu do Sub-Relator - que no tempo era o Deputado Sérgio Guerra - no sub-relatório inicial, uma consignação de um milhão e cinqüenta mil.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hum, hum...

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, ao transferir para o relator, o próprio sub-relator consignou que o valor necessário não era de um milhão e cinqüenta, era de dois e setecentos.

No documento, resumo das emendas aprovadas por autor, que foi tornado público em 17/12/91, que é a mesma data do parecer do relator-geral, Ricardo Fiúza, a emenda aparece como aprovada pelo valor de dois milhões e setecentos mil.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Dois e setecentos mil.

O SR. MÁRIO COVAS - Posteriormente, no resumo de emendas aprovas por local, já aí datado de 3 de fevereiro de 92, portanto, já em curso o Orçamento, a emenda foi contemplada com o valor de 6 bilhões. Isto é, 3, 3 bilhões a mais do que aquilo que o relator afirmava ter aprovado, que já não era nem o que o sub-relator tinha aprovado. Vou tentar resumir novamente, provavelmente não fui claro.

O sub-relator aprovou uma emenda no valor de 1,50, e disse que precisava de 2.700. O Relator-Geral, aprovou 2.700, só que em fevereiro aparecem 6.

A primeira dúvida que me assalta é de onde surgem os 6 ou de onde surgem os 2.700. Como é que, enquanto relatores, V. Exªs definiam o valor necessário para a obra? Quem lhes dava essas indicações? Aí não estou me prendendo a nenhum problema... A mim me parece que, evidentemente, há todo o empenho de natureza técnica envolvendo isso; ou tem que ter ou concorrência feita ou uma avaliação de preço base, etc. para fixar se é 1, 2.700 ou 6.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Hum, hum...

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, nesse caso, a coisa ainda é pior porque o sub-relator aprova em 50, diz que precisa de 2.700 - tanto que quando ele diz que precisa de 2.700, ele está se direcionando para um número concreto, não é um número qualquer. Precisa de 2.700, 1,50 não dá, ou seja, 2.700 dá. Bem, depois aparecem 6. Mas, aparecem 6 entre o período da aprovação do Orçamento e a notícia, já em 17 de fevereiro, da relação de emendas aprovas.

Certamente, V. Exª ao apresentar a emenda, manifestou uma preocupação com essa estrada. V. Exª. acompanhou, posteriormente, o que aconteceu com isso? V. Exª sabe explicar como é que esses 2.700 passaram para 6? V. Exª não era o relator nem o sub-relator, meramente era o apresentador da emenda. Mas V. Exª sabe explicar como é que essa emenda pula - de 1,50 para 2.700 dá para entender - de 2.700 para 6?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso falar?

O SR. MÁRIO COVAS - Pode. Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em primeiro lugar, Senador, quero dizer a V. Exª que essa é talvez a principal obra rodoviária do Estado de Pernambuco. Ela se refere à duplicação do trecho entre a Cidade dos Prazeres e a Cidade do Cabo, os que são de Pernambuco sabem a importância disso. Primeiro a importância econômica, porque é essa estrada que vai demandar todo o tráfego em direção ao Porto de Suape. Por ela demandará o tráfego, em relação para atingir o futuro pólo de turismo da Costa Dourada, em Pernambuco, que são, com o Porto de Suape, dois grandes projetos estruturadores do Estado.

Atualmente, até por questão humanitária, é a estrada de Pernambuco onde existem mais mortos, talvez a terceira do Brasil. É um ponto negro chamado pela coisa. Então, existe a importância disso.

Quanto ao mecanismo usado, digo a V. Exª que ontem, depondo aqui o Deputado Sérgio Guerra, ele explicou todas as emendas da sua autoria ou como se deu esse processo. Eu lhe digo, sinceramente, que não tenho condições técnicas, não tenho memória para recompor a evolução que V. Exª me apresenta, porque dela não participei. Minha participação, no ano de 91, na Comissão -, já deixei claro aqui - foi em relação àquele relatório que fiz. E nem desentendimentos que ocorreram nas últimas reuniões onde foram

fixados os tipos de alteração que podem ser feita ocorreram. Não sei, portanto, se a origem do destaque... se houve que deu entendimento a isso.

E digo sinceramente: não acompanhei. E com toda lealdade afirmo que, nesses últimos dias, quando fiquei preocupado em fazer levantamento foi que tomei conhecimento efetivamente desse valor.

Não acompanhei isso. Digo que era um projeto dos importantes de Pernambuco. O Deputado Sérgio Guerra ficou responsável por aqueles projetos que o Governador de Pernambuco solicitou como projetos estruturantes para Pernambuco, que ele listou. Certamente, não sei se está listado aí ou não, mas as razões eram econômicas e para acabar com o número elevado de acidentes que existem. V. Exª conhece a região metropolitana e sabe que o atual leito da estrada está todo tomado por estrada em pelo menos metade ou 2/3 da sua extensão.

Então, contra ela eu defendo, e defendo há muito tempo, e tenho apresentado emenda em relação a essas emendas.

Acho que esse valor atribuído, dentro de um processo de destaque que eu não sei precisar, não excede as necessidades da emenda. Não sei, em conversão em dólar, quanto custa isso. V. Exª pode me informar para eu ter uma idéia?

O SR. MÁRIO COVAS - Do quê?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em dólar, quanto esses seis milhões que V. Exª tem aí? Mas, enfim...

O SR. MÁRIO COVAS - Não, não tenho o cálculo em dólar. Ainda não me acostumei.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois é. Enfim, a duplicação da BR 101 é fundamental, tanto por razões econômicas como por razões humanitárias, dado o número de acidentes, para o Estado de Pernambuco.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu não discuto a qualidade da obra. Mas essa coisa acaba batendo na cabeça da gente, porque, realmente, os recursos são poucos. Como é que se dimensiona isso? Como é que, de repente, um recurso supostamente necessário e suficiente para a realização é mais do que dobrado?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pelo que depreendi do depoimento do Deputado Sérgio Guerra ontem, ele terá consultado o contrato e as necessidades efetivas de obra, até com mais autoridade em Pernambuco, porque ele conhece perfeitamente o projeto.

O SR. MÁRIO COVAS - Quando V. Exª era Relator, V. Exª tomava conhecimento junto ao DR do valor das obras?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tanto junto ao DR quanto junto ao DNER. Eu procurava informações que me permitissem... e tinha sempre o cuidado de não colocar valores que me parecessem fora. E fiz consultas sobre isso, como declarei, aqui, à Comissão.

O SR. MÁRIO COVAS - E o Sr. José Carlos ajudava V. Exª na elaboração do Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Qual José Carlos? O Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. MÁRIO COVAS - Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Em relação - eu também já disse aqui, mas volto a repetir - à elaboração do Orçamento, ele se dava numa época em que o Sr. José Carlos dos Santos ficava prestando uma assessoria maior ao Relator-Geral.

Não existiam, enquanto elaboração da proposta orçamentária, esses contatos, até porque o Sr. José Carlos dos Santos não é especialista em... ele teria pouca coisa a me informar.

Ele é um técnico competente nas questões formais, de classificação, de identificação de fontes, de identificação dos recursos. Ele, na realidade, não me parece que entende de rodovia.

Dou um depoimento até a favor dele: ele nunca me solicitou nada em matéria dos projetos dos quais fui Relator. Nunca tivemos esse tipo de relação.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas V. Exª também não era um especialista.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Por isso procurava especialistas.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso significa que é verdadeira a notícia de que a empresa Maia Melo Engenharia, que é uma assessoria ligada a estradas, lhe ajudou na confecção?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não a empresa Maia Melo. A um dos diretores da Maia Melo - como declarei à imprensa e já disse aqui também, e volto a repetir -, o Dr. Antônio de Melo, a ele eu submeti, principalmente em relação a Pernambuco, algumas vezes, depois de a emenda ser deferida, na fase em que era apresentada à Comissão, informações quanto aos valores que ali estavam colocados, porque eu me preocupava muito em não colocar valores excessivos a respeito disso.

Sabe V. Exª, ilustre Senador Mário Covas, que quando o Parlamentar faz uma emenda ele tem toda uma cultura de colocar um valor ali que o proteja, na data da liberação, da inflação. Julga que, talvez, a liberação que devia se dar no correr do ano, só se dê no final, e tem que se ter evidentemente o cuidado de fazer compatibilização. Às vezes, até por outras razões, por desconhecimento, o Parlamentar pode colocar valores a menos; não tenho conhecimento da obra.

Na verdade, não temos, em nível de Congresso Nacional, uma assessoria capaz de dar informações pontuais, como o preço de uma escola, etc., embora tenhamos

técnicos de alta competência que estão atuando nas questões formais do Orçamento. Quanto a isso, precisaria ser criada uma melhor assessoria para ajudar a resolver os problemas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator para tentar ajudar o diálogo.

V. Exªs estão tratando de que trecho de estrada? Será, porventura, Goiana/Prazeres/Cabo?

O SR. MÁRIO COVAS - É, mas há mais um trecho, dentro desse mesmo trecho, no Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, estou perguntando porque, nesse trecho, pelos dados que recebi do PRODASEN, aparece Maiameli Engenharia Ltdª. Mas parece-me que ela não é construtora, mas consultora...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Exatamente, Consultora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Contratada.

O SR. MÁRIO COVAS - Como consultora?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Espero que sim, porque consta como credora nos dados do PRODASEN. Não fiz nenhuma referência porque me pareceu que esse fato não tinha relevância, mas eu tinha esse dado aqui.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Deputado José Carlos, V. Exª admitiu, durante o seu depoimento, que era cotista, participante acionário de uma empresa de combustíveis.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - De combustíveis.

O SR. MÁRIO COVAS - Creio que a expressão foi essa.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posto de gasolina.

O SR. MÁRIO COVAS - É um único posto?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É um único posto, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, não é verdadeira a afirmativa de que V. Exª tem uma rede de postos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Inclusive, no meu depoimento anterior, prestei esclarecimentos de que a imprensa publicou isso e pedi o testemunho do Senador Ney Maranhão porque o que foi divulgado, nesse mundo de infâmias, de calúnias, é que eu era até dono de uma rede de postos, chamada ZIP, que tem donos conhecidos. É uma da das mais antigas de Pernambuco.

Não tenho, Sr. Senador. Tenho exclusivamente 50% de capital, de participação, numa sociedade que tem um posto em Pernambuco.

O SR. MÁRIO COVAS - Quem é o Sr. Mair Cavalcante?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Mair Cavalcante é o Secretário do PRN no Estado de Pernambuco.

O SR. MÁRIO COVAS - O motorista José Malaquias dos Santos fez acusações ao Sr. Mair Cavalcante, a quem ele atribui relações com V. Exª de que ele várias vezes esteve numa empreiteira, onde teria recebido recursos.

Qual é a relação real que ele tem com V. Exª, além da política, evidentemente, já que participa do mesmo ...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Ele é Secretário do PRN, é meu amigo pessoal, é uma pessoa altamente conceituada em Pernambuco, já participou de diversas empresas naquele Estado e é um homem de alta seriedade.

Em relação a esse motorista, quero dizer que foram abertas duas Comissões Parlamentares de Inquérito. Uma, na Assembléia Legislativa, e outra, na Câmara de Vereadores do Recife, provenientes de acusações que eram feitas, de modo geral, ao pagamento de empresas a políticos de Pernambuco. E nos depoimentos prestados na Assembléia Legislativa, principalmente na Câmara dos Vereadores do Recife, esse motorista deixou claro que fez isso por um sentimento de vingança, porque, ao ser demitido, de acordo com a legislação e perante a Justiça do Trabalho, teria o Dr. Mair prometido emprego a ele. Como ele ainda não tinha obtido esse emprego, estava no... Depois, perante a Política Federal, reafirmou a mesma coisa.

É isso que tenho a informar a V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - Quem é o Sr. Mário Petrônio Freitas Filho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Também já respondi aqui sobre esse assunto. Ele é meu sobrinho, filho do meu cunhado.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele tem alguma consultoria?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tem. Eles têm, ele e a família, toda uma tradição empresarial nesse setor. O Dr. Mário Petrônio de Freitas é engenheiro, formado há trinta anos, já foi professor universitário, tinha empresa em Pernambuco, continua mantendo em Pernambuco, inclusive tem empresa em Brasília; de aluguel de equipamentos para construção civil. Quero lhe adiantar que nunca teve nada ligado ao Orçamento da União, absolutamente nada. Exerce atividade de consultoria. O seu filho, Mário Petrônio de Freitas, participa da direção de empresas, é administrador de empresas e tem curso, inclusive, nos Estados Unidos da América.

O SR. MÁRIO COVAS - Posso saber que consultoria ele faz?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não posso detalhar para V. Exª. Lamento, mas não posso, porque não tenho conhecimento operacional das atividades tanto de um quanto de outro.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas certamente não intermedeia a liberação de verbas para Prefeituras, por exemplo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não tenho o menor conhecimento, e comigo nunca teve esse tipo de relacionamento.

O SR. MÁRIO COVAS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sérgio Miranda, por obséquio.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, na discussão da LDO para o ano de 1994, V. Exª apresentou uma proposta para que além do CNSS, entidades registradas na CBIA e na LBA pudessem receber benefício da subvenção social?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Confesso-lhe que não me lembro. Desconheço inteiramente. Para 1994?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na LDO que foi discutida esse ano.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Desconheço, gostaria de consultar as propostas, porque desconheço isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tive essa informação, queria que V. Exª...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Desconheço inteiramente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estou satisfeito, porque me pareceu estranho. Justamente o CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social, nós nesta nossa CPI estamos profundamente insatisfeitos com a atuação desse órgão. São entidades que não pedem e recebem verbas de subvenção social. A Bíblia diz: "Pedi e recebereis", mas há entidades que não pedem e recebem.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou rever todas as minhas emendas, mas de antemão digo a V. Exª que me parece profundamente estranho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E ainda incluir entidades registradas no Centro Brasileiro de Apoio à Infância e Adolescência e na LBA, estendendo um leque tão grande, a possibilidade de controle seria cada vez menor. Estou satisfeito com a resposta.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Se fiz foi num ato de insânia, mas acho que não fiz.

Tenho, Deputado Sérgio Miranda, só para lhe dizer, cuidado enorme com as coisas que assino. Se fiz, estava num... V. Exª vai, com certeza, clarear a minha mente, se for a verdade, mas acho que não fiz isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Satisfeito.

Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, estive estudando as emendas apresentadas por V. Exª quando foi Relator parcial do Setor 25, que abrangia quatro fundos - o FND, Fundo de Apoio Social - FAS. Chamou-me a atenção que nas alocações realizadas por V. Exª, para sete delas, que se apresentavam como emendas de Relator, existiam emendas de parlamentares, sendo que de quatro aprovadas para Minas, três delas eram do Deputado José Geraldo e que apareceram no relatório final como englobadas por emendas do Relator parcial. Qual a razão, Sr. Deputado, de terem sido feitas emendas de Relator parcial, se existiam emendas de parlamentares com o mesmo objetivo e valor compatível?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olhe, na elaboração desse Orçamento, sobre ele me estendi longamente, inclusive na minha primeira fala.

Quero lhe dizer que ele se deu em negociação com o Relator da ELETROBRÁS, das estatais, que foi o Senador Teotônio Vilela, e eu recebi diversas emendas que eram localizadas para a ELETROBRÁS e que por falta absoluta de...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª me perdoa? Não estou querendo discutir a execução; estou querendo discutir a sistemática. Por que, havendo uma emenda de um parlam ntar, o Sub-Relator apresenta uma emenda de valor semelhante, porque ao invés de aparecer no relatório final, a emenda do parlamentar aparece como uma emenda do Relator-Parcial. Por quê? Qual a razão dessa sistemática?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Exatamente por causa disso. Mas tive o cuidado de, a cada uma delas, relacionar para a Comissão as emendas dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Quero lhe dizer que em determinados relatórios isso pode perfeitamente acontecer, até porque havia algumas emendas de Relator que me foram sugeridas pela ELETROBRÁS que não tinham emendas ao FND, como é o caso, por exemplo, de Angra II. Não sei se essa a que V. Exª se refere tem emenda no FND, mas como adotei a metodologia, devo ter seguido para alguns projetos, embora tivesse o cuidado de relacionar a todas elas a origem da solicitação.

Por exemplo, estou vendo aqui o caso de FURNAS, que é o financiamento ou participação do FND no capital das FURNAS -Centrais Elétricas S.A. para a construção da Usina Nuclear de Angra II, que eu não dispunha de emendas no FND; mas como isso foi um assunto profundamente debatido no relatório da ELETROBRÁS aceitei as emendas que foram encaminhadas àquele relatório, e isso ficou definido. Como não podia aprovar essas emendas o fiz como Relator, e devo ter seguido esse método para as demais emendas, embora relacionando quem as fez.

Mas estou inteiramente à disposição de V. Exª para identificação, aqui ou na Subcomissão de emendas, de cada emenda, e dando a origem das emendas dos Srs. Deputados e Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Deputado, V. Exª tem grande experiência na Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Relativa; nunca se pode...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª sabe o que é uma janela, colocar uma janela no Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sei, sim, senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sabe o que é troca de chumbo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não; isso não conheço, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sabe o que é emenda carimbada?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Também não. O que é emenda carimbada? Explique-me, porque não sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, dirigi-me a V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - A emenda carimbada é a emenda para um determinado parlamentar, para uma determinada empresa?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É aquela que já vem amarrada do Executivo.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ah, pois, então, aí eu estou tranqüilo, porque não tem nenhuma emenda do Executivo aqui.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, vou justificar essas minhas perguntas. A Comissão de Orçamento compôs um certo jargão, tanto é que eu acho que o Relator vai ter de adendar um glossário no seu relatório explicando o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É. V. Exª há de estar lembrado que eu fiquei muito preocupado, inclusive, quando falou em troca de chumbo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque era um momento aqui muito tumultuado, e eu pensei que era outra coisa.

O SR. DEPUTADO - Mas ele não é da Paraíba, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que me chama a atenção é que cada vez mais, Sr. Presidente, usam-se artifícios, a nível da elaboração do Orçamento, para esconder o autor original da emenda, essa é a questão. O Relator-Parcial engloba uma emenda e aparece no relatório final como emenda dele. No processo mais recente tem sido mais difícil - isso é um trabalho da minha Subcomissão -; aparece como emenda de bancada - quem é o autor? Aparece como emenda de partido - quem é o autor?

Nesse sentido, levo para V. Exª que essa prática, essas denominações, a existência de alguns núcleos de poder na Comissão, tornam profundamente obscura a elaboração do Orçamento. Quando tem um parlamentar que faz uma emenda, essa emenda deveria aparecer - se o Relator acata aquela emenda - como de autoria daquele parlamentar, para definir a transparência do processo.

Considero que essa questão deveria ser aprofundada.

Mais uma outra pergunta. Sr. Deputado: V. Exª tinha alguma relação comercial com o Sr. José Carlos Alves dos Santos? Ele já lhe fez alguma ordem de pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nenhuma.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tenho aqui, em mãos, um pedaço de papel com a letra do Sr. José Carlos Alves dos Santos - queria que o assessor da Mesa apresentasse ao Deputado -, que tem ordem de pagamento 1736, 700 mil, PE, e o nome de V. Exª e o telefone do gabinete de V. Exª. V. Exª poderia esclarecer isso aí para nós?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pode V. Exª ficar tranqüilo, que eu não tenho...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A letra é do economista José Carlos Alves dos Santos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ordem de pagamento, 700 mil, Pernambuco 3189515. Desconheço inteiramente. Desconheço inteiramente, e estão minhas contas à disposição da Comissão. Evidentemente o sigilo bancário foi quebrado; desconheço inteiramente isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Depoente, Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª se disporia a liberar o extrato da conta que mantém em Nova Iorque para que a Comissão pudesse examinar?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ela, eu tenho a impressão que esse sigilo já está quebrado, não?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - No estrangeiro, eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As contas no exterior, elas estão sendo objeto, agora, de uma deliberação que a CPI está tomando.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas eu me antecipo. Vou solicitar ao Banco do Brasil, agência de Nova Iorque, todo o extrato, desde a abertura até hoje, da minha conta. E me comprometo a trazer para a Comissão e para V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero dizer, - ouviu, Sr. Presidente - independente das medidas que as subcomissões tragam, hoje mesmo vou ligar para a gerência do Banco do Brasil em Nova Iorque e vou entregar a V. Exª..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não tenho por que negar. Tenho a origem do dinheiro, está feita ali, e V. Exª sabe, pela declaração do Imposto de Renda, o valor da conta que mantenho ali.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma colaboração preciosa.

Deputado Roberto Franca, V. Exª se desejar falar primeiro para explicação pessoal, no art. 14, inciso VI, pode falar. E depois, então, o tempo de V. Exª...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Presidente, se V. Exª me permite, até porque nós estamos falando para toda a Nação. Eu quero esclarecer que essa conta é de nove mil e cem dólares, para não parecer amanhã que eu estou envolvido numa conta alta. No ano 1989, havia esse depósito, com ele paguei pequenas contas de duzentos dólares, trezentos dólares, portanto não é conta que me ponha em dificuldade nenhuma de explicar. São nove mil e cem dólares, esse é o valor do depósito inicial e nunca mais fiz depósito ali.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como explicação pessoal, em primeiro lugar, vamos ouvir o Deputado Roberto Franca, de Pernambuco também.

O SR. ROBERTO FRANCA - Bom, inicialmente, Sr. Presidente, Sr. Relator... De Olinda também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De Olinda.

O SR. ROBERTO FRANCA - Inicialmente, Sr. Presidente, já havia uma intenção de minha parte de, no início da minha exposição, fazer um esclarecimento, em função de que o Deputado José Carlos Vasconcellos e eu já tivemos um longo convívio político. Depois nos afastamos. Eu fui para o Partido Socialista Brasileiro e ele foi para o PRN. De forma que, por atuarmos no mesmo Município, não gostaria que a minha intervenção caracterizasse nenhuma parcialidade ou suspeição e até autorizo V. Exª, Deputado a, em qualquer pergunta que julgar impertinente, não responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o Partido original de V. Exª não era o Partido Socialista?

O SR. ROBERTO FRANCA - Não. Eu era do PMDB, junto com o Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Do PMDB e do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Do período do bipartidarismo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu peço um instante. Eu pergunto se o assunto é Olinda ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Vai ser...

O SR. ROBERTO FRANCA - É uma explicação de ordem pessoal, Sr. Relator, porque ele fez menção por várias vezes ao meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Envolve uma... É, nós estamos dentro do Regimento, do art. 14 do Senado, no item VI.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Eu só quero dizer o seguinte..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -

> "**Art. 14, VI** - para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato..."

Ele foi citado pelo Depoente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, eu não fui citado, mas foi citado o Município de Olinda, onde sou o mais votado. Vale o Regimento? (Risos)

Porque eu queria, Sr. Presidente, dizer somente o seguinte: aqui se falou de uma política mesquinha, uma política condenável, relacionada com o Município de Olinda. Eu queria dizer o seguinte: ninguém julgue Olinda por alguns incidentes políticos que possam ocorrer. Olinda é uma cidade histórica, da qual Pernambuco muito se orgulha. É monumento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Patrimônio mundial, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Patrimônio mundial da humanidade, e que eu, aqui, fiquei um pouco triste em verificar que se falava de Olinda só dessas intrigas políticas, mas que eu, como o mais votado e os dois Deputados que são também ligados a Olinda, acho que estamos de acordo em que pensemos sempre em Olinda no que tem de melhor e não nessas coisas menores, que em nada podem sequer arranhar a grandeza daquele Município, daquela cidade.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu quero me incorporar às palavras de V. Exª.

O SR. ROBERTO FRANCA - E eu quero o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E até eu, se me permitem, como brasileiro, estudante que fui de história militar.

O SR. ROBERTO FRANCA - Realmente, Sr. Presidente. Como disse inicialmente, Sr. Presidente, a minha intenção era fazer esta ressalva para que não pairasse nenhuma dúvida com relação a que adversários do meu município pudessem ser suspeitos com relação a isto - não gostaria de fazer.

Com relação ao ...., o Prefeito do Município de Olinda, já, por telefone, comunicou-me o desejo de trazer a esta Comissão um dossiê que gostaria de entregar, pessoalmente, ao Sr. Presidente da Comissão ou encaminhar pelo Correio, a respeito de fatos que digam respeito a esta CPI e a uma eventual participação ou envolvimento do Deputado José Carlos Vasconcellos. Eu já comuniquei ao Prefeito Germano Coelho que a nossa Subcomissão de Emendas está recebendo denúncias de vários municípios brasileiros de que isto chegaria a minha Subcomissão - da qual faço parte - cujo Coordenador, o Deputado Sigmaringa Seixas, já começou a distribuir essas denúncias para os seus membros e eu já adverti ao Prefeito que, neste caso, eu não seria Relator desta matéria e que estávamos adotando um critério de distribuir, por Partidos diferentes e por Estados diferentes, as denúncias que estão chegando.

Uma outra observação é que o Deputado José Carlos Vasconcellos se referiu que era do Partido Socialista. Certamente, terá sido naquela época de 1945.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Claro. Não, não sou tão velho, Deputado. Antes da dissolução do quadro partidário eu fui membro do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes do AI-2, quando acabaram os Partidos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quando acabaram os Partidos - não foi de 1945. Terá sido, tenho impressão, em 1960.

O SR. ROBERTO FRANCA - É porque a fundação do Partido data dessa época - não me recordo - em participação na atual Constituição.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei se era nascido.

O SR. ROBERTO FRANCA - Exato. Eu nasci em 1951. De forma que é esta referência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não se trata de perguntar a idade. Já basta a hora em que o Depoente é obrigado a fazê-lo. Senão vai constranger algumas pessoas aqui.

O SR. ROBERTO FRANCA - Um outro esclarecimento, Sr. Presidente, que diz respeito, também, a um depoimento do Deputado José Carlos Vasconcellos, é no que ele diz que se assessorou, em algumas ocasiões, em Pernambuco, com o DER e o DNER. É apenas uma referência porque o então Secretário do Governo Miguel Arraes, o Dr. Paulo Cassundé, é do meu Partido e tinha como órgão subordinado o DER, Departamento de Estradas Estaduais de Rodagem. E não ficou bem claro, também, se o Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos se referia ao DER ou ao DNER, cujo representante regional - é uma circunstância que é conhecida em Pernambuco - teria sido indicação do Deputado José Carlos Vasconcellos. De forma que eu só queria esclarecer que são dois órgãos - o DER, estadual, e o DNER, federal.

Com relação ao Conselho Nacional de Serviço Social, houve uma referência do Deputado Sérgio Miranda e que achei que não poderia ficar, Sr. Presidente - peço que incluo no tempo de explicações - porque aquela Emenda na LDO de 1993 para 1994 - porque houve uma referência do Deputado Sérgio Miranda - eu queria dizer e comunicar a V. Exª que eu não apresentei uma emenda, formalmente, mas fui um dos interessados e manifestei, perante a Comissão, a preocupação - porque entendo dessa matéria - de que milhares de instituições, neste País, não estão podendo ter acesso aos recursos públicos em função de que há uma exigência restrita de registro no Conselho Nacional de Serviço Social. Esse Conselho, até a gestão do atual Ministro Jutahy Magalhães, estava com 12 mil pedidos de registros paralisados - 12 mil pedidos. Isto, informações tanto da Assessoria do Ministro como do próprio Dr. Edmar, atual presidente do Conselho Nacional de Serviço Social. Com 12 mil pedidos de registros, não deferidos, essas instituições não estavam podendo se habilitar nos Orçamentos da União, e o que vinha ocorrendo, como estamos constatando nesta CPI, era, justamente, que outras entidades, registradas, legalmente ou formalmente, foram objetos de somas vultosas. Então, em função dessa circunstância, eu fiz uma sugestão ao Presidente da Comissão que estava examinando a LDO, o Deputado João Miranda e numa argumentação na Comissão de Orçamento de que era necessário que as instituições pudessem se habilitar a esses recursos. A sugestão que foi dada foi de que elas se registrassem na Fundação Centro Brasileiro Para a Infância e Adolescência a na LBA - e, aí, eu conheço - tem um trabalho de acompanhamento e fiscalização, tem uma equipe técnica que poderia verificar a execução desse trabalho. De forma que foi uma sugestão acatada para que desobstruísse o Conselho Nacional de Serviço Social que, agora, está sendo feito através da descentralização, através das LBAs - das agências e superintendências da LBA - em cada Estado da Federação, permitindo o registro dessas entidades.

Quero só dar este depoimento porque não poderia passar, quando eu tenho conhecimento desta questão que não diz respeito propriamente à matéria que estamos discutindo.

Mas, Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª se referiu aqui, e eu gostaria de saber: o economista José Carlos Alves do Santos assessorou-o em algum momento durante a elaboração das fases orçamentárias, nos diversos anos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em relação à elaboração do Orçamento da União não. Como já disse, o assessoramento dele era prestado a nível de Relator Geral ou de outros anexos, outras relatorias que não sei.

Em outros anos ele assessorou, sim, porque há uma classificação de projeto de lei que é feita sob a supervisão da assessoria do Senado e da Câmara e, evidentemente, do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ROBERTO FRANCA - É surpreendente, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não quanto ao mérito das matérias. Em relação a projetos, ele ficava encarregado de classificar as emendas, de ver e de colocar, não de decidir o que colocar, mas a confecção, a redação do projeto era feita sob a supervisão direta dele. Não tenha dúvida nenhuma. Não tenho por que esconder isso, até porque declarei aqui que quanto a esses aspectos formais de classificar, de determinar, essa coisa toda, ele era um técnico que entendia, realmente, da matéria.

O SR. ROBERTO FRANCA - É surpreendente, Deputado José Carlos, a onisciência e a onipresença do economista José Carlos Alves do Santos, que assessorou inúmeros Deputados, os mais ilustres desta Casa. Parece que estava em todo canto e em todo

lugar, uma pessoa que não tive o prazer de conhecer mas que na nossa linguagem nordestina podemos dizer que é a gota serena. Não é possível que tantas pessoas tenham sido assessoradas por esse economista que passou a ser uma peça imprescindível no Orçamento.

Mas, Deputado José Carlos Vasconcellos, concordo com V. Exª, quando faz a análise, a radiografia, das dificuldades da Comissão de Orçamento. Também julgo que a atual sistemática induz a essa possibilidade de corrupção, de desvios, de não-análises. Lamento que nenhum dos membros da comissão, ao longo dos anos, nem aqueles que durante esta comissão fizeram essa radiografia não tenham conseguido alterar, significativamente, aquele padrão que foi implantado a partir da participação do Orçamento de 1988 em diante. Todos fizeram críticas significativas, mas foram incapazes - um sentimento de impotência generalizado - de modificar, significativamente, essa estrutura de elaboração do Orçamento.

Deputado José Carlos Vasconcellos, quero dizer isso sem nenhuma curiosidade sobre sua vida e seus bens. Não estou na comissão de bancos nem na comissão de patrimônio. Mas quanto às dúvidas que surgem, esta é uma oportunidade para V. Exª esclarecê-las. Segundo informações que tenho, todo o patrimônio de V. Exª teria sido obtido depois da eleição para Deputado Federal. Até 1978, não há na sua declaração de bens nenhum bem imóvel, tudo teria sido constituído posteriormente. Aqui há uma relação de bens, mas gostaria de saber de V. Exª se é verdade, se o patrimônio de V. Exª foi constituído nos últimos 10 anos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ao longo do tempo, eu diria que tive um patrimônio, talvez, até maior do que esse. Não é? Eu tive, ao longo do tempo, herança, essa coisa toda. Mas quero deixar, de forma bem clara, que minhas declarações de Imposto de Renda - não é à Comissão de V. Exª - que já me coloquei à disposição dela. Estão consignando perfeitamente todos os meus bens e apontando a fonte, as receitas que geraram a aquisição desse bem. Portanto, eu confesso a V. Exª... Quero dizer que antes disso tive muitos outros bens. Em priscas eras, fui incorporador, construí prédios na Avenida Boa Viagem de Pernambuco. Depois tive, por herança da minha mãe, apartamento na Avenida Boa Viagem de Pernambuco, terrenos na Avenida Boa Viagem de Pernambuco, e prestei todas as informações ao Imposto de Renda das casas, tanto da casa em que moro, adquirida pelo BANORTE, financiamento do BANORTE, quanto dos outros todos. Não tenho nada a temer das minhas declarações de Imposto de Renda dentro dos meus bens. Realizei todos eles, todos eles, com as rendas apontadas nas minhas declarações de Imposto de Renda. Pode V. Exª, que, sei, tem preocupação nesse sentido, ficar absolutamente tranqüilo. Vou pedir mais o seguinte: para me reunir com V. Exª com minhas declarações de bens e inclusive na Comissão específica de Patrimônio, para que façamos uma radiografia. Acho até que V. Exª me prestaria um grande favor - essa sua pergunta me permite reafirmar isso - para que eu pudesse me debruçar, junto com V. Exª, e fazer uma análise perfeita de todos os atos declaratórios do meu Imposto de Renda.

O SR. ROBERTO FRANCA - Eu fiz a pergunta, Deputado José Carlos Vasconcellos, por que me parece que a Comissão está examinando as contas, a partir de 1989, e denúncias, como a que foi mencionada pelo Senador Mário Covas, são denúncias que se tornaram públicas também no Estado de Pernambuco, e que V. Exª, hoje, seria um dos homens mais ricos do Congresso Nacional. Eu estou lhe dando esta oportunidade, não estou referendando, nem estou acusando.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ao contrário...

O SR. ROBERTO FRANCA - Só para terminar, estou-lhe dando uma oportunidade, ao dizer isso a V. Exª porque, segundo informações, não haveria na sua declaração, a partir de 1979, não haveria bens imóveis. Pode ser falsa, não estou... Mas que V. Exª ter-se-ia tornado - isso é o que corre - um dos homens mais ricos do Congresso. Então é uma oportunidade não de examinar apenas os últimos cinco anos, mas os últimos dez anos, porque eu acho que nós, no nosso mandato, dificilmente conseguimos um enriquecimento muito grande. Foi feita uma análise de quanto os Parlamentares recebem, durante os quatro anos de mandato. Ficaria, em termos brutos, em menos de US$200 mil. Então, não estou acusando V. Exª, apenas dizendo que é uma oportunidade que V. Exª tem para, definitivamente, encerrar essas denúncias que podem ser infundadas a respeito do seu...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu agradeço a V. Exª e não estou considerando impertinente sua pergunta não. Acho, inclusive, que ela me ajuda, tanto que estou pedindo a colaboração de V. Exª para que nos debrucemos sobre isso ou na Comissão específica ou fora. V. Exª me dá, está-me prestando -pode acreditar na sinceridade de minhas palavras-, na verdade, não digo um favor, mas uma oportunidade, e quero fazê-lo com V. Exª, advogado que é, e com certeza com conhecimento de fisco. E não há nenhuma insinceridade. Pode acreditar nisso. V. Exª, na realidade, vai me prestar uma colaboração, vai me ajudar a fazer esse esclarecimento.

Imagine V. Exª: dizem que sou dono de fazenda em Mato Grosso, dizem que sou dono de rede de posto em Pernambuco, dizem que sou dono de hotel no Rio de Janeiro. Criou-se uma série de calúnias de tal natureza que essa colaboração de V. Exª é altamente útil para mim. Na verdade, eu tenho a tranqüilidade, a consciência tranqüila, e V. Exª vai me prestar um inestimável serviço.

O SR. ROBERTO FRANCA - Deputado José Carlos Vasconcellos, durante o Governo Collor, V. Exª teve alguma participação, direta ou indireta, na indicação sucessiva do Dr. José Henrique Figueiredo e do Dr. Inaro Fontan para a direção do DNER?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca! Nunca! Eu disse, uma vez, a um jornalista da **Veja** que nunca fiz indicação dessa natureza no Governo Collor. Ele...

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Exª era o Líder do PRN...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Era o Líder do PRN, já no final. Ele até achou graça e botou. Não acreditou, botou. Não tinha por que fazê-lo. Está aqui o Senador Ney Maranhão, que pode atestar o que estou dizendo. Não conhecia o Sr. José Henrique, vim conhecê-lo quando assumiu o Ministério dos Transportes, não o DNER, não tenho nenhuma ligação com ele. Quanto ao Sr. Inaro Fontan, tenho aproximação com ele, já dei depoimento aqui. É importante para ele que se investigue o DNER, porque o considero uma das maiores autoridades em estradas federais do Brasil, um homem de alta seriedade. Não precisava nem dizer isso, mas gosto de deixar as minhas coisas muito claras. Também não indiquei o Sr. Inaro Fontan para participar do Governo Collor. Ele foi uma escolha pessoal do Senador Affonso Camargo, que, quando indicado Ministro dos Transportes, foi buscá-lo porque ele tinha sido seu auxiliar na gestão anterior do Ministro.

Estava eu no Palácio do Planalto, no gabinete do Ministro Jorge Bornhausen, quando ouvi a comunicação do Ministro Affonso Camargo que tinha feito a escolha do Dr. Inaro, foi uma escolha pessoal e acho que fez muito boa escolha, porque com um processo de transferência, já o esvaziamento longo do DNER e a transferência do DNER para Brasília, o que agravou os problemas do órgão, a presença do Dr. Inaro, não tenho dúvida, terá sido importante para o Ministro Affonso Camargo. Não fiz nenhuma indicação.

O SR. ROBERTO FRANCA - Para o DNER de Pernambuco, V. Exª indicou algum representante? Não estou colocando a indicação como uma questão espúria, acho que a participação política se dá nesses termos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No Governo Collor não. Inclusive, quero lhe dizer que fiz questão de não fazer mais nenhuma indicação dessa natureza em Pernambuco.

No Governo do Presidente José Sarney, fiz indicações e o fiz como... Lembra-se, V. Exª era do PMDB, quando foi feita a aliança que permitiu a eleição do Dr. Tancredo Neves, os cargos todos eram ocupados pelo PFL. Fiz parte de uma comissão, o Deputado José Jorge, o Senador Mansueto de Lavor, o Deputado Roberto Freire, na qual foram listados cargos e indicações de cargos feitos por toda a Bancada federal de Pernambuco para o Estado. Essas foram as indicações que eu fiz.

No Governo Collor não fiz e em relação ao DNER, que estava num processo, numa decisão de me afastar dessa área, o Dr. José Amorim fez a indicação e, recentemente, quando houve troca, em Pernambuco do chefe do distrito, essa indicação foi feita, pelo sei, pelo órgão e sem a interferência de parlamentar.

O SR. ROBERTO FRANCA - Pergunto, porque houve notícia de Pernambuco de que teria havido denúncias com relação à gestão do antecessor do atual superintendente e que o antecessor teria sido indicado por V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O antecessor é o Dr. José Roberto; foi uma indicação direta do órgão, não teve nenhuma indicação minha.

O SR. ROBERTO FRANCA - E antes dele?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Antes dele, fiz a indicação, consta em documento formado pela Bancada de Pernambuco, não me recordo o nome dele e depois do Sr. Leonildes Alves que era seu substituto.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, mais duas perguntas rápidas.

Deputado, V. Exª conhece o relator do DNER de 1993, Sr. Pedro Tassis?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tenho com o Sr. Pedro Tassis encontros somente de corredor. Nunca sentei-me com ele para ter conversa de espécie alguma, em outras palavras, não tenho a menor intimidade com ele. Conheço-o de cumprimentá-lo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Examinou-se muito o desdobramento das emendas, e só para dar um registro é que essas emendas, inclusive no Orçamento de 1993, também tiveram substanciais aumentos, tanto pelos relatores parciais como pelo Relator-Geral do Orçamento.

Coincidentemente, entre vários parlamentares que tiveram reforços na área do DNER, está V. Exª, José Carlos Vasconcellos, José Geraldo e Genebaldo Correia. De forma que é surpreendente como, mesmo sem V. Exª ser parte da Comissão de Orçamento...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Acho que V. Exª comete um engano. Em relação a 1993, as emendas foram todas canceladas.

O SR. ROBERTO FRANCA - Estou me referindo ao Orçamento em exercício. Estou aqui com o relatório do SIAFI, feito em 1992 para 1993, já em execução. Então, para dar uma idéia, a emenda mencionada, a BR-101/PE, quilômetro 84 a 99, Emenda originária de V. Exª de número 0100.59-3, vencida pelo Relator parcial com aprovação de 198 milhões. Essa foi a liberação acrescida de mais 495 milhões do Relator geral Mansueto de Lavor.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu acho muito improvável que esse valor que V. Exª está atribuindo tenha sido feito pelo Deputado Pedro, como Relator parcial dessa Emenda nº 1.059, porque ele não teria disponibilidade para isso, dados os critérios estabelecidos da atuação de cada Relator parcial.

Quero dizer que não participava da Comissão de Orçamento. Acho que há um engano de V. Exª.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sei que V. Exª não participava da Comissão; todavia, continuou a ter uma influência muito grande na liberação de recursos. Estou aqui com a execução do SIAFI deste ano. Para essa obra já foram pagos, em data de 12.11., 75 milhões de cruzeiros reais, que correspondem a duas emendas do Relator parcial e do Relator

geral. Há outras emendas, pelo menos 3 ou 4 de V. Exª. Mas, coincidentemente, membros que prestaram depoimentos a esta CPI também continuam, vamos dizer, tendo... Então, é aquele sentido de entender bem. Se é pela presença ou participação de V. Exª como líder, Genebaldo Correia como líder e de outros parlamentares que tenha influência nelas, para que entendamos como se dá esse processo de definição. Veja bem, Deputado José Carlos Vasconcellos: nós todos estamos querendo entender por que alguns parlamentares conseguiam aprovar recursos. Alguns disseram, como o Deputado José Geraldo, que faziam um esforço muito grande, trabalhavam muito. Eu também tenho trabalhado muito.

Mas, quando tínhamos um balizamento de 30 emendas, o Deputado José Geraldo aprovou 120, o que não deixa de ser uma preocupação de entender como se dava esse processo de definição dessas emendas aprovadas em benefício de alguns parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Presidente, se V. Exª me permite uma observação, realmente tenho toda razão para defender essa emenda. Ela se refere, especificamente, àquela duplicação que é tão fundamental. V. Exª conhece perfeitamente bem, é correligionário de antigos prefeitos da Cidade do Cabo, os movimentos que existem ali de associação da própria prefeitura na interdição da estrada.

Então, tenho absolutamente toda tranqüilidade de fazer defesa.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não, Deputado, não questionei a importância da obra porque realmente sei que ali ocorrem inúmeras mortes todos os anos. É que essa obra vem sendo executada, colocados recursos há vários anos. Ela realmente está num ritmo extremamente lento.

Quero só reafirmar a continuação de liberações que vêm sendo mantidas sistematicamente para que possamos entender esse mecanismo de deliberação da Comissão.

Eu participei da Comissão em 92, e realmente foi uma experiência que talvez eu pudesse até depor nesta Comissão. Tudo é invisível, as principais decisões são tomadas fora em lugares incertos e não sabidos. Nós apenas executamos. De forma que era uma tentativa de entender como se dá esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já havia encerrado, mas a provocação aos deuses pelas brigas de Olinda nos levaram quase aqui a interromper as luzes e voltamos a discutir. Acho que já podíamos dar por encerrado.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Durante muitos minutos. Quero só esclarecer ao Deputado Roberto Franca que não sou campeão de emendas. Se retirar das minhas aquelas emendas nacionais, como é retirada, por exemplo, a emenda que V. Exª fez no orçamento para o hospital de Olinda - só um exemplo - se tirar as das BR que terei aprovado neste exercício de 93, no orçamento que V. Exª está passando, 400 milhões de emendas, enquanto V. Exª aprovou 483 milhões, então, estou no mesmo nível de V. Exª. Quero assumir que esta é nossa obrigação, a minha, a de V. Exª, a do Senador Ney Maranhão, a do Deputado Roberto Magalhães: deveríamos levar o maior volume de recursos possível para o Estado de Pernambuco.

Não há problema nenhum de nos sentirmos ofendidos por aprovação de emenda.

O SR. ROBERTO FRANCA - Até agora não foi nada liberado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, não é seminário sobre orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo de Olinda ao Maranhão e concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Deputado José Carlos Vasconcellos:

V. Exª, na época em que foi Sub-relator da Comissão de Orçamento, sabe informar quantas emendas acolheu e quantas apresentou e se foram liberadas pelo Poder Executivo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª está referindo-se como Relator? À minha ação como Relator?

O SR. COSTA FERREIRA - Tanto como Relator quanto como Sub-relator.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu diria que este ano, das minhas emendas pessoais, terá sido liberado muito pouco. Agora, também para fazer essa consulta, comprometo-me, juntamente com V. Exª , a solicitar ao SIAFI, porque isso é um processo de acesso ao SIAFI, não tenho de memória o total das emendas liberadas, até porque, como Relator, essas emendas não pertencem pessoalmente ao emitente. Mas acho que isso é interessante e comprometo-me a acessar o SIAFI, até pedir a ajuda de quem tem prática nisso, ao ilustre Senador Eduardo Suplicy, mas poderemos fazer isso com a maior tranqüilidade, Deputado.

O SR. COSTA FERREIRA - Isso no caso das pessoais?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, até das de Relator também, de tudo. Tive enorme dificuldade. Por exemplo, essa documentação que o Relator Roberto Magalhães tem, eu não a tenho ainda completa, que são emendas referentes, vamos dizer, ao DNER. Mas isso daí é um processo de acesso ao SIAFI que poderemos fazer conjuntamente ou a própria Comissão fazê-lo.

O SR. COSTA FERREIRA - Em caso de as emendas serem contingenciadas, qual era o critério para sua liberação junto ao Poder Executivo? Quem tinha competência para tais liberações? Era exigido o apoio do Parlamentar ao Governo para que isso ocorresse?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou dizer a V. Exª: esses problemas e contingenciamento de emendas do Orçamento, para mim, é um processo

profundamente trágico e que só deveria ocorrer em estado, vamos dizer assim, de emergência. O ideal é que fosse feita não uma ficção na peça orçamentária, mas fosse feito um orçamento real, como, aliás, propôs o ilustre Ministro da Fazenda, o nosso Senador Fernando Henrique Cardoso, em discussão com as Lideranças aqui na Casa. Do orçamento real o que se vai liberar? Não podemos liberar 100, então, vamos liberar quanto? 50? Não pode. E 30? E fixar o prazo dessa liberação, porque isso evitaria distorções de toda espécie, que pode acontecer, por parte do Poder Executivo.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª pode explicar-nos as causas de tão grandes discrepâncias, na estrutura da Comissão de Orçamento, que excluía a maior parte dos Parlamentares e beneficiavam poucos, quando o certo seria a divisão eqüitativa do **quantum**, por Estados, e suas necessidades básicas?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Deputado Costa Ferreira, na realidade, sou o autor de todo um estudo de regionalização do Orçamento. Não podemos, porque foi adotado finalmente na Constituinte de 88 e faz parte, hoje, da Constituição, fazer uma divisão rigorosa por Estado, mesmo levando o critério que a Constituição prevê, que é aquele critério da população e que deveria ser o inverso da renda **per capita** para que se invista mais diretamente, em proporção à população e inversamente proporcional à renda **per capita** para atender as pessoas mais necessitadas. Mas há alguns projetos que não podem fazer parte dessa região. Vou citar só um, sem entrar no seu mérito: a Transnordestina, que não pode ser atribuída ao Maranhão; ou ela não é, ou ela é importante, então é importante para a região como um todo e para o Brasil como um todo, porque iria interligar o transporte ferroviário. Se eu tivesse uma variante, por exemplo, de Estreito a Salgueiro com todo a banda oriental do Nordeste e com o Leste e o Sul do País. Então é difícil se fazer isso! Teriam que se retirar aqueles projetos estruturantes, como usina hidrelétrica e fazer o rateio depois. Agora, na realidade, dentro de cada Estado que chegasse ao entendimento disso, depois de separar aquelas medidas de manutenção de Brasília, do Parlamento, do Judiciário, despesas com as Forças Armadas, esses projetos que não podem ser alocados por um Estado, mas são regionais ou nacionais, dever-se-iam usar esses critérios para o Estado, pegar-se o montante para cada Estado e deixar-se que suas bancadas tomem a decisão. V. Exª tem inteira razão: do jeito que a coisa está, não pode funcionar. É a pessoa que vai mais lá, é a pessoa que faz parte do grupo; enfim, as distorções se dão de maneiras gritantes e têm que ser combatidas, condenadas.

Eu quero parabenizar V. Exª por levantar esse assunto que talvez não pareça um assunto que possa mobilizar esta Comissão, mas além de punir aquelas pessoas responsáveis por desvios e por desmandos, esta Comissão tem aquela obrigação de estar muito consciente no pensamento do seu Relator de propor medidas que corrijam os problemas que possam ocorrer não só agora, mas no futuro da Comissão de Orçamento. Parabenizo V. Exª.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era o seu relacionamento com os influentes líderes que comandavam a Comissão do Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - De um modo geral era um relacionamento bom. Evidentemente, mais com uns do que com outros. Como disse a V. Exª, sou originário do MDB e do PMDB e tenho relacionamento com todas as lideranças, inclusive com aqueles a quem não apoiei para líder.

Quero dar um testemunho aqui, não fazer um ato de arrependimento que poderia parecer jogo de cena, mas está aqui o Deputado Odacir Klein, em quem não votei para líder, quando era do PMDB, mas foi um excelente líder do Partido e, mesmo não tendo votado, sempre mantivemos o melhor relacionamento. O meu temperamento de cordialidade e de educação me faz ter, de um modo geral, se não a intimidade, um bom relacionamento com a maioria dos parlamentares, a não ser aqueles com os quais encontro casualmente.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª recebeu em sua residência aqui, em Brasília, ou em Recife, o Sr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca.

O SR. COSTA FERREIRA - Freqüentava a cada dele aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Estive na casa do Sr. José Carlos dos Santos por ocasião do aniversário do Sr. João Alves. Aliás estive muito rapidamente: cheguei em torno de 23:00h e saí 24:00h, porque tinha outro compromisso. Mas quero dizer que nada impediria eu ter freqüentado a casa do Sr. José Carlos dos Santos, até porque a filha dele é amiga da minha filha.

O SR. COSTA FERREIRA - Só para concluir, Sr. Depoente.

Ele nunca expressou desejo de conhecer as belas praias de Pernambuco ou do Nordeste, a V. Exª?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, mas posso afirmar a V. Exª que ele viajava para o Nordeste. Eu estava doente no Recife, em determinada ocasião, quando ele veio do Rio Grande do Norte e se hospedou no Recife, no Hotel 4 Rodas. Era uma época de muitos problemas de vaga em avião, e ele estava fazendo uma viagem com carro. Ele me telefonou, eu mandei um amigo meu ao aeroporto, para providenciar o embarque da filha dele que tinha provas para fazer em Brasília.

Não estive com ele nessa ocasião, porque estava acamado, inclusive lamentei, achei que era um gesto de educação procurá-lo, mas mandei um assessor meu ao hotel e providenciei o embarque da filha dele, providenciei a vaga para Brasília.

O SR. COSTA FERREIRA - Estou agradecido pela gentileza de V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Muito obrigado, Deputado Costa Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ilustre Deputado Moroni, tem a palavra V. Exª por dez minutos.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes gostaria de dizer que corroboro as palavras do Deputado Pedro Pavão; porém, farei um relatório a V. Exª pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sobre os camarões?

O SR. MORONI TORGAN - Não, sobre as obras feitas irregularmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu aliás estou aguardando realmente o relatório que o Deputado Luiz Salomão me disse que mandaria.

O SR. MORONI TORGAN - Infelizmente tem muita coisa, muito dinheiro usado indevidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Contarei o tempo de V. Exª a partir de agora.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, infelizmente está difícil de nos enxergarmos, mas...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou tentar estabelecer esta comunicação que muito me agrada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª quisesse vir mais para perto, também ajudaria, e eu descontaria o tempo que V. Exª levará para sair desta bancada até a próxima.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vamos promover o Moroni aqui, depois do Maranhão.(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Genoíno, essas não são mais aquelas reuniões estudantis que V. Exª perturbava.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Peço desculpas a V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas é que deu saudade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Talvez precise de um pouco de política estudantil para inquirir alguns depoentes, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que também o faziam, né ?

Bom, volto a contar o meu cronômetro.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que essas são investigações que foram feitas pelo Deputado Robson Tuma e eu. E todas as perguntas serão feitas em meu nome e no nome dele, sempre.

Eu queria saber, em primeiro lugar, se o senhor recebia ajuda de membros do DNER para fazer o relatório.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Já declarei, inclusive na minha primeira fala, que sim. Do DNER, recebi ajuda. Não só do DNER.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª poderia citar o nome das pessoas ?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso. Já disse de forma clara e repito que, dirigindo-me ao DNER, tive ajuda, enquanto Diretor daquele órgão, do Dr. Inaro Fontan. Foi a principal pessoa.

O SR. MORONI TORGAN - Houve algum outro tipo de relacionamento dele com o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Teve, claro. Ele foi convidado por mim, várias vezes, a comparecer a esta Comissão; participou do simpósio realizado em outubro e participou de algumas, não sei precisar quantas, reuniões aqui ocorridas, discutindo, debatendo tecnicamente com diversos Parlamentares. Não sei se há algum aqui presente, mas a Casa pode testemunhar isso com muita tranqüilidade.

O SR. MORONI TORGAN - Alguma vez V. Exª fez reunião em sua casa com esse homem?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Já o recebi para almoçar em minha casa.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor conhece o Sr. Massis Tigranha Filho?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço; é diretor do DNER.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tem algum tipo de relacionamento com ele ?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Tive, quando ele deixou o DNER no interregno.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª poderia citar que assuntos foram tratados?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ele me informou que tinha deixado o DNER. Confesso que não sei exatamente, estava sendo cotado para algum órgão. Na época, evidentemente, eu não podia fazer nada porque, Líder do PRN, entende V. Exª, eu não tinha como fazer nenhum encaminhamento de pleito. Ele não o fez ao governo, apenas se referiu, e eu nem me colocar à sua disposição pude.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª conhece alguém da empresa Rodonal?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Rodonal? Que empresa é essa?

O SR. MORONI TORGAN - Então, não deve conhecer, se não sabe nem que empresa é essa!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deve ser de rodovias, né ?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O nome não está correto.

O SR. ELCIO ALVARES - Rodonal é empresa que congrega...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É uma associação de empreiteiras.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - De empreiteiras ?

O SR. MORONI TORGAN - Estou recebendo assessoria geral.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não me lembro. Posso até conhecer, já participei de diversos encontros e solenidades em Brasília, posso até conhecer, mas não estou ligando um fato ao outro. Se V. Exª puder esclarecer...

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª conhece o Sr. Marcelo Ribeiro?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço, conheço o Sr. Marcelo Ribeiro.

O SR. MORONI TORGAN - Tem algum relacionamento com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quando ele foi... qual foi o cargo que ele ocupou? A Secretaria de Transportes, que na época não era Ministério, era Secretaria; estive com ele, sim.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª conhece alguém da empresa TRATEX?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço.

O SR. MORONI TORGAN - Quem V. Exª conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço da empresa TRATEX o Sr. Márcio.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Márcio?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei, sinceramente, o sobrenome dele.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª teve essa relação de conhecimento em razão do quê?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - No Congresso Nacional, eu, algumas vezes, falei com ele. Não privo, nunca estive em sua casa; não tenho, vamos dizer assim, a relação de intimidade, mas conheço-o.

O SR. MORONI TORGAN - Qual era a atividade dele no Congresso Nacional?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não sei precisar exatamente se ele era representante de empresas; ele tinha diversas atividades. Mas quero dizer que não tenho conhecimento de nenhuma obra dele no Estado de Pernambuco.

O SR. MORONI TORGAN - Na época em que V. Exª era Relator, tinha algum tipo de contato com as empreiteiras, pessoalmente ou por telefone, amiúde?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olhe, vou dizer a V. Exª: fiz simpósio com presença de empresários, discuti com ele e devo ter tido contatos telefônicos, tanto da minha casa quanto do meu gabinete a respeito disso. Nunca me furtei a receber telefonema nenhum e também não tem por que não dar telefonema para quem quer que seja.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª conhece o Sr. Paulo Eugênio?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Conheço.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª que tipo de relação tem com esse senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O Sr. Paulo Eugênio foi funcionário do meu gabinete, posso depois precisar exatamente a época, até setembro de 90, do ano de 88 a 90.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não. V. Exª conhece o Sr. Luís Micieli dos Santos?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Se V. Exª esclarecer algum dado... até posso, mas não me recordo de absolutamente nada.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª conhece o Sr. Aloisio Davis Neto?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quem?

O SR. MORONI TORGAN - Aloisio Davis Neto?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olha, se não me engano - não quero cometer nenhuma injustiça - ele já foi funcionário aqui da Câmara?

O SR. MORONI TORGAN - Eu não posso lhe dar detalhes.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Para não depois dizer que conheço, não é? sem...

O SR. MORONI TORGAN - Pode V. Exª não se lembrar.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, mas se é o ex-funcionário aqui da Câmara e atual assessor do Ministro Britto, eu conheço.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª verifique, porque estou ligando a essa pessoa, que era assessor da Liderança do PMDB e é assessor do Ministro Britto, um rapaz sobre o qual tenho a melhor das impressões.

É esse? Conheço.

O SR. MORONI TORGAN - Eu gostaria de mostrar a V. Exª um documento, para que V. Exª pudesse corroborar a esta Comissão se a letra e a assinatura desse documento são suas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sobre esse documento já me pronunciei na minha fala principal. Acho que faz parte, e só vendo o original posso dizer. Não sei se é montagem ou não. Acho que faz parte de um ofício que dirigi, de forma aberta, ao Ministro, ao Deputado Ricardo Fiúza quando Relator, e que retratava minha ação, de forma muito aberta, como Relator, consignando esse negócio. A assinatura é minha.

O SR. MORONI TORGAN - A assinatura é sua?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É.

O SR. MORONI TORGAN - E as anotações, com os nomes dos Deputados, também?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Não as fiz. Já disse também aqui, Sr. Presidente, que não as fiz, embora não precisasse, mas tenha declarado que costumo trabalhar fazendo anotações das emendas - e até fui solicitado aqui -, de nomes de autores e que também não considero nada demais consultar nome de empreiteira para obra, como forma até, e por determinação que recebi do Deputado, de procurar - de um anexo com o qual não tinha familiaridade -, saber se as obras estavam realmente em execução e uma das maneiras era contrato.

Digo até a V. Exª que tenho anotações semelhantes a essas. Essas não as tenho, porque inclusive contêm muitas incorreções.

O SR. MORONI TORGAN - Muitas incorreções nesse documento?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Ah! Sim! Pelo que eu vi pela empresa, não dava para ver.

O SR. MORONI TORGAN - Porque nós temos todo o documento e a letra, se não for sua, é muito similar a sua, pelo que nós pudemos ver e têm anotações que V. Exª mesmo tem dito que não seria muito problema colocá-las.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olha, existe cadastro de obras públicas, quero lhe dizer que depois da publicação do meu próprio gabinete fiz diversos telefonemas para essas empresas, de CEMIG, enfim, das outras, sabendo quais eram as construtoras que faziam, porque não tenho a memória completa desse relatório do FND. Então, fiz vários telefonemas para saber, já agora, a relação completa. Por isso, digo que há algumas incorreções a respeito, não é? Mas todo mundo sabe que existe cadastro de obras públicas. E quero lhe dizer mais, Deputado: esse é um relatório que eu classifiquei como atípico, muito menos do que autorizativo, como é a peça geral do Orçamento, ele é um indicativo, que não tinha sido liberado nada do exercício em curso, do exercício do Orçamento Geral da União em 91, quando eu fiz esse Orçamento. No ano de 1992, um centavo dessas obras não foi liberado, porque elas dependem de uma sistemática totalmente nova, ou totalmente diferente; precisam de aprovação pelos técnicos do BNDES, precisa de aprovação pela diretoria e pelo Conselho Diretor do BNDES, que analisa o projeto técnico, o projeto econômico, a ficha cadastral, a adimplência do tomador do recurso ou do financiamento, ou da subscrição em debêntures ou ações. Então, o que a imprensa procurou dizer? Que isso significava e seria uma forma de comprovar a influência das empreiteiras nesse processo. Só uma empreiteira profundamente desavisada iria ter interesse ou querer fazer algum favorecimento num processo desse que depende do BNDES. Quero dizer mais ainda: fui informado de que, em março de 93, alguns desses projetos e subprojetos listados por mim, o BNDES liberou recursos para a subscrição de ações da ELETROBRÁS, que se comprometeu a investir nesse subprojeto. Pela informação que tenho do CIAF - solicitei até a colaboração do Senador Eduardo Suplicy -, nenhum recurso correspondente a essas especificações foram liberados, o que indica que terá sido do recurso geral do banco ou daquelas verbas globais do banco que foram feitas após, e me parece que nem foram feitas, porque vai depender da ação da ELETROBRÁS sobre isso. Então, estou absolutamente tranqüilo em relação a isso, ou seja, compulsar nome de Deputado ou até nome de empresa, para mim é uma referência da execução ou não da obra. Creio até que, se essa comissão fosse organizada, teria que ter todos os contratos, porque preguei aqui - e venho pregando desde 1981 - a fiscalização prévia, por parte do Tribunal de Contas da União, dos contratos, e agora também da Comissão de Fiscalização, que nunca funcionou nesta Casa, da Comissão de Orçamento. O instrumento do contrato, saber a obra, era uma atitude transparente até para que se tivesse conhecimento de que não se estava colocando dinheiro para uma obra que, amanhã, pudesse ser acusada de subfaturamento.

São essas as explicações que eu tinha que dar a V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não. Eu só gostaria de saber - alguma coisa me chamou a atenção - se essas emendas que constavam aqui a inscrição TRATEX, Andrade - que acredito seja Andrade Gutierrez -, Queiroz Galvão seriam emendas, podem até não ter sido executadas, mas seriam emendas do interesse dessas empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Necessariamente, não, porque, como eu disse, há até algumas incorreções não em relação a esse documento. Mas, em relação à consulta para ver se a obra estava em andamento, pressupunha-se a coisa; não sei se necessariamente fosse dessas empreiteiras. V. Exª tem que consultar o autor da emenda, que foi assumida como emenda de Relator. Mas esta é uma pesquisa fácil de ser feita. Sinceramente, não posso precisar quais são as empresas correspondentes a cada um desses projetos porque não é uma área, confesso-lhe, da minha especialidade. Mas posso dizer isso porque fiz solicitação, através de telefonema, que é um sistema precário, a respeito desse fato, porque me despertou a necessidade de fazer essas coisas, de ter esse tipo de informação.

Então, veja V. Exª: a minha obrigação como Relator de todos os relatórios é inclusive a de ter todos os contratos para saber a validade dele, o que daria muito mais segurança à Comissão. A luta pela moralidade não pode impedir que o Parlamentar tenha acesso; ao contrário, deveria ter. Em que estrada vou colocar o recurso? Essa estrada tem contrato? Onde está? E se houvesse a fiscalização prévia que prego, algumas distorções não teriam acontecido e não se iria fechar a porta depois de ela arrombada.

O SR. MORONI TORGAN - Só para finalizar, Sr. Presidente.

Então, o senhor confirma que as assinaturas no documento são suas?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Confirmo... não sei, veja bem, não sei, precisava ver se o original enviei ao Deputado Ricardo Fiúza, onde não consta absolutamente nenhuma informação desse tipo. Na ocasião, o que disse a imprensa? Não quero culpá-la por isso. É que o informante teria dito que me viu assinando, na presença do Deputado Ricardo Fiúza, esse original; não o fiz.

O SR. MORONI TORGAN - Então, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª, só informando que a caneta, a grosso modo, que escreveu as anotações e a outra têm um traço parecido, bem como a própria caligrafia.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, estou convencido de que temos que fazer, creio que é tarefa da Subcomissão, da qual participo informalmente, uma investigação sobre o DNER; temos que fazer investigação sobre o DNER, estou convencido disso.

Ontem eu ouvi o depoimento do Sr. Elusiel. Existe dentro do DNER, ou por conivência, ou por falência do órgão, uma relação complicada com o Orçamento e com as empreiteiras. Entendo que a nossa subcomissão deva oferecer ao Relator uma investigação própria sobre o DNER.

E eu voltaria, nobre Deputado José Carlos Vasconcellos, à informação sobre o DNER.

Nós nos conhecemos durante todo esse período de feitura do Orçamento. Sempre circulou aqui na Casa - era conhecido isso e nunca foi contestado - que a área do DNER pertencia a um grupo político de Pernambuco. Isso sempre circulou na Casa. E V. Exª foi Relator do DNER vários anos. O acordo que possibilitou a sucessão pelo Deputado Sérgio Guerra, também de Pernambuco, manteve a sistemática do DNER na área de Pernambuco e na área de rodovias. Isso foi sempre colocado e nunca contestado por um determinado grupo de Pernambuco.

Na investigação ontem com um funcionário do DNER, verificamos que há muitas contradições em relação a preços de quilômetros, há muitas contradições em relação a empresas. E há um problema: funcionários do DNER, ora são diretores de empresas, ora são funcionários do DNER. Há uma relação no mínimo, Sr. Presidente, confusa nesse fato.

Eu perguntaria a V. Exª, que confessou manter grande aproximação com o Dr. Inaro Fontan, sobre a sua permanência no DNER. Tenho informação segura de que ele foi Diretor do DNER em 90, 91 e 92 e além do mais era funcionário do GEIPOT e hoje tem uma empresa particular.

Como V. Exª afirmou que ele tem uma relação de aproximação muito grande e que é um especialista nessa área - não estou questionando a competência do Dr. Inaro Fontan - pergunto: qual era a relação das indicações do DNER? Inclusive quando assumiu o então Ministro dos Transportes, Senador do Paraná, Affonso Camargo, qual era a influência política das nomeações no DNER e a relação com o Orçamento? Nunca mudou, Deputado José Carlos, o DNER para outra área. O DNER sempre pertenceu a um grupo de Pernambuco. Foi V. Exª e depois o Deputado Sérgio Guerra que fez essa...No mínimo politicamente V. Exª não acha que é uma coisa estranha?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Em primeiro lugar, eu não teria por que informar-lhe, repito, mas já informei tanta coisa que não tinha obrigação de fazê-lo, fiz questão de emitir opiniões que poderia ter me escusado de fazê-lo.

Quando assumiu o Presidente Collor - isso terá sido em março de 93 - o Dr. Inaro deixou o DNER. Ele retornou ao DNER na gestão do Ministro Affonso Camargo.

Para clarificar essa coisa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então ele foi Diretor do DNER em 92?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não. Em 92? Terá sido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quando foi Affonso camargo, ele voltou e foi Diretor?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Terá sido. Quando entrou o Ministro Affonso Camargo, ele definiu isso. Quero dizer mais ainda: a minha ida para a Relatoria do DNER se deu - fui Relator, auxiliando o Relator Geral o hoje Senador Almir Gabriel - em decorrência, não digo de uma especialização pois que não sou engenheiro, de participação em seminários, enfim, daquilo que eu fiz, e que tinha na minha cabeça, como reuniões - reuniões oficiais - com o DNER, com o DER estadual, com Secretários de Transportes de diversos Estados brasileiros.

Então, terminei Relator do DNER. Antes não tivesse feito, tivesse seguido a posição futura do Deputado Aloizio Mercadante e ter me afastado disso, mas fui.

Em relação à sucessão minha no DNER, quero dizer que naquela época eu pertencia ao Bloco. Eu não era mais PMDB quando se deu essa substituição. E o Deputado Sérgio Guerra de forma exaustiva referiu-se a todas as negociações que foram feitas para que ele entrasse no DNER não como um sucessor meu, mas pela vocação sua em decorrência de ter sido presidente do Porto de Suape, Secretário de Indústria e Comércio do Governador Miguel Arraes e da necessidade que Pernambuco tinha de fazer - e ele tem toda razão - aportes para projetos estruturantes e necessários ao seu desenvolvimento.

Posteriormente, houve uma subdivisão enorme, e ele terminou no DNER, porque não ficou caracterizado mais aquela relatoria pela qual Pernambuco estava lutando, a relatoria de transporte, o que ocorreu, por exemplo, no ano de 89/90. Então, não vejo ligação entre ele ter me sucedido....Ele teve o apoio de diversos partidos, do partido dele. Não sei se

do partido de V. Exª; mas, enfim, ele fluiu de um apoio de diversos setores do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado José Carlos Vasconcellos, como era comum entre as pessoas que dominavam politicamente a Comissão de Orçamento - e eu afirmo que V. Exª se incorporava entre as pessoas que tinham hegemonia na Comissão....

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não diria hegemonia. Sabe V. Exª...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou fazer a pergunta, nobre Deputado. É um conceito político, não estou fazendo nenhuma...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pessoal.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O conceito político de que... sobre a influência política que tinha na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por oportuno, é interessante que ele diga que não tinha hegemonia.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está Certo. Havia um grupo - V. Exª integrava - que tinha influência muito grande na Comissão de Orçamento. E a já vimos que, entre esse grupo, havia intimidade em negócios, cheques. V. Exª também tinha essa relação de cheques com João Alves, Genebaldo?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nunca tive. Nunca tive.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca teve?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso ter tido de pequenas despesas de almoço, sei lá de quê, mas nada que caracterize negócio. Com João Alves absolutamente nada, porque não tinha intimidade com ele. Nunca tive esse tipo. Pode ficar V. Exª tranqüilo a respeito disso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E com o assessor principal da Comissão de Orçamento, José Carlos dos Santos? A relação de V. Exª com ele sobre descontingenciamento era uma relação formal ou uma relação que tinha uma certa intimidade?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nenhuma intimidade. A respeito de descontingenciamento, posso ter dirigido a ele, enquanto ele estava no DOU, pleitos de prefeituras onde tenho uma atuação política. Em relação a isso, se V. Exª quiser, posso fazer uma busca no meu arquivo, mas se trata de coisa totalmente transparente, sem problema de espécie alguma, até por que tudo o que faço, faço nesse sentido, de forma transparente. Faço questão de fazer através de expediente do meu gabinete.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou, até para adiantar essa boa vontade de V. Exª... Tenho aqui um ofício de V. Exª ao Diretor de Orçamento - DOU - José Carlos dos Santos, assinado por V. Exª. Existe uma sistemática que também encontramos nos ofícios do Deputado Cid Carvalho, que é o seguinte: havia um acordo anterior...olha o que diz o ofício: "Conforme combinamos..." Então, havia uma combinação antes de mandar o ofício.

> "Conforme combinamos, anexo listagem com nome de município de Pernambuco, que represento, em dotações, pendente de descontingenciamento".

Aí vem a solicitação. E é interessante, nobre Deputado, que todos os municípios para os quais V. Exª solicitou estão na lista e - V. Exª admite - a maioria deles, a maioria dos municípios, teve o descontingenciamento plenamente atingido.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Exª podia me passar para..

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Posso. Vou passar para V. Exª. O que me chama a atenção é que os membros da Comissão de Orçamento, ao se dirigiam ao José Carlos, faziam sempre assim: "Conforme combinamos..." Porque, quando eu dirijo um ofício... Eu acho que é normal, por exemplo, eu fazer um ofício ao Ministro da Economia: "solicito nos termos da Constituição, tal solicitação." Isso é normal, e é um direito. Agora, como sempre tem uma prévia: "Conforme combinamos... Conforme o acertado..." é que justifica a minha pergunta. O que era esse acerto, o que era essa combinação?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Posso, antes de ver o ofício, dizer que nunca tive combinação dessa espécie. Em relação ao termo "conforme combinamos" - se V. Exª subir agora ao meu gabinete, se tivermos ainda disposição para hoje - , posso mostrar dezenas de ofícios a diversos ministros. Ao próprio Ministro Jarbas Passarinho fiz ofício, mas, ao que me lembro, não usei "conforme combinamos", porque, pela admiração que tenho a ele, usei "meu ministro".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu posso interromper por um momento?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fui coordenador político do Governo, aquele que era Líder o Deputado...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Exatamente por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo dizer que a homenagem que me fez ainda há pouco,.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E aí terei tratado, pela afeição, sem nenhuma falta de respeito, em outros termos; não "conforme combinamos". "Conforme combinamos" pode ter sido um negócio anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero dizer ao nobre Deputado José Carlos que - ele disse ainda há pouco, fiquei atento - creio que seja um dever meu essa confirmação. Iam muito ao meu gabinete, evidentemente em termos de correlação de força,

para fazer indicações. Era aquela história, que não era exatamente o "dando que se recebe", mas era, às vezes, até dando e não se recebendo... (Risos) Mas em que se fazia questão de pelo menos haver um crivo em relação à qualidade das pessoas. Eu não me lembro de o Deputado José Carlos, Líder do PRN, fazer uma indicação para mim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo. Deputado José Carlos, eu...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu quero esclarecer. Não vamos fazer nexo. Essa solicitação de descontingenciamento era da minha obrigação fazer. Todas elas - não quero apressar, mas vou estudar, se V. Exª me der cópia desse ofício - referem-se - todas elas - a emendas aprovadas no Congresso Nacional. Quero ir mais adiante: nenhuma delas se refere a acordo que tenha permitido a inclusão no Executivo do Orçamento-Geral da União.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo. A minha pergunta, nobre Deputado Deputado José Carlos - e aí eu encerro... Que haja uma relação de uma certa... uma relação horizontal, quando é um Ministro que é ex-Senador ou Parlamentar, conhecido, que haja essa relação de proximidade. Eu estou convencido de que havia uma relação horizontal entre alguns membros da Comissão de Orçamento e o José Carlos, devido à maneira como se dirigiam ao José Carlos. São os vários ofícios. Quer dizer que havia uma relação entre os membros da Comissão de Orçamento e o Chefe do DOU; porque ele está abaixo do Ministro. Um ofício desse, por exemplo, ao Ministro da Fazenda, na época, ele seria uma formalidade rompida com esta relação. Quando é um chefe de um departamento é que estranho; por isso é que fiz a pergunta a V. Exª. Estou convencido de que essa relação do José Carlos com os Deputados que tinham influência na Comissão de Orçamento era uma relação horizontal, inclusive porque quem andava pela Comissão de Orçamento via, naquela época, que o José Carlos era profundamente fechado com qualquer parlamentar; ele não gostava de ser muito procurado por parlamentar. O problema dele era o núcleo. E é por isso que quando V. Exª faz um ofício e diz no mesmo "conforme combinamos", isso significa que há uma conversa antes, por telefone, para que haja essas combinações.

Como estamos investigando essas denúncias e não fazendo um seminário sobre o Orçamento é que faço essa pergunta, qual era a natureza da relação de V. Exª. Esse é o sentido da pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu já expliquei isso exaustivamente. Permita-me, não digo a intimidade, mas a franqueza. Pode V. Exª ficar absolutamente tranqüilo, pode a Comissão ficar absolutamente tranqüila: em relação á interpretação que V. Exª dá a essa amizade horizontal eu nunca tive nenhuma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não sei se quando o Deputado diz "pode V. Exª ficar tranqüilo", V. Exª fica tranqüilo, mesmo, quando as respostas são boas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu fico tranqüilo com as minhas perguntas, Sr. Presidente. (Risos)

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Eu diria que o Deputado sabe dos meus defeitos, sabe das minhas virtudes e sabe que quando estou falando isso estou falando com profunda sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como último interpelante temos agora o nobre Senador pelo Maranhão, Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente; Sr. Deputado José Carlos Vasconcellos, V. Exª se encontra aqui em virtude de declarações formuladas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos à revista **Veja**. Examinando o exemplar da revista em que constam essas declarações, identifico a citação do nome de V. Exª na seguinte parte - a revista **Veja** perguntou quem eram as pessoas a que ele se referia -, que vou passar a ler:

> "Eu vou falar os nomes todinhos. Isso me assusta muito, mas mostra claramente como as coisas são. Nunca vi o João Alves dando dinheiro para alguém. Ele é que dizia que dava dinheiro, tinha de destinar uma quota para parlamentares. Às vezes dizia: fulano me levou um dinheirão."

A revista indaga:

> "Quais parlamentares ele mencionava?"

Responde o detido:

> "Nos Líderes do Congresso, a turma dos sete anões que controlava a Comissão de Orçamento."

Diz a revista:

> "Os nomes?"

Diz ele:

> "Cid Carvalho, que acertava os percentuais com Alves; Genebaldo Correia, que era o Líder do PMDB, representante do Ibsen. Nunca vi eles acertando isso." **(Sic)**

Quer dizer, ele está dizendo que ouviu isso do Deputado João Alves. Agora, a matéria entra por um rumo diferente, no mesmo texto:

> "Era muito comum ter reunião para tratar dessas coisas. Eles me mandavam sair e depois me chamavam para falar que eu precisava fazer isso ou aquilo."

Quer dizer, deixou no ar que seriam esses aí.

Aí continua:

> "Havia mais o José Luiz Maia, os Deputados José Carlos Vasconcellos"; e, aqui, eu paro, porque chegou no senhor.

Então a própria matéria para mim é imprecisa. Ele não disse se o V. Exª estava nessa comissão, nessa reunião, que mandava ele sair, ou só naquela primeira que disse que ouviu o João Alves dizer para ele.

Não obstante a essa imprecisão, V. Exª está aqui, e eu pergunto: a que V. Exª atribui a citação que o ex-assessor do Deputado João Alves faz a V. Exª?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Nobre Senador Bello Parga, eu não sei explicar.

O SR. BELLO PARGA - Não sabe precisar?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Dá muito mais trabalho ser Senador do que Deputado. A disputa é direta.

Mas Senador Bello Parga, eu não sei - com toda honestidade - precisar por que ele citou. Talvez, V. Exª ouviu o depoimento do Deputado José Genoíno, anterior ao nosso, onde ele me atribui prestígio dentro da Comissão. Eu cumpri o meu dever na Comissão.

Agora, digo a V. Exª que nunca mandei João Alves, perdão, o Sr. José Carlos dos Santos se afastar de reunião. Ele não terá dito e não disse isso ao meu respeito, nem poderá dizer, porque, realmente, isso nunca existiu.

O SR. BELLO PARGA - A própria matéria que li é imprecisa.

Faço outras perguntas, que serão breves.

De um modo geral, a quem beneficiava as emendas orçamentárias subscritas por V. Exª? Quando digo a quem, refiro-me à União, a órgão da União, Estados e Municípios.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Olhe, geralmente posso dizer, e V. Exª se quiser remeto para V. Ex,ª a quase totalidade, a maioria, 98% das minhas emendas se referem às obras no Estado de Pernambuco. Aliás, a totalidade, a totalidade. Há obras importantes, no Estado de Pernambuco, e posso defender uma a uma...

O SR. BELLO PARGA - Executadas por quem ?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pelo Governo do Estado, e obras para os municípios que represento nesta Casa. E acho que é minha obrigação. Venho para a Câmara dos Deputados, com uma eleição expressiva em alguns municípios, e não me refiro aqui a Olinda, pela primeira vez fui votado em Olinda nesta legislatura.

Na minha primeira legislatura, apoiamos, em Olinda, o Sr. Fernando Coelho, um brilhante ex-Deputado, irmão do Sr. Germano Coelho, atual Prefeito. Na segunda legislatura minha, de 1982, apoiamos, em Olinda, o Deputado Egydio Ferreira Lima, por conta de um acordo com o PDT. Na terceira legislatura, o candidato de Olinda foi meu sobrinho. Mas nos diversos municípios, V. Exª irá encontrar emendas minhas para os municípios em que fui votado; e todas elas voltadas para o atendimento de necessidade básicas da população.

O SR. BELLO PARGA - Tem certeza disto, Sr. Deputado.

Prossigo: V. Exª alguma vez se valeu de colegas Parlamentares para apresentação de emendas de seu interesse? Ou seja, pediu que eles subscrevessem emendas que seriam de interesse de V. Exª, como Deputado representante da região?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não, pelo seguinte: em diversas ocasiões, ilustre Senador, nos anos anteriores, não tinha nem limitação de emenda, então, eu podia fazer todas elas.

Mesmo com a limitação atual - pode me dar uma ajuda, porque estou evidentemente cansado agora.

O SR. BELLO PARGA - Cinqüenta emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Cinqüenta, não é? Em torno de 50 emendas, deu perfeitamente para eu entender a minha demanda, que não é muito grande, não sou campeão de votos. Maior trabalho deve ter tido o Relator, que foi majoritário, na nossa coligação no Estado de Pernambuco; e outro, o Senador Ney Maranhão, imagino o sacrifício que ele tem para atender à demanda de todo o Estado de Pernambuco.

Isso é uma atividade minha altamente legítima. Ontem, ouvi, aqui, o Senador Mário Covas dizer que nunca teve esse tipo de demanda em São Paulo. É a característica do movimento de São Paulo, mas vivemos numa região profundamente carente, atualmente abatida por uma seca, que está dizimando toda a estrutura econômica, a infra-estrutura até da região, o que leva ao desespero.

.amento, é de não estar em condições de levar mais recursos para os municípios, mais do que levei, que represento.

Posso dizer que sou inteiramente transparente.

O SR. BELLO PARGA - Compreendo isso muito bem, Sr. Deputado, sou da mesma região.

E finalizo, já que V. Exª falou que seria insuficiente, perguntando: V. Exª atendia a solicitações de colegas parlamentares para apresentação de emendas também de interesse deles?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Não me recordo.

O SR. BELLO PARGA - Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator deseja reinquirir?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, não quero reinquirir o Deputado José Carlos Vasconcellos, porque me parece que o que ele podia esclarecer já esclareceu.

Tenho muitas perguntas a fazer, Sr. Presidente, ao DNER. Por isso, requeiro a V. Exª que o DNER seja notificado pela Autarquia Federal para que venha aqui, ou a uma

subcomissão, a critério de V. Exª, para responder a muitas preguntas sobre algumas questões que não estão ainda equacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com relação a esse ponto específico, posso informar a V. Exª que, agora à tarde, o ilustre Senador José Paulo Bisol, com o Deputado Zaire Rezende, e quer me parecer também com o Deputado Luiz Salomão, mantiveram contato com a Direção-Geral do DNER e julgaram muito proveitoso esse contato, com informações que devem estar recebendo precisamente agora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Sr. Vice-Presidente se deseja inquirir o depoente.

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço ao nobre Deputado José Carlos Vasconcellos pela sua resistência física.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quero agradecer ao Sr. Presidente; ao Deputado Odacir Klein, Vice-Presidente; ao Relator e a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 30 minutos.)

Depoimento do Sr. Antônio José Santos Servaz

O SR. ENTREVISTADOR - Você está diante de uma subcomissão da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito a respeito do Orçamento. Queira se identificar.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Meu nome é Antônio José dos Santos, casado, brasileiro, escriturário, residente e domiciliado à Avenida Cândido Coelho, nº 744..., Piauí.

O SR. ENTREVISTADOR - Você vai dizer a verdade e somente a verdade sobre o que sabe e o que lhe for perguntado.

Você pode fazer-nos um relato da sua experiência de trabalho junto à SERVAZ na obra da construção da barragem do Genipapo?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, senhor. Eu praticamente ajudei a implantar o escritório administrativo da empresa na cidade e o primeiro funcionário a ser contratado no município para prestar serviços administrativos. Passei fazendo o serviço de contabilidade e, posteriormente, também assumi, em caráter temporário, o Departamento de Pessoal da empresa.

O SR. ENTREVISTADOR - Isso em que período?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu comecei a trabalhar no dia 3 de dezembro de 1990.

O SR. ENTREVISTADOR - Já existia algum movimento de obra nesse tempo?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, já existia um funcionário que chegou aqui em torno de novembro de 1990, era o chefe administrativo, para implantar...

O SR. ENTREVISTADOR - Ele veio de São Paulo?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ele veio de Teresina, transferido para...

O SR. ENTREVISTADOR - Muito bem. Mas a obra efetivamente começou quando?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ela começou aproximadamente no dia 10 a 15 de dezembro de 1990.

O SR. ENTREVISTADOR - Com movimento de caminhões, de tratores...?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, caminhões e já tinha um trator, alugado da Guarujá Transportes, de Teresina.

O SR. ENTREVISTADOR - Você tem notícias de que antes disso já houvesse alguma presença da SERVAZ aqui no município?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu tenho conhecimento de que há alguns meses alguns funcionários já caminhavam por aqui olhando a localidade.

O SR. ENTREVISTADOR - Você não assistiu o processo de licitação que entregou à SERVAZ a execução dessa obra!?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu não tenho conhecimento desses fatos.

O SR. ENTREVISTADOR - Fale um pouco sobre o período em que você trabalhou efetivamente, a partir de janeiro de 1991, quando a obra começou. Quando é que

esses serviços da SERVAZ eram prestados, se ela tinha equipamento...? Como era o trabalho da SERVAZ?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Foi iniciado o primeiro trabalho as contratações de pessoal, de número reduzido, posteriormente foi se ampliando...

O SR. ENTREVISTADOR - Chegou a ter quantos funcionários?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Nós chegamos ao limite de duzentos funcionários. É claro que houve uma oscilação - diminuía, aumentava.

O SR. ENTREVISTADOR - Prossiga. O movimento mesmo, de terra, começou em 1991?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É, em 1991. Em dezembro a gente começou a conclusão da estrada de acesso, essa estrada por que vocês passaram. Então, ela deve ter terminado no começo de janeiro de 1991.

O SR. ENTREVISTADOR - Instalaram o canteiro?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - O canteiro estava sendo instalado juntamente com a estrada. Ele foi instalado, o canteiro, o primeiro prédio, que é aquele..., foi implantado pela SIPREMI nesse mês de dezembro, no final, já para janeiro.

O SR. ENTREVISTADOR - SIPREMI?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - SIPREMI, uma construtora de pré-moldados lá de Teresina.

O SR. ENTREVISTADOR - Até quando você ficou na empresa?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Fiquei até o dia 28 de agosto de 1992.

O SR. ENTREVISTADOR - Portanto, você trabalhou lá um ano e oito meses...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Um ano e oito meses, aproximadamente.

O SR. ENTREVISTADOR - Por que você saiu?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Porque eu fui demitido por divergência com o chefe administrativo. O problema com o chefe, na época, o Sr. Rubens da Costa, hoje demitido, também.

O SR. ENTREVISTADOR - E daí você foi exonerado?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu fui exonerado.

O SR. ENTREVISTADOR - Recebeu seus direitos?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Recebi uma parte. Foi feita uma rescisão de contrato muito mal feita, faltando muitas coisas. Eu tive que recorrer à Justiça para tentar receber o restante. Até agora...

O SR. ENTREVISTADOR - Tinha dado um dissídio com a...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Estou em litígio com eles lá no Tribunal do Trabalho de Teresina.

O SR. ENTREVISTADOR - Você conhece o contrato celebrado entre a Prefeitura e a SERVAZ?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu conheço de vista. Eu vi o contrato.

O SR. ENTREVISTADOR - De que outros documentos você dispõe ou tem cópias, enfim, tem conhecimento?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu tenho conhecimento de alguns documentos, inclusive tenho alguns. Posso remeter.

O SR. ENTREVISTADOR - Do que eles tratam?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - São cópias de faturas recebidas da obra, não todas. Deve ser um grande número, mas não todas. Cópias de cheques, pessoas que pagaram...

O SR. ENTREVISTADOR - Como você conseguiu as cópias desses cheques? Você premeditou? Você xerocou ele, ou você...?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - ...a cópia.

O SR. ENTREVISTADOR - Você guardou as cópias na...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Esses cheques foram pagos em Teresina e depositados em uma conta da SERVAZ em Teresina, num tempo em que ela não tinha obra aqui, ainda.

O SR. ENTREVISTADOR - Mas foram pagos antes da obra começar?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, um ano antes.

O SR. ENTREVISTADOR - No ano de 1990?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Foram pagos em março de 1990.

O SR. ENTREVISTADOR - Só o movimento da estrada?!

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não tinha nada. Foi começado em dezembro.

O SR. ENTREVISTADOR - Quer dizer que havia pagamentos antes de qualquer movimento de obra?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Cheques nominais à SERVAZ.

O SR. ENTREVISTADOR - Pagos por quem?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Pagos pela Prefeitura, que era quem tinha contrato com a SERVAZ.

O SR. ENTREVISTADOR - Você viu os cheques? Você tem... com os cheques? São assinados por quem?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Pelo Prefeito e uma secretária.
O SR. ENTREVISTADOR - Qual Prefeito?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - José Paulo de Souza.
O SR. ENTREVISTADOR - A que título eram feitos esses pagamentos?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - A que título eu não sei. Eu sei que tinha as faturas. Acredito que referentes às faturas.
O SR. ENTREVISTADOR - Mas se não havia obra, a fatura representava o quê?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não sei. Havia um compromisso entre eles lá.
O SR. ENTREVISTADOR - Mas nunca te explicaram isso?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, nunca me explicaram.
O SR. ENTREVISTADOR - Você não teve um diálogo com o Sr. Onofre?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu tive um diálogo com o Sr. Onofre.
O SR. ENTREVISTADOR - Antes do seu litígio com ele?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu já estava demitido.
O SR. ENTREVISTADOR - Antes não?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não.
O SR. ENTREVISTADOR - Nunca viu ele, nem na obra, nada?
O SR. ENTREVISTADOR - Ele nunca veio aqui?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele nunca veio aqui.
O SR. ENTREVISTADOR - E como é que você tem informação que foi comentada de que ele recebeu recursos antes da execução da obra como um ressarcimento?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso são coisas verbais, eu não posso provar.
O SR. ENTREVISTADOR - Mas ditas por quem?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Muitas pessoas. Era um comentário generalizado.
O SR. ENTREVISTADOR - Mas ele próprio disse isso?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ele não disse.
O SR. ENTREVISTADOR - Você não disse a nós que o Sr. Onofre Vaz declarou...
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Comentou que ajudou...
O SR. ENTREVISTADOR - Ele comentou?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, o Sr. Onofre.
O SR. ENTREVISTADOR - Comentou com você?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.
O SR. ENTREVISTADOR - Quando?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Na época em que eu estive lá com ele.
O SR. ENTREVISTADOR - Lá onde?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Em São Paulo.
O SR. ENTREVISTADOR - Mas você ainda estava em litígio com ele?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu já estava desligado. Ocorre o seguinte: eu mandei uma carta para ele explicando algumas irregularidades contábeis de funcionários, desses cheques... na obra. Então, ele me convidou para ir a São Paulo. Inclusive ele pagou minhas passagens de avião para São Paulo. Estão aqui as cartas que... Vaz, endereço dele. ...Vaz. Minhas passagens todas foram pagas por ele, endereçadas, inclusive, lá para...
O SR. ENTREVISTADOR - Está certo, está visto.
O SR. ENTREVISTADOR - Naturalmente, para você falar das coisas que sabia de um funcionário dele, lá.
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim, a respeito das irregularidades contábeis que havia na empresa.
O SR. ENTREVISTADOR - Do funcionário dele, lá?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Certo.
O SR. ENTREVISTADOR - Isso antes de você ser demitido!?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Já tinha sido demitido.
O SR. ENTREVISTADOR - Aí como é que foi o seu diálogo com ele?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele me atendeu muito bem, me tratou muito bem.
O SR. ENTREVISTADOR - Onde foi esse encontro?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Em São Paulo, na casa do Sr. Pitágoras Lucas Melo. Está aqui a passagem endereçada para lá, prova que eu estive lá. Não pode negar isso.
O SR. ENTREVISTADOR - Pitágoras...
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - ...Lucas Melo, uma pessoa da Polícia Federal.
O SR. ENTREVISTADOR - Da Polícia Federal?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É, segundo ele me disse. Foi a passagem em meu nome para a casa dele.
O SR. ENTREVISTADOR - Amigo do Sr. Onofre?
O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Muito amigo. Ele me disse que é muito amigo. Inclusive foi ele que ligou para a...

O SR. ENTREVISTADOR - E o que ele lhe disse nessa visita?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele queria informações sobre... Eu expliquei as coisas, os fatos. Eu levei documentos inclusive a respeito do que ele tinha mandado falar.

O SR. ENTREVISTADOR - E o que ele lhe disse a respeito desses pagamentos anteriores?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sobre esses pagamentos, isso aí não foi comentado. Ele só falou que tinha ajudado na campanha de um Deputado, só isso.

O SR. ENTREVISTADOR - Qual Deputado?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - ...

O SR. ENTREVISTADOR - E você que fez a relação de que isso fosse o pagamento da ajuda de campanha?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Eu fiz o pagamento?

O SR. ENTREVISTADOR - Não, você fez a conclusão?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso é um comentário.

O SR. ENTREVISTADOR - O que ele te afirmou?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele me disse que tinha ajudado na campanha. Só foi isso que ele falou a respeito.

O SR. ENTREVISTADOR - Ele te disse que tinha ajudado?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Sim.

O SR. ENTREVISTADOR - Mas com quanto ele não disse?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ele não disse.

O SR. ENTREVISTADOR - Muito bem. Que outros documentos você possui?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu acredito que são só esses documentos mesmo.

O SR. ENTREVISTADOR - Inclusive pagamentos efetuados antes de 1990, quando você não estava na empresa?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Justamente.

O SR. ENTREVISTADOR - Tem documentos?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Tenho.

O SR. ENTREVISTADOR - Antes de você entrar na empresa não houve nenhuma obra da empresa aqui?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não.

O SR. ENTREVISTADOR - Você não tem conhecimento de pagar as despesas de Paes Landim, do Prefeito...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não houve pagamento.

O SR. ENTREVISTADOR - Nenhum cheque que você tem há dinheiro para pessoa física, sendo efetuado para algum cidadão?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não.

O SR. ENTREVISTADOR - O senhor só recebia?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - O problema é o seguinte: aqui, na empresa, não chegava dinheiro. O dinheiro era recebido em Fortaleza. Vinha um diretor da SERVAZ lá de São Paulo, chegava em Fortaleza, recebia a verba e se mandava para lá.

O SR. ENTREVISTADOR - Do DNOCS?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Do DNOCS. E para cá, nós fazíamos uma previsão financeira dos compromissos a pagar e eles nos remetiam parceladamente. Inclusive, muito precariamente, porque ficavam muitos devendo na praça atrasados. O povo daqui ficou muito descontente com ele.

O SR. ENTREVISTADOR - E o DNOCS? Que envolvimento tinha na obra? Eles fiscalizavam a obra.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eles são fiscais da obra, os responsáveis.

O SR. ENTREVISTADOR - Eles fiscalizam bem isso aqui?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Nenhum fiscal recebia..., morava numa casa da SERVAZ.

O SR. ENTREVISTADOR - Numa casa da SERVAZ?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Alugada pela SERVAZ.

O SR. ENTREVISTADOR - O fiscal da obra morava numa casa alugada pela SERVAZ.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - E o carro também da SERVAZ, alugado na Locadora Unidas, Teresina.

O SR. ENTREVISTADOR - Alugado na Locadora Unidas, da SERVAZ, para o fiscal da obra?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Isso. E para o diretor da obra em Teresina, Francisco Ribeiro.

O SR. ENTREVISTADOR - O Presidente do DNOCS esteve aqui alguma vez?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - O Diretor-Geral, Dr. Luís Marques, esteve aqui uma vez, acompanhado de José Francisci e Paes Landim. Nesse dia foi um churrasco lá naquela casa que tem em cima do morro, lá.

O SR. ENTREVISTADOR - Você sabe precisar quando foi isso?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - O mês correto eu não sei informar. Já em 1992.

O SR. ENTREVISTADOR - Em 1992, quando a obra estava em andamento.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Estava em funcionamento.

O SR. ENTREVISTADOR - Qual era o motivo da visita, você tem idéia?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Acredito, pelos dizeres, que seria a fiscalização.

O SR. ENTREVISTADOR - E que tipo de fiscalização eles fizeram? Viram documentos? Fizeram uma edição?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Nem olhou a obra.

O SR. ENTREVISTADOR - Nem olhou a obra?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Nem olhou. Só foi o churrasco, uísque. Vieram os diretores da SERVAZ de São Paulo. Dali mesmo pegaram...

O SR. ENTREVISTADOR - José Onofre ou...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, José Onofre. Vieram o Antônio João, que era o Diretor Comercial na época...

O SR. ENTREVISTADOR - E o que o pessoal dizia? Por exemplo, tu nunca te preocupou de vir a fiscalização do DNOCS e multar ou parar a obra? O que o pessoal te falava?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu não era responsável técnico. Eu era apenas um assistente de administração. tinha o gerente de administração, que era o responsável.

O SR. ENTREVISTADOR - Esse que foi demitido?!

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Esse que foi demitido.

O SR. ENTREVISTADOR - E a relação do DNOCS com a SERVAZ e com a obra?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu sei dizer o seguinte: eu tinha muito contato com os funcionários de duas empresas que "prestavam serviços", tinham contrato com a SERVAZ aqui.

O SR. ENTREVISTADOR - Sublocadas.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É. A SIRAC - Serviços Integrados não sei o quê, e TECNODIEL ou DIOTÉCNICA.

O SR. ENTREVISTADOR - CIOTÉCNICA, do Rio de Janeiro.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, ambas de Fortaleza, lá onde fica o DNOCS.

O SR. ENTREVISTADOR - SIRAC e TECNOGEL.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - De vez em quando um funcionário me falava que eram representadas por testas-de-ferro, que seriam do Sr. Luís Marques essas empresas.

O SR. ENTREVISTADOR - Propriedade de quem?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Do Sr. Luís Marques.

O SR. ENTREVISTADOR - Luís Marques, Diretor-Geral do DNOCS?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Positivo.

O SR. ENTREVISTADOR - Que eram dele as empresas?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - As duas.

O SR. ENTREVISTADOR -Tu tens alguma nota que comprove essa...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Que é dele?

O SR. ENTREVISTADOR - Não, nota que houve negócio entre a SERVAZ e essas empresas?

O SR. ENTREVISTADOR - Tem cópia dessas notas?

O SR. ENTREVISTADOR - Tu tens as faturas?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Todas.

O SR. ENTREVISTADOR - Você controlava isso?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, mas eu pedi que fosse tirado cópia desse...

O SR. ENTREVISTADOR -Tu te lembras bem o nome? Soletra, por favor, cada um dos nomes.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu posso escrever.

O SR. ENTREVISTADOR - Pode escrever?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Posso.

O SR. ENTREVISTADOR - Então escreva.

O SR. ENTREVISTADOR - Essas empresas aparecem nas emendas como beneficiárias dos pagamentos?

Mais alguma coisa que você queira acrescentar? Sua preocupação...

O SR. ENTREVISTADOR - Mas tem um detalhe: essas empresas fizeram alguma coisa para ganhar esse dinheiro?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não fizeram quase nada, não fizeram nada. Umas duas vezes a TECNOGEL já veio aqui,...final de semana. E essa SIRAC tinha uma geóloga e somente um funcionário no serviço.

O SR. ENTREVISTADOR - Permanentes?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ela estava sempre em Fortaleza. Ela ficava sempre aqui, tinha residência fixa aqui.

O SR. ENTREVISTADOR - Aqui?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É.

O SR. ENTREVISTADOR - Mais alguma coisa que você queira acrescentar?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu gostaria de pedir aos senhores e deixar claro que eu não tenho nenhum interesse em prejudicar ninguém, seja quem for, mas o anseio de nossos conterrâneos, de todos os..., a conclusão desse projeto, dessa obra, e que os senhores parlamentares tivessem complacência, tivessem pena da gente, uma população miserável, eu inclusive, que dessem andamento a esse projeto, se possível, abrisse uma nova concorrência, colocasse uma empresa digna, capaz de executar.

O SR. ENTREVISTADOR - Você está afirmando com isso que a SERVAZ não é digna nem é capaz?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não. Por exemplo, ela deve vinte e tantos milhões num posto de gasolina... e nunca pagou.

O SR. ENTREVISTADOR - Ela não pagava os credores?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Muito atrasado. Alguns receberam agora, depois de um ano, outros não receberam.

O SR. ENTREVISTADOR - Isso é grave.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - No caso desse posto era mais de vinte milhões, quase quebrou.

O SR. ENTREVISTADOR - O equipamento que está aqui no canteiro está empenhado?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, tem uma parte penhorada, inclusive por esse posto, que é mais de vinte milhões de cruzeiros reais.

O SR. ENTREVISTADOR - Ele entrou na Justiça?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Entrou na Justiça, há mais de um ano.

O SR. ENTREVISTADOR - Na tua opinião, quantos por cento da obra foram realizados?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Quinze por cento.

O SR. ENTREVISTADOR - No máximo quinze por cento.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É claro que eu não tenho um parecer técnico, mas minha conclusão, que eu acho que deve ser o tamanho da obra, eu acho que 15%, no máximo.

O SR. ENTREVISTADOR - Eu estou incluindo mais nesse percentual justamente..., linha elétrica.

O SR. ENTREVISTADOR - Só para encerrar. Você tem algum vínculo político?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Nenhum. Eu, inclusive, nem voto aqui, voto em São Paulo.

O SR. ENTREVISTADOR - (Ininteligível)

O SR. ENTREVISTADOR - Deputado Pedro Pavão deseja fazer alguma pergunta?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, eu estou contente.

O SR. ENTREVISTADOR - Deputado Moroni Torgan?

O SR. MORONI TORGAN - Nos cheques tu não encontraste, tu não tinhas cheques de pagamentos feitos, só recebidos?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Só dos recebimentos. Quer dizer, os cheques eram uma coisa burocrática daqui da região, da conta aqui. Nunca veio verba para cá.

O SR. MORONI TORGAN - O fiscal do DNOCS fazia algum tipo de fiscalização?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ele estava na obra, sempre na obra, todo dia.

O SR. MORONI TORGAN - Ele ia todo dia na obra?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Ia, ficava lá sentado, o dia inteiro. Sr. José Pereira.

O SR. ENTREVISTADOR - ...ficou trabalhando efetivamente na obra lá quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Quem, eu?

O SR. ENTREVISTADOR - Não, a SERVAZ, pelo que você possa imaginar.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Não, eu tenho certeza. Foi trabalhado no período de janeiro lá na obra...

O SR. ENTREVISTADOR - Janeiro de 1991?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - É, janeiro de 1991 a setembro de 1992.

O SR. ENTREVISTADOR - Então, são 21 meses.

O SR. MORONI TORGAN - De janeiro a setembro. Em setembro ela encerrou.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS - Aí ela já mandou quase tudo...

O SR. MORONI TORGAN - Já mandou em branco?

O SR. ENTREVISTADOR - Muito obrigado.

Depoimento do Sr. Gediel Sepúlveda Pereira

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Meu nome é Pedro Teixeira, Senador. Por favor, qual é o seu nome?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Meu nome é Gediel Sepúlveda Pereira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - E o seu endereço? Qualifique-se, por favor.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Médico, residente na Avenida Duque de Caxias, nº 457, Eunápolis, Bahia, CPF nº 305.154.757/94, identidade nº 1.058.521.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor é filiado a qual partido político?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - No momento, a nenhum partido.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Quando o senhor era prefeito, o senhor era de que partido?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu fui eleito pelo PMDB e depois saí do PMDB.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - E agora está sem partido. O senhor sabe as razões de sua convocação, para vir aqui?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não sabe.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu sabia alguma coisa, por alto, com a secretária Miriam, a respeito da fazenda Ipiranga I e II, e assuntos gerais. Foi isso que ela me disse.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Muito bem, então passo a palavra aqui para o Deputado. Então, a primeira pergunta, mas antes de chegar o seguinte: o senhor sempre teve e tem um bom relacionamento com o Deputado João Alves? É pessoa de seu relacionamento político, social ou ele fazia política na sua área? Era seu amigo, era seu conhecido? Qual era o seu relacionamento com o Deputado João Alves?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - O Deputado João Alves, eu o conheci ocasionalmente em Salvador. Eu estava com alguns problemas no Ministério, com alguns projetos inclusive incluídos no orçamento e tudo...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Dotação do seu município, não é?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Dotação do meu município. E não conseguia retirar. Aquele contingenciamento, aquelas...Então, eu o conheci - ele tem alguns parentes lá, na região - e me disse que teria condições de ajudar. Então, eu o conheci... o assunto e ele disse que ajudaria, mas também não conseguiu retirar nenhum desses projetos que estavam em andamento.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Quais foram os Deputados que no orçamento fizeram emendas para o seu município? O senhor lembra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Olhe, após eu conhecê-lo, ele fez. Quando eu estava no PMDB, o Deputado Odorico Pinto fez algumas emendas, poucas emendas - algumas coisinhas de escola e saúde - e praticamente foi onde tivemo dificuldades em retirar esses recursos. Foi quando eu procurei o Deputado - eu já estava at sem partido, eu havia saído do PMDB -, na saída dele em Salvador. Eu também estava por lá, encontramos, eu toquei e ele me disse que poderia verificar a possibilidade de ajudar-me a retirar esses recursos para construção de escolas, saneamento, coisa assim.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Vou fazer a minha primeira pergunta, então, antes de passar para os meus companheiros.

Dr. Gediel, o senhor é médico, não é?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Sim senhor.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Foram encontrados documentos em branco, assinados pelo senhor, no escritório do João Alves. Veja bem: documentos em branco. Não tenho aqui que tipo de documentos, não estão especificados aqui, a assessoria...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, foi uma folha de papel timbrada e com a minha assinatura que deixei, nessas indas e vindas rápidas, no escritório da SEVAL, para dar entrada nessa solicitação que eu citei anteriormente, para ver se retirava recursos que estavam no orçamento e que estavam contingenciados. Então, deixei essa folha porque não tive tempo para preparar o documento na hora - eu estava até com outros amigos e tinha que viajar e deixei. Depois retornei a esse escritório, para verificar a coisa e ele me disse que já havia dado entrada. Só tive conhecimento depois, quando apareceu na televisão a minha folha em branco, sem utilização.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Pedro Pavão inquirindo o Depoente, Dr. Gediel Sepúlveda Pereira, ex-Prefeito de Eunápolis, Bahia.

Aqui consta que foram liberados recursos orçamentários na ordem de 14 milhões de dólares ou 14 mil dólares, para a concessão de uma Escola Técnica Federal em Eunápolis. O senhor confirma?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Mas isso não foi ação nossa diretamente; isso já estava em andamento. Foi no ano de 89, logo que assumimos. Foi assinado até um convênio, em Salvador, nessa Escola Técnica junto com quatro outras escolas, para a Bahia; e uma foi para Eunápolis. Essa escola já estava em andamento, já esse projeto, e, logo que assumimos, fomos convidados para assinar esse convênio.

A quantia que está citada aí, não tenho conhecimento. Tenho os documentos todos na Prefeitura, mas isso foi feito, a licitação e tudo. A Prefeitura era apenas um órgão repassador, que fiscalizava a obra. Mas, inclusive, não tínhamos conhecimento do quanto o Ministério - foi até uma interrogação minha, durante vários anos, nos meus quatro anos de mandato; que critérios tinha o Ministério de medição de obras. Vamos dizer, você media a obra lá, eu conferia a medição através de um engenheiro da Secretaria nossa de obras, o Secretário assinava, mas não sabia o quanto correspondia a cada metro quadrado de construção; só recebíamos o recurso e repassávamos.

O SR. PEDRO PAVÃO - E esse recurso somou que valor nesses quatro anos?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Só se eu fizer o levantamento na Prefeitura. É claro que tem...

O SR. PEDRO PAVÃO - Porque aqui consta 14 milhões de dólares. Muito dinheiro!

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Os 14 milhões de dólares teriam hoje...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não seria apenas do seu mandato; acredito até que esses 14 milhões de dólares antecederam 89, quando o senhor não era prefeito.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, fui eu quem assinou o convênio.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ah, o senhor que assinou?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Fui eu quem assinou.

O SR. PEDRO PAVÃO - Então, o recurso que foi liberado nesse período passou pelas suas mãos?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Passou pelas minhas mãos. Acredito, porque fui creditado.

O SR. PEDRO PAVÃO - É a empresa construtora da obra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - A empresa que venceu a licitação foi a Suarez, mas repassou à Aquil, que está construindo a obra, inclusive está "Aquil". Agora, não sei esse montante, só se eu fizer um levantamento, porque...

O SR. PEDRO PAVÃO - Acho que esse levantamento nós teríamos até condições de fazer.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - ... recebi em cruzeiros e não sei o correspondente em dólares.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em dólar, o senhor também não tem noção?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não tenho, mas é fácil levantar isso. Posso pedir lá e passar um fax para cá.

O SR. PEDRO PAVÃO - Precisamos disso com urgência. Essa concorrência também foi feita no seu mandato?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi feita no meu mandato.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi feita uma concorrência lícita, normal? Quantas empresas participaram?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Lícita, livre, inúmeras... Parece que foram cinco empresas.

O SR. PEDRO PAVÃO - E a Suarez foi quem ganhou?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Vou anotando o que for necessário. Eu poderia passar por fax esses documentos, ou por SEDEX. Porque eu teria que pegar na Prefeitura.

O SR. PEDRO PAVÃO - Seria interessante por SEDEX, ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Como foi contabilizado isso, essas saídas?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Entra diretamente na conta específica.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Perguntei como é feito esse controle da contabilidade. O crédito é feito na conta específica da municipalidade?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Do município. Eles apresentam a fatura, a nota fiscal, que já foi medição anterior. Apresentam a nota fiscal correspondente à medição anterior - porque sempre há uma defasagem - pagam o correspondente à obra já executada.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, o senhor tem documentos que medem a parte de controle de obras que autorizava o pagamento. Deve ter uma secretaria.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Tem a Secretaria de Obras.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Secretaria que controlava e solicitava a liberação de verbas. E aí a Secretaria de Finanças, ou coisa que valha, faz o pagamento, mediante esses informes, é isso?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Fazia o pagamento mediante a medição e a apresentação da nota fiscal.

O SR. PEDRO PAVÃO - Que Ministério te liberava os recursos a essa obra? Qual a origem?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Ministério da Educação.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ministério da Educação?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Ministério da Educação. O FNDE... Parece-me que teve, num período, num mês, um recurso que veio do FNDE. Eu não tenho bastante certeza quanto a isso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ela chegou a ser paralisada no seu mandato?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi. Por vários períodos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em que época?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu não posso precisar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas ela sofria uma descontinuidade...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Sofria.

O SR. PEDRO PAVÃO - ... e voltava, naturalmente...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Diminuíam os funcionários, paralisava tudo. Quer dizer, a empresa continuava... e tudo ali, mas com pouquíssimos funcionários: só vigilante, limpeza, essa coisa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quando o senhor deixou, agora, em 92, não é?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - 92.

O SR. PEDRO PAVÃO - Qual era o percentual da obra: 30%, 40%? Qual o número aproximado do andamento da obra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Era estimado entre 30 e 40%.

O SR. PEDRO PAVÃO - Entre 30 e 40%. 35%. seria um número mais...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Uns 35%. Eu não tenho, assim, porque eu não sou engenheiro e também não me preocupei em verificar essa quantia, esse percentual. Mas acredito nos 35%.

O SR. PEDRO PAVÃO - Até o final do seu mandato ela teve continuidade, mesmo com essas paralisações?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Sim, mesmo com essas paralisações.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse período de um ano em que o senhor está fora do mandato, como é que é a situação da obra? O senhor tem algum conhecimento da liberação de recursos?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Está tocando direto. Tenho conhecimento extra-oficial que, em dólar, dolarizando, recebeu o dobro, já, o atual prefeito, do que eu recebi em meus quatro anos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Continua a mesma Aquil como construtora e tudo o mais?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - A Aquil construindo e tal. Mas soube que já receberam o dobro do que eu recebi em quatro anos, e que é para terminar em dezembro, agora.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor está imaginando ou então já ficou sabendo. Se é o dobro, o senhor deve saber o número que esse atual Prefeito já recebeu. O senhor teria condições de dizer?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. Não tenho. Eu ouvi falar assim, por alto, extra-oficialmente: "Receberam tanto recurso que significa mais do que você recebeu. Talvez o dobro do que você tenha recebido".

O SR. PEDRO PAVÃO - O prefeito atual é do seu Partido, ou do PMDB? É seu amigo, foi o senhor quem o elegeu?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É correligionário. Fomos nós que o elegemos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele é um sucessor natural seu?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É um sucessor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quer dizer que o senhor tem facilidade de levantar esses recursos para nós, do seu mandato e do que ele recebeu?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Temos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dentro de, no máximo, três dias, cinco dias? Durante essa semana?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Temos. A gente pode até ligar para lá agora e falar com ele, se quiser. Até daqui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso é muito importante. Até para se evitar uma quebra de sigilo bancário da Prefeitura, porque nós vamos ter que ter um levantamento específico bastante objetivo, bastante transparente, para que seja feita uma análise.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Ah é. Não, isso aí está tudo contabilizado, tudo direitinho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor que assinou esse convênio, não existia um custo final dessa obra, quando o senhor assinou?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Mas isso foi irrisório na época, não é?

O SR. PEDRO PAVÃO - Se era uma obra com determinado valor de execução, ele naturalmente seria reajustado normalmente em dólar, no caso, mas ele teria que ter um valor específico da obra.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Teve um valor específico. Eu tenho cópia do convênio na Prefeitura, tudo. Posso mandar para cá.

O SR. PEDRO PAVÃO - Seria importante que o senhor anotasse, precisaríamos da cópia desse convênio...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Cópia do convênio inicial, não é?

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso. Dos recursos liberados, e, se possível...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - E cópia do...

O SR. PEDRO PAVÃO - Dos recursos liberados pelo Ministério à Prefeitura. Os valores liberados à Prefeitura. Esses valores, naturalmente, são contabilizados,

não é? Levantar a contabilidade dos valorés liberados à Prefeitura e os valores repassados à construtora.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, isso era automático. Não ficava nem um dia.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas existe documento pertinente à chegada desses recursos e, naturalmente, à liberação.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Claro. O extrato bancário, tudo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso. Nós precisamos naturalmente desses documentos pertinentes à chegada dos recursos.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - O extrato bancário... O senhor quer separado da minha gestão e da gestão dele? Com todos?

O SR. PEDRO PAVÃO - É lógico. A partir do instante em que tenhamos o documento assinado pertinente à obra - esse primeiro contrato que o senhor assinou, que iniciou no seu mandato - teremos condição de fazer uma comparação dos valores recebidos. Mesmo sendo repassado automaticamente, tem que ter um documento pertinente a esse repasse, até para não comprometer.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Claro. Então, seria a cópia do convênio inicial, cópia dos recursos liberados à prefeitura...

O SR. PEDRO PAVÃO - Do Ministério da Educação, ou seja, de outro órgão, no caso o FNDE.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Exato. E extratos bancários de todos esses períodos. Isso vai ser encaminhado ao Senador José Paulo Bisol...

O SR. PEDRO PAVÃO - À Comissão de Patrimônio Fiscal, Senador José Paulo Bisol.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, iremos passar para outro componente, o Deputado Fernando Carrion, que vai fazer o questionamento.

O SR. FERNANDO CARRION - Meu nome é Fernando Carrion. Estamos na inquirição, junto com o Senador Pedro Teixeira e o Deputado Pedro Pavão, ao Sr. Gediel Sepúlveda Pereira, ex-Prefeito de Eunápolis, Estado da Bahia.

Dr. Gediel, nós recebemos uma carta com data de 5 de novembro de 1993, em que dá alguns elementos para a inquirição que nós, Senadores e Deputados já nominados, fazemos a V. Sª.

Iniciaria por perguntar a V. Sª, dentro da carta - mas poderei, oportunamente, me informar sobre a sua dúvida -, Dr. Gediel Sepúlveda Pereira, ex-Prefeito do Município de Eunápolis, na Bahia, se V. Sª conhece o Sr. Ernest Karl Munheinm.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Conheço. Foi de quem comprei uma propriedade rural.

O SR. FERNANDO CARRION - Este senhor tem residência ou teve propriedades no seu Município? Ou V. Sª poderia dizer de onde conhece este senhor?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Conheço de Eunápolis. Ele tem propriedades em Eunápolis e tinha propriedade em Guaratinga, que é vizinho, onde adquiri essa propriedade dele, no Município de Guaratinga.

O SR. FERNANDO CARRION - Ele é um senhor estrangeiro?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É suíço, mas tem residência em Eunápolis e também na Suíça. Ele viaja, passa períodos aqui e períodos na Suíça.

O SR. FERNANDO CARRION - Ele ainda é proprietário em Eunápolis? E no caso de ainda ser, há quanto tempo ele está radicado em Eunápolis?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Ele é proprietário de uma fazenda na margem da BR-367, Eunápolis-Porto Seguro.

Já o conheço há alguns anos e ele já possuia essas propriedades. Ouço falar que foi ele quem implantou essas propriedades, que fez a propriedade, mas não tenho conhecimento de quanto tempo ele reside, mas é há bastante tempo.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor conhece o Sr. Carlito José Soares de Oliveira?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Conheço.

O SR. FERNANDO CARRION - Qual é a profissão desse senhor?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Esse senhor vive de corretagem, de venda de carros, empresta dinheiro... faz essas coisas.

O SR. FERNANDO CARRION - Existe uma pergunta, Dr. Gediel Sepúlveda Pereira, que foi extraída desta denúncia, feita em 5 de novembro de 1993, que versarei ao senhor:

Foram adquiridas, segundo a denúncia, as Fazendas Ipiranga I e Ipiranga II.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É uma única fazenda.

O SR. FERNANDO CARRION - Por uma quantidade de cruzeiros correspondente, na data, a 600 mil dólares e foi justamente na ocasião em que estava vigente o Plano Collor.

Aqui, nesta denúncia, fomos informado de que os documentos são referentes à compra e venda das Fazendas Ipiranga I e II, que V. Sª fala que é uma única gleba ou um...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu estou com a escritura aqui.

O SR. FERNANDO CARRION - Sim, compradas pelo Sr. Gediel Sepúlveda Pereira.

O senhor confirma que adquiriu essa propriedade?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Confirmo.

O SR. FERNANDO CARRION - E aqui o denunciante pondera e alega que foi adquirida essa propriedade com o dinheiro dado, fornecido pelo Deputado João Alves, valor esse correspondente a seiscentos mil dólares. O senhor confirma esta denúncia?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, isto é uma mentira. Isso, inclusive... Eu quero me colocar, primeiro, a respeito do Sr. Carlito. Houve um problema até na Justiça, até ameaça de morte do Sr. Ernesto, de quem eu comprei a propriedade. Foi o seguinte, vou detalhar, para os senhores entenderem: Esse Sr. Carlito me levou para ver esta propriedade. Ele era, inicialmente, o corretor e colocou um preço lá que o Sr. Ernesto havia dado para ele, certo? E eu fui ver e tudo. Mas depois de eu ter visto e tudo, fiz o contato com o Sr. Ernesto, ele viajou para a Suíça e ficou lá uns quatro meses. Perdemos o contato e também esse Carlitinho - chamado Carlito é Carlitinho - perdeu também, saiu do esquema de corretagem dessa fazenda. E depois, quando o Sr. Ernesto retornou, eu entrei em negociação diretamente com o Sr. Ernesto. Então, o preço da fazenda diminuiu bastante, muito, porque estava em termo de corretagem, sendo de especulação ainda. E quando eu negociei com ele - está aqui o documento que eu negociei com ele - saiu a fazenda - eu não sei quantos dólares na época - por dezoito milhões de cruzeiros. E eu fiz...Hem!

O SR. FERNANDO CARRION - Em que época, em que data o senhor fez a compra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Dois de outubro de 90. Está aqui a escritura. Aqui a escritura aqui: dezoito milhões. Então, como o Sr. Ernesto, inclusive, alega que não havia dado para ele fazer corretagem nenhuma, que ele foi informado que essa fazenda estava à venda e que ele colocou esse preço e tal por achar alguma coisa assim, sabe, estourando o preço da fazenda. Tanto é que, na Delegacia de Eunápolis, tem um registro que, inclusive, esse Sr. Ernesto foi ameaçado de morte sem saber por quem. Foi após essa venda que o Carlito procurou para receber a corretagem, o correspondente o que ele achava que tinha direito. E o Sr. Ernesto achou que por ter passado já seis meses, não tinha mais vínculo com ninguém, já que ele até não tinha dado a ele nenhum documento, nada, para que ele vendesse a propriedade. Então, ficou aquela luta entre os dois, um, querendo receber pela corretagem daquilo que ele achava que tinha direito; o outro, não queria pagar, porque ele já tinha saído do negócio já há seis meses. E outra coisa: o valor da propriedade não tinha sido o estipulado por ele anteriormente, certo?, dos seiscentos mil dólares. Então, chegaram a um ponto desse Sr. Ernesto ser ameaçado de morte, recebeu ameaça por várias vezes. Ele procurou a delegacia, registrou queixa, e ele ficou tão apavorado com o negócio, que ele chegou a um acordo com esse corretor, na própria delegacia, sabe. Foram lá e chegaram a um acordo e tal. Ele pagou alguma coisa, que não sei quanto, para evitar maiores problemas, porque ele é um senhor de setenta e tantos anos, já tem bastante idade, não sei precisamente, mas é idoso, bastante idoso, e ficou muito receoso. Ele vive sozinho, a família está na Suíça, ele vem pra cá, fica três a quatro meses, vai pra lá. Então, isso teve uma repercussão muito grande, ele não podia mais andar, recebia telefonemas todas as horas, pessoas estranhas andando na outra fazenda dele. Ele, então, ficou amedrontado. Então, foi à Delegacia e acertou, lá, uma corretagem - eu não sei quanto foi. Parece-me, até, que, na época, foi 1 milhão de cruzeiros que ele deu para esse senhor - 1 milhão de cruzeiros - e eu não sei até a conta: 18 milhões a 5% porque ele queria receber 5% do valor que ele havia estipulado na fazenda e que ele vendeu por muito menos por questões até de saúde: a esposa estava passando mal e tudo, na Suíça, e ele vendeu por necessidade, após a vinda dele da Suíça. Então, essa é a história dessa propriedade. Então, na realidade, eu comprei a propriedade mas pelo valor, inclusive, que foi feita a Procuração - eu tenho, aqui, a Procuração que foi feita no dia do negócio e que foi colocado o valor na Procuração e o valor em que foi transferido também. Está, aqui, se o senhor quiser...

O SR. FERNANDO CARRION - Dr. Gediel, o senhor se referiu a esse acerto que teria ocorrido na Delegacia de Polícia de Eunápolis entre o Sr. Carlito e o Sr. Ernest.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Correto.

O SR. FERNANDO CARRION - A respeito deste assunto, existe, aqui, uma declaração do Sr. Carlito e do Sr. José Ernânio Vieira. O senhor conhece o Sr. José Ernânio Vieira?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - José Ernânio Vieira... É Advogado, o que é?

O SR. FERNANDO CARRION - Aqui só tem o CPF e o CRECI - o Registro no Conselho Regional de Corretagem. Deve ser um Corretor - pelo que se percebe aqui.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, não conheço não. Eu conheço um Ernânio mas o Dr. Ernânio é Advogado.

O SR. FERNANDO CARRION - Esses dois senhores, aqui - Carlito e José Ernânio Vieira - firmaram a seguinte declaração:

"Os abaixo-assinados declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que fomos intermediários do Sr. Ernest Karl Luheim na venda da Fazenda Ipiranga I e II, de sua propriedade, no município de Guaratinga, Bahia, ao Sr. Dr. Gediel Sepúlveda Pereira, pelo valor de 48 milhões de cruzeiros, equivalentes a 600 mil dólares americanos, conforme pedido do Sr. Ernest Karl Luheim, com quem mantivemos contatos telefônicos para a Suíça e que, posteriormente, esteve, aqui, para receber e dar quitação da venda do imóvel, tendo o mesmo, em seguida, regressado para a Suíça, não efetuando o pagamento da corretagem combinada."

E, aqui, segue-se o telefone da Suíça.

Então, Sr. Dr. Gediel, essas duas pessoas - o Carlito....

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foram os dois corretores, com certeza. Eu não conheço o outro. Conheço o Carlito.

O SR. FERNANDO CARRION - E o José Ernânio Vieira que, como se identifica, aqui, pelo número....

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu tenho conhecimento desse....

O SR. FERNANDO CARRION - Desse documento.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Isto, aí, foi um problema sério lá na Delegacia e foi o que lhe falei porque eles haviam alegado um valor que havia sido estipulado, inicialmente, e, depois, ele vendeu a Fazenda por muito menos e não queria aceitar nem pagar a corretagem e muito menos o valor que eles estavam querendo.

O SR. FERNANDO CARRION - Sim. Aqui, é dito que pelo Sr. Carlito que o valor da Fazenda é de 48 milhões de cruzeiros - equivalente a 600 mil dólares. O senhor confirma esse valor de 48 milhões de cruzeiros?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. O valor foi passado aqui - inclusive, o senhor pode verificar que a Prefeitura de Guaratinga da Comarca onde foi passada a Escritura, pela pauta deles - está aqui - seria 9 milhões e 550 mil: pela pauta da Prefeitura. Aqui, era o valor de DDI.

O SR. FERNANDO CARRION - Qual é a data da escritura?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Em 2 de outubro, foi a Procuração e eu passei a escritura posteriormente - está aqui a data. Então, a pauta da prefeitura na época deu isso aí, 9.550, 9 milhões 550. E, mesmo assim, a escritura foi passada pelo valor de 18 milhões, que foi o valor real. Está aqui.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor confirma, então, que, o valor que o senhor pagou foi de 18 milhões de cruzeiros?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi 18 milhões de cruzeiros.

O SR. FERNANDO CARRION - Ora, se 48 milhões correspondia a 600 mil dólares, então 18 milhões corresponderiam aproximadamente a 220 mil dólares ou coisa dessa natureza. Duzentos e treze mil dólares. Este é o preço que o senhor atesta que pagou?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Paguei.

O SR. FERNANDO CARRION - Dr. Gediel, qual é a área dessa fazenda? Descreva para nós como é a área dessa fazenda no sentido do relevo e, também, em relação a eventuais rodovias pavimentadas ou em relação a...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. Em estradas...

O SR. FERNANDO CARRION - ... em relação à rede de energia elétrica?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Que não tem.

O SR. FERNANDO CARRION - Enfim, qual é a situação dessa área no conjunto do Município de Guaratinga e, também, que distância fica de alguma outra cidade maior ou de rodovias de maior expressão, para que a gente possa avaliar bem o valor dessa área.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Estou entendendo.

Essa... fica a 45 quilômetros de Eunápolis, atravessando o Rio Buraem, que é o Rio do Peixe. A estrada na época era péssima, inclusive eu tive que adquirir um carro tracionado para poder chegar a essa propriedade, para ir lá freqüentemente. Quando chovia, não saía nenhum carro, portanto, nem escoamento de leite tinha, que só veio a ocorrer agora. De de 92 para cá é que veio ocorrer escoamento de leite na região. Portanto, a estrada é ruim, é péssima, a que dá acesso a Guaratinga. Passando por ela, dá acesso a Guaratinga. É uma estrada, porém, que na época era abandonada e, agora, até que está em melhores condições. Dá para passar, já está em melhores condições.

O SR. FERNANDO CARRION - Qual é a área da fazenda, Dr.?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - São oitocentos e noventa e ... oitocentos de noventa e cinco hectares. São 45 alqueires.

O SR. FERNANDO CARRION - Quatrocentos e cinqüenta alqueires.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. Quatrocentos e noventa e oito... São duas, né? Juntas, quatrocentos e noventa e oito e trezentos e alguma coisa.

O SR. FERNANDO CARRION - Quatrocentos e cinqüenta alqueires.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Quarenta e cinco alqueires. Quarenta e cinco alqueires, né?

O SR. FERNANDO CARRION - Cada alqueire com vinte hectares?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Vinte hectares. Dezenove e fração, né?

O SR. FERNANDO CARRION - São aproximadamente 900 hectares a área?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Oitocentos e noventa... Tem aí precisamente.

O SR. FERNANDO CARRION - Quase novecentos?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Oitocentos e noventa e três vírgula sete hectares, mais precisamente.

O SR. FERNANDO CARRION - É uma área acidentada, uma área com agricultura? O senhor descreva a área para nós.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Tem pastagem pouco acidentada e tem... tinha na época, depois nós refizemos já bastante, tinha na época cerca de vinte alqueirões mais ou menos em capoeiras sem fazer. Ele tinha uma parte aberta - você

está entendendo, né -, em pastagens, e uma parte em capoeiras, onde nós já fizemos uma parte e ainda tem uns oito a dez alqueires ainda a serem feitos, alqueirões.

O SR. FERNANDO CARRION - Fica em que região da Bahia?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Próximo de Eunápolis, entre Eunápolis e Guaratinga.

O SR. FERNANDO CARRION - Mas que região seria? Perto de cidades maiores, para que nós pudéssemos nos situar.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. As cidades maiores são Eunápolis e Guaratinga. A 45 quilômetros de Eunápolis e Guaratinga, eu não sei, seriam uns...

O SR. FERNANDO CARRION - Que distância fica da capital?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - De Salvador?

O SR. FERNANDO CARRION - Sim.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - A mesma distância de Eunápolis. Seiscentos e cinqüenta quilômetros da capital.

O SR. FERNANDO CARRION - Dr. Gediel, antes de passar a palavra ao Senador Pedro Teixeira, eu gostaria de lhe informar que a denúncia que veio, lamentavelmente anônima, a pessoa não firma, ela, o denunciante, fala que foi comprado pelo valor de seiscentos mil dólares. O senhor alega que o valor deve ter sido da ordem de 220 mil dólares, segundo a conversão que fizemos.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É. Foi 18 milhões. Dezoito milhões.

O SR. PFERNANDO CARRION - Duzentos e vinte mil dólares. E aqui o denunciante alega que essa aquisição foi feita com dinheiro fornecido pelo Deputado João Alves a V. Sª e como pagamento da compra de votos do Deputado João Alves nas eleições de 1990, por conseguinte, durante o Plano Collor.

O que o senhor tem a dizer sobre essa acusação?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Essa é uma grande mentira, porque não conhecíamos o Deputado João Alves e o contato que com ele tivemos foi no sentido de liberação de recursos feita através de alguns Ministérios e nós realizamos as obras. Não houve negociação alguma com o Deputado em termos políticos, porém, em gratificação a essa ajuda que ele deu na liberação de recursos do Orçamento, que foi pouca coisa, na época, cerca de 30 milhões que estavam sem ser liberados. E ele tem também muito parentes lá, assim nós arrumamos alguns votos para ele.

O SR. FERNANDO CARRION - Ele foi bem votado em Eunápolis?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foram 450 ou 470 votos, se não me engano. Foi abaixo de 500.

O SR. FERNANDO CARRION - Foi uma votação que o senhor, como Prefeito deu a ele?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não. Ele teve 50 cabos eleitorais. Ex-prefeitos de Porto Seguro...

O SR. FERNANDO CARRION - Mas o senhor, grato pelo apoio recebido em Brasília, pelo acompanhamento...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Dei-lhe alguns votos.

O SR. FERNANDO CARRION - ... é natural que o senhor, como Prefeito Municipal, tenha dado alguns votos a ele..

Agora eu faria a seguinte consideração: provavelmente essa denúncia anônima fala que foi dinheiro fornecido a V. Sª pelo Deputado João Alves na compra de votos nas eleições, vamos inferir isso, porque V. Sª fala anteriormente que o acerto da negociação, da compra da área, foi feito em 02 de outubro de 1990, como a eleição se processou no dia seguinte, 03 de outubro de 1990, provavelmente o denunciante deve ter feito alguma ligação dos fatos, porque a compra da fazenda foi muito próxima à data da eleição.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - E outro motivo é que eu pertencia ao PMDB e fiquei desgostoso com o atendimento que estava tendo por parte do Partido. Durante os meus dois primeiros anos de mandato, eu fora o primeiro Prefeito daquela cidade, com 71 mil habitantes, estimávamos 100 mil, mas no censo constou 71; Prefeitura essa onde não foi encontrada nem ao menos uma folha de papel, esperava receber uma atenção maior por parte dos dois Governo passados: na época Valdir Pires, depois Nilo Coelho e não obtivemos essa atenção, aliás, nenhuma atenção.

Revoltado com isso, afastei-me também do PMDB, dando apoio ao atual Governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães. Com isso também houve um motivo muito grande para, inclusive, me denunciarem na Polícia Federal, mandaram cartas para tudo quanto foi lugar... Lá na delegacia mesmo os opositores políticos fizeram um reboliço tremendo.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor tem alguma idéia de quem pudesse ter escrito esta carta datada de 05 de novembro de 1993, que faz todas estas acusações contra o senhor?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É muito difícil.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor tem inimigos políticos em Eunápolis?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Inimigos, não. Mas adversários políticos, sim. Temos vários, vários, vários.

O SR. FERNANDO CARRION - Dou-me por satisfeito, Dr. Gediel. E passo a palavra para o Senador Pedro Teixeira que continuará a inquirição.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Mesmo levando em consideração essa escritura , que o senhor cita, e o valor venal que cai de 600 mil para 220 mil dólares... O senhor há de convir que 220 mil dólares é um soma considerável, respeitável, substancial, principalmente num período do Governo em que todo mundo o mundo estava com seu dinheiro congelado. Certo?

O senhor acha, e pela sua declaração de Imposto de Renda, que tinha elementos suficientes pra ter esses recursos com a seus próprios ganhos. De onde é que vieram, na verdade, esses 220 mil dólares? Foram fruto do seus salário, fruto de compra e venda, como é que o senhor conseguiu 220 mil dólares para a compra de uma fazenda, levando-se em consideração esse valor que o senhor traz na escritura?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Aqui está a minha declaração de Imposto de Renda - ano base 90, ano base 91 - onde está constando a venda de ... e aqui estão documentos originais e as cópias autenticadas da venda de gado que vendemos, de bezerros a vacas, com dizem ... "De mamando a caducando"...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Isso no período de 1990...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Nas datas precisas. Estão aqui.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nas datas da compra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Nas datas da compra.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, o senhor é, vamos dizer, vendeu... o senhor disse que vendeu gado...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Vendi o gado ...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - ... para fazer o dinheiro para comprar a fazenda?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - ... todo, todo, todo, todo, todo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - E isso está na sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Na minha declaração de Imposto de Renda de 90, está aqui.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Com o valor correspondente?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Quinhentas e sessenta cabeças... deixa eu ver aqui... está aqui: quinhentas e sessenta... deixa eu...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor pode esclarecer por idade, mais ou menos, o gado que o senhor vendeu, para que se possa calcular rapidamente?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Tem aqui nas guias e com os valores estipulados, inclusive o valor de pauta, que é menor do que o valor real de venda.

Agora, observe nestas guias que são de venda de transferência.

Eu vendi esse gado antes dessa data por causa da urgência da compra da fazenda, eu vendi esse gado entre agosto e setembro e ficou até na minha manga, no meu pasto para... e recebi, para a urgência da compra, da fazenda, e foi retirado nessas datas.

O senhor pode ver que tem retirada em agosto, em setembro e até em outubro, início de outubro.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A causa pela qual o senhor havia vendido o gado previamente foi em função daquilo que falou anteriormente, que o senhor Ernest foi para a Suíça durante um período que o senhor o perdeu de vista e que já pretendia fazer o negócio?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Já. Nós...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor vendeu esse gado com a finalidade de se preparar financeiramente para a aquisição?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Corretamente, corretamente.

O negócio ficou bem encaminhado, mas como ele teve um problema familiar, a esposa estava doente e ele teve que viajar de urgência, então paralisamos o negócio e eu vendi esse gado, me preparando para a compra.

Está aqui: 560 cabeças.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Está no Imposto de Renda?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Há uma diferença ali, que deu 541... houve um erro, aqui, na declaração, de 15 cabeças de nascimentos, na época: 560 para 541 cabeças.

Na época, foram apurados 10.397.500,00, valor de pauta, que está aqui.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Essa diferença se refere a vacas que o senhor tenha vendido que estavam com o terneiro para ser gestado? Essa diferença foi de terneiros?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, não. Isso aqui foi... a diferença aqui no Imposto de Renda eu acredito que foi erro mesmo, no lançamento de quinze cabeças.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Foram 560 cabeças pelo valor de quanto?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foram... não, aqui foram 541 cabeças, que estão aqui, nesta guia, no valor de 10.397.500,00. Inclusive, o senhor pode ficar com essas cópias, se quiser...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nós vamos precisar de algumas

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - ... onde observa de novilhos, fêmeas... é, fêmeas, vacas, bezerros, bezerras, vacas paridas, comprovando que eu vendi tudo, e pode observar na minha declaração de 91 que eu estou com rebanho zero. Tinha duas fazendas e um hospital.

Nós temos, ainda, duas fazendas e um hospital.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Com isso, o senhor amealhou praticamente 10 milhões e 400 mil cruzeiros para compra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Para compra.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Uma compra foi realizada por 18 milhões?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Correto.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor tem condições de explicar para a Comissão onde o senhor juntou os outros 8 milhões de cruzeiros para satisfazer a compra?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Estão aqui.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A compra foi à vista?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi, foi. Foi à vista.

Está aqui o empréstimo que eu fiz.

Eu tive um prazozinho, porém pagando até um jurozinho, do Sr. Ernesto.

Foi à vista, porém ele me deu um prazo no restante, até que eu conseguisse o restante, pagando um juro acertado na época. Saiu um empréstimo do Banco do Brasil de 6 milhões de cruzeiros, para o Hospital de nossa propriedade, de custeio, de capital de giro.

O Senhor observa que, pelas dificuldades, inclusive, que obtivemos, isso só foi liquidado em 6.11.91. É o autógrafo do banco, a liquidação, foi prorrogado, é cópia, os originais estão aqui e as cópias estão autenticadas. Foi prorrogado inclusive durante o ano de 91, isso foi feito em 2 de dezembro, foi prorrogado e só foi liquidado em 6.11.91, por prorrogação porque não tivemos condições de liquidar nesse período.

Então, nós tivemos 10 milhões, com mais 6, dezesseis e o restante de recursos próprios.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Vou fazer uma pergunta: a quem o Senhor apoiou para Deputado naquele período?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PERTENCE - A Deputado Federal eu dei os votos para João Alves.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - E mais algum outro Deputado?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PERTENCE - Não.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O Deputado Benito Gama, ele fazia política na região?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PERTENCE - Fazia política na região, mas nós não o acompanhávamos. Havia um grupo que o acompanhava. Depois que nós saímos do PMDB, até depois de Prefeito e tal e não tínhamos Deputado, é que nós aderimos ao Deputado Benito Gama.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Após?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PERTENCE - Após, muito após.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Vou fazer a última pergunta, então. Quem é que custeava realmente a campanha política na área dos custos operacionais de campanha que existem?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PERTENCE - Olha, eu fui eleito, é até uma história meio engraçada. Como médico, há 15 anos na cidade, e não tive nenhuma participação política anterior. Fui eleito, por incrível que pareça, quebrando asfalto, botando água, fazendo mutirões nos bairros pobres, periféricos, com as associações de bairros e tudo. Ganhamos as eleições dessa maneira, tenho até fotografias - não as trouxe.

Inclusive, quebramos a BR. Tinha um aspecto interessante em Eunápolis, o ex-Prefeito, o anterior a mim, tinha um lado da cidade que não tinha água, o outro tinha. Um era considerado a classe rica e o outro era considerado a classe pobre. O DNER não permitia, em hipótese nenhuma, a travessia dos canos porque não tinha onde passar, teria que se quebrar o asfalto.

Vários Deputados, Prefeitos e tudo tentavam isso e nunca conseguiram. Nós, por associações e tal, fomos solicitados disso e procuramos os meios legais para resolver isso - e não conseguimos em hipótese nenhuma. Esgotamos todos os meios. Até essa época nós nem pensávamos em política. Participávamos da comunidade e tudo, mas achávamos aquilo um absurdo.

Foi encontrado numa reunião de associações e uma sugestão lá seria quebrar o asfalto e passar. Toda comunidade, aquele ímpeto da comunidade e a coisa era desastrada mesmo porque era toda semana, mulheres com lata d´água na porta da Prefeitura e fazendo escândalos e essa coisa toda.

Então, resolvemos assumir essa coisa, quer dizer, dar o apoio à comunidade para realizar isso porque achamos uma causa justa, apesar de ser até uma arbitrariedade - quebrar uma BR 101. Fomos para o meio do asfalto, às 2 horas da madrugada, com o povão e metemos a picareta. Quando a polícia chegou, de manhã, já estávamos com o buraco feito, botamos o cano e o caminhão continuou passando e pronto. Aí começou a luta. Tinha passagens de bairro que eram cortadas por córrego na cidade. Então, de um bairro para outro não tinha comunicação e a gente era chamado. Consegui um trator emprestado com um fazendeiro. Íamos para lá com picareta, enxada, pá e fazíamos uma passagem provisória. Então, começamos dessa maneira.

De repente, surgir a candidatura e fomos eleitos. Então, fizemos uma campanha praticamente com trabalho e sem dinheiro. Fora o trabalho médico que a gente já executava há 15 anos.

O SR. FERNANDO CARRION - A única vez que o senhor foi candidato?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi a única vez.

O SR. FERNANDO CARRION - E de lá para cá não se candidatou mais?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Mais nada.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele saiu agora, em 92.

O SR. GEDIEL SEPULVEDA PEREIRA - Construi em 1992.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu só queria complementar: V. Sª, Dr. Gediel, na verdade, deve ter cópias do seu Imposto de Renda anterior. O senhor disse que em 1989, aliás em 1990, declarou a venda desse gado e, naturalmente, fez um caixa de 10 milhões; emprestou 6 milhões - de acordo com o documento, aqui, junto ao Banco do Brasil - e comprou uma fazenda por 18 milhões.

Não estamos aqui para pré-julgar ninguém. Recebemos uma denúncia e essa denúncia tem que ser averiguada. E o senhor, infelizmente, é a pessoa envolvida; desloca-se da Bahia para vir aqui prestar esses esclarecimentos de grande relevância, o que está caracterizado, aqui, neste documento ou nesta denúncia, de que foram liberados 14 milhões de dólares a uma escola federal.

Nesse mesmo período, coincidência, temos as eleições...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Dê-me licença.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi em 1989, o início dessas obras.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Essas obras foram liberadas durante os 4 anos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim, em 1989.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - A nós, até agora.

O SR. PEDRO PAVÃO - A partir de 1989. Em 1990 o senhor adquiriu uma fazenda, que dizem aqui os dois corretores que foram ouvidos - e tenho o documento -, por 48 milhões de cruzeiros.

O senhor alega que comprou essa fazenda por 18 e passou uma escritura por 18.

É prática no Brasil se passar escritura sempre por um valor mais baixo.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É sim, senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor há de concordar comigo. Aqui não é nenhum pré-julgamento, e é natural que vamos exigir do senhor o Imposto de Renda de 89 a 93, são cinco anos, e se for preciso temos aqui, neste momento, a presença do nosso sub-coordenador da Comissão de Patrimônio Fiscal, que vem fazendo um trabalho - o senhor há de concordar comigo - de relevância, em benefício de nosso País.

Temos denúncia de toda a origem e de todos os recantos do País, hoje. Estamos analisando uma denúncia de Eunápolis, na Bahia, para que efetivamente o senhor possa - além de trazer o documento pertinente à essa denúncia - ser ou inocentado, ou condenado pelo envolvimento na liberação de recursos do Orçamento.

O senhor preste bem a atenção, que não é problema do senhor ter comprado a sua propriedade com seus recursos e tudo mais: é que na denúncia envolve a liberação de recursos da União para o seu Município, quando o senhor era Prefeito. E quanto à obra, naturalmente, V. Sª mesmo confessou e disse de viva voz, nós temos hoje 30% dela realizada.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, hoje não. Ela está para concluir em dezembro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quando o senhor terminou o seu mandato teria 30% da obra.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Eu coloquei de 30 a 40...

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor falou 30 ou 40. Então são 35%; foi de viva voz que o senhor disse isso, que é há um ano atrás. Hoje essa obra - também o senhor confirmou que já recebeu o dobro talvez do recurso...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Talvez.

O SR. PEDRO PAVÃO - Talvez tenha recebido o dobro de recursoS...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Extra-oficialmente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Extra-oficial. Naturalmente já existem senão provas, pelo menos fala-se, comenta-se esse fato...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Foi um Vereador que comentou isso e eu também não sabia quanto é que...

O SR. PEDRO PAVÃO - Nós precisamos, naturalmente. Volto a repetir: no documento que o senhor assinou, no contrato inicial, precisamos do seu Imposto de Renda nesse período e, naturalmente, gostaríamos que também V. Sª acrescentasse... porque vamos precisar de 89, 90... 89 referente ao ano-base de 1988, naturalmente declarado em 89.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Exercício de...

O SR. PEDRO PAVÃO - Ano-base de 88, exercício de 89. O senhor assumiu e deve ter levado... quando o senhor assumiu a Prefeitura deve ter entregue o seu Imposto de Renda.

É praxe, é norma, é lei, precisamos da sua declaração de renda para que não paire dúvidas a respeito de uma denúncia vazia contra V. Sª.

O senhor está tendo o privilégio de ser ouvido aqui pela sub-Comissão, que vai dar-lhe um tempo para que apresente essa documentação, a fim de que não se avance ou não se quebre o sigilo bancário - se necessário for - da Prefeitura, não se quebre o sigilo bancário de V. Sª, para que prove em contrário, ou seja, a denúncia de que o senhor adquiriu uma fazenda 600 mil dólares, o senhor está confirmando que foi apenas por 213 mil dólares, portanto um terço da denúncia.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Seria um absurdo, pois se trata da pauta da prefeitura. Pela metade, seria um absurdo incalculável o preço da coisa ser tão alto assim. É um absurdo.

O SR. PEDRO PAVÃO - É muito fácil fazer uma avaliação da propriedade. Solicita-se aos órgãos competentes uma avaliação da propriedade, naturalmente em dólares...,

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Mas, levando em consideração o investimento que foi feito neste período por mim também.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas o que eu quero dizer para o senhor que esse levantamento dessa avaliação será feito, naturalmente, por pessoas que entendem disso e será levado em consideração a sua colocação no investimento.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu estou satisfeito com a sua resposta e apenas volto a repetir: é uma denúncia anônima, mas que tem fundamento, porque foram liberados os recursos da União a uma escola federal e que passou pela prefeitura, o senhor mesmo confirmou isso. Foi depositado na prefeitura, da prefeitura, automaticamente, é repassado às empresas, primeiro a Soarez e depois a empresa Akil, que ora...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Quero-lhe informar que tínhamos, antes de prefeitura, antes de sermos candidatos, antes de sermos prefeito, duas fazendas, certo? Cacau e pecuária. E o Hospital AMES, que está na declaração também, que o senhor pode observar.

O SR. PEDRO PAVÃO - É que a diferença da denúncia para 600 mil dólares e o que o senhor confirma de fato...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Isso é conversa de opositores políticos, e o Carlito, que achou que pudesse levar vantagem em cima do suíço, porque ele considerava: é o gringo. Ele falava: "Esse gringo nós temos que..." Inclusive pegou testemunha, dizendo ele - ele é até meu amigo, Carlitinho é meu amigo e tal -, que havia outro corretor na jogada para assinar, para reforçar, certo? Isso, inclusive, está registrado na delegacia e tudo, e o senhor pode observar que chegaram a um acordo, não sei se está aí, que chegaram a um acordo, se não me engano, de dar 1 milhão de cruzeiros, que corresponderia a 5% de 20 milhões, porque ele não aceitou o preço em que foi vendido, porque ele queria muito mais em cima da corretagem, sabe?

O SR. PEDRO PAVÃO - Pode continuar.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, eu tenho que deixar aqui a declaração de ano-base 91, exercício 92; 92, exercício 93; a escritura...

O SR. PEDRO PAVÃO - Declaração da receita...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Ah! Não trouxe. Eu vou mandar. Está anotado. Posso mandar pelo fax ou sedex?

O SR. PEDRO PAVÃO - Seria pelo sedex.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Sedex, certo. E a escritura o senhor precisa?

O SR. PEDRO PAVÃO - Precisa de cópia.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Cópia da escritura. Tenho o original aqui também. A original eu vou ficar com ela.

Inclusive deve observar esta venda do gado, que essa aqui é de transferência, é quando ele vai buscar o gado, e que foi, aqui está, mês 9, setembro, novembro, novembro, novembro, setembro, setembro, setembro, setembro, setembro e outubro, quer dizer, eu vendi o gado todo, que pode observar...

O SR. PEDRO PAVÃO - Este gado estava declarado?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Estava, sim senhor. E vendi o gado todo, de bezerro a vaca parida, para a compra dessa propriedade, me preparando para isso, e que foi pego posteriormente, que ficou inclusive na minha manga mais de trinta dias, porque também eu tinha terminado o gado e ele ficou com o gado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dr. Gediel, é a minha última pergunta, é apenas para ficar aqui no registro da história: qual o nome do Hospital?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - AMES - Assistência Médica do Extremo Sul. Está aqui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu, em nome da Comissão, quero aqui agradecer a sua participação, os seus esclarecimentos, formular votos para que, realmente, o senhor tenha aí os elementos necessários que refutem essa possibilidade de uso de verba de Orçamento, que vem estribada em uma denúncia anônima. Mas que deve ser apurada, não obstante seja anônima, porque na própria defesa da sua imagem.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Porque eu penso que o resultado disso lhe interessa sobretudo, mais do que a nós mesmos,

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - É claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Porque se há alguém fazendo acusações infundadas, ele propala isso. Acho que aí...

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Claro. E vivem propalando isso em rádios, lá na região... E isso daí vive nos atingindo. Nos atingindo muito.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois é, acho que o resultado disso, o senhor compreende, nós agradecemos e estamos às ordens para toda e qualquer informação que se fizer necessária e, se preciso for, de convocarmos V. Sª para informes complementares.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Certo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pergunto a V. Sª se tem alguma coisa a acrescentar e se quer dizer alguma coisa pode.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Quero agradecer a oportunidade de me explicar, de trazer documentos, de comprovar, realmente, a origem dos recursos. Nós

tínhamos recursos e tínhamos, em declaração realizada anteriormente e posteriormente, recursos para adquirir essa propriedade, e que todo o esforço - isso daí está demonstrado até pelo empréstimo, mas até fora dos empréstimos, fora de contabilidade -, nós ficamos mais de ano para restabelecer o equilíbrio financeiro, nós, mais de ano, após a compra dessa fazenda, para restabelecer o equilíbrio das coisas, que nós tivemos de pegar, ficamos o ano de 90 - está aí na declaração -, 91, totalmente sem rebanho nenhum nas duas propriedades, nas duas fazendas, em que tive de pegar gado de sociedade e tudo, mas isso inclusive está rebanho zero, porque o gado de sociedade só entra na nossa declaração quando você recebe a percentagem de lucro que entra como venda, está entendendo? No ano de 91 eu fiquei totalmente sem rebanho. Está aí o ano todo como zero o meu rebanho. Mas eu perguntaria: ficou a propriedade sem nenhum rebanho e o capim, não é? Nós pegamos gado de sociedade, inclusive de pessoas amigas lá que podem, inclusive, constatar, a gente tinha até...

O SR. PEDRO PAVÃO - É um aluguel?

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Não, não é bem um aluguel, é de sociedade, você pega, engorda, e você tem uma percentagem, e que não apresentou na declaração de 91, porque venceu em 92 esse contrato. Então, o gado era dele, eu não tinha o que declarar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi justamente para caracterizar os seus recursos.

O SR. GEDIEL SEPÚLVEDA PEREIRA - Com muito prazer, muito obrigado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nós vamos ter uma reunião logo mais com o Luiz Alberto.

Pode desligar.

Está encerrada a reunião.

(Final da Comissão)

Depoimento do Sr. Deputado João de Deus

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Declaro aberta a reunião.

Srs. Membros da Subcomissão de Subvenções Sociais, vamos dar início a esta reunião para ouvir o depoimento do Deputado João de Deus Antunes, que já se encontra presente.

Eu convido, para compor a Mesa e ajudar na coordenação dos trabalhos, o Senador Elcio Alvares e o Deputado Nelson Trad.

Vamos ficar em pé, para ouvir o juramento.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei, do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Inicialmente, o Deputado João de Deus Antunes tem a palavra para uma exposição inicial.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sr. Presidente da Subcomissão, Srs. membros, eu, com sinceridade, fui tomado de surpresa ao ter conhecimento dessas denúncias, uma vez que a pessoa que alega os fatos que deram margem a este convite a mim formulado, é uma pessoa de minhas relações pessoais, amicíssimo meu, ele assim como a sua digníssima esposa. Pastor evangélico, uma pessoa da minha família, praticamente, pela amizade que ele tinha com membros de minha família e pelo tempo que a gente se conhecia, quando seu falecido pai era também pastor.

Fui tomado de surpresa ao receber as primeiras informações, quando o Deputado José Fortunati colocou na imprensa que eu havia desviado verbas e tinha passado, parece-me, 64 mil dólares para a minha conta, depois baixou para 63, 61 e agora fiquei sabendo que são 64 mil dólares, ou o equivalente a 64 mil dólares.

Eu, com sinceridade, para mim, é um fato que me causa vergonha, pois sou um pregador envangélico, fui um policial durante 26 anos; saí, me aposentei como um homem de conduta ilibada, retilíneo. Nunca, na minha vida, me envolvi em falcatruas, conheço a lei, pois sou bacharel em Direito, e não sei, com sinceridade, a que atribuir tudo o que está acontecendo.

Essas são, preliminarmente, as palavras que eu gostaria de dizer. Agora, quanto ao fato, às acusações que me são colocadas, eu não tenho nada, nada, nada; gostaria até... - certamente serão abertas, as minhas contas, para provar que não me foi repassado dinheiro dessa entidade. O que aconteceu, gostaria de deixar isso bem claro, o que aconteceu, foi que uma dívida sendo paga por ele, pelo cidadão, meu amigo, Ivan, ele o fez e eu fiquei sabendo que essa parcela que foi colocada na minha conta seriam valores retirados dessa entidade. Isso é o que sei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Antes de iniciar o cumprimento da lista de inscrições da chamada daqueles que irão fazer perguntas ao depoente, gostaria de solicitar dele algumas informações a esta Subcomissão.

Nome?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - João de Deus Antunes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Profissão?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Funcionário público aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Estado civil?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Endereço?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - SQN 302 - Bloco C -Apartamento 404 - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Consulto a Secretaria se a lista de inscrições já foi concluída. (Pausa)

O Deputado Vivaldo Barbosa, a exemplo do que acontece nas reuniões plenárias da Comissão, pede a palavra, na qualidade de um dos primeiros subscritores da CPI do Orçamento. Portanto, dou a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Senador Garibaldi Alves...

O SR. ELCIO ALVARES - Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse indagado ao depoente se ele tem conhecimento dos documentos que já se encontram em poder da Comissão, inclusive a conclusão do laudo, porque ele vai prestar especificamente o depoimento em cima de um fato concreto. Então, se V. Exª me permitisse, eu gostaria que o Sr. Presidente indagasse ao Deputado João de Deus se ele tem conhecimento de todos os documentos que foram entregues, com o fato concreto e determinado a respeito dessa conta que estamos examinando agora.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Pois não, Excelência. Eu tenho um resumo das conclusões do relatório de auditoria e tenho um adendo mandado pelo Presidente, ou pelo esposo da Srª Presidente da Ação Social Evangélica de Porto Alegre; está aqui, comigo.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, não haveria nenhum embargo se fizesse chegar às mãos do depoente o relatório da inspeção ordinária global, porque, evidentemente, vamos também inquirir a respeito e deve ser dado ao depoente o direito da mais ampla defesa, porque há um fato concreto e determinado.

Se V. Exª ouvisse o plenário... Porque o resumo se complementa com o relatório global. Então sugeriria, se fosse possível, que chegasse às mãos do Deputado João de Deus todo o relatório da inspeção realizada no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Solicito à Secretaria da Subcomissão que faça chegar ao Deputado João de Deus o documento da auditoria do Tribunal de Contas da União, de acordo com a solicitação do Senador Elcio Alvares.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Lázaro Barbosa, pela ordem.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sugeriria a V. Exª que desse alguns minutos de prazo para que o Deputado João de Deus pudesse ler esse relatório, uma vez que será inquirido com base, seguramente, nele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O depoente quer solicitar algum...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A cópia já foi entregue. Quer solicitar algum prazo para consulta?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu gostaria que V. Exª, por obséquio, me desse um prazo para que eu, ao menos em rápida leitura, pudesse tomar conhecimento do que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Dentro até do tempo da sua exposição, já que V. Exª não usou todo o tempo, eu daria então dez minutos para que V. Exª fizesse a leitura rápida do...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A inquirição do depoente vai, evidentemente, basear-se no resultado da auditoria promovida pelo Tribunal de Contas da União.

As perguntas vão ser feitas, evidentemente, basicamente, pelo que consta aqui. Então, julgo desnecessário proceder à leitura prévia desse documento. Ele está aqui para prestar informações na qualidade de depoente. Vamos inquiri-lo a respeito do que está aqui e ouvir as suas explicações. Ele vai ler e depois vamos fazer perguntas novamente com base nisso. Todavia, se V. Exª e o Plenário julgarem que devemos conceder tempo, nós aguardaremos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V.Exª apresenta como uma questão de ordem?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, trata-se de uma questão de ordem.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, permita-me, antes contraditar a questão de ordem, sem embargo do sentido do que disse o Deputado Luiz Máximo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Para contraditar, tem a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Esse episódio já é um fato determinado e documental. Seria interessante, para que não houvesse nenhuma dúvida a respeito das perguntas que vão ser feitas - parece-me que o depoimento é mais afirmativo ou negativo em virtude da evidência documental - que houvesse realmente esse conhecimento, mesmo porque ele já tomou conhecimento da conclusão do relatório. Penso que, no momento em que ele teve conhecimento da conclusão do relatório, seria lógico e até dentro de um princípio elementar de prova ampla - o Deputado Luiz Máximo conhece isso muito bem - em qualquer tipo de fato que é imputado, no caso há uma imputação de um fato concreto, a pessoa que vai prestar o seu depoimento toma conhecimento por inteiro. Pensei mais no Código do Processo Penal. Gostaria de deixar claro que nesse caso temos um fato documental comprovado. Obviamente ele terá de editar as suas razões. Foi por isso que sugeri ao Presidente, dentro do contraditório amplo, da prova ampla de defesa, que ele inicialmente tivesse essa oportunidade.

Deputado Luiz Máximo, pelo fato de ele ter uma súmula, não seria de maneira nenhuma dispiciendo juntar o relatório propriamente dito do Tribunal de Contas da União e da Secretaria da Receita Federal.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Leomar Quintanilha.

Desculpe-me, Deputado Leomar Quintanilha, mas o Deputado Luiz Máximo deseja manifestar-se antes.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Desejo manifestar-me em resposta ao que disse o Senador Elcio Alvares. Está havendo um equívoco que está permeando os trabalhos da CPI desde o seu início. As investigações não comportam contraditório. A Comissão Parlamentar de Inquérito em sua origem, em tudo que existe publicado a respeito de seus trabalhos, sempre tem um caráter inquisitorial. Isso porque não há uma acusação formalizada contra quem quer que seja. O que há são fatos atribuídos e que estão sendo objeto de apuração, porque a contradição só ocorre em havendo formalmente a instauração de um processo de perda de mandato, o que acontece no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

A CPI adotou um procedimento, inclusive os Deputados que depuseram no plenário da mesma solicitaram cópias de documentos, cópias de depoimentos e quando compareceram para depor já estavam informados a respeito do que lhes seria perguntado. É por isso que entendo, embora meu entendimento talvez seja minoritário no âmbito da CPI, que a investigação se faz exatamente através da perquirição de testemunhas a respeito de fatos, tanto que o depoente presta o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado. Se o Plenário entende que deva ser assegurado ao nobre depoente a oportunidade de tomar conhecimento do inteiro teor da auditoria, evidentemente que eu me darei por vencido, mas com essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem a palavra o Deputado Leomar Quintanilha, que já a havia pedido anteriormente, pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, com todo o respeito à interpretação do nobre Deputado Luiz Máximo, entendo que, por se tratar de um fato praticamente acabado, com um relatório perfeito, completo e técnico da Receita Federal, do Tribunal de Contas da União. Acredito que facilitaria muito o trabalho desta Subcomissão se concedêssemos um prazo ao ilustre depoente para tomar conhecimento dos fatos e, quem sabe, fazer uma complementação da sua explanação inicial; talvez até resumisse e simplificasse o trabalho da Comissão.

Sou pela concessão do prazo ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Atendendo a solicitação do Senador Elcio Alvares, que foi contraditada pelo Deputado Luiz Máximo, daria então os 10 minutos para que o depoente pudesse ler os termos da auditoria levada a efeito pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Vamos retomar os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Senador Garibaldi Alves, colegas da Comissão, Deputado João de Deus Antunes, pelo que depreendi da sua explanação inicial, V. Exª diz que recebeu diretamente do Pastor Ivan e de sua esposa o pagamento do empréstimo que V. Exª teria concedido a ele. Qual o valor desse empréstimo, nobre Deputado?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Fiz diversos empréstimos, uma vez que ele estava montando duas emissoras de rádio; ele recebeu duas concessões e ele estava montando para pregar o Evangelho.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Empréstimo de recursos pessoais de V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Missões.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Por cheque ou em dinheiro?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Em dólar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Cobrou juros para isso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não. Eu já lhe disse que ele era e é meu amigo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Que prazo foi negociado no empréstimo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não houve prazo; houve a possibilidade de, no futuro, com a emissora montada, funcionando, faturando, ele me daria

espaço para usar a emissora - como eu tenho o comprovante que comecei a usar - e, assim, na medida do possível ele me pagaria. Alguma coisa ele me pagou.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe, a utilização de espaço era uma forma de pagamento?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Do meu empréstimo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Era só para esclarecer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu tenho comprovante aqui.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª seria pago eventualmente por uma utilização de espaço futuro. Isso está expressando um negócio até elaborado, um empréstimo e depois utilização desse empréstimo.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ele é meu amigo!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Há contrato registrando isso, a forma de pagamento?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, nunca precisei fazer isso porque sempre fomos amicíssimos, ele homem de Deus, homem de ilibada conduta, esforçado no trabalho, um grande pregador, ajudou-me muito na campanha, tinha um compromisso com ele e jamais pensei em pedir nota promissória ou cheque pré-datado, ou assinar qualquer contrato que fosse.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª se lembra da época do empréstimo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A partir de maio de 1991. Fiz empréstimos de mil, dois mil, três mil e cheguei a fazer empréstimos de 10 a 12 mil dólares para ele.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Além do empréstimo pessoal, o que levou V. Exª a destinar essa subvenção social à Ação Social Evangélica?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não fui eu quem destinou. Ele fez pedido...

O SR. VIVALDO BARBOSA - A quem, V. Exª se lembra?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - ... encaminhamos ao Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A V. Exª?! Encaminhou V. Exª diretamente ao Ministro Ricardo Fiúza?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim, ao Ministro Ricardo Fiúza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sabe o quanto ele pediu de valor, na época?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Parece-me 150, e me parece que foi dado 200. 150, parece-me que foi o que ele pediu, não tenho bem certeza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sei. V. Exª se encarregou de organizar a prestação de contas desta verba recebida?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu? De que jeito, nobre Deputado? Eu não poderia fazer isso, porque eu não tenho acesso a essa entidade, não sou membro, não sou responsável, não tenho nenhum vínculo. Nem capelão eu era dessa entidade. Como é que eu faria uma coisa dessa?

Eu soube, inclusive, que apareceu nos jornais - não sei se está dentro do depoimento dele ou dela, que foram feitos aqui - que eles teriam me passado, inclusive, uma procuração assinada em branco, para eu tirar dinheiro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª recebeu ou entregou a eles, para prestação de contas, ou ao seu contador, alguma nota fiscal de algumas empresas?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, senhor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - As notas fiscais aqui, então, constantes da prestação de contas que eles fizeram ao Ministério da Ação Social, não foram providenciadas por V. Exª? V. Exª não teve...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É claro que não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A Fundação Brasileira de Comunicação é uma entidade à qual V. Exª tem alguma ligação?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nenhuma. Pertence à emissora. Essa Fundação foi que instalou as emissoras de rádio, as duas emissoras de rádio.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Foi destinado algum dinheiro, parte dessa subvenção social, à conta pessoal de V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Desse valor, que eu saiba, não. Ele me pagou parte do que ele me devia, mas nunca fui saber... Fiquei sabendo, através das emissoras de rádio, do jornal, até da televisão, que este valor tinha sido depositado na minha conta através dessa ação social. Era uma subvenção que ele tinha pego e passado para mim.

O SR. VIVALDO BARBOSA - As declarações do Pastor Ivan...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu quero deixar claro, se me permite, Sr. Deputado Vivaldo Barbosa, que, se é que ele passou e se consta que ele passou valores diretamente da ação social para a minha conta, não seria eu, tendo uma amizade sincera, respeito e admiração por ele, quem iria fazer uma investigação para saber de onde é que ele estava tirando aquele dinheiro. Não poderia saber se era da conta dele, da Fundação, da esposa, ou mesmo da ação social.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª conhece o Sr. Adalton Cardoso Santana?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Conheço.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ele é mais da relação pessoal de V. Exª ou da relação pessoal do Pastor Ivan?

O SR. JOAO DE DEUS ANTUNES - Nenhuma minha. Ele é funcionário da igreja, que eu sei, é funcionário da igreja.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pelo que estou ouvindo de V. Exª, as declarações feitas e formalmente prestadas pelo Pastor Ivan e sua esposa não correspondem à verdade.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª leu as declarações que ele fez?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Parte, sim.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ele declara que entregou a V. Exª, ou a representantes seus, boa parcela do dinheiro recebido de subvenções.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, senhor, não.

Isso é a mesma coisa, Sr. nobre Deputado, que está acontecendo com o Dr. Fernando Lyra. Disseram que ele tem 63 entidades fantasmas que repassavam para a conta dele. Não é verdade, ele é um homem probo, honesto. Ele está passando pelo mesmo calvário, martírio, que eu estou passando. É o mesmo que está se dizendo, agora, que o Deputado Inocêncio Oliveira está envolvido na CPI do Orçamento, e tantas outras coisas.

É fácil dizer. O senhor sabe que o ônus da prova incumbe a quem alega. Agora, tem que provar que eu peguei isto aqui - eu não peguei! Eu não me envolvi com isto aqui!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Era exatamente isso o que eu estava tentando ouvir de V. Exª, porque o Pastor Ivan Nunes e a sua esposa Marlene Nunes firmaram a declaração, que V. Exª tem em mãos, certamente, de que eles deram a V. Exª 170 milhões dos 200 milhões recebidos. Essa declaração dele foi uma declaração falsa, pelo que estou depreendendo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sr. Deputado, em princípio, tenho este resumo que diz que ele passou todos os valores para mim, que eles passaram todos os valores para mim. Posteriormente, tenho um adendo, está aqui, porque, pelo que eu soube, apareceu nunca conta, ele teria comprado alguma coisa - valores - e ele, então, mandou um adendo dizendo que ele tinha pego parte desse dinheiro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu chamaria, então, a atenção de V. Exª para os itens 4 e 5 do adendo em que ele confirma ter recebido os 200 mil cruzeiros reais - na época eram 200 milhões de cruzeiros - ter retido 30 mil cruzeiros reais dessa importância e repassado, como ele afirma no item 5, o valor restante, portanto, 170 milhões, foi entregue ao Deputado João de Deus Antunes ou os seus representantes.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - De que maneira?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é; estou presumindo que essa declaração dele é falsa.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tem que estar aqui dentro, Sr. Presidente, teria que estar dentro do depoimento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Do relatório.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Agora, não posso entender que dentro do relatório foi feito, nobre Deputado, um resumo, e é este o resumo inicial do relatório que ele fez.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, desculpe. Talvez eu esteja me atrapalhando com as indagações que estou fazendo a V. Exª, não estou conseguindo conectar com o que V. Exª está realmente respondendo.

O que o Pastor Ivan e sua esposa Marlene escreveram para esta testemunha informa à Comissão, estava informando formalmente o Tribunal de Contas, que eles entregaram o dinheiro a V. Exª pessoalmente ou a seus representantes. Essa é uma declaração falsa?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O senhor está insistindo numa coisa que eu estou negando. Eu não peguei dinheiro, eu não peguei. O dinheiro que ele me repassou foi de uma dívida, através de valores, que certamente tem comprovante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Vivaldo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou encerrando. Desculpe, Deputado, insistir; estou tentando realmente esclarecer que eu não estava conectando com o que V. Exª estava dizendo.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Agora eu gostaria, me permite...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Porque V. Exª disse que o que ele certamente afirmou, no adendo, deveria estar contido no relatório. É isso que V. Exª disse?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É claro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas eu acho que está, Deputado, porque o relatório...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - "Eu acho que está?"

O SR. VIVALDO BARBOSA - É, se V. Exª pudesse ajudar a esclarecer se está mesmo ou não, porque no relatório que eles apresentam há diversas importâncias, destinadas tanto a V. Exª ou, segundo eles...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, senhor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - ...a pessoas e fundações. A conclusão do relatório - chamo a atenção de V. Exª para as folhas do relatório... esta folha que termina mais ou menos no meio, porque aqui não tem número, o relatório afirma que: "os recursos sacados em espécie, 22 mil dólares, bem como os repassados para a Fundação Brasileira de Comunicação, 12 mil dólares, e o valor depositado na conta do Pastor Adauton Cardoso Santana, cheque nº tal, Banco do Brasil, segundo declaração apresentada pela Srª Marlene Nunes e pelo Pastor Ivan, foram posteriormente entregues ao Deputado Federal João de Deus

Antunes". Por isso é que eu estava afirmando que a declaração do adendo estava contida aqui no relatório.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Aqui diz, nobre Deputado... eu gostaria até que se abrissem essas contas para ver se não foram feitos depósitos com o fim de se buscar dividendos em cima deles. Foi mandado aqui, como diz, para a Fundação Brasileira de Comunicações. A Fundação Brasileira de Comunicações não é ação social. Depois, na conta do pastor Adauton Cardoso Santana, segundo declaração.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Já estou instado, Coordenador, a encerrar.

É a primeira vez que V. Exª poderia constatar que o Pastor Ivan mente, numa declaração escrita, ou ele teve esse hábito anterior?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, sempre tive ele como meu amigo, torno a dizer, probo, de ilibada conduta, excelente pregador.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª poderia concluir por que ele levou a fazer uma afirmação desse teor, contrário a V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nobre Deputado, sou um Deputado reconhecido em todo o Rio Grande do Sul, sou um Líder dentro da comunidade evangélica. No ano de 1986, fui o mais votado do meu partido - seu partido ao qual pertenci; meu espaço é grande. Agora, não visito a minha comunidade como deveria. Ele não é da minha igreja, a minha igreja é a Assembléia de Deus; a dele é Pentecostal Brasil para Cristo. Pelo fato de termos amizade não quer dizer que eu tinha obrigação de visitá-lo, nem a ele, nem aos seus líderes.

Não sei, Sr. Presidente, nesse momento em que estamos vivendo, esse descrédito para com esta Casa e com alguns Deputados - agora estou incluído, porque fui jogado no ventilador -, se levou à oportunidade quem sabe até de se tentar ocupar o espaço que ocupo? Há 17 anos ocupo esse espaço.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado João de Deus Antunes, nossa obrigação é procurar esclarecer os fatos. E, para persegui-los, temos de insistir em determinadas perguntas.

Pergunto inicialmente se o senhor conhece D. Maria Antônia Antunes.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Conheço, é minha mãe!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mãe de V. Exª.

O senhor sabe qual a razão de ter sido emitido um cheque no valor de 23 milhões de cruzeiros, no dia 3 de agosto de 1992, em favor dela?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Minha mãe, como eu lhe disse, havia uma amizade antiga pelo fato de o Sr. Pastor, falecido pai dele, ser um homem excelente, oriundo da minha igreja, da Assembléia de Deus. Depois ele fundou essa chamada Igreja Evangélica Pentecostal do Brasil para Cristo. Pregador, existia uma amizade antiga.

Este cidadão, o Sr. Ivan Nunes, ia quase todos os domingos buscar a minha mãe - que tem 72 anos, é viúva e mora sozinha - na casa dela para levá-la à igreja dele, nos domingos pela manhã, para ela ouvir as prédicas, os sermões. A amizade era muito grande, a admiração era muito grande. Em determinado dia, cheguei em Porto Alegre e a minha mãe me disse: "Meu filho, o Pastor Ivan veio aqui me visitar e me levou ao banco, abriu uma conta e depositou um dinheiro para mim".

É isso o que sei.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor atribui isso então a laços de amizade, a uma generosidade, a um reconhecimento dele para com sua mãe?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei, não sei, sinceramente não sei. Agora, quem é que sacou isso aí?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não sei!

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Inclusive esse dinheiro foi tirado e repassado para ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sua própria mãe retirou o dinheiro e o repassou para ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Com ele junto.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, ele depositou o dinheiro na conta da sua mãe e, depois, junto com sua mãe, retirou-o e repassou para ele, é isto?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim, senhor!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas por quê?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu que vou saber? Não sei!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu muito menos que não sei, é um fato curioso!

Pergunto a V. Exª: o valor da dívida, o senhor já falou que não se recorda.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Emprestei valores de mil dólares, 2 mil, 3 mil e o último foi no valor de 10 a 12 mil dólares que emprestei a ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer que esse depósito que foi feito na sua conta no valor de um milhão e 500 mil cruzeiros referia-se a esses débitos passados?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Desculpe-me, não entendi.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Esse depósito feito em sua conta, no Banco do Brasil da Câmara, aqui em Brasília, no valor de 1 milhão e 500 mil cruzeiros era para saldar o débito dele para com o senhor?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Parte dele.

O SR. LUÍS MÁXIMO - O restante ele saldou?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu ainda tenho aqui, posso mostrar-lhe? Transamérica, emissora da Fundação Brasileira de Comunicação. Os valores que ele estava me descontando pelos programas em relação à dívida que ele ainda mantinha comigo.

O SR. LUÍS MÁXIMO - A Ação Social Evangélica recebeu duas subvenções: uma, no exercício de 1991, no dia 23 de outubro, no valor de 1 milhão, 786 mil e 495 cruzeiros, e outra, no exercício de 92, no dia 22 de junho, no valor de 200 milhões de cruzeiros. Houve, por parte de V. Exª, atendendo ou não alguma solicitação do pastor, uma mediação, uma interferência para a liberação ou o atendimento desses recursos?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não só com ele. Eu não sou, Sr. Presidente, um despachante de luxo. Todos os nobres Deputados que estão aqui, os Srs. Senadores sabem disso, somos procurados, e o povo não entende a finalidade para a qual estamos aqui: fomos colocados aqui para legislar. Mas nós, o nosso gabinete serve para atender pedidos os mais diversos que chegam ao nosso gabinete. Então, não foi só ele que fez pedidos, nobre Deputado Luís Máximo, mas outras entidades o fizeram também e poderão ser investigadas, a fim de ver se tenho algo a ver com outra entidade.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Vou relacionar alguns nomes, e V. Exª vai me responder se os conhece ou não: Castalha Modas Ltda.?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Como é o nome?

O SR. LUÍS MÁXIMO - Castalha Modas Ltda.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Comércio e Transporte Ltda, chamada Central Norte?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Central Norte é uma empresa de ônibus.

O SR. LUÍS MÁXIMO - V. Exª a conhece?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, não conheço ninguém de lá. Conheço a empresa como um todo.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Transportadora Unigrãos, Comércio e Indústria Ltda.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sei que existe em Porto Alegre, mas não conheço ninguém.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Profissional Foto Ltda.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não.

O SR. LUÍS MÁXIMO - V. Exª não conhece nenhuma dessas entidades? Só por referência, sem qualquer conhecimento pessoal?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, nenhum. Absoluto.

O SR. LUÍS MÁXIMO - V. Exª tem conhecimento de que foram emitidas notas, em nome dessas empresas, para fins de prestação de contas da subvenção recebida pela Ação Social Evangélica?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O conhecimento que eu tenho, Sr. Presidente, é o de que, quando ele fez a prestação de contas - ele fez a prestação de contas, a minha chefe de gabinete tirou cópias de tudo o que recebeu para encaminhar ao Ministério da Ação Social - eles pediram que entregássemos na Ação Social.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Por que a esposa do pastor, D. Marlene Passali Nunes, aos auditores do Tribunal de Contas da União declarou que V. Exª apresentou notas fiscais para que ela fizesse a prestação de contas, contabilmente, e depois essas notas fiscais foram devolvidas a V. Exª. Ela declarou isso...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Negativo.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Sob as penas da lei...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu também, sob as penas da lei!

O SR. LUÍS MÁXIMO - V. Exª nunca entregou nenhuma espécie de nota fiscal?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu nunca entreguei. É claro que não.

O SR. LUÍS MÁXIMO - V. Exª reafirma que não?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu disse, no início do meu depoimento, das minhas declarações, que não tenho ingerência nenhuma nessa entidade, nobre Deputado. Por que eu haveria de fazer - sei lá como é o termo - a busca de comprovação de notas fiscais ou alguma coisa assim? Não há por quê! A única coisa que sei, a única coisa que eu sei - torno a repetir, como disse no início - é que houve um depósito, e esse depósito saiu na imprensa. O que me assustou, desde o início, é que ele teria colocado esse depósito na minha conta através da Ação Social.

O SR. LUÍS MÁXIMO - A Dª Marlene, ao prestar declaração aos auditores, afirma que a entidade por ela presidida não teve participação na montagem da prestação de contas, cujas notas fiscais teriam sido encaminhadas pelo próprio Deputado à entidade para contabilização, com posterior devolução das mesmas. Declarado também que as mercadorias constantes das notas fiscais nunca ingressaram na entidade.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tenho em minhas mãos - o Sr. certamente é conhecedor - cópias da prestação de contas e do balanço patrimonial. Acho que nenhum contador, aqui tem um que assinou e que reconhece a exatidão do presente balanço, não seria eu que iria fazer isto aqui; depois tem o balanço dos resultados e o balanço patrimonial. Não fui eu; se foi ele ou se foi a Dª Marlene ou se foi o Sr. Ivan, Pastor Ivan, porque não quis...

O SR. LUÍS MÁXIMO - Porque veja, nobre Deputado, o senhor veja bem a gravidade das afirmações por ela feitas. Ela diz isso que acabei de ler para o senhor e a auditoria comprovou que as empresas emissoras das notas fiscais, que totalizam 199 milhões e 500 mil cruzeiros, foram visitadas pela equipe de inspeção, tendo sido constatado a sua inexistência de fato. Com relação a existência de direito, através de informação verbal da equipe de auditoria da Receita Federal, foi igualmente constatada a extinção da mesma. Embora solicitado à Secretaria da Receita Federal do Rio Grande do Sul, através de ofício do Sr. Inspetor Regional, uma posição formal sobre a situação das empresas indicadas, não logramos obtê-las por esta via.

Em resumo, Sr. Deputado, o que estou procurando colocar é exatamente este quadro, este quadro dentro do qual Dª Marlene o coloca, no sentido de que o senhor teria ajudado a Ação a conseguir os recursos, que o senhor também tinha em suas mãos declaração dela, papel timbrado da Ação Social, em branco e assinado por ela.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Negativo.

O SR. LUÍS MÁXIMO - E que o senhor, então, teria, depois, apresentado notas fiscais de firmas praticamente inexistentes a respeito da prestação de serviços ou fornecimento de bens, coisas que não deram ingresso dentro da entidade. Então, essas são as declarações feitas por ela.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nobre Deputado, se o senhor me permite responder, o senhor, se procurou, viu quem sacou esses valores; foi inclusive lançado, pelo que vi, aqui, na Fundação Brasileira de Comunicação,...

O SR. LUÍS MÁXIMO - De Comunicação.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Fundação Brasileira de Comunicações.

O SR. LUÍS MÁXIMO - O valor, o senhor veja bem, aqui, os valores que foram creditados...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu vou complementar, vou complementar, se o senhor me permite.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Pois não.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu sei, pelo que conheço dele, ele fez obra de filantropia, fez muito grande obra de filantropia, atendeu às necessidades mais prementes da nossa comunidade; ele fez. Agora, se ele tirou nota antes ou tirou depois, não tenho nada a ver com isso, nobre Deputado.

O SR. LUÍS MÁXIMO - O que nós estamos querendo exatamente é esclarecer, é por isso que estamos insistindo aqui nessas perguntas.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas eu já deixei claro sobre isso.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Porque nós temos aqui os valores, como o senhor falou, para a Fundação Brasileira de Comunicação...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Está nos autos, está nos autos e eu nego o fato da minha participação nesta falcatrua. Eu nego, senhor.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Então o senhor reconhece que houve uma falcatrua, lá, então, praticada; só poderia ter sido praticada pelo pastor e pela esposa dela, pessoas que o senhor salientou que são probas, que são filhos de Deus e que não mentem.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Claro. Mas eu também.

O SR. LUÍS MÁXIMO - O senhor veja bem a preocupação nossa. Tanto o senhor como eles professam uma fé onde um dos pecados fundamentais é faltar com a verdade.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É a mesma sua. O senhor é cristão também.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Sou cristão, sou cristão. É exatamente isso que me causa certa perplexidade, é que o senhor, no início do seu depoimento, deu o seu testemunho da probidade dessas pessoas.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Dei e dou. Eu disse aqui...

O SR. LUÍS MÁXIMO - E agora eles declaram essas coisas que o contrapõe nessa situação.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, a mim não.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Pelas palavras deles.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A mim não. Não, não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- O senhor veja bem, Deputado,...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - De maneira nenhuma. Não aceito.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Veja bem, Deputado: não sou eu que estou atribuindo isso ao senhor, estou apenas sendo a correia de transmissão do depoimento deles a esse Plenário. É isso que digo, porque ficamos perplexos, quer dizer, se ela chegar...Por que ela iria afirmar...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Vou esperar o senhor concluir para eu poder responder.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Pois não.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O senhor concluiu?

O SR. LUIZ MÁXIMO- Pois não.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu disse, desde o início, que ele é homem probo, eu disse, desde o início, que ele fez obra de filantropia, eu disse, desde o início, que eu sei que ele fez obra de filantropia, agora, se arrumou antes ou depois as notas não é problema meu. É isso que quero esclarecer.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Então, nobre Deputado, o senhor nega toda a sua participação no que diz respeito às imputações que lhe foram feitas por Dona Marlene?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Claro que nego!

O SR. LUIZ MÁXIMO- O senhor nega todas elas?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Claro que nego. Recebi valores, mas não tenho como sendo recolhido ou colocado na minha conta pela Fundação.

O SR. LUIZ MÁXIMO- O senhor recebeu valores - falou no plural -, então, esses valores se concentraram em um único crédito em sua conta...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A partir de Cr$ 1,00 são valores.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Sim, mas eu pergunto se foram creditados em momentos diferentes ou se em uma concentração, como esse de Cr$ 1.500 mil?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Penso que foi em uma só.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Seria pelo próprio...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Se fosse em duas, estaria aí a prova, nobre Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Não, porque eles conseguiram levantar por isso. Agora, se tem outros, como o senhor falou valores no plural, então indagou-se...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A partir de um são valores. A partir de um cruzeiro, dois cruzeiros são dois cruzeiros.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Estou querendo fazer exatamente a distinção: valores concentrados em um único depósito ou valores concentrados em mais de um depósito. É essa a distinção que quero fazer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, é um só. Que eu saiba é um só.

O SR. LUIZ MÁXIMO- O senhor conhece o Sr. Clóvis José Tomás?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Não conhece?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- João Carlos Tonetto?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Conhece a empresa Valter Betrani & Cia. Ltda.?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Supermercado Carlesso Ltda?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Marcos Antônio do Carmo Duarte?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Pessoa ou firma?

O SR. LUIZ MÁXIMO- Só tem nome: Marco Antônio do Carmo Duarte.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não conheço. Não senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO- Parece que é pessoa física mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Deputado João de Deus Antunes, V. Exª informou a essa Subcomissão que a entidade, presidida pelo Sr. Ivan e pela Srª sua esposa, tomou-lhe dinheiro emprestado. Foi a entidade que lhe tomou dinheiro ou foi a pessoa?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Pessoal, foi dinheiro pessoal para o Sr. Ivan, não para ela, para ele.

O SR. LÁZARO BARBOZA - A partir de quando V. Exª fez empréstimos a ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Foi mais de uma vez. Agora, a partir de quando, não lembro. Desde o momento em que ele viabilizou e ganhou as concessões, iniciou uma campanha no Rio Grande do Sul, nas igrejas, buscando angariar fundos, não só - veja só - para a instalação das emissoras, como também para obra de filantropia.

O SR. LÁZARO BARBOZA - V. Exª anteriormente já houvera dito que fez esses empréstimos em 1991.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Ou não captei bem?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A partir desse momento.

O SR. LÁZARO BARBOZA - V. Exª, fazendo um esforço de memória, poderia se lembrar pelo menos o mês em que isso ocorreu?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. LÁZARO BARBOZA - No começo do ano, meados do ano, final do ano...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu visitei a sede da igreja dele, em Porto Alegre, umas 5 vezes talvez. Inclusive preguei na igreja dele. Não posso lembrar isso aí, Sr. Deputado.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Pelo menos a última data aproximada que V. Exª fez a ele empréstimo: não dá para lembrar?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Abril ou maio, talvez, de 92. Ele me telefonou dizendo que estava numa situação difícil, tinha esgotado os recursos para instalação, já estava montando a emissora dele, tinha esgotado os recursos, tinha compromissos, tinha mandado fazer alguma coisa para entregar para os carentes e precisava...Eu disse a ele na época que o dinheiro que eu tinha, eu estava guardando todos os meses - eu guardava um pouco e comprava dólares para viajar com a minha esposa; nós íamos, pretendíamos ir à Convenção Mundial Pentecostal das Igrejas Evangélicas, na

Noruega. Nós estávamos guardando dinheiro: eu e a minha esposa. Eu disse que o dinheiro que tinha era o disponível para viajarmos. Ele disse-me, desculpem-me o termo, que quebrasse o galho, e nós fizemos isso. Eu viajei, realmente eu viajei.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. Exª não se lembra em quantas parcelas, ou em quantas vezes foi fornecido esses empréstimos a ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, senhor.

O SR. LÁZARO BARBOSA - E a partir de quando ele fez o pagamento, a devolução a V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não lembro. Talvez, julho ou agosto, por aí.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Julho ou agosto de 92?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - De 92. Um pouco antes de nós viajarmos.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Deputado João de Deus, o problema é que, efetivamente, fica um pouco difícil, porque V. Exª...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, eu tenho um outro. Eu tenho esse de 91, que ele depositou pra mim.

O SR. LÁZARO BARBOSA - É, porque, em 91, ele fez um depósito na conta de V. Exª

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu já tinha emprestado pra ele. Mas ele me pagou diversas vezes. Ele depositou em minha conta, acho, duas vezes; uma ou duas vezes ele depositou. E ele descontou o restante aqui, conforme eu tenho aqui e estou lhe demonstrando.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Deputado João de Deus Antunes, o depósito feito na conta de V. Exª é do dia 24 de outubro de 1991, no valor de um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Quem depositou foi a Ação Social Evangélica. Muito bem! De 1991 a 1993, são dois anos. Quando V. Exª percebeu que esse depósito veio da Ação Evangélica...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu nunca soube que era da Ação Social Evangélica, nobre Deputado. Eu não iria jamais...Era a mesma coisa que eu tivesse uma dívida, ou melhor, eu tivesse um empréstimo para um dos nobres Deputados aqui, ele me pagasse e eu fosse perguntar pra ele se aquele dinheiro estava vindo da CPI do Orçamento. Eu não poderia fazer uma coisa dessas.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Mas o extrato bancário comprova que o depósito foi feito pela Ação Social Evangélica.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim, mas que culpa tenho?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Olha, eu pediria ao advogado para não se manifestar.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, efetivamente, eu não tenho nenhuma outra pergunta relevante a fazer ao Deputado João de Deus. De fato, intrigou-me o fato de esse depósito, de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, ser feito no dia 24 de outubro, o eminente Deputado ter sido o parlamentar que encaminhou os pleitos no Ministério da Ação Social, e que, portanto, se presume, porque todos nós quando acompanhamos qualquer pleito, inclusive, mantemos um vínculo de comunicação com a entidade, ou com a Prefeitura ou com o órgão que vai receber, e que somente agora o Deputado tenha tomado conhecimento de que esse dinheiro, que foi depositado na sua conta, saiu da Ação Social Evangélica.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas é óbvio.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Somente agora decorridos dois anos..

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas ele não me disse.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Eu não tenho mais pergunta a fazer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nobre Deputado, V. Exª me permite, nobre Deputado Lázaro Barbosa?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Claro, claro.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu nunca poderia chegar a pessoa, como o amigo Ivan Nunes, e perguntar para ele: Esse que dinheiro que estás me passando não é de subvenção ou coisa parecida?

Nem por que eu fazer isto. Acho que é um fato normal nós recebermos e não avaliarmos a conduta da pessoa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado João de Deus, V. Exª disse logo no início de seu depoimento que é aposentado.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quantos anos tem V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tenho cinqüenta anos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Exª se aposentou em que ano e quantos anos tinha de trabalho nessa época?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Trinta e um anos e sete meses de serviço e quarenta e três anos de idade; delegado de polícia, vinte e seis anos de policial.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª costuma emprestar dinheiro a seus amigos?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Empresto a muitos amigos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª tem origem no seu imposto de renda para efetuar esses empréstimos?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Acho que sim, penso que sim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Acha ou tem certeza?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tenho certeza, porque esse dinheiro que empresto é dinheiro meu, não é dinheiro de maracutaia.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em nenhum momento eu disse que era dinheiro de maracutaia, V. Exª disse que acha, que pensa. Queremos sim ou não.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não modifica, a resposta é afirmativa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª, então, tem origem no seu imposto de renda.

V. Exª quando declara imposto de renda, faz constar que tem dólares ou cruzeiros?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Cruzeiros.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, V. Exª, sendo pastor, acreditando em Deus, quando declara, mente. É uma pergunta.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Quero lhe dizer uma coisa, que todos nós aqui, certamente, compramos dólar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Estou perguntando a V. Exª se mente em sua declaração de imposto de renda.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, declaro como valores em cruzeiros.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas V. Exª tem dólares?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tive muitos dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muitos dólares.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tendo oportunidade de emprestar, inclusive, para emprestar para o meu amigo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o valor da dívida...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Gilberto Miranda, com a permissão de V. Exª, o Deputado Luiz Máximo pede a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Só para fazer um registro. O nobre depoente diz que todos aqui, certamente, compram dólar. O silêncio pode imputar numa concordância, quero dizer que não compro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tenho certeza que ninguém concorda. Ele tentou jogar a resposta para o plenário.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O meu silêncio aí não é concordância, absolutamente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª, todos que têm deposto, quer nas Comissões, quer nas Subcomissões, Deputado, ou é sobra de campanha, ou não se lembra, ou não tem recibo, ou não tem data, ou não tem o valor correto, era um valor pequeno... É óbvio que todos sabemos que quando se passam um, dois ou três anos, dado às mudanças de moeda, é difícil sabermos exatamente, mas temos noção pelo menos.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nós não temos livro caixa para lançar valores, temos a nossa declaração de imposto de renda, que é o documento fiel.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o valor da dívida que o pastor Ivan tinha com V. Exª? Qual o valor total da dívida? Quanto V. Exª permutou por propaganda nos programas? Quanto V. Exª recebeu?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não foi especificamente permutado para eu tivesse oportunidade de usar as emissoras dele. Emprestei mais de uma vez.

Valores, quanto? Não tenho idéia.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª tem recibo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho. Mas eu disse, desde o início, que ele é meu amigo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas como se empresta dinheiro, não se sabe quanto, não se tem recibo e não se tem valores? Fica para receber quando, quanto e o que?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas é meu amigo, é meu irmão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas mesmo sendo amigo. Também empresto para amigos, mas guardo o valor.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não me considero uma pessoa que vive de usura, não vivo de usura.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em nenhum momento perguntei se V. Exª cobrava juros. Se V. Exª só emprestou e vai receber o valor corrigido, a moeda constante...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Dólar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Temos no Brasil vários referentes. Penso que V. Exª combina com quem emprestou, quando vai receber, o que vai receber.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Dólar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele ficou de lhe pagar. Quanto V. Exª emprestou?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho idéia. Disse a V. Exªs que cheguei a emprestar mil, cheguei a emprestar dois mil, três mil.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual o somatório disto?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho idéia, Excelência.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª quanto ficou de receber, quanto recebeu desse empréstimo que V. Exª fez a ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ele está me devendo ainda, talvez, pelo que ele falou, uns 2.500 dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Está declarado ainda no seu imposto de renda?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, lógico que não!

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª, então, omite os valores que tem a receber. Porque todo mundo coloca: "A receber... tanto... de quem..."

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Todo mundo não. V. Exª pode ter certeza que todo mundo, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu coloco!

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É, V. Exª uma exceção.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, eu acredito que todos aqui coloquem, quem tem para receber coloca.

V. Exª não declarou os dólares que tinha dólares que tinha...?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, estou sendo sincero, estou dizendo que não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Estou só relembrando. Não declarou V. Exª que tinha dólares, declarou que tinha cruzeiros, V. Exª...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Era dinheiro convertido em dólar, eram os meus valores, os meus rendimentos convertidos em dólar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não se lembra V. Exª de quanto, não sabe V. Exª exatamente quanto recebeu... Só para ter uma idéia geral: nunca encaminhou V. Exª notas fiscais?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - De que? Dessa...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Para prestação de contas, para ajudar, para nada?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu já disse para o nobre Senador...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando lhe mandam uma prestação de contas a sua assessoria manda para o Ministério da Ação Social ou V. Exª passa uma olhadela assim, pelo menos?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, eu tenho pilhas de documento que não consigo ver. Eu vou me ater ainda a ver prestação de contas?. Isso não é comigo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando a Senhora, sua mãe, disse a V. Exª que tinha ido com um pastor a um banco, que tinha depositado um valor na conta dela. Não estranhou V. Exª?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Estranhei e disse para ela que ele tinha que devolver aquele valor para ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Depois tentou V. Exª checar se ela tinha ligado para ele ou chamado para devolver.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nunca pensou V. Exª de perguntar para a sua mãe o que tinha acontecido na seqüência ou só agora V. Exª perguntou?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, eu soube que ela havia devolvido para ele. Parece-me que duas ou três vezes acabou devolvendo. Ele foi junto e retirou o dinheiro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não se preocupa V. Exª que com a abertura das suas contas, do sigilo bancário, poderão ser checados esses valores na datas desses cheques?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não me preocupo!

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nenhuma preocupação?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não senhor.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Nobre Deputado, V. Exª, além das atividades parlamentares dedica-se a qualquer outra atividade econômica lucrativa ou que tenha algum resultado financeiro?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sou pastor e sou conferencista.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Mas como pastor e como conferencista V. Exª recebe?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Recebo todas as despesas de viagens. Às vezes, até tenho oportunidade de receber valores.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Causa-nos espécie, nobre Deputado, com os parcos recursos dos subsídios, ainda ter V. Exª o suficiente para emprestar para o seu amigo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Leomar Quintanilha, permita-me interromper para registrar a presença do Presidente da CPI, Senador Jarbas Passarinho. (Pausa)

Volta com a palavra o nobre Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Como dizia, nobre Deputado, causa-nos espécie ter V. Exª amealhado recursos apenas das suas atividades parlamentares para

poder emprestar ao seu amigo, o pastor e cônjuge da Presidente de uma associação beneficiente, o suficiente para instalar uma emissora de comunicação.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ele vendeu a casa dele. Eu não financiei a instalação, a montagem, de todas as duas emissoras, não fui eu. Eu cooperei em alguma coisa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Disse V. Exª que emprestou, embora não saiba o quantitativo...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Emprestei a ele alguma coisa. Agora vou lhe dizer da onde saiu o meu dinheiro.

Em 1989, fui à Europa. Eu sou pregador, sou conferencista. E se V. Exª não sabe, é bom que todos os demais aqui saibam, as Igrejas Evangélicas, na Europa, elas pagam o pregador. Cada mensagem que V. Exª faz, por exemplo, é pago. Na hora que termina a prédica, o pastor chega e entrega na sua um envelope com marcos ou, dependendo, dólar, alguma coisa assim. Estive na Europa, 20 dias, aproximadamente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. Exª saberia precisar, em dólares, e o quanto já recebeu por estas pregações internacionais?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Isso passa de 18, 20 mil. Isso passa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Passa de 20 mil dólares. Quais as ligações que V. Exª tem, além da relação de estreita amizade com o Pastor Ivan e sua esposa, Presidenta da Associação Social Evangélica, quais são as suas ligações, que ocupação V. Exª na Ação Social Evangélica?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu disse, no início das minhas palavras, ao ser argüído: nenhuma. Não sou membro, não sou fiscal, não sou nada, não sou assistente, nem capelão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - E a que V. Exª atribui, então, o fato de a Presidenta da Associação dizer que as notas fiscais de compras, efetuadas com recursos originários da subvenção social, teriam sido apresentados por V. Exª ao contador da instituição, e, em seguida, V. Exª mesma as recolheu para efetuar a prestação de contas?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não as recolhi. Foi mandado para o meu gabinete. Eu não as recolhi, não tomei conhecimento disso aí. Já lhe disse que tenho pilhas de documentos e não me atenho, não sou despachante de luxo para cuidar desse tipo de coisa. Eu tenho um secretariado que faz isso aí, que remete, que recebe e remete. Não sou eu, nobre Deputado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Sr. Coordenador, Sr. Relator, Deputado João Antunes, na verdade, na leitura do relatório, quero dizer que é absolutamente constrangedor ter que inquirir V. Exª como outros parlamentares também, mas na leitura do relatório muitos dados são contundentes na denúncia, no depoimento do Sr. Ivan e da Srª. Marlene, do Pastor Ivan e da sua esposa, que tem uma contradição profunda, é um abismo entre o que ele diz e o que o Sr. aqui relata na Comissão. E o Sr. iniciou o seu depoimento dizendo que esse é um homem de ilibada conduta, probo, honesto e seu irmão. Então me parece estranho...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Irmão de fé.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Que um homem de tamanha confiança sua e de tão probo e tão ilibado tenha feito um depoimento que o coloca numa situação muito difícil diante deste plenário. O Sr. alega que possivelmente essas declarações tenham a ver com uma disputa de espaço político. Foi a única alegação que o Sr. fez para justificar essas declarações, é isso ou o Sr. referencia essas declarações em alguma outra razão?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tinha programas na emissora. Programas na emissora...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Fala no microfone, por favor.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu estava pagando uma média, no programa de Horizontina, vencimento em 10/04, eu estava pagando 140 dólares, no mês seguinte foi 144, no mês seguinte foi 146, enquanto que para outros era a metade, eu achei que isso não dava e saí do ar. Porque ele estava descontando dos valores que ele me devia. Eu reclamei...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então me parece que tem mais problemas, aí, na sua relação com ele.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei se isso aí é problema.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Bom, de qualquer forma, só quero constatar aqui antes de lhe fazer duas ou três perguntas que considero fundamentais. Quero constatar algumas contradições no seu depoimento que dura menos de uma hora. Primeiro, o Sr. falou que não tinha noção do valor da dívida que o Pastor tinha com o Sr., mas no início o Sr. falou que era em torno de 10, 12 mil dólares.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, nunca disse isso. Eu disse que eu emprestei, na última vez, mais ou menos 10 a 12 mil dólares.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Depois o Sr. falou que estava juntando dinheiro para viajar com a sua esposa, e por isso comprava dólar não declarado no imposto de renda. E, agora, no fim, declarou que ganhou um vultuoso volume de dólar, no exterior, fazendo conferências.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ganhei, ganhei. Tenho testemunha que estava comigo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então o Sr. não juntava dólar devagarinho, na verdade, o Sr. ganhou nas conferências como pregador...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não eu junto, até hoje continuo comprando...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Agora esse dinheiro que o Sr. ganhou no exterior o Sr. declarou no seu imposto de renda?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não declarou?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então há uma sonegação de fonte de recursos para a Receita Federal do dinheiro que o senhor tem em mãos e de que faz uso, inclusive para emprestar ao seu amigo Pastor Ivan?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Esse é um registro importante.

Em terceiro lugar, o senhor diz que a sua mãe recebeu esses recursos do Pastor, que foram devolvidos a ele em duas ou três vezes, mas depois declarou que ele foi junto e retirou o dinheiro. Então, também há uma contradição entre as duas informações que o senhor acabou de dar aqui.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, acho que não. A nobre Deputada me diga quais são as contradições.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A contradição está em que o senhor disse que ela abriu a conta para receber o dinheiro e que ele foi junto e recebeu.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ele foi junto, abriu a conta e depositou o dinheiro para ela. Eu disse a minha mãe...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Que devolvesse.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - ... que devolvesse.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está certo. Agora eu quero apenas registrar aqui, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - E foi devolvido, nobre Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - ... que há... É uma coisa que está chamando atenção e que gostaria de registrar aqui. Há no relatório da Receita Federal e, depois, em um relatório do Tribunal de Contas, também, as notas fiscais de prestação de contas da subvenção social, com datas e valores ligados às empresas - que são, exatamente, os mesmos - datas e valores que foram dados à mãe do Deputado João Antunes, ou seja - vou colocar aqui: Nota Fiscal nº 102, de 3/8/92, para a empresa Castalha Modas Ltdaª, 23 milhões. Aí, vem, no extrato bancário da entidade: cheque nº 581357, data, 3/8/92, valor, 23 milhões, destinatário, Maria Antônia Antunes. Existem várias notas fiscais, todas exatamente iguais, ou seja, a mesma data e o mesmo valor de notas fiscais para empresas não existentes, cujo destinatário, no extrato bancário... Tem: Adalton Cardoso Santana, tesoureiro da entidade, que o senhor conhece. Federação Evangélica...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho nada a ver com ele.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor disse que conhece, é isso que estou afirmando.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Conheço.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª não precisa interromper, basta prestar atenção no que estou dizendo. Adalton Cardoso Santana...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É que depois não terei oportunidade, quem sabe, de lembrar.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Federação Evangélica do Rio Grande do Sul, mesma data, mesmo valor, e mesmo valor da nota fiscal da empresa inexistente está dado à entidade do Rio Grande do Sul. Da mesma forma para a Federação Evangélica, para a Fundação Brasileira de Comunicação etc. Então, há uma contradição flagrante no depoimento do Deputado João...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, não existe nenhuma contradição, nobre Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Um momentinho, deixe-me concluir, depois dou o tempo que o senhor desejar e que o Presidente permitir.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas eu gostaria, se a senhora permitir...

A SRª JANDIRA FEGHALI - O que estou dizendo é que há um dado contundente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado, pediria a V. Exª para aguardar a conclusão da Deputada.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu aguardo. Desculpe-me.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª me desculpe, mas estou aqui para tentar ajudar a esclarecer. Se V. Exª tem como comprovar o contrário é o momento de fazê-lo.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas estou comprovando.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, o que estou dizendo é que há um dado no relatório que é contundente. O cheque que foi destinado, por exemplo, à sua mãe, que, lamentavelmente, está envolvida nisso.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu expliquei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A Federação Evangélica, a Fundação Brasileira de Comunicação e o Sr. Adalton Cardoso Santana são beneficiários de valores, da

mesma data, o valor exato das notas fiscais de prestação de contas das subvenções, que são empresas inexistentes, segundo relatório da Receita Federal. Então isso chama atenção e é um dado que acho de contradição profunda entre o que está colocado no relatório e o depoimento.

Outra questão que gostaria de reforçar é que o senhor falou que o empréstimo dado ao Pastor Ivan, que o senhor diz que é seu irmão, pessoa proba, ilibada, excelente pregador etc., foi empréstimo feito em 92, não é isso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A partir de 91.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A partir de 91. Porque, anteriormente, o senhor havia colocado a data de 92. Então retiro essa pergunta.

Por fim, gostaria apenas de perguntar o seguinte: em 91 houve uma subvenção e o cheque que foi colocado na sua conta, que, segundo o senhor, foi para pagar essa dívida da construção das rádios, foi um empréstimo pessoal ao Pastor Ivan. Está certo isso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Para ele, todos os empréstimos que fiz foram pessoais.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Foram individuais. Só que o cheque que está aqui, a cópia que foi para o senhor foi em nome da associação.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas eu não tenho culpa.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor sabia disso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, não sabia.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não sabia disso. Apesar disso o senhor continua dizendo que o Pastor Ivan é um homem probo e ilibado?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Até prova em contrário, é.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Até prova em contrário. Está certo. E os cheques que também... E o senhor falou que o Pastor Ivan vendeu a casa dele para construir as rádios, é isso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas está aqui, também, que a casa construída, que eles têm como patrimônio, foi doada pela Igreja Evangélica. Então ele vendeu uma casa que foi doada pela sua própria igreja.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas ele vendeu e agora colocou na Fundação.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Qual Fundação?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Essa Fundação Brasileira de Comunicação.

A SRª JANDIRA FEGHALI - E um último dado, apenas, para que possamos computar o valor do seu patrimônio: qual é o salário da sua aposentadoria, como delegado?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Acho que esse mês vai dar 600 mil cruzeiros.

A SRª JANDIRA FEGHALI - 600 mil cruzeiros. Muito obrigada, Sr. Presidente!

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas tenho que responder, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, Deputado.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Em relação ao envolvimento da minha mãe, acho que jamais alguém, em sã consciência, envolveria uma senhora já de idade.

A SRª. JANDIRA FEGHALI - O nome dela, que está no relatório, diz que ela está envolvida em corrupção. O nome dela está aqui e, lamentavelmente, ela é destinatária de um cheque cujo valor e data consta de uma nota fiscal de uma empresa que não existe! Acho lamentável isso, mas é o dado que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª ainda quer responder à Deputada?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A nobre Deputada falou sobre notas frias ou falsas; não tenho nada a ver com isso. Eu respondi, não tenho nada a ver com notas! Ela me argüiu.

O cheque de 91, que foi depositado através da Ação Social, respondo mais uma vez, repetindo: eu não poderia jamais ir argüir uma pessoa que considero. Se ele tinha tirado esse dinheiro da CPI do Orçamento, isso é...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Da CPI certamente ele não tirou!

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É claro! A nobre Deputada está entendendo a colocação que estou fazendo ou se era de qualquer outro meio escuso que ele estava me colocando; se era de subvenção, disso ou daquilo. Ele me pagou, sou credor; ele, o devedor. Ele me pagou e encerrou para mim.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pergunto ao Senador Carlos Patrocínio se quer fazer uso da palavra. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, basicamente, eu não teria de fazer mais nenhuma pergunta, já que o assunto parece-me esgotado.

As afirmações do nobre Deputado João de Deus contradizem totalmente o depoimento ou os depoimentos da Srª. Marlene e do seu esposo, o Pastor Ivan, que fizeram essas declarações, sabedores que poderiam estar em curso em alguma penalidade se fizessem declarações falsas.

Mas eu gostaria de fazer uma única pergunta. Nobre Deputado João de Deus, consta que V. Exª teria procurado o Presidente desta Comissão, o Senador Jarbas Passarinho, e feito a ele algumas declarações. V. Exª pode reproduzir, ainda que de maneira aproximada, essas declarações que fizera?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Posso. Procurei-o e disse-lhe que eu gostaria de ser chamado à Subcomissão porque havia uma denúncia contra mim de que teriam repassado para mim 12 mil dólares. Quero dizer que também faço obra de filantropia. Tenho hoje estocado em Porto Alegre talvez uns mil quilos de arroz que comprei, com o meu dinheiro, de uma entidade no interior do Rio Grande do Sul.

Minha esposa é costureira, juntamente com outras senhoras, dentro da nossa Casa, na SQN 302. Ela faz camisas, e nós as distribuímos - com retalhos, com pedaços de pano - para os carentes e necessitados.

- Então, o dinheiro que ele me repassou como pagamento não da ação social, mas um pagamento de dívida pessoal que ele tinha comigo, eu o estou gastando e fazendo filantropia ainda hoje.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Quer dizer que V. Exª, no exercício de 1991, no dia 23/10/91, a Ação Social Evangélica recebeu do Ministério da Ação Social 1 milhão, 786 mil cruzeiros e 495. No outro dia, no dia 24/10, foi colocado na conta de V. Exª 1 milhão e 500 mil cruzeiros. Esse dinheiro teria servido para V. Exª fazer as suas distribuições?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, pagamento do que ele já estava me devendo. Repito: não fui buscar a fonte de onde ele tirou o dinheiro.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, eu praticamente declinaria da interpelação. No entanto eu queria apenas que o Deputado me esclarecesse algumas questões.

Na sua visão, V. Exª acredita que "armaram" contra o senhor? Quem não seria probo, já que o pastor e V. Exª o seriam?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu quero dizer-lhe o seguinte: sei que houve distribuição e atendimento, mas eu disse aqui, talvez conste das notas, eu disse aqui que, se ele buscou notas depois ou antes, eu não sei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Alguém roubou esse dinheiro.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas não fui eu.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Se não é o senhor, é ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, eu disse...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deixou de ser probo a partir desse momento?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ele.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Isso é um julgamento.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Se o senhor não fez fraude...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Isso é um julgamento que o senhor faz. Agora, eu disse que às necessidades do povo ele repassou algo, fazendo obra de filantropia. Se ele buscou antes ou depois as notas...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - As notas fiscais são frias.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - É o que estou tentando argumentar e explicar. Não sei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Nota fiscal fria, de entidades que não existem, são fantasmas. O senhor ainda insiste em dizer que esse homem é probo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Até provem em contrário, para mim é!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - As provas estão aqui.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Para mim era.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Começou a mudar.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Até provem em contrário...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor não acha coincidência extrema o fato de ter aqui valor de nota fiscal exatamente igual ao valor do cheque colocado na conta da sua mãe?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas eu não...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - É coincidência extrema ou o senhor acha que isso aqui foi feito para lesar o recurso da União destinado a uma entidade?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não posso atribuir um juízo com base nisso aí, nobre Deputado, eu não posso. Eu já expliquei, enfatizei a respeito do momento como foi feito isso aí.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor conhece essa entidade muito bem. O senhor se disse amigo da família, do Pastor Ivan. Essa entidade mantém quantas mil crianças estudando?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mais de cem? Mais de quinhentas? São mil crianças?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei, não é da minha comunidade. Minha comunidade é a Assembléia de Deus; a dele é Brasil para Cristo. Eu disse que eu não o tenho visitado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Essa entidade funciona ainda hoje fazendo assistência?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Funciona.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Educandos?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Funciona. Pelo que sei, funciona.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Há doentes também? Assiste?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Também.

O SR. GIOVANNI QUEJROZ - Pessoas doentes. E as crianças que estudam o senhor sabe o número?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não sou membro...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Há vinte dias, num telefonema que fizemos a esta entidade, afirmou-nos a senhora que o atendeu que a entidade estava praticamente paralisada nas suas funções, nas suas atividades.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Se paralisou foi desde o momento que se mudaram de Porto Alegre para Santa Maria.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quando...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ele vendeu a casa dele...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quando se deu isso? O senhor se lembra?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Acho que foi este ano ainda. Ele vendeu a residência dele e mudou-se.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Edson Andrino.

O SR. EDSON ANDRINO - Sr. Presidente, eu gostaria de saber do depoente, Deputado, quantos anos ele tem. Cinqüenta anos? Há quanto tempo está aposentado?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Há sete anos.

O SR. EDSON ANDRINO - Aposentou-se com 26 anos de trabalho, como delegado?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, eu me aposentei com o tempo de 31 anos e 7 meses.

O SR. EDSON ANDRINO - Começou a trabalhar com que idade?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Comecei a trabalhar com 8 anos de idade.

O SR. EDSON ANDRINO - E de 8 anos contou?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, coloquei aí duas licenças-prêmio, tempo de quartel.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª afirmou que o Sr. Ivan ainda devia a V. Exª em torno de 2 mil e 500 dólares. S. Exª afirmou para o Senador.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Talvez isso.

O SR. EDSON ANDRINO - Talvez isso. Como é que V. Exª sabe que o Sr. Ivan lhe devia ainda 2 mil e 500 dólares se o senhor não sabe quanto emprestou para ele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nós conversamos, reclamei a respeito desses valores aqui, da emissora que eles estavam me cobrando, e ele disse que ainda estava me devendo aproximadamente isso.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª não tem nenhum controle do empréstimo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho.

O SR. EDSON ANDRINO - Nenhum?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não tenho.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª disse que também empresta dólares para outros amigos seus.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Amigos.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª não sabe quanto eles lhe devem também?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Quem?

O SR. EDSON ANDRINO - Esses amigos que V. Exª empresta.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não tenho, agora, no momento nenhum emprestado.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª sabe o nome desses amigos que V. Exª emprestou dólares?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Tenho, dona Leia Barbosa.

O SR. EDSON ANDRINO - Essas notas dessas empresas, algumas frias e outras empresas que existem, V. Exª não conhece nenhuma empresa dessa?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não.

O SR. EDSON ANDRINO - Mas foi o gabinete de V. Exª que entregou essas notas para fazer compro...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, senhor!

O SR. EDSON ANDRINO - Não!?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Negativo.

O SR. EDSON ANDRINO - No Tribunal de Contas ou no Ministério do Bem-Estar Social?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Quando eles mandaram para nós, nós fomos... a minha secretária foi ao Ministério e entregou.

O SR. EDSON ANDRINO - Essas notas.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Foi pedido para que o nosso gabinete fizesse a entrega da prestação de contas.

O SR. EDSON ANDRINO - Está bom, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O Senador Gilberto Miranda pede a palavra ainda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Umas perguntas mais ao Sr. Deputado João de Deus para fazer um juízo melhor.

Quantas viagens V. Exª fez ao exterior?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu fui em 89 à Europa; eu fui a Cuba, em dezembro de 92, e eu fui a Amsterdã, a Holanda e a Paris, na França, em fevereiro deste ano.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quantas línguas V. Exª fala?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não sou poliglota. Falo apenas o Portunhol.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só o Portunhol.

V. Exª disse que ganhou aproximadamente 18 mil dólares fazendo palestras no exterior.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Com intérprete! Com intérprete.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª fez palestra para essas igrejas com intérpretes.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Intérprete.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Com intérprete.

V. Exª...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nós recebemos também de lá para cá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. V. Exª fez com intérprete.

V. Exª tem alguma correspondência, alguma conta telefônica que comprove que V. Exª marcou essas aproximadamente 18 palestras no exterior, em que país e quando?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Alemanha, Suíça. Estive Liechtenstein. Estive na Áustria. Estive em Portugal. Um dia em Portugal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª nesse período conseguiu fazer 18 palestras, tendo ficado 18 dias no exterior?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Dezoito palestras. Domingo nós chegamos a fazer três palestras.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E ganhava três mil dólares, então?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não falei em valores.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. V. Exª falou que ganhava aproximadamente mil dólares por cada palestra...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não falei. Não falei em valores. Não, senhor.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Chegava... até em marcos recebia. O Pastor vinha e dava o envelope.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não. Mas eu não falei em valores. Não falei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quanto V. Exª ganhava por cada palestra?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ah! isso dependia de cada igreja. Do tamanho da igreja.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O mínimo e o máximo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nós chegamos receber 800, 900, 1.000, 1.200 dólares nós recebemos em igreja.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª poderia apresentar a esta Subcomissão duas, três, cartas? Algum convite com as datas marcadas daquela época dessas palestras?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu fui com uma data marcada e a convite para a Alemanha. Tinha uma Convenção da Igrejas Evangélicas na Alemanha. Eu fui e, lá, a partir daquele momento foi feito um roteiro, onde nós passamos juntamente com um cidadão que é cantor, Hebert Isler, do Canadá, passamos a fazer esse trabalho nas igrejas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Para julgamento de V. Exª, se V. Ex sentasse aqui e nós sentássemos aí, sem data, sem documento, sem comprovação, sem absolutamente nada, como V. Exª se sentiria?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu acho que o senhor está me julgando e prejulgando, considerando-me...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Não. Estou perguntando o contrário. Como V. Exª se sentiria no nosso lugar, fazendo o contrário?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu não sei. Eu sou o arguído.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, duas pequenas perguntas, mas me parecem importantes em virtude da exposição do eminente Deputado João de Deus.

O Deputado João de Deus já tem todo o dossiê, que está em poder da Comissão. E esse cheque, se não me engano é 24 de outubro de 91, é um cheque nominal da Ação Evangélica. Tem um nome do social evangélico. O Deputado João de Deus alegou que não tomou conhecimento dos depósitos efetuados na sua conta, reiterou isso. No momento em que recebeu esse cheque o Deputado João de Deus endossou...Não tinha idéia de que foi da Ação Social Evangélica o cheque de 1 milhão e 500 mil?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O senhor poderia, por obséquio, repetir?

O SR. ELCIO ALVARES - Este cheque - eu exibo ao depoente - no valor de 1 milhão e 500 mil cruzeiros, ele foi um cheque nominal. Ocorre que esse cheque nominal evidentemente V. Exª alegou que não tinha conhecimento de transferência ou depósito da Ação Social Evangélica para a sua conta. No momento em que V. Exª recebeu esse cheque, foi endossado por V. Exª para a respectiva conta?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não lembro. Com sinceridade, não lembro. Foi depósito?

O SR. ELCIO ALVARES - Não. O cheque foi dado a V. Exª como cheque nominal. Evidentemente, V. Exª teria de endossá-lo para haver o depósito na sua conta. Estou fazendo esta pergunta porque se houver o levantamento do extrato de conta esse cheque poderá aparecer. V. Exª alegou, aqui, em termos gerais, que não tinha nenhum conhecimento a respeito de depósitos feitos pela Ação Social Evangélica em suas contas e me parece que esse cheque nominal, que deve existir, está, talvez, na conta de V. Exª - não estou presumindo, porque talvez V. Exª tenha recusado o cheque - mas V. Exª não tomou conhecimento, especificamente, do...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Da entidade que estava me mandando, não.

O SR. ELCIO ALVARES - Recebeu o cheque e não tomou conhecimento.

Deputado João de Deus, apenas para complementar um raciocínio: a data em que o senhor viajou para a Noruega?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - A data em que fui para a Noruega? Já lhe digo: foi em 1992, setembro - parece-me.

O SR. ELCIO ALVARES - Em setembro de 1992.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Era na Conferência Mundial Pentecostal.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, a Mesa há de me permitir ler o resumo das conclusões do Relatório de Auditoria que, em sua essência, é um libelo acusatório contra o nobre Deputado João de Deus.

> "A Presidente da Entidade Ação Social Evangélica, Srª Marlene Peçoli Nunes, prestou depoimento aos Auditores da Secretaria da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União em 19 de novembro de 1993, informando que no ano de 1992 o Deputado João de Deus Antunes viabilizou para a Entidade a liberação de subvenção social do Ministério da Ação Social, MAS, no valor de 200 milhões de cruzeiros, equivalentes a 44 mil dólares, por intermédio do encaminhamento de solicitação ao MAS, em folha timbrada da Entidade, que, preliminarmente, foi assinada em branco pela Presidenta da entidade e, posteriormente, enviada ao Deputado para que o mesmo pudesse preenchê-la de acordo com o seu interesse. Esse recurso foi creditado na agência São João, do Banco do Brasil, conta 4.048/7 e, em seguida, houve vários saques que foram entregues ao Deputado João de Deus Antunes. Quando da prestação de contas ao MAS, a Entidade recebeu do Deputado João de Deus Antunes notas fiscais para a escrituração contábil, referente aos saques efetuados em benefício do citado Deputado. Porém, as mercadorias constantes das notas fiscais nunca ingressaram na Entidade e nem tampouco foram distribuídas pela mesma comunidade. Ademais, após a contabilização, as notas fiscais foram devolvidas ao mencionado Deputado, não tendo a Entidade participado na elaboração da prestação de contas. Antes de prestar essas declarações, a Presidenta da Entidade foi alertada de que é crime contra a ordem tributária a prestação de declarações falsas às autoridades fazendárias, cabendo pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa."

Nobre Deputado, V. Exª, no seu currículo, expressa que é Bacharel em Direito e que exerceu, como servidor público, no Rio Grande do Sul, o cargo de Delegado de Polícia. Evidentemente, eu acabo de ler, aqui, uma acusação formal contra V. Exª por um crime previsto no Código Penal - no mínimo, o desvio de verbas - previsto no art. 315.

V. Exª deve ter feito muitos inquéritos policiais ao longo dos seus serviços prestados à segurança pública do Rio Grande do Sul. Há de me permitir V. Exª que um fato dessa natureza, com uma acusação direta, evidente que caberá ao acusado o ônus da prova, porque é a exceção prevista no Código de Processo Penal. Quando não se baseia uma defesa numa excludente ou numa dirimente, o ônus da prova se inverte. Caberá a V. Exª, portanto, afirmar: "Não pratiquei e não o fiz em função disso, disso, disso e daquilo"! Há de permitir V. Exª, com todo o respeito ao nosso coleguismo e sobretudo no momento angustioso que estamos passando, altamente constrangedor.

E, neste momento, quero fazer aqui a reverência ao nome da Srª sua mãe, que está inserido dentro dessa promiscuidade que atenta e que, sobretudo, agrava os sentimentos humanos daqueles que compõem o Congresso Nacional.

Pergunto a V. Exª: desminta esses fatos, na afirmação concreta de que V. Exª não praticou aquilo sobre o qual a Receita Federal e o Tribunal de Contas da União o estão acusando. É o que peço.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu desmentir?

O SR. NELSON TRAD - É, provando que não praticou isso que aqui se encontra.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Mas estou, de todas as formas, me defendendo e dizendo que não participei. O fato de esta senhora ter sido alertada a respeito do crime que poderia estar cometendo com as suas alegações falsas não é problema meu, nobre Deputado! E o fato de a minha mãe estar envolvida nisso, eu disse aqui o que aconteceu. A minha mãe está hoje de cama, passando mal. Ela disse: "Meu filho, parece mentira! Depois de velha, 72 anos, viúva, alquebrada, eu me tornar uma Ana Acioli"! Não tem cabimento! O senhor pensa que não estou sofrendo? O senhor pensa que isso não me macula? O senhor pensa que não tenho vergonha? Eu tenho vergonha! Como homem que sou, tenho vergonha. Probo, de ilibada conduta, sempre fui honesto por onde passei. Se o senhor entrar dentro da Polícia do Rio Grande do Sul e procurar saber quem foi João de Deus, o senhor vai saber quem foi João de Deus! Tive quinhentas mil oportunidades de me corromper e nunca o fiz, nobre Deputado. Agora, é muito fácil jogar lama e macular o nome de pessoas, como está sendo feito aqui.

Homens que, tenho certeza, pelo passado, são honestos, como o Ministro da Justiça, dizem que tem 63 entidades fantasmas e que as passava para o seu nome. Disseram-me que o nobre Ministro Fernando Henrique Cardoso sonegou impostos e modificou o seu imposto de renda.

Vou lhe dar mais uma prova: vendi um carro este ano e paguei o imposto de renda de um carro. Hoje fiquei sabendo que não precisava pagar, mas paguei.

- Mas quem te disse que precisava pagar?

- Alguém me disse que eu tinha que pagar e paguei!

O SR. NELSON TRAD - Nobre Deputado, então, apenas de forma sintética, dê uma indicação, tênue que seja, um sinal, cinzento que seja, para que possamos desacreditar nas informações existentes nos documentos que nos chegaram às mãos.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não sei qual a informação que o senhor quer que eu dê, depois de tudo o que eu respondi, procurando me defender.

O SR. NELSON TRAD - Então, eu agradeço.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Com sinceridade, não sei.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Só para completar o raciocínio do nobre Deputado Nelson Trad. Eu gostaria de indagar ainda do ilustre depoente se por estas afirmações que ele considera falsas, de autoria de seu amigo, do seu irmão e de sua esposa, presidente da associação, se V. Exª já processou ou pretende processá-los por injúria.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Nós vamos estudar este caso. Eu estou com meu advogado e pretendo estudar este caso. Eu acho que uma pessoa como ela, com esta senhora, que tem curso superior, não poderia jamais, de maneira nenhuma, permitir que alguém, mesmo um deputado como eu, João de Deus, tivesse o livre arbítrio para movimentar aquilo que não me diz respeito, mas sim a ela. Acha que está certo? Uma pessoa esclarecida... Olha, eu, com sinceridade, saio sem saber o que dizer, depois de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado João de Deus, antes de encerrar esta reunião, eu pergunto: V. Exª poderia explicar como, em 1991, para a Ação Social Evangélica, foi liberado apenas a quantia de três mil dólares, e em 1992, foi liberada a quantia de 63 mil dólares.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ou 44?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não. A quantia liberada pelo Ministério foi de 63 mil dólares. Na denúncia, a Presidenta diz que recebeu, nesta oportunidade, 44 mil dólares. Mas o que temos, aí, como informação, é que, em 92, foi liberada a quantia de 63 mil dólares; mesmo 44 mil. Como é que, de um ano para outro, a entidade teve oportunidade de multiplicar a liberação da dotação ?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu acho que os valores não representam nada, pelo fato de um ser maior do que o outro. Não representam. Eu penso que não, porque temos entidades que receberam dez vezes isso aqui. Entidades que não são evangélicas, que não foram abertas e que receberam dez vezes mais, eu não sei dos valores, muito mais do que isso aqui. Agora, estava na boa vontade, quem sabe, como eu lhe disse, foi pedido 150, e parece-me que saiu 200, como consta aqui. Não sou eu que faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª foi o responsável pelo pedido de liberação, tanto em 91 como em 92 ?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Claro, não só dessa, como de mais outras entidades. Eles mandavam para nós, e fazíamos o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado João de Deus, V. Exª declarou à **Folha de S. Paulo** que recebeu doze mil dólares do total liberado para a Ação Social Evangélica de Porto Alegre.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - .. fiquei sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Segundo o Deputado, o dinheiro foi gasto em alimentos para famílias carentes, uniformes para crianças, na compra de óculos e .. V. Exª confirma essa declaração ?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - O meu valor, que eu recebi, não da Ação Social, eu recebi um pagamento de um empréstimo pessoal que eu tinha feito a ele, e que fiquei sabendo, depois, que foi a Ação Social que me pagou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado João de Deus, o Senador Elcio Alvares quer complementar.

O SR. ELCIO ALVARES - Esses doze mil dólares que V. Exª recebeu, Deputado João de Deus, foram para comprar, especificamente, alimentos, conforme consta?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, especificamente, não. Eu comprei alimentos e óculos. Eu disse que continuo fazendo este trabalho.

O SR. ELCIO ALVARES - Dinheiro que não teria, evidentemente, a comprovação de recibos e notas fiscais, porque V. Exª disse que foi uma obra assistencial.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, alguma coisa, talvez eu tenha em matéria de comprovação. Meu, meu, especificamente.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas, necessariamente, a respeito desses doze mil dólares, V. Exª não tem ?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não, claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Ao final de nossos trabalhos, eu quero apenas declarar, em nome da coordenação da Subcomissão, ao Deputado João de Deus.. Bem, V. Exª ainda quer usar a palavra.

Com a palavra, o Deputado João de Deus.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu gostaria de mostrar para os senhores, ninguém, ou melhor, nenhum dos senhores, componentes desta Subcomissão, fez uma referência maior a respeito desse adendo que a Srª - não sei se foi ela quem mandou, quem foi que mandou, os dois assinaram - adendo em cima daquele primeiro que eles fizeram. Tem a credibilidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Encerrada essa reunião, quero apenas dizer, em nome dessa Subcomissão, ...

O SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não entendi o que o depoente quis dizer com essa última formulação.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Eu disse que houve duas declarações: a primeira é o resumo; a segunda é o adendo que eles mandaram, protocolado ontem no Tribunal de Contas. Posterior às primeiras declarações saiu uma outra, que eu tenho aqui, e certamente o nobre Presidente também. Não? O Sr. Ivan Nunes ou a Dª Marlene?

A SRª JANDIRA FEGHALI - O adendo confirma as acusações.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Não confirma as acusações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O depoente, Deputado João de Deus Antunes, está fazendo referência a um documento que foi enviado a ele pela Inspetoria do Rio Grande do Sul do Tribunal de Contas da União, mas consta já do relatório, já em poder da Comissão.

O SR. EDSON ANDRINO - Sr. Presidente, V. Exª me permite só uma pergunta, bem rápida, para o depoente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não. Para encerrar, o Deputado Edson Andrino pede a palavra.

O SR. EDSON ANDRINO - V. Exª disse que acredita no Sr. Ivan, porque foi ele que disse para V. Exª que V. Exª ainda deve 2 mil e 500 dólares para ele, está certo?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Possivelmente esse valor.

O SR. EDSON ANDRINO - Possivelmente. V. Exª acredita nele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Acredito.

O SR. EDSON ANDRINO - E acredita que ele passou esses recursos todos para V. Exª.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Qual o recurso?

O SR. EDSON ANDRINO - Esses da entidade.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Ah! Mas eu não sei.

O SR. EDSON ANDRINO - Mas V. Exª diz que acredita que ele...

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Olha, com sinceridade, se eu estou me defendendo, dizendo que eu não peguei esses valores, o senhor está perguntando para mim se eu acredito que ele passou, eu estou dizendo que não. Eu estou negando.

O SR. EDSON ANDRINO - É que V. Exª disse que não sabe quanto emprestou para ele, mas acabou de afirmar que acredita nele, porque ele lhe disse que V. Exª ainda lhe deve 2 mil E 500 dólares. V.Exª acredita nisso?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Acredito, inclusive nunca fui procurar saber se o dinheiro que estava me repassando era disso ou daquilo. Era uma dívida que ele estava me pagando.

O SR. EDSON ANDRINO - Mas ele também diz aqui no depoimento, e a sua esposa, que esses recursos, dessa entidade religiosa, ele passou para V. Exª. V. Exª acredita também nessa afirmação dele?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Claro que não.

O SR. EDSON ANDRINO - Acredita em uma e não acredita na outra?

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Sim, mas eu tenho uma dívida com ele, eu tenho. Ele tem uma dívida comigo. Agora, eu não tenho dívida com ele.

O SR. EDSON ANDRINO - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Srs. Membros da Comissão, em primeiro lugar, encerrando esta reunião, eu gostaria de avisar que o depoimento do Deputado Daniel Silva foi transferido de 9h da manhã,de amanhã, para às 15h de amanhã.

Então, o Deputado Daniel Silva vai ser ouvido por esta Subcomissão, amanhã, e não mais às 9h da manhã, como inicialmente anunciado.

Também gostaria de dizer ao Deputado João de Deus que esta Subcomissão não fez acusações a esmo, como V. Exª afirmou, principalmente no final das suas respostas.

Esta Subcomissão limitou-se, aqui, a fazer perguntas baseadas em documentos do Tribunal de Contas da União e da Receita Federal. Pois tanto o Tribunal como a Receita foram acionados por esta Subcomissão, atendendo, até mesmo, a uma delegação da própria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES - Quero pedir desculpas pela, quem sabe, exaltação de ânimos, mas isso aqui, para nós, é vergonhoso. Nos causa um constrangimento violento, e tanto enfatizamos e são repetitivas, quem sabe, até as perguntas, que extrapolamos e passamos dos limites, dando a entender que estamos desgostosos, achando até que os nobres Deputados estão me acusando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço ao Deputado João de Deus.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h16min.)

Depoimento do Sr. Deputado Daniel Silva

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Está aberta a reunião.

Srs. Membros da Subcomissão de Subvenções Sociais, já se encontra no nosso recinto o Deputado Daniel Silva.

A exemplo do que ocorreu ontem, peço que tomem assento à Mesa Diretora o Senador Elcio Alvares e o Deputado Nelson Trade, para colaborarem com a coordenação dos nossos trabalhos.

Peço que fiquem de pé para ouvirmos o termo de compromisso.

O SR. DANIEL FILHO - "Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Daniel, passaremos à qualificação da testemunha.

O nome de V. Exª?

O SR. DANIEL SILVA - Daniel Silva Alves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Estado civil?

O SR. DANIEL SILVA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Profissão?

O SR. DANIEL SILVA - Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Endereço?

O SR. DANIEL SILVA - Rua Hermes da Fonseca, nº 286, Ed. Jussara, apt. 104.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª terá um tempo inicial para fazer uma exposição. V. Exª quer usar desse tempo?

O SR. DANIEL SILVA - Quero, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Daniel Silva.

O SR. DANIEL SILVA - Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Membros, chegando à cidade de Imperatriz, na quinta-feira - como é de costume, saí de Brasília para as minhas bases eleitorais -, fiquei surpreso quando alguns órgão de comunicação vincularam o meu nome como um dos envolvidos na chamada "Máfia do Orçamento" - a CPI, que está apurando as irregularidades do dinheiro público, que é destinado às prefeituras e a outros órgãos.

Não assisti, mas fiquei esperando chegar a noite e, logo que iniciou o Jornal Nacional, ali foi mencionado o meu nome - como eu havia recebido um cheque de 170 milhões de cruzeiros da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Fiquei surpreso, Sr. Presidente e Srs. Membros, porque sou um político que faz política com as bases mais pobres, com as classes mais pobres.

Como chegou essa notícia de que o Deputado Daniel Silva havia recebido 170 milhões da Prefeitura? Quero aqui esclarecer a V. Ex^s a origem destes 170 milhões de cruzeiros.

Sou um político e acredito que os senhores sabem muito bem que o político do interior é muito cobrado; ele precisa de colocar uma casa de barro, arrumar uma estrada. Os eleitores acham que pelo fato de você ser Deputado Federal ou Estadual - e quero dizer também a esta Comissão que, quando me elegi Deputado Federal, eu era Deputado Estadual.

Em maio de 1992, adquiri uma patrol no valor de 46 milhões e 500 mil cruzeiros. Por quê? Porque na minha campanha de 92, para os meus candidatos a prefeito, eu era muito cobrado; todos os meus candidatos eram da oposição. Eles queriam que eu tivesse uma participação maior para ajudá-los na campanha, e nós éramos muito cobrados para abrir uma estrada, o pessoal pedia, e eu dizia: - nós não podemos competir com o prefeito!

- Mas, Deputado, nós queremos um trator, uma máquina; o pessoal nos pede para abrir uma estrada, para fazer um campo de futebol, e o prefeito nos consegue quando precisamos desse equipamento. E, inclusive, essa pessoa que me vendeu essa máquina, essa patrol, de vez em quando me ajudava; quando eu pedia uma caçamba para colocar resto de barro para alguém que me pedisse, ele me emprestava. Até que nós chegamos ao ponto dele me dizer: "Daniel por que você não compra uma máquina?" Eu dizia: "Olha, eu não tenho condições de lhe comprar uma máquina; depende do preço da máquina". Então, ele me ofereceu essa máquina no valor de 46 milhões e 500 mil.

E como as eleições estavam perto, eu pensei, pelo menos, vou fazer força para conseguir esse equipamento, porque com esse equipamento eu vou ter condições de ajudar mais os meus candidatos a Prefeito.

Eu tinha, na época, uma caminhonete e um Del Rey 86. Ele pediu 46 milhões e 500 mil na máquina. Eu lhe disse: "Olha, eu tenho um Del Rey 86; da caminhonete eu não posso me desfazer, porque é o carro para eu fazer a minha campanha, para eu andar no interior. Essa eu não posso vender". Nós entramos em detalhes e ele me vendeu a patrol por 46 milhões e 500 mil. E e eu tinha o corcel, o Del Rey 86, que entrou por 20 milhões de cruzeiros, em maio de 92, e o restante ele disse: "Deputado, eu sei, eu lhe conheço há muito tempo, você é meu amigo, e você vai pagando da maneira como puder". E, assim, ele confiando na minha pessoa, que eu ia ter condições não de pagar de uma vez, mas de pouco - eu já era Deputado Federal, a situação muito difícil, aqui, os senhores muitos podem não ter, mas a minha situação sempre foi difícil - e, assim, fiz esse negócio.

Quando foi em setembro, perto das eleições, com essa máquina que eu trabalho no meu município, na minha região, e quando foi em setembro a CONSTRUMAX, que já trabalhava para a Prefeitura de Imperatriz me propôs a comprar essa máquina. E eu vendo que já faltava poucos dias para as eleições, resolvei vender essa máquina para a CONSTRUMAX, que é a construtora que trabalhava para a Prefeitura. O meu irmão era Prefeito, quatro anos na oposição, não tinha verbas para trabalhar, não tinha como me ajudar, então, eu vendi essa máquina para a CONSTRUMAX e a CONSTRUMAX ficou no compromisso de, quando recebesse o dinheiro da Prefeitura, me fazer o pagamento.

Então, Sr. Presidente, Senador Garibaldi, nobres colegas, eu fiz um negócio lícito. Se eu tenho uma patrol, eu posso vender para quem eu quiser. E se o dono da construtora se interessou em comprar essa patrol, não tinha por que não vender essa patrol.

No dia 24, quando o Prefeito - ele só podia receber dinheiro quando o Prefeito recebesse também - recebeu dinheiro, eu deixei uma pessoa por nome de Francisco Carvalho Cunha - esse rapaz trabalha na SUCAM, é meu amigo, quando eu preciso dele, ele que faz todo o trabalho nas horas de folga dele lá no trabalho dele, quando ele sai do trabalho procura sempre me atender, muitas vezes está no trabalho, eu peço para que ele faça um serviço rapidinho pra mim e ele faz: levar uma pessoa no hospital e outro, quando ele está de folga, ele faz isso para mim. Quando eu estou em Imperatriz, que eu viajo fim de semana, ele viaja comigo. Todo fim de semana que estou lá, que ele não está trabalhando, viaja comigo para o interior - então, eu falei para Pereira que estava precisando de dinheiro e pedi que o primeiro que saísse da Prefeitura, que ele recebesse o pagamento, que ele me pagasse o máximo que ele pudesse.

Eu vendi a máquina para o Pereira por 185 milhões de cruzeiros. E como ele recebeu dinheiro no dia 24, eu falei para o Francisco que fosse até a CONSTRUMAX, para que o Pereira me efetuasse o pagamento da máquina. Ele recebeu um cheque de 170 milhões de cruzeiros... O Francisco foi até a CONSTRUMAX receber o cheque de 170 milhões de cruzeiros no nome da CONSTRUMAX; o cheque foi da Prefeitura para a CONSTRUMAX. Ela pagando uma conta, porque a CONSTRUMAX trabalhava na época para a Prefeitura Municipal de Imperatriz.

Eu estava em Brasília. Se eu estava recebendo uma conta eu acredito se fosse um dinheiro que eu quisesse desviar, tirar do Município, que o Prefeito de Imperatriz não tinha condições de passar uma quantidade dessa prá mim porque o Prefeito, realmente, estava numa situação muito difícil. Foram 4 anos de dificuldades que ele enfrentou na sua administração em Imperatriz.

O Sr. Francisco foi até à CONSTRUMAX, pegou o cheque em nome da CONSTRUMAX, fazendo o pagamento e lá estavam as notas fiscais todas do trabalho prestado pela CONSTRUMAX à Prefeitura Municipal de Imperatriz. O Francisco foi até lá, pegou o cheque, eu disse-lhe: "Você pega o cheque e vai até ao Banco do Brasil e

deposite na minha conta". Ele foi até ao Banco do Brasil com o cheque para depositar na minha conta.

Chegando lá, como eu não tenho conta no Banco do Brasil de Imperatriz, ele foi depositar o cheque, o caixa disse que o cheque só seria liberado com 5 dias ou 7 dias. Tem o prazo dele que é para o cheque ser liberado, não sei se 5 ou 7 dias. Então ele ligou para mim:" Deputado, o cheque, se depositado na sua conta, vai passar 5 ou 7 dias - 5 ou 7 dias, mais ou menos assim. Como é que faz?" Olha, se eu depositar na minha conta, porque tenho conta do Banco do Brasil, o cheque entra como dinheiro. Como ele tinha conta no Banco do Brasil, o cheque entrou como dinheiro, ele sacou o dinheiro e botou na minha conta.

Ele falou para mim que estava precisando de um milhão de cruzeiros. Falei, "não tem problema". Pegou 169 milhões e depositou na minha conta, em Imperatriz, no Banco do Brasil. Ele depositou como dinheiro.

Sr. Relator, Srs. Deputados, se fosse para pegar esse dinheiro para fazer alguma coisa errada, tinha mandado o dono da CONSTRUMAX pegar o dinheiro, ficar com o dinheiro guardado, eu pegava o dinheiro e fazia outra coisa. Mas, eu não estava roubando, eu estava recebendo uma dívida. Então, não tinha por que pegar o cheque da CONSTRUMAX - e eu mandei depositar o cheque na minha conta, mas como demorava 5 dias, ele falou que depositando na sua conta, o cheque entraria como dinheiro.

Aí, ele ligou para mim, então, eu disse: "Pega o cheque, deposite na sua conta, pegue o dinheiro e deposite na minha conta". Assim ele fez. Depositou o cheque na conta dele, pegou o dinheiro, 169 milhões de cruzeiros e depositou na minha conta.

Sr. Presidente, era isso o que tinha que falar do cheque. Não tenho mais do que falar do cheque. O que estou falando aqui é a verdade, inclusive, falei com V. Exª lá em Imperatriz sexta-feira, V. Exª ligou para mim, fico muito agradecido por isso, pedi que V. Exª mandasse o fax para mim. V. Exª mandou o fax e do fax constava, realmente, só a diferença que está no fax é que está dizendo que o Francisco pegou o dinheiro na boca do caixa. Mas ele depositou o cheque e pegou o dinheiro. Ele não podia tirar o dinheiro, porque não estava no nome dele. Ele depositou na conta dele e pegou o dinheiro e botou 169 milhões na minha conta.

Os jornais começaram a explorar, as coisas realmente ficam muito difíceis. Os amigos que nos conhecem, que me conhecem, que sabem do meu trabalho, que sou um homem que trabalho com a massa pobre, nunca tive ajuda, Sr. Presidente. Não tem uma construtora, não tem um empresário que até hoje, Sr. Presidente, desse uma ajuda sequer para a minha campanha.

O político sempre diz que é ajudado. Fui ajudado sim, todas as vezes. O meu irmão era Prefeito, eu como candidato a Deputado Federal, ele me ajudou como Prefeito, nas amizades dele porque dinheiro ele não tinha condições. Ele passou 4 anos em situação difícil. Quem for a Imperatriz, quem conhece Imperatriz, quem mora na nossa região sabe a dificuldade que passamos na nossa campanha, inclusive, na campanha de Prefeito, foi uma das campanhas mais difíceis, foi a época mais difícil que passamos como ele na Prefeitura.

O dinheiro que esse Prefeito Davi Alves Silva recebeu durante todo o seu mandato de Prefeito de Imperatriz, recebeu 2 milhões e 500 mil da educação, que esse 1 milhão e 750 faz parte, depois foi mais 1 milhão 750 mil e passou para 2 milhões e 500 mil; e o empréstimo que esse prefeito fez junto à Caixa Econômica e mais uma subvenção, me parece, de 500 mil cruzeiros, mas foram prestadas contas, o Tribunal de Contas tem toda a relação.

O dinheiro que esse prefeito recebeu, que eu tenho conhecimento, eu acredito que não teve outro dinheiro daqui de Brasília que esse prefeito recebeu durante os quatro anos dele de mandato de prefeito.

Então, Sr. Presidente, os jornais, o Brasil todo, hoje, sabe que o Deputado Daniel Silva recebeu 29 milhões de dólares. Outro jornal diz que o Deputado Daniel Silva **(inaudível)** 29 mil dólares. Outros jornais dizem que o Deputado Daniel Silva recebeu 31 mil dólares.

Agora, aqui, Sr. Presidente, já tem um jornal, o **Correio Braziliense**, de segunda-feira, que está dizendo que o Deputado Daniel Alves Silva, do PPR do Maranhão, passou a integrar todas as listas, desde que foi descoberto um depósito em sua conta de 100 mil dólares - está no jornal de segunda-feira, o **Correio Braziliense** -, destinados a uma instituição filantrópica registrada em Imperatriz.

Sr. Presidente, eu, mesmo sendo um Deputado do interior e trabalhando só com as massas carentes, eu nunca trabalhei nem com associação de bairro, e eu explico por quê.

Durante a minha iniciada política, em 86, como Deputado Estadual... Elegi-me, graças a Deus, como Deputado Estadual, contra o Plano Cruzado, digo, bem de passagem, era contra o Plano Cruzado, na época; sempre fiz oposição aos governos do Estado do Maranhão; eu fui prestando atenção aos movimentos comunitários e aos candidatos que eram apoiados por esse movimento comunitário - líder de bairro, presidente de comunidade - e eu via que nenhum desses candidatos tinha êxito na sua eleição. Digo: nisso aí tem alguma coisa errada, há alguma coisa errada.

Vereador era presidente de associação, juntava aquele monte de associações e o candidato era presidente da associação, e quando chegava no apurar dos votos aquele candidato sempre seria o menos votado dessa eleição.

Então, o seguinte: o meu trabalho é do corpo-a-corpo, o que eu podia ajudar, ajudava, reunia com o pessoal, e o que eu podia dar eu dava.

Então, Sr. Presidente, eu fui ver que essas associações não trabalhavam sério, porque se elas recebiam uma verba, por exemplo, recebiam cinqüenta sacolas para distribuir para as pessoas que faziam parte da comunidade, ou cem sacolas, eles, ao invés de comprarem mais uma, para fazer cinqüenta e uma, eles tiravam trinta e davam para algumas pessoas, e distribuíam vinte.

Então, essas pessoas eram mal vistas. Sempre são mal vistas nas comunidades, porque a maioria, não todos, mas a maioria faria assim.

Então, nunca me misturei com esse pessoal de comunidade. Nunca tive.

Então, Sr. Presidente, eu quero perguntar se essa notícia que está no **Correio Braziliense**, se essa notícia... se ela partiu da Comissão... essa quantidade de 100 mil dólares que disseram que foi encontrada na minha conta, que era para uma entidade filantrópica de Imperatriz, se essa notícia saiu da Comissão, de algum membro da Comissão, ou se foi o jornal **Correio Braziliense** que colocou.

Esta pergunta eu quero fazer ao nobre Relator e a todos os membros desta Comissão.

Se essa notícia de 100 mil dólares - está aqui, no **Correio Braziliense**... porque o **Correio Braziliense** tem que... ele tem que... eu tenho que responsabilizá-lo, o **Correio Braziliense**, por essa notícia que está aqui.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, eu acho que o depoente não tem que perguntar, porque ele está aqui para responder. E eu acho que ele já explicou a origem do cheque. E eu acho, não cortando o depoimento do depoente, acho que poderíamos passar às perguntas, porque evitaríamos estender a reunião, já que temos outros serviços a fazer, porque se prende a um cheque, a um valor e ele já disse a causa. Acho que ele perguntar aos Membros da Comissão não faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves) - Senador Gilberto Miranda, creio que ele está fazendo a sua exposição inicial e é natural esse desabafo com relação a essa notícia.

Quero apenas esclarecer que da parte da Comissão há apenas informações oficiais do Tribunal de Contas da União e que o Deputado, inclusive, já tem conhecimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, Sr. Presidente, a pergunta que eu queria fazer é essa. Fico à disposição dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Vamos dar início à inquirição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Coordenador, Deputado Garibaldi Alves Filho, Deputado Daniel Silva, V. Exª nos informa que, e essa é a razão de ser de sua presença aqui, esse recebimento ocorreu em virtude de um negócio de compra e depois de venda de uma máquina. Certamente, V. Exª deve estar trazendo os recibos próprios da compra, com o devido registro em órgão próprio e o de venda para mostrar à Comissão.

O SR. DANIEL SILVA - Tenho aqui o recibo de compra, no valor de 46 milhões, que a CONSTRUTERRA recebeu da minha pessoa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Confesso que não tenho conhecimento, não sei se máquina patrol tem o mesmo procedimento com relação a automóvel. O automóvel é registrado na autoridade de trânsito estadual, máquina patrol também? Ou como é que é feito? É só o recibo de compra e venda?

O SR. DANIEL SILVA - É o recibo de compra e venda. É máquina usada.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Gostaria só de registrar que V. Exª fez até um bom negócio, porque comprando por 46 milhões em maio equivalia a 17 mil e 500 dólares e foi vendido por 185 milhões em setembro, o que dá um pouco mais de 32 mil dólares. Aí temos um lucro, em moeda estável dólares, de 14 mil e 500 dólares, quase que 100% de lucro. Foi realmente um bom negócio entre a compra e a venda.

O SR. DANIEL SILVA - Se V. Exª tem um carro, pode oferecê-lo. Se tem uma máquina, oferece a máquina. V. Exª tem o seu preço. Durante o período em que estive com essa máquina, eu gastei dinheiro com ela; então tive que computar aquilo que gastei. Assim é com um imóvel, com um carro, com uma máquina. Se tivermos que gastar com consertos etc., não poderemos cobrar por quase o mesmo preço da compra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Inclusive a máquina tem desgaste, não é?

O SR. DANIEL SILVA - Claro que tem desgaste.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E cai o preço, naturalmente.

O SR. DANIEL SILVA - Acredito que V. Exª sabe muito bem quanto custa hoje uma peça para uma máquina dessas. E não tem rodeio. A história é esta, nobre Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª disse que na instrução que deu ao seu devedor, comprador da máquina, ele sugeriu depositar o cheque recebido da prefeitura.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Aí V. Exª o orientou para que não fizesse diretamente na sua conta com o cheque recebido da prefeitura, mas que fizesse em dinheiro.

O SR. DANIEL SILVA - Não. Não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu ouvi no depoimento isso.

O SR. DANIEL SILVA - V. Exª não ouviu direito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Posso ter interpretado mal. Por isso peço o esclarecimento.

O SR. DANIEL SILVA - Tudo bem. Ele foi receber o cheque nominal à CONSTRUMAX. Pedi a ele para pegar o cheque e depositar na minha conta, porque eu estava recebendo o dinheiro que eu tinha na mão da CONSTRUMAX. Certo? Quando ele chegou ao banco, para depositar na minha conta, ele ficou sabendo que levaria cinco dias para esse dinheiro ser liberado na minha conta, porque não tenho conta no Banco do Brasil de Imperatriz. A minha conta é aqui no Banco do Brasil da Câmara dos Deputados. Então o período para que o dinheiro fosse liberado seria de cinco dias. Ele voltou a me ligar. Aí o caixa falou que se ele depositasse o cheque na sua conta, porque ele tem conta no Banco do Brasil, aí entraria como dinheiro, porque o cheque era do Banco do Brasil.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Da mesma agência.

O SR. DANIEL SILVA - Da mesma agência. Ele me ligou e eu disse para que ele pegasse o cheque, depositasse na sua conta e botasse o dinheiro na minha conta.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O cheque, então, poderia ser depositado na sua conta, endossado por ele, porque é da mesma agência.

O SR. DANIEL SILVA - Da mesma agência, mas era cinco dias para ser liberado o dinheiro. Se tinha condições de eu receber o dinheiro no mesmo dia, não tinha por que eu passar cinco dias para o dinheiro ser liberado na minha conta.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O dinheiro que a Prefeitura recebeu, que era a Prefeitura do seu irmão, ex-colega nosso, Constituinte aqui, Prefeito Davi Silva, ele recebeu essa verba de subvenção social com a ajuda de V. Exª?

O SR. DANIEL SILVA - Ele fez o projeto, mandou o secretário vir até aqui, o Secretário de Educação, eu acompanhei o Secretário até o Ministro, porque era o meu papel, como parlamentar representante da região tocantina, acompanhei-o até o Ministro, porque, inclusive, a verba não era esse montante, era mais. Na época, o Ministro era o Deputado Eraldo Tinoco; então, acompanhei o Secretário até o Ministro e pedi que o Ministro liberasse para a Prefeitura, porque estava em situação difícil, para que ele pudesse realmente construir alguns colégios, que construiu, prestou contas, construiu os CIEI, inclusive o nome é CIEI, construídos pela Prefeitura de Imperatriz, prestou contas direitinho. E ele liberou na época, que a Prefeitura pediu me parece que foi quatro milhões e poucos, e ele liberou dois milhões e quinhentos.

Ele me disse: Deputado, eu não posso liberar todo, mas o que eu posso liberar é esse.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E a outra parte, que é maior, é da subvenção social, foi outro Ministério, Ministério da Ação Social e da...

O SR. DANIEL SILVA - O Ministério da Ação Social foi quinhentos mil cruzeiros - quinhentos milhões, que hoje a gente fala quinhentos mil. Do Ministério da Ação Social foram quinhentos milhões; esse foi o dinheiro de subvenção para a Prefeitura de Imperatriz, e isso está tudo aprovado junto ao Tribunal de Contas, como esse dinheiro foi empregado; o fiscal foi lá ver a obra e foi aprovado tudo. Foi o dinheiro direto para a Prefeitura.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O valor que a construtora CONSTRUMAX recebeu da Prefeitura, que coincide com a remessa do Ministério para a Prefeitura, V. Exª explicou que a Prefeitura estava aguardando receber esse dinheiro para pagar...

O SR. DANIEL SILVA - Mas a CONSTRUMAX não recebeu o valor que foi daqui para a Prefeitura. Foi daqui um milhão, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A CONSTRUMAX recebeu 10% do valor.

O SR. DANIEL SILVA - Cento e setenta milhões de cruzeiros. Eu sei que foram cento e setenta.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Dez por cento do valor. Um bilhão e setecentos; cento e setenta milhões são 10%. É um número que se usa muito em intermediação de negócios.

O crédito que a CONSTRUMAX tinha com a Prefeitura, tem a ver com esse crédito que foi depositado lá, ou é serviço de outra natureza?

O SR. DANIEL SILVA - A CONSTRUMAX era a construtora, trabalhava para a Prefeitura.

Se a CONSTRUMAX tinha mais na mão da Prefeitura, eu não sei. Sei que a CONSTRUMAX pôde me dar, receber o cheque de cento e setenta e pôde me passar, porque ela me devia cento e oitenta e cinco milhões, e ela recebeu cento e setenta; se ela teve outro cheque, a Prefeitura pode ter dado outro cheque, porque tinha mais débitos com ela, acredito que sim, tenho certeza que não era só esse o débito. Sei que o que recebi da CONSTRUMAX foram cento e setenta milhões.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esse crédito da CONSTRUMAX tinha algo a ver com serviços de obras sociais prestados pela Prefeitura em decorrência desse dinheiro recebido?

O SR. DANIEL SILVA - A CONSTRUMAX trabalhava para a Prefeitura; ela trabalhou em aterro, inclusive num dos CIEI, que foi em um local muito baixo, ela fez todo esse aterro; trabalhou para a Prefeitura em várias obras, e recebeu o dinheiro da Prefeitura, e a Prefeitura prestou contas desse dinheiro que foi recebido do Ministério da Educação.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Coordenador, eram só estas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Coordenador, Srs. Deputados, nobre Deputado Daniel Silva, o Sr. Davi Alves da Silva é seu irmão?

O SR. DANIEL SILVA - É meu irmão.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele foi prefeito de Imperatriz em que período?

O SR. DANIEL SILVA - Em 1988, 1989 a 1992?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor é Deputado Federal pela primeira vez?

O SR. DANIEL SILVA - Federal, pela primeira vez.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor nos disse que a compra da PATROL foi motivada pela circunstância de o senhor necessitar de algum instrumento para prestar serviços e fazer a sua campanha?

O SR. DANIEL SILVA - Exatamente, é isso que sempre faço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E nesse período em que o senhor fazia a sua campanha, o seu irmão já era prefeito?

O SR. DANIEL SILVA - Falei da campanha de prefeito de 1992.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer, o seu irmão era prefeito, e o senhor comprou a PATROL para fazer campanha de quem?

O SR. DANIEL SILVA - Fiz campanha e falei que os nossos candidatos a prefeitos eram de Oposição. Os únicos que não eram da Oposição éramos nós, de Imperatriz, e o Prefeito Renato Cortes Moreira, que foi assassinado no dia 06, ou seja, há dois meses.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer, não era para fazer a campanha em Imperatriz?

O SR. DANIEL SILVA - Em Imperatriz, não, eram dos outros candidatos, inclusive falei para ele que não poderíamos concorrer com o prefeito, porque não tínhamos condições, mas tínhamos que ter alguma coisa. E vendo a circunstância, fiz esse esforço para comprar essa máquina para que pudesse realmente atender a alguns pedidos, porque realmente não vamos fazer nada, mas pelo menos atenderia a alguns pedidos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Deputado, o convênio do FNDE foi celebrado com a prefeitura de Imperatriz no dia 29 de agosto de 1992, publicado no **Diário Oficial da União** no dia 8 de setembro. No dia 21 de setembro de 1992, foram creditados, através de duas ordens bancárias, a importância total de 1 bilhão e 750 milhões de cruzeiros. Logo no dia 24 de setembro, a prefeitura já emitiu um cheque em nome da Construmax, no valor de 170 milhões de cruzeiros.

O Deputado Vivaldo Barbosa lhe fez perguntas nesse sentido, e suas respostas me esclareceram como esperava. Volto a insistir nessas respostas.

O senhor acompanhou a solicitação do Prefeito de Imperatriz, seu irmão, junto ao Ministério da Educação?

O SR. DANIEL SILVA - Acompanhei - vou repetir novamente para V. Exª - o Secretário de Educação, Maurício Sabak, de Imperatriz, na época, veio para Brasília e eu acompanhei o Secretário até o Ministério para pedir ao Ministro que liberasse esse recurso para Imperatriz, porque o prefeito estava precisando.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E o senhor e seu irmão, o Prefeito, estavam cientes de que os recursos liberados por força deste convênio só poderiam ser aplicados para cobrir despesas decorrentes da execução da mesma. O senhor e seu irmão estavam cientes disso?

O SR. DANIEL SILVA - Acredito que sim. Se essa construtora trabalhava para a Prefeitura de Imperatriz...

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor já explicou isso, mas o quero dizer é o seguinte: veja bem, o convênio é assinado em setembro; o recurso chega a Imperatriz no dia 21 de setembro; logo no dia 24 de setembro, já está sendo liberado recurso desse convênio que tinha uma aplicação específica. Quer dizer, estariam pagando obras já executadas pela Construmax, por este convênio, não digo obras pretéritas, não digo obras passadas, estou apenas fazendo um cronologia aqui das datas para entendermos bem isso, porque a única conclusão a que chego é que este pagamento à Construmax, com recursos deste convênio, cerca de 3 ou 4 dias depois de chegar o recurso, é impossível que a Construmax já tivesse devidamente habilitada para executar serviço é já os tivesse executado, participado de licitações, essas coisas todas.

O SR. DANIEL SILVA - Mas a Construmax, nobre Colega, vinha trabalhando há muito tempo na prefeitura. Ela não começou em setembro, não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sei, não estou indagando quanto a isso. Estou indagando exatamente que o recurso do convênio para um fim específico o senhor está dizendo que foi aplicado parte deste recurso para pagar serviços ou obras feitas anteriormente, o que é absolutamente irregular.

O SR. DANIEL SILVA - Mas eu quero falar a V. Exª que a CONSTRUMAX ... as obras que estavam sendo feitas, os CIEEs - e foi feito - esse dinheiro foi apenas para uma complementação, porque já estavam sendo feitos os CIEEs. Esse dinheiro para concluir essa obra já estava... as obras já estavam sendo feitas. Esse dinheiro foi para terminar as obras dos CIEES, que já estavam sendo feitas, está lá em Imperatriz, e todas as contas do prefeito foram aprovadas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor tem idéia por que a atual Administração procedeu ao recolhimento ao FNDE de 1 milhão, 999 mil, 735 cruzeiros e 45 centavos, desse total que foi enviado a Imperatriz por força do convênio?

O SR. DANIEL SILVA - Como é?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor tem o conhecimento e, na hipótese afirmativa, tem a explicação para dar sobre a razão do recolhimento, pela atual Administração de Imperatriz, ao FNDE de 1 milhão, 999 mil, 735 cruzeiros e 45 centavos?

O SR. DANIEL SILVA - Não. Não tenho.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não tem conhecimento?

O SR. DANIEL SILVA - Não. Não tenho não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A respeito dessa diferença de preço entre o que o senhor pagou pela patrol e o que recebeu, o senhor tem alguma explicação para dar a respeito desta valorização abrupta da máquina?

O SR. DANIEL SILVA - Não. É como eu falei. Eu passei de maio a setembro com a máquina, teve o gasto da máquina e eu só poderia vender por esse preço. O comprador achou que, com as suas condições - e ele estava precisando da máquina - poderia comprar, eu vendi a máquina.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Deputado, voltando à questão do cheque emitido pela prefeitura em favor da CONSTRUMAX, o senhor disse que o Sr. Francisco Chagas Carvalho Cunha, seguindo sua orientação, recebeu o cheque da CONSTRUMAX.

O SR. DANIEL SILVA - Exatamente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O cheque da prefeitura foi emitido à CONSTRUMAX...

O SR. DANIEL SILVA - CONSTRUMAX.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... e ele pegou o cheque. Este cheque foi endossado pela CONSTRUMAX?

O SR. DANIEL SILVA - Ele recebeu o cheque...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Porque o cheque estava em nome da CONSTRUMAX.

O SR. DANIEL SILVA - O cheque estava em nome da CONSTRUMAX. A CONSTRUMAX me fez o pagamento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim. Eu estou falando: a CONSTRUMAX recebeu um cheque da prefeitura; o cheque estava em nome da CONSTRUMAX; o Sr. Francisco pegou este cheque.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foi à agência do Banco do Brasil de Imperatriz para proceder ao depósito desse cheque.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Se esse cheque estava em nome da CONSTRUMAX, somente ela poderia fazer o desconto do cheque.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, alguém da CONSTRUMAX fez o endosso do cheque para o Sr. Francisco?

O SR. DANIEL SILVA - Com certeza o Pereira, que é o dono da CONSTRUMAX, endossou o cheque.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Agora, se o cheque foi endossado, tornou-se então um cheque ao portador. O cheque era da mesma agência. Por que o Francisco ter que fazer o depósito na conta dele para expedir para o senhor, se ele equivalia a dinheiro?

O SR. DANIEL SILVA - Porque o cheque, para ser depositado na minha conta, Deputado, passariam cinco dias... Já expliquei. Porque eu não tinha conta no Banco do Brasil. A minha conta é daqui do Banco do Brasil da Câmara.

O SR LUIZ MÁXIMO - Mas então por que depositar na conta do Francisco?

O SR. DANIEL SILVA - Porque o Francisco tem conta no Banco do Brasil e o cheque entraria como dinheiro, como entrou, na conta do Francisco.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Entrou como dinheiro.

O SR. DANIEL SILVA - Entrou como dinheiro, porque a conta do cheque era do Banco do Brasil, onde o Francisco, hoje, ainda tem a conta.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor já disse que não tinha conta no Banco do Brasil.

O SR. DANIEL SILVA - Lá eu não tenho. Tenho aqui.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Lá, digo, na agência de Imperatriz.

O SR. DANIEL SILVA - É. Porque eu não tenho conta do Banco do Brasil lá.

O SR.LUIZ MÁXIMO - E esse Sr. Francisco, o senhor já disse, trabalha na CONSTRUMAX? Ele tem alguma ligação com a CONSTRUMAX?

O SR. DANIEL SILVA - Não. Ele faz as coisas quando eu peço. Eu não estava lá na época, e a pessoa indicada para fazer esse trabalho era o Francisco. Eu pedi, ele é meu amigo. Quando eu preciso do trabalho dele lá em Imperatriz, ele faz para mim, na folga dele. Então, eu pedi que ele fosse até o Pereira. Eu já tinha falado antes com o Pereira que, quando entrasse o dinheiro que ele receberia da prefeitura, me pagasse porque eu estava precisando do dinheiro. E chegou o dinheiro, a prefeitura pagou para a CONSTRUMAX e eu pedi que o Francisco fosse até o Pereira para pegar o cheque. E ele deu o cheque para o Francisco e mandei que o Francisco depositasse na minha conta, porque eu não estava pegando dinheiro para... Eu estava recebendo uma dívida. Então, não tinha por que eu mandar: Pereira, vá lá e pega o dinheiro. Guarde o dinheiro aí, depois eu pego. Não tinha precisão disso, porque o dinheiro era meu, eu estava recebendo uma conta.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor disse, mas eu não guardei o nome de quem vendeu a PATROL para o senhor.

O SR. DANIEL SILVA - Construmax.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor comprou de quem?

O SR. DANIEL SILVA - Constraterra.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor comprou a PATROL da CONSTRATERRA e, depois, o senhor vendeu....

O SR. DANIEL SILVA - Vendi para a Construmax.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Para a Construmax e a Construmax, quando o senhor vendeu, continuava prestando serviços para a Prefeitura de Imperatriz.

O SR. DANIEL SILVA - Para a Prefeitura, até o fim do mandato do Prefeito e, se não me engano - não sei - deve ter continuado um pouco ainda junto ao outro Prefeito. Eu não sei por que, depois, não tive contato com o Prefeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, nobre colega Depoente, a sua história é realmente singular, e ficamos pensando a que sacrifício se submete um Parlamentar ou um pretenso Parlamentar para concorrer a um mandato público para representar o povo e precisa disputar com o Governo comprando até equipamentos para fazer e melhorar estradas. É terrível!

Da sua exposição, chamou-me atenção, de modo especial, a questão do depósito do recurso na conta do Sr. Francisco, que V. Exª afirmou tratar-se de um amigo seu.

O SR. DANIEL SILVA - É meu amigo sim.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Quando o correto seria que esse depósito ocorresse diretamente na sua conta, pois tratava-se de um pagamento de um bem que vendera.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - A prática bancária para liberação de recursos sacados na mesma praça não demanda dias, não demanda tempo. E estranho o fato porque, embora os documentos de que dispomos não nos traz com clareza se o cheque emitido pela Construmax para efetuar o pagamento a V. Exª que era um cheque sacado contra a cidade, contra a praça de Imperatriz.

O SR. DANIEL SILVA - De outra praça?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Quer-nos parecer que era da praça de Imperatriz.

O SR. DANIEL SILVA - De Imperatriz - da conta do Banco do Brasil de Imperatriz.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Pois é. Por esta razão, eu não entendo por que é que a agência do Banco do Brasil de Imperatriz teria afirmado ao Sr. Francisco que, para liberar o recurso na sua conta demandaria 5 dias .

O SR. DANIEL SILVA - Porque não tenho conta no Banco do Brasil de Imperatriz. Para depositar, o cheque teria que vir aqui e teria o prazo de 5 dias para ser liberado o dinheiro, porque eu mandei depositar na minha conta, porque eu estava recebendo uma conta. O Prefeito não estava me dando o dinheiro, a Construmax não estava me dando dinheiro. Então, não tinha por que eu pegar o cheque porque eu poderia - se fosse um negócio ilícito, se eu não tivesse o dinheiro na mão da Construmax, eu diria ao dono da Construmax vai ao banco, pega o dinheiro e guarda porque depois eu pego, mas eu estava recebendo uma conta e mandei depositar na minha conta.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Nobre Deputado, não estou afirmando ou imaginando que se trata de um negócio ilícito. Eu acho que, tanto quanto V. Exª, nós estamos aqui procurando elucidar os fatos.

O SR. DANIEL SILVA - Estou querendo esclarecer a verdade.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - E esclarecer a verdade, o que lhe fará bem, politicamente, e para a sua alma e para todos nós.

O SR. DANIEL SILVA - Exatamente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. Exª afirma haver adquirido, em maio, da Constraterra, esse equipamento.

O SR. DANIEL SILVA - Exatamente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. Exª tem o comprovante dessa aquisição?

O SR. DANIEL SILVA - Tenho e está aqui comigo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. Exª tem como comprovar, também, como concluiu os pagamentos, já que deu um veículo como haras do negócio e o restante seria pago dentro das suas condições financeiras?

O SR. DANIEL SILVA - Como já expliquei aqui, o rapaz era meu amigo, já tinha me servido algumas vezes e ele me propôs um negócio. E eu disse, no início, que não tinha condições de comprar máquina, mas eu tinha esse carro, dei no valor de 20 milhões e o resto fiquei pagando de acordo com as minhas condições. Ele cobrava o juro que podia e eu ficava pagando, sempre que ia a Imperatriz, se eu pudesse dar alguma coisa, dava para ele.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. Exª não sabe então precisar em quanto tempo e em quantos pagamentos efetuou, nem tem os comprovantes desses pagamentos?

O SR. DANIEL SILVA - Não, não tenho.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - O proprietário da CONSTRUTERRA é amigo seu?

O SR. DANIEL SILVA - É amigo meu.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Por esta razão V. Exª dispensou a documentação dos pagamentos que...

O SR. DANIEL SILVA - É porque o pagamento.., apenas tenho o recibo da compra; eu só pude comprar porque ele me facilitou, porque ele sabe da minha condição.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Ele lhe deu um recibo do valor integral da compra inicialmente?

O SR. DANIEL SILVA - Deu o valor de 46 milhões e 500 mil.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Que era o valor total do bem adquirido?

O SR. DANIEL SILVA - O valor total da máquina. Eu dei um bem no valor de 20 milhões, e, o outro, eu fiquei pagando nas minhas condições financeiras. Quando eu dispunha de alguma coisa, alguma condição, eu chegava e dava ao meu amigo, Joaquim Lauristo, que é o dono da CONSTRUTERRA.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Como é o nome do representante da CONSTRUMAX, com quem V. Exª efetuou o negócio de venda do equipamento?

O SR. DANIEL SILVA - Pereira.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Pereira. Nós não conseguimos identificar no endosso do cheque da CONSTRUMAX esse nome, porque aqui foi aposta uma rubrica e não dá para identificar o nome pela rubrica. Deve ter sido o Pereira que endossou o cheque.

O SR. DANIEL SILVA - Com certeza.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Tanto a CONSTRUMAX quanto a CONSTRUTERRA terá condição de corroborar as afirmações de V. Exª?

O SR. DANIEL SILVA - Tranqüilo, nobre Deputado. Sem dúvida nenhuma.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Daniel Silva Alves, tenho uma meia dúzia de perguntas para fazer a V. Exª, mas estamos acostumados aqui, talvez pelo fato de todos os parlamentares que estão depondo serem pessoas muito ocupadas, às vezes elas não têm documento disso ou daquilo. Então todo mundo tem uma história, e nós estamos doidos de vontade de acreditar na sua história. Eu tenho certeza, se o senhor responder as 6 perguntas, vou lhe fazer 5 com comprovante, provavelmente acreditarei na sua história.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Primeiro, V. Exª, como parlamentar bem informado, sabe que se chegar qualquer pessoa em um banco de uma praça para remeter dinheiro para outra praça, no caso de Brasília, sendo do Banco do Brasil para o Banco do Brasil, essa pessoa poderia ter chegado lá com o cheque já endossado e falado: "Mande um DOC para a conta tal em Brasília." Seria creditado no mesmo dia na conta de V. Exª. V. Exª não sabe disso?

O SR. DANIEL SILVA - Sei não, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tem a figura do DOC. V. Exª pode chegar, mandar e vai diretamente para a sua conta, no mesmo dia chega.

O SR. DANIEL SILVA - Mas, nesse caso, o que estou falando aqui nobre Senador foi o que o Francisco Cunha me disse do Banco do Brasil. Eu mandei ele pegar o cheque e depositar na minha conta.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ok. V. Exª desconhecia isso daí.

O SR. DANIEL SILVA - O que ele me falou foi isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ok. V. Exª paga normalmente o seu imposto de renda?

O SR. DANIEL SILVA - Tenho a declaração, inclusive fiz ontem um requerimento, deixei em Imperatriz, para pedir à Receita Federal uma certidão...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não existem débitos então?

O SR. DANIEL SILVA - Não. Se existem débitos não chegou até minhas mãos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Está certo. V. Exª costuma declarar todos os seus rendimentos?

O SR. DANIEL SILVA - Pelo menos o que tenho ganho eu...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tudo que V. Exª ganha, V. Exª declara?

O SR. DANIEL SILVA - Olha, para dizer tudo o que ganho eu não sei, porque o que ganho é aqui. Eu trabalho como deputado, fui deputado estadual, o que ganho...

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª vendeu a PATROL por 185 milhões de cruzeiros. Recebeu 170, emprestou 1 para o amigo.

O SR. DANIEL SILVA - Certo. Um para o Francisco?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Para o Francisco. Restam 15 milhões de cruzeiros para receber. V. Exª já recebeu esses 15 milhões?

O SR. DANIEL SILVA - Já recebi sim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Recebeu em que ano?

O SR. DANIEL SILVA - Os 15 milhões?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Os 15 milhões restantes.

O SR. DANIEL SILVA - Eu terminei de receber esses 15 milhões me parece, porque ele foi me pagando de pouco...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sei. Mas V. Exª terminou de receber quando?

O SR. DANIEL SILVA - Em dezembro mais ou menos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em dezembro de 92?

O SR. DANIEL SILVA - De 92.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª comprou por 46, e, segundo as contas do nobre Deputado Vivaldo Barbosa, mais ou menos, pagou 17 milhões e voltou por 32. Então, vem a pergunta exata que gostaria de fazer a V. Exª para acreditar na sua história:

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª tem a cópia da sua declaração de Imposto de Renda de 1992, na qual conste que V. Exª teve um lucro de 15 mil dólares na venda dessa máquina? E V. Exª tem o pagamento do Imposto de Renda referente a esse lucro?

O SR. DANIEL SILVA - Tenho aqui a cópia da minha declaração do Imposto de Renda, em que consta a máquina, o preço, e o valor em UFIR. Está aqui o que o contador fez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Isso daí é de quando? De que ano? Tem a compra e a venda.

O SR. DANIEL SILVA - Tenho a declaração de que na época em que foi feita, deste ano, foi feita a minha declaração.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Na sua declaração entregue em 1993 consta que V. Exª tinha uma máquina comprada em 1992 e consta que V. Exª a vendeu no ano de 1992? E consta que V. Exª teve um lucro de aproximadamente 15 mil dólares?

O SR. DANIEL SILVA - Consta e está especificado aqui.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª poderia passar as minhas mãos, fazendo o favor?

O SR. DANIEL SILVA - Posso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª poderia nos informar se o veículo que V. Exª deu de entrada como pagamento para a Construmax foi registrado em nome da Construmax ou se V.Exª assinou um recibo em branco?

O SR. DANIEL SILVA - Não vendi o veículo para a Construmax. Dei o veículo em pagamento da máquina para a Constraterra. Eu comprei a máquina da Constraterra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, V. Exª sabe se esse veículo foi transferido para a Constraterra?

O SR. DANIEL SILVA - Não sei. Não estava no meu nome. Comprei esse veículo em 1990, na minha campanha.

O SR. MANOEL MOREIRA - O Del Rey não estava no seu nome?

O SR. DANIEL SILVA - Não, estava no meu nome. Comprei em 1990, fiz a minha campanha e fiquei com ele em Imperatriz fazendo o trabalho que faço sempre, levando pessoas para hospitais, resolvendo minhas coisas. Quando foi na época, dei o Del Rey como entrada na compra da máquina.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sei. Mas V. Exª comprou o Del Rey para a sua campanha em 1990. Ele consta da sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. DANIEL SILVA - O Del Rey não consta.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não consta.

O SR. DANIEL SILVA - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, V. Exª sonegou a compra de um carro em 1990; ele não estava no seu nome?

O SR. DANIEL SILVA - Não, eu comprei o carro em 1990.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em 1990.

O SR. DANIEL SILVA - Comprei o carro no mês de julho; mais ou menos junho ou julho, não me lembro. Mas foi em 1990.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Trabalhou com ele na campanha...

O SR. DANIEL SILVA - Trabalhei com ele na campanha de 1990. Comprei ele em junho, julho, mais ou menos. Em julho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A campanha foi em 1990?

O SR. DANIEL SILVA - Minha campanha para Deputado Federal foi em 1990. Não sei se a de V. Exª, como candidato a Senador, foi em 1990.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Mas V. Exª comprou o veículo em julho de 1990...

O SR. DANIEL SILVA - Comprei em julho de 1990.

O SR. GILBERTO MIRANDA - ...trabalhou com ele na campanha, não declarou no Imposto de Renda, continuou no nome de terceiros...

O SR. DANIEL SILVA - Foi.

O SR. GILBERTO MIRANDA - ... passou com ele em 1991. Em 1991 ele entrou na sua declaração?

O SR. DANIEL SILVA - Não entrou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não entrou.

O SR. DANIEL SILVA - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em 1992, V. Exª passou como pagamento e não assinou nenhum recibo.

O SR. DANIEL SILVA - Fiz o negócio com o Joaquim Laurista, dono da Construterra. O carro não estava no meu nome e passei o carro diretamente para o Joaquim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O carro estava em seu nome?

O SR. DANIEL SILVA - Não estava em meu nome.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não estava em seu nome.

O SR. DANIEL SILVA - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então V. Exª sonegou o Imposto de Renda na compra de um veículo durante o ano de 1990, durante o ano de 1991. Em 1992, quando V. Exª vendeu, declarou no Imposto de Renda?

O SR. DANIEL SILVA - Em 1992?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É.

O SR. DANIEL SILVA - Olha, o que tenho está declarado... está aí. Inclusive, pedi à Receita Federal para que me desse uma certidão, mas a Receita só dá certidão a pedido da Comissão.

(Pausa)

O SR. GILBERTO MIRANDA - Acredito que a cópia seja verdadeira, mas não tem nenhum carimbo da Receita, não tem nada.

O SR. DANIEL SILVA - Mas peço a esta Comissão que peça, porque eu fiz o ofício pedindo a certidão da Receita Federal. Queria trazer para esta Comissão a certidão, mas a Receita Federal só dá a certidão a pedido da Subcomissão. Então, peço ao nobre Relator e aos membros desta Casa que realmente me peça a certidão para efeito federal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quanto V. Exª pagou de Imposto de Renda ou não teve pagamento de Imposto de Renda no ano de 1992?

O SR. DANIEL SILVA - Não paguei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas V. Exª teve um lucro de 15 mil dólares, aproximadamente.

O SR. DANIEL SILVA - Se V. Exª faz uma declaração, se tiver que pagar, a Receita tem de mandar, porque declaro o que eu tenho para declarar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Aí só é uma folha relativa a patrimônio e V. Exª tem a declaração global; V. Exª deve ter os rendimentos...

O SR. DANIEL SILVA - Teve pagamento na hora em que estava fazendo a declaração. Alguns pagamentos foram feitos ao contador. Eu não sei se era para pagar isso aí.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª não acha que seria importante mandar uma cópia da sua declaração? V. Exª deve tê-la, porque que é do ano passado.

O SR. DANIEL SILVA - Mas não está aí a cópia?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Isso é uma xerox da parte relativa a bens. Eu pediria a V. Exª que encaminhasse o mais rápido possível, esta semana ainda, a cópia completa da sua declaração. Porque na cópia completa nós temos condições de saber quais os rendimentos que V. Exª teve, conseqüentemente se isso daí entrou, foi arbitrado um lucro, e quanto V. Exª pagou de imposto.

Agora, é lamentável que V. Exª tenha atravessado um veículo, 3 anos da sua posse, sem declarar que comprou e sem declarar nos dois anos subseqüentes.

O SR. DANIEL SILVA - Que 3 anos, Senador? Eu comprei o carro em junho oujulho de 1992.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Comprou em 1990, não declarou em 90, em 91...

O SR. DANIEL SILVA - Como eu declararia em 1990, se eu comprei o carro em julho de 1990?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas fim de 90, relativo ao exercício de 90, nobre Deputado. V. Exª fez a declaração em 91, e que deveria constar: fim de 91, V. Exª fez a declaração em 92 e deveria constar. Fim de 92 V. Exª fez a declaração no início de 93 e deveria constar. E durante 3 anos esse veículo não constou? Porque é o veículo que dá a base inicial, que passa metade do valor para a compra da patrol.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Deputado Daniel Alves da Silva, li com muito cuidado o relatório do Tribunal de Contas da União, como ouvi com muita atenção a sua exposição e as interpelações que foram feitas até agora. Daí por que quase nada teria a lhe perguntar, se não fosse interessante que nós estabelecêssemos um roteiro, para que ficasse claro nesta Comissão a respeito da compra da patrol.

Veja bem: V. Exª disse que adquiriu uma patrol financiada por 46 milhões de cruzeiros, em maio de 1992 e que vendeu uma patrol em setembro.

Estávamos, aqui, a fazer uns cálculos, inclusive com o apoio do nosso Ministro, que está ao teu lado, que é agricultor e fazendeiro, ele me disse: "Esta patrol foi valorizada, no período, em 65%.". Então, nós fizemos a conta com uma correção de 65%, que daria mais 29 milhões, que estaria valendo uma patrol, com esta correção, 75 milhões.

Mas veja bem. V. Exª disse que vendeu por 185 milhões. Quer dizer, V. Exª vendeu 110 milhões acima do valor de compra.

Quando V. Exª adquiriu essa patrol, ficou com um débito. Quanto o senhor devia da patrol no mês de setembro?

O SR. DANIEL SILVA - Quando vendi a patrol não devia mais nada. Nesse período, com as minhas condições, eu fui pagando a patrol.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas, se diz V. Exª que só tem como rendimento o salário de Parlamentar, de Deputado Federal, como é que de maio a setembro V. Exª conseguiu cobrir essa diferença, que me parece tão alta, porque V.Exª me disse que ele cobrava juros e aquela coisa toda?

O SR. DANIEL SILVA - Só sei que paguei... Antes de vender a patrol já tinha efetuado todo o pagamento da patrol.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então V. Exª tem o recibo de compra e tem o recibo de venda. Comprou de uma empresa e vendeu a CONSTRUMAX, que presta serviços à Prefeitura, que na época era o ex-Deputado Davi, meu colega do Congresso Nacional.

O SR. DANIEL SILVA - Prestava serviço, não sei se ainda presta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Quer dizer que V. Exª lucrou 110 mil cruzeiros; a diferença entre o valor de compra e o valor de revenda.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª declarou isso no Imposto de Renda?

O SR. DANIEL SILVA - Está declarado todo o valor da patrol, valor da compra e o valor da venda na minha declaração.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª recebeu, então, da CONSTRUMAX um cheque, que não é nominal a V. Exª, um cheque da CONSTRUMAX no valor de 170 milhões, que me parece foi endossado pela próprio CONSTRUMAX..

O SR. DANIEL SILVA - Acredito que sim.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Tem alguma coisa aqui, um garrancho, ou algo assim; não sei se assinatura ou rubrica.

O SR. DANIEL SILVA - Com certeza foi para a CONSTRUMAX e ela endossou.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E acima conta corrente nº 41000, Francisco Chagas de Carvalho.

O Sr. Francisco Chagas de Carvalho, então, transfere para V. Exª 169.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG -A título de empréstimo?

O SR. DANIEL SILVA - Ele falou para mim que estava precisando de um milhão de cruzeiros.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Empréstimo ou doação?

O SR. DANIEL SILVA - Entreguei para ele. Ele falou que estava precisando de um milhão. Eu disse: não tem problema, você fica com um milhão e me passa os 162 milhões.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, o roteiro foi o seguinte: V. Exª adquiriu uma máquina por 46, vendeu por 185,recebeu de uma empresa que prestava serviços à Prefeitura. Imediatamente endossa - um preposto amigo de V. Exª - vai e faz um depósito na sua conta pessoal, remete 169 mil Cruzeiros Reais. Esse é o roteiro? Tudo isso V. Exª pode comprovar?

O SR. DANIEL SILVA - Qualquer hora.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, deixemos isso de lado.

Quando era prefeito o ex-Deputado Davi, seu irmão, ele fez um convênio e foi solicitado a devolver ao FNDE, agora, este ano, 1 bilhão 999 milhão 753 mil e 43, que corresponde mais ou menos 1/8 daquele valor. Sendo V. Exª irmão do prefeito, que vinha acompanhando os trabalhos dele, saberia me explicar por que essa solicitação de devolução - com a alegação do FNDE - que a prefeitura não prestou contas desse convênio?

O SR. DANIEL SILVA - Inclusive respondi para o nobre Senador que eu não sei. Realmente nesse assunto não me interfiro. Sendo da prefeitura, eu não interfiro. Se a prefeitura pagou deve ter sido cobrado pelo órgão.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nem sabe imaginar como foi investido, ou se o convênio....

O SR. DANIEL SILVA - Não sei, porque não posso falar pelo prefeito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Trocado em miúdos: V. Exª comprou uma máquina, teve um excelente lucro, recebeu da CONSTRUMAX, que recebeu da prefeitura, que passou para um cidadão, que passou para sua conta?

O SR. DANIEL SILVA - O dinheiro eu mandei depositar na minha conta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr.Presidente, Sr. Deputado Daniel Silva, na verdade a denúncia que tem em relação a seu nome é especificamente o cheque de 170 milhões. V. Exª já colocou a sua questão com uma história aparentemente lógica: a venda de uma máquina.

O Senador pede um aparte.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, permita-me V. Exª? Pedi um aparte para ler mais atentamente, porque acho que é muito importante essa leitura. Trata-se de um fax. Veja a descrição com relação à máquina: uma motoniveladora marca HB, série 993, modelo 140S, ano 1979, adquirida da Contratama Ltda, em...

O SR. DANIEL SILVA - Construterra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Aqui está Contratama. Adquirida em 05/05/92 por 46 milhões ...

O SR. DANIEL SILVA - ...e 500.

O SR. GILBERTO MIRANDA - ...referente a 33 mil, 627 UFIR, e vendida em 16/09/92. A sua declaração do Imposto de Renda não diz que V. Exª a comprou em 90; diz que V. Exª a comprou em 92 e a vendeu em 92.

O SR. DANIEL SILVA - Senador, eu não comprei a máquina em 90; eu comprei em 90 o Del Rey.

O SR. DEPUTADO - Senador, me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu passo às mãos do Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu quero o retorno...

O SR. LUIZ MÁXIMO - O nobre Depoente, a toda hora, fala que comprou a máquina em 1992.

O SR. DANIEL SILVA - Eu comprei a máquina em maio de 92, Senador.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele tem assegurado...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Comprou em maio de 92?

O SR. DANIEL SILVA - E vendi em setembro de 92.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em setembro de 92?

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em dois meses?

O SR. DANIEL SILVA - Em maio, só dão dois meses, Senador. Comprei em maio e vendi em setembro de 92.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª começou dizendo,...

O SR. DANIEL SILVA - Não...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, espera, talvez eu esteja enganado. Só quero que V. Exª me esclareça.

O SR. DANIEL SILVA - Eu comecei aqui e a minha conversa não vai mudar, Senador. Comprei a máquina em maio de 92 e a vendi em setembro de 92. A minha palavra não mudou, desde que eu comecei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, essa máquina não foi para ajudar, na época da campanha, para fazer campo de futebol, para nada? Foi depois de 92?

(O Sr. Presidente, faz soar a campainha)

Estou só fazendo a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Gilberto Miranda, V. Exª ainda vai ter a oportunidade de reinquirir o depoente, no final do depoimento, quando se esgotarem as inscrições. V. Exª, desde logo, quer se reinscrever?

A SRª JANDIRA FEGHALI - É o retorno aqui?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de deixar bem claro, a bem da verdade, que está havendo um equívoco. Na realidade, o nobre depoente sempre afirmou que comprou essa máquina em 1992.

O SR. DANIEL SILVA - Para a campanha de prefeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele comprou, sim, o carro em 90. Está havendo uma confusão.

O SR. DANIEL SILVA - Em julho de 90. Junho ou julho de 90, sempre falei.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Apenas para esclarecer ao nobre Senador Gilberto Miranda...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Sr. Presidente, porque senão não retorno às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado Daniel Silva, V. Exª considera que a empresa CONSTRUMAX tem uma atitude lícita em relação à Prefeitura? Sendo o Prefeito o seu irmão, V. Exª deve ter um conhecimento do funcionamento da Prefeitura.

O SR. DANIEL SILVA - Nobre Deputada, eu não tive nenhuma interferência junto CONSTRUMAX e à Prefeitura de Imperatriz.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª conhece o trabalho da Construmax, considera-o lícito?

O SR. DANIEL SILVA - Até onde sei, considero lícito.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Chegou-me às mãos um relatório do Tribunal de Contas da União, que passarei a ler rapidamente, para que V. Exª tente nos esclarecer.

> "A equipe do Tribunal de Contas solicitou a transferência do sigilo bancário da firma Construmax Construtora ante a constatação de que a mesma teria servido para lavagem de dinheiro, que finalmente chegou à conta do Deputado Daniel Silva."

Essa é a denúncia.

O SR. DANIEL SILVA - Lavagem de dinheiro?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não. Essa era a denúncia de que o dinheiro teria entrado pela construtora e parado na sua conta. Não era a denúncia inicial? Não é por isso que V. Exª está aqui?

O SR. DANIEL SILVA - Era a denúncia, realmente, mas lavagem de dinheiro, não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Essa é a denúncia. Ocorre que, na execução pela prefeitura das subvenções do Ministério do Bem-Estar Social, que V. Exª não registrou, foi de 500 mil cruzeiros reais ou 500 milhões antigos. Embora não constando como vencedora da licitação para obras de recuperação para estradas vicinais, objeto pactuado, a firma CONSTRUMAX foi beneficiária direta de 116 milhões antigos. E este valor, em

seguida, foi parar na conta da Srª Maria José de Oliveira Sales, a responsável junto à Receita pela referida firma.

V. Exª conhece a Srª Maria José que é a dona...

O SR. DANIEL SILVA - Não, eu não sei. Esse assunto eu não sei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Ainda nas mesmas subvenções, uma parte dos 500 milhões de cruzeiros, 68 milhões foram parar na conta corrente do Sr. Francisco Chagas de Carvalho Cunha, que é o mesmo senhor que recebeu o cheque da CONSTRUMAX para depositar na sua conta.

O SR. DANIEL SILVA - É o que eu posso afirmar...

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor sabe a troco de que ele foi beneficiário desse dinheiro, na medida em que V. Exª relata...

O SR. DANIEL SILVA - Francisco Carvalho?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Exatamente.

O SR. DANIEL SILVA - Ele não foi beneficiado, Deputada. Aí ele não está sendo beneficiado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Esse é um dado do Tribunal de Contas.

O SR. DANIEL SILVA - O Francisco...

A SRª JANDIRA FEGHALI - ...das subvenções sociais do Ministério do Bem-Estar Social...

O SR. DANIEL SILVA - Eu não sei se... o cheque está dizendo que foi o dinheiro do FNDE, não é?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, aqui é do Bem-Estar Social.

O SR. DANIEL SILVA - Não sei. Só sei que na denúncia está dizendo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª sabe em nome de quem ele recebeu 68 milhões das subvenções sociais do Ministério do Bem-Estar?

O SR. DANIEL SILVA - Quem?

A SRª JANDIRA FEGHALI - O Sr. Francisco.

Vou repetir para ficar claro.

O SR. DANIEL SILVA - Certo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O Sr. Francisco Chagas de Carvalho recebeu parte das subvenções do Ministério do Bem-Estar Social diretamente na sua conta, inclusive o nº da conta já temos aqui. E esse Sr. Francisco é a mesma pessoa que lhe serve, como V. Exª aqui registrou, quando precisa, etc. e tal, e que lhe fez o favor de, junto à CONSTRUMAX, receber o cheque para depositar na sua conta.

O SR. DANIEL SILVA - Certo, porque é uma pessoa de confiança minha, e até hoje faz....

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu gostaria de saber se V. Exª sabe por que razão o Sr. Francisco teria recebido esse valor da subvenção do Ministério do Bem-Estar Social na sua conta?

O SR. DANIEL SILVA - Não tenho conhecimento, Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor não sabe.

O SR. DANIEL SILVA - Não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Qual é a função do Sr. Francisco? V. Exª diz que ele é funcionário da SUCAM.

O SR. DANIEL SILVA - Não, ele trabalha... nas horas de folga ele viaja sempre comigo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Na folga de quê? Ele é funcionário de onde?

O SR. DANIEL SILVA - Funcionário... ele trabalha na SUCAM, tem uma folga à tarde e sempre faz algum trabalho para mim. Fim de semana, quando chego a Imperatriz, porque viajo ao meu município, ele viaja comigo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas ele é alto funcionário da SUCAM, em cargo alto de direção ou é um funcionário...

O SR. DANIEL SILVA - Não, ele deve ser um funcionário...não sei realmente a função dele assim... porque ele é muito meu amigo, há muito tempo, me conhece desde criança.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª não sabe qual é a função dele.

O SR. DANIEL SILVA - Trabalha na SUCAM desde quando ele borrifava, e hoje eu não sei se é diretor se é ...não sei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª conhece o Sr. João Borges Salgado?

O SR. DANIEL SILVA - Sr. João Borges Salgado, conheço.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quem é ele?

O SR. DANIEL SILVA - O Sr. João Borges Salgado trabalha... inclusive, se não estou enganado, é um dos sócios da CONSTRUMAX - se não estou enganado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Porque nesse relatório se registra que também o Sr. João Borges Salgado foi contemplado com 76 milhões de cruzeiros das mesmas subvenções. Esse senhor é funcionário da prefeitura, como encarregado de obras, e um dos sócios majoritários da construtora MARAJÓ, constante do processo licitatório como vencedora da licitação.

O SR. DANIEL SILVA - Se o João Salgado é sócio da MARAJÓ, eu não sei; só sei do cheque de 170 milhões que recebi da venda que fiz. Do resto eu não sei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª considerava que esse senhor...

O SR. DANIEL SILVA - Eu conheço João Salgado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - ...é da CONSTRUMAX também?

O SR. DANIEL SILVA - Não sei se é sócio dessa aí ou da outra; só sei que conheço João Salgado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - De qualquer forma, é um dado para a Subcomissão trabalhar, porque aqui não dá para se afirmar, **a priori**, que há um vínculo entre o Deputado e essas denúncias. Mas, concretamente, as duas pessoas que com ele se envolveram na venda e na compra da patrol, estão envolvidas em irregularidades importantes junto à Prefeitura de Imperatriz. Então, é um dado importante para que se avalie, porque a CONSTRUMAX recebeu, sem vencer uma licitação, 116 milhões de subvenção, e o Sr. Francisco que é amigo do Deputado que recebeu o cheque da CONSTRUMAX, também recebeu dinheiro da prefeitura, sem nenhum vínculo com ela ou com a CONSTRUMAX. Então, é estranha essa relação, que precisa ser melhor apurada.

É uma última pergunta que eu gostaria de insistir é se V. Exª tem o recibo de venda da patrol à CONSTRUMAX pelo valor de 185 milhões?

O SR. DANIEL SILVA - O recibo deve estar com o Pereira.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor não tem nenhum comprovante de que vendeu à CONSTRUMAX essa patrol?

O SR. DANIEL SILVA - Como é que é?

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor não tem nenhum comprovante de que vendeu a patrol à...

O SR. DANIEL SILVA - O comprovante está na mão do Sr. Pereira.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quer dizer que não há na sua mão um comprovante que o senhor vendeu?

O SR. DANIEL SILVA - Eu tenho um comprovante da compra que eu fiz da patrol.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Certo. Só uma última pergunta: a sua última declaração de renda registra a compra e a venda da máquina, e os seus extratos bancários realmente são extratos simples. Não dá para perceber, nos extratos bancários do Deputado, nenhum valor importante.

O SR. DANIEL SILVA - Porque não tive condições.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu estou aqui registrando como um dever ético, em relação a V. Exª.

O SR. DANIEL SILVA - Exato.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas eu gostaria de saber se a sua declaração de renda foi entregue no prazo previsto pela Receita, ou se foi entregue depois.

O SR. DANIEL SILVA - Foi entregue no prazo previsto pela Receita. Se houve alguma complementação, não sei; parece que teve alguma complementação. Quero inclusive pedir à Comissão que solicite uma certidão, porque aí, a Receita, dando uma certidão, fica melhor para ...

A SRª JANDIRA FEGHALI - A data da entrega da sua declaração?

O SR. DANIEL SILVA - Tudo, exatamente. Porque eu pedi, mas a Receita só dá se a Comissão pedir.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Edison Andrino.

O SR EDISON ANDRINO - ... Deputado Daniel Silva, ele teve que assinar a declaração de Imposto de Renda. V. Exª assinou exatamente, no mês de abril ou de maio, a declaração de Imposto de Renda, ou assinou-a recentemente, onde consta a compra e a venda dessa máquina? V. Exª entregou quando essa declaração de renda?

O SR. DANIEL SILVA - Foi no último prazo de entrega, eu não sei o dia.

O SR EDISON ANDRINO - Foi maio o último prazo, se não me engano. Não foi recentemente.

O SR. DANIEL SILVA - Não.

O SR EDISON ANDRINO - V. Exª tem certeza ?

O SR. DANIEL SILVA - Absoluta.

O SR EDISON ANDRINO - O que eu acho estranho, Sr. Presidente, em toda essa história, é que, primeiro, esses recursos liberados, da ordem de 1 milhão e 700 mil cruzeiros, do Ministério da Educação, chegaram no dia 21 à Prefeitura. No dia 24, essa empresa já retirou exatamente 10% dos recursos, ou seja, 170 milhões. No dia em que ela retirou, no dia 24, já se passou para a conta do Deputado, para a sua conta, uma parte desses recursos. V. Exª não acha estranho todas estas coincidências? Primeiro, a empresa não tinha nem feito esse serviço para o qual se destinavam esses recursos. Esses recursos vieram para, provavelmente, construir obras vinculadas à Secretaria de Educação do Município.

O SR. DANIEL SILVA - Inclusive, nobre Deputado, eu já disse que esse dinheiro, quando chegou, era para concluir as obras que já tinham sido iniciadas. Esses recursos foram no valor de 2 milhões e quinhentos. E foi liberada a primeira parcela, de 1.750 milhão. Quando ela chegou à Imperatriz, a obra já estava iniciada, e esse dinheiro foi para a conclusão do CIEE feito pela Prefeitura de Imperatriz. E se a construtora já vinha trabalhando com a Prefeitura, ela só poderia receber o dinheiro quando a Prefeitura recebia algum dinheiro para pagar as obras. Então, a Prefeitura pagou, eu recebi o dinheiro da CONSTRUMAX.

O SR EDISON ANDRINO - Eu acho que toda essa história tem nexo. Agora, é muito estranho. Primeiro, o lucro da máquina, que foi um lucro exorbitante, de 46 para 185 milhões. Uma máquina que foi usada, desgastou a máquina, essa coisa. E, depois, toda essa coincidência da data da liberação dos recursos por parte do governo federal, a data em que

foi retirado, por parte da empresa, que é exatamente 10%, e exatamente os recursos passaram para a sua conta no mesmo Banco do Brasil.

Agora, eu gostaria de perguntar para que outras prefeituras V. Exª liberou recursos do Ministério da Educação e do Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. DANIEL SILVA - Que outros recursos ?

O SR EDISON ANDRINO - Não, que outras prefeituras - se houve ou não - para as quais V. Exª trabalhou na liberação de recursos?

O SR. DANIEL SILVA - Não houve.

O SR EDISON ANDRINO - Só esta Prefeitura ?

O SR. DANIEL SILVA - Não, inclusive só tinha um prefeito que era meu amigo, que era meu irmão. Não tinha prefeitos de outra cidade.

O SR EDISON ANDRINO - O Ministro do Bem-Estar Social era o Ministro Ricardo Fiúza ?

O SR. DANIEL SILVA - Na época em que foram liberados os 500 milhões, era o Ricardo Fiúza.

O SR EDISON ANDRINO - Esses recursos não constavam do Orçamento?

O SR. DANIEL SILVA - Os recursos ?

O SR EDISON ANDRINO - É.

O SR. DANIEL SILVA - Não. Foi subvenção.

O SR EDISON ANDRINO - Mas não constavam do Orçamento.

O SR. DANIEL SILVA - Não. E foram prestadas contas. A Prefeitura prestou contas.

O SR. EDISON ANDRINO - V. Exª votou favoravelmente, ou foi contra o **impeachment** do Presidente Collor ?

O SR. DANIEL SILVA - Votei a favor do Presidente Collor.

O SR. EDISON ANDRINO - É só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, só um dado, talvez de avaliação, porque esses dados que eu li, do relatório do Tribunal, envolvem com certa gravidade a prefeitura, porque são dinheiros repassados para quem perdeu licitação, para pessoas que nada têm a ver e para o próprio Secretário de Obras, que é dono da Construtora que venceu a licitação. Então, só lembrar que esse é um dado importante, que a Prefeitura de Imperatriz já está na nossa lista de investigação e com quebra de sigilo. É importante acelerar, inclusive, esse relatório, para que possamos cruzar os dados e avaliar a própria Prefeitura, que, ao que me parece, está envolvida em irregularidades importantes.

O SR. DANIEL SILVA - Pelo que eu sei, nobre Deputada, a Prefeitura prestou todas as contas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Daniel Silva, apenas um esclarecimento. Nunca tive patrol, não entendo disso, e eu ia fazer uma pergunta, mas me informaram que já foi feita. É normal a gente comprar um carro usado e permanecer com ele um certo tempo, sem transferência, e até repassá-lo para uma outra pessoa, até aí é normal.

Agora, me informe, com precisão, o senhor já teve uma patrol. Existe um documento, um certificado de propriedade da patrol, idêntico a um carro, porque é um veículo motorizado. A patrol tem esse documento? É obrigatório ter um certificado?

O SR. DANIEL SILVA - Não. Tenho a nota fiscal só.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só a nota fiscal?

O SR. DANIEL SILVA - É o que eu tenho. Não tenho o documento da patrol. Não tenho o documento.. Como é que se diz? Não tenho. Acho que não existe.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não existe? A patrol não é como um veículo...

O SR. DANIEL SILVA - Inclusive, parece-me que é até isento de imposto a patrol.

O SR. PEDRO PAVÃO - Esse era o tipo de informação que eu precisava. Mas o documento de compra o senhor tem e o documento de venda o senhor disse que está em poder do Sr. Pereira?

O SR. DANIEL SILVA - Pereira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse valor que o senhor declarou?

O SR. DANIEL SILVA - No valor que foi declarado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas isso, Sr. Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Deputado Daniel Silva, queria também só uma informação, que me deixou um pouco no ar, no tocante ao seu depoimento: V. Exª declarou que não tinha pago o imposto de renda, quer dizer, não se viu obrigado a pagar imposto de renda. Foi isso que V. Exª declarou?

O SR. DANIEL SILVA - Foi.

O SR. BELLO PARGA - Mas eu pergunto: V. Exª não recebe seus subsídios aqui pelo Congresso Nacional? Não é descontado o imposto de renda?

O SR. DANIEL SILVA - É descontado na folha.

O SR. BELLO PARGA - Então, V. Exª pagou o imposto de renda.

O SR. DANIEL SILVA - E descontado. Está tudo pago.

O SR. BELLO PARGA - V. Exª pagou só aquele que estava na folha.

O SR. DANIEL SILVA - Aquele está pago.

O SR. BELLO PARGA - Não foi preciso pagar mais nada.

O SR. DANIEL SILVA - Não. Não.

O SR. BELLO PARGA - Então, não ficou isento de imposto de renda?

O SR. DANIEL SILVA - Acho que não, Deputado.

O SR. BELLO PARGA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Não tenho nada a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado, V. Exª tem mais ou menos idéia da data em que foi retificada sua declaração de imposto de renda?

O SR. DANIEL SILVA - Senador, acredito que foi nos últimos dias, mas sinceramente eu não sei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nos últimos?

O SR. DANIEL SILVA - Nos últimos dias da entrega, que tinha que ser entregue a declaração.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Estou dizendo, essa declaração sua, ela foi retificada? O senhor entregou... todo mundo entrega em maio mais ou menos.

O SR. DANIEL SILVA - Eu entreguei no último prazo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No último prazo?

O SR. DANIEL SILVA - É.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas depois disso ela foi retificada, foi colocado mais algum bem, mais alguma coisa?

O SR. DANIEL SILVA - Deve ter sido colocado mais algum bem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Foi colocado mais algum bem?

O SR. DANIEL SILVA - Pode ser, eu não sei. Não estou lembrado. Quero que peça a certidão, porque pedindo a certidão, aí sim, a Comissão vai ter toda a informação.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª sabe se esse bem - que foi ratificado, colocado, a sua declaração retificada -, foi a patrol?

O SR. DANIEL SILVA - Acredito que deve ter sido a patrol.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deve ter sido a patrol?

O SR. DANIEL SILVA - É sim, eu acredito.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª sabe se foi nesse mês de novembro?

O SR. DANIEL SILVA - Mês de novembro?

O SR. GILBERTO MIRANDA - De agora, desse ano, 1993.

O SR. DANIEL SILVA - Não, Senador. Acho que não. Não sei. Não sei não, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quem lhe informou, porque acredito que não seja V. Exª que faça a sua declaração, que foi retificada a sua declaração?

O SR. DANIEL SILVA - Olha, o contador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando?

O SR. DANIEL SILVA - Foi o contador, que eu entreguei tudo para o contador. Tudo eu passava para o contador e ele me entregou a minha declaração. E é tudo que está aí.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando o seu contador lhe informou que a sua declaração foi retificada?

O SR. DANIEL SILVA - Não estou lembrado, Senador. É por isso que estou querendo a certidão, porque quando a Receita Federal me fornecer a certidão, que fornece direto para a Comissão, aí os nobres colegas, os membros da Comissão vão pegar, porque a Receita não pode mandar um documento que não seja verdadeiro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Claro, sem dúvida.

O SR. DANIEL SILVA - Então, já solicitei que a Comissão peça a certidão para que chegue até a Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Este fax é cópia da retificação ou é a sua declaração inicial em maio de 93, igual a que todos nós entregamos?

O SR. DANIEL SILVA - É a entregue em maio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas se essa daqui é de maio, e V. Exª disse que depois retificou e que foi colocada a patrol, nesta daqui de maio já consta a patrol.

O SR. DANIEL SILVA - Estou falando, nobre Senador, que foi retificada, não estou sabendo como. Sinceramente, se eu disser que sei a data, eu não sei; o que vou saber é pegando a certidão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu não estou querendo lhe apertar não, só estou querendo esclarecer.

O SR. DANIEL SILVA - Não, mas não me aperta não, Senador, porque vou falar sempre a verdade; vou falar sempre isso aí, Senador!

A Comissão pega a certidão da Receita Federal...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só uma pergunta, porque, se essa é a de maio, já consta. Agora, se foi retificada e foi colocado outro bem ou outra coisa, aqui não consta essa outra coisa. Então, há uma outra retificação.

O SR. DANIEL SILVA - Eu não sei, Senador, tem que ter. Eu quero a certidão. Com a certidão é que a Comissão vai pegar... Eu queria trazer essa certidão em mãos, mas não tive condições.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No caso, não seria a certidão, nobre Deputado, seria a cópia integral da sua declaração de Imposto de Renda com a retificação.

O SR. DANIEL SILVA - Acredito que veio tudo do jeito que está lá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas se V. Exª pudesse pedir ao seu contador que ele lhe mandasse, por fax, a cópia completa da entregue em maio e o que foi retificado, acho que, com a facilidade do fax, V. Exª teria condições de entregar para nós amanhã.

O SR. DANIEL SILVA - Mas estou querendo, Senador, que venha a certidão, porque aí, sendo a certidão expedida pela Receita, fica melhor para a Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu queria fazer uma sugestão ao nobre Senador Garibaldi, nosso coordenador, para que pedíssemos à Receita Federal a cópia da sua declaração de Imposto de Renda.

O SR. DANIEL SILVA - Vem completo, a cópia e a certidão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só isso.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu só queria fazer mais uma indagação ao depoente para S. Exª me esclarecer o seguinte: esta firma da qual V. Exª comprou a patrol, a Constraterra, é de Imperatriz mesmo?

O SR. DANIEL SILVA - A Constraterra está instalada em Imperatriz. Ela era, antes, de São Luiz; mas, hoje, ela está em Imperatriz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E essa Constraterra prestou ou presta algum serviço à Prefeitura de Imperatriz?

O SR. DANIEL SILVA - Prestou serviço em Imperatriz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ela prestou serviço inclusive durante a gestão do seu irmão como Prefeito?

O SR. DANIEL SILVA - Não foi em toda a gestão, mas prestou serviço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, mas durante a gestão...

O SR. DANIEL SILVA - Ela prestou serviço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A Constraterra prestou serviço à Prefeitura de Imperatriz?

O SR. DANIEL SILVA - Prestou.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E quando V. Exª comprou a máquina, o preço que pagou era de mercado? V. Exª fez alguma averiguação?

O SR. DANIEL SILVA - Foi o preço pelo qual o dono da máquina falou que podia me vender. Pelas condições que ele me deu, como já falei, comprei a máquina e fiquei pagando.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Satisfeito!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves) - Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de comunicar que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Orçamento está convocada para uma reunião de trabalho, às 17h, na sala 02. Às 18h, haverá uma reunião do Senado.

Quero agradecer a presença do Deputado Daniel Silva.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h.)

Depoimento do Sr. C. R. Almeida

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Está aberta a reunião.

O depoente prestará o juramento de praxe. Em seguida, responderá também algumas perguntas de praxe.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Seu nome completo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cecílio do Rego Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Sua idade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nasci no dia 31 de janeiro de 1930; 63 anos.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Estado civil?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Residência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Rua Conselheiro Grotero, 2.363, Higienópolis, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Profissão?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Lugar onde exerce sua atividade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Brasil e no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Inicialmente, concedo a palavra ao Relator, nobre Senador Eduardo Suplicy, para iniciar a inquirição ao Dr. Cecílio.

V. Sª preferirja antes fazer uma exposição?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Mas antes de mais nada, desejo dizer aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que estou muito feliz por estar nesta Comissão. É a primeira vez que se apresenta na minha vida o direito, a oportunidade, de mostrar caminhos para que se possa passar o País a limpo. Venho lutando contra isso - vou-lhes dizer a data - desde 1971 e, principalmente, nos dois últimos anos, quando apareceu a empresa - que não é uma empresa de...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Sr. Cecílio, permite-me V.Sª interrompê-lo? V. Sª terá 30 minutos para uma exposição preliminar, antes da inquirição.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois não, Sr. Presidente.

O que importa é mostrar como funciona o esquema, como o povo brasileiro é sangrado e como, rapidamente, se pode estancar esse sangramento.

Mas, expondo dessa maneira, solta, não representaria absolutamente nada. É necessário fazer um pequeno histórico.

V. Exªs estão ouvindo o Presidente de uma empresa, desde 1958; no entanto, trabalha na empresa desde 1952; ela foi formada em 1946. Portanto, ela existe há 47 anos, fazendo engenharia no Brasil.

Trata-se de uma empresa que detém um patrimônio líquido de um bilhão e oitenta milhões de dólares; escavou 305 milhões de metros cúbicos de terra; 60 milhões de metros cúbicos de rocha; 240 milhões de aterros; 5 mil metros cúbicos de concreto; construiu 6.300 quilômetros de estradas de rodagem; 617 quilômetros de estradas de ferro; 284 quilômetros de **pipeline**;, quase 13 quilômetros de pontes e viadutos; 30 quilômetros de túneis; 10 mil toneladas de estruturas metálicas e 825 mil metros quadrados de construção civil para residência.

A CR Almeida desenvolveu, com exceção do Nordeste - de Pernambuco, com duas obras, uma ferrovia e uma de saneamento -, seu trabalho no Brasil inteiro. Isso se pegarmos do Ceará até Sergipe, com exceção dessa obra nova de Pernambuco.

A CR Almeida é um conglomerado de 17 empresas, que adquiri através desses anos. Sou empreiteiro, com grande orgulho, há 41 anos. Controlamos mais doze empresas que trabalham no Brasil. Durante 41 anos, a empresa recebeu inúmeros prêmios e diplomas do trabalho que realizou no País. O diploma de que tenho mais orgulho é o diploma de mérito por serviços prestados: "O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná confere o presente diploma a Cecílio do Rego Almeida, Carteira Profissional nº 903, considerando que durante sua vida profissional, até a presente data, não sofreu penalidade alguma por parte desse Conselho Regional, exerceu a profissão com denodo e dedicação, fazendo uso de seus conhecimentos científicos e tecnológicos em prol da humanidade."

Durante 41 anos, todas as obras que fizemos foram perfeitas. Além de perfeitas, foram medidas e pagas dentro do contrato existente.

Estou feliz em estar aqui, porque levei dois anos carregando três malas - que devem pesar 60Kg - contendo documentação para mostrar a autoridades brasileiras. Em pleno Governo Collor, levei para o Ministro Célio Borja, no dia 30 de junho de 1992, um dossiê - que deixo para esta Comissão - em que demonstro para o Ministério da Justiça como é organizado esse esquema com o fim de que a lei da concorrência - naquela época era a Lei nº 2.300/86 - fosse burlada por uma empresa chamada OAS.

Desejo fazer o esclarecimento aos Srs. Parlamentares de que sou um empreiteiro e não vou dizer uma única palavra a respeito de colegas empreiteiros. Se V. Exªs desejarem saber, vão ter que chamá-los aqui, porque não os conheço nesse aspecto menor. Conheço-os num aspecto maior, de estar construindo coisas no Brasil.

Após isso, procurei o Ministro Maurício Corrêa e complementei o que eu havia apresentado ao Ministro Célio Borja, com mais quatro volumes, em que demonstro o número de ações que ajuizei na Justiça contra esse esquema de corrupção.

Peço vênia aos Srs. Senadores e Deputados, porque cheguei ontem à noite a Brasília, por volta de meia-noite e meia, pelo avião da TRANSBRASIL, e não tinha conhecimento dos acontecimentos. Nada sei sobre o que está escrito a respeito da minha empresa nesses 41Kg de papéis. Nada! Estou depondo sem ter conhecimento de absolutamente nada, mas, felizmente, não tenho o menor receio de que esta lama alcance minha empresa.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, realmente existe um grande sistema de corrupção no Brasil. Eu o conheço de perto. Eu convivi, olhando cara a cara, com o corrupto, eleito ou não pelo povo, que é de uma sordidez extraordinária, é de uma falsidade total, e esses sempre enfrentei.

Mas, antes, eu só queria dizer o seguinte: está aqui em minhas mãos - eu o darei aos Srs. Deputados e Senadores - um esquema que obstaculiza, ou fecha, esse esquema de corrupção em dez dias. Só basta ter coragem e editar essa medida provisória, que tem embasamento jurídico, para que isso ocorra. A isso eu volto no final. É o ponto final da minha declaração.

Não vim aqui me defender. Não estou aqui - quero deixar isso muito claro - para me defender; estou aqui para demonstrar a V. Exªs como funciona esse esquema.

Eu pediria o item 4. Aqui há quatro pastas de arquivo com recortes de jornal sobre a OAS. Entrego o que eu tenho, mas, como foi muito rápido o convite para eu vir aqui, pediria que isso fosse xerocado e devolvido o meu original, porque eu não tenho esses recortes.

Não é possível que uma empresa empreiteira tenha tantos casos de corrupção como essa empresa OAS, pertencente aos Srs. Sérgio Mata Pires e Carlos Suarez. Nós nos demos ao trabalho, fora o meu trabalho no exterior, eu me dei ao trabalho, nesses últimos dois anos, para comprovar isso que venho dizer a V. Ex^s^s aqui: não é possível que haja tanto caso de corrupção numa só empresa. É daí que peço aos Srs. Deputados que separem o joio do trigo. Então, faço a entrega ao Sr. Presidente da Comissão desses quatro volumes, pedindo-lhe, por favor, que seja xerocado e me devolva o original, que já é, em muitos casos, xerox.

5. No momento em que eu vinha caminhando com alguns parlamentares que não adotam a mesma ideologia que eu adoto, porque eu sou um homem, no mercado aberto, sou um homem da desestatização. Não é necessário favorecer grupos econômicos, a fim de roubarem o dinheiro do povo, mas eu acho um erro, e muito grande, olhando a malha rodoviária brasileira, que é uma das maiores do mundo, desintegrando porque o Governo não tem dinheiro para consertá-la ou restaurá-la. Tenho certeza, como engenheiro, que isso, desde que controlado pelo Governo - é claro, Governo; estou falando em Go-ver-no -, desde que controlado pelo Governo, traria muito mais benefício ao povo brasileiro. Isso está sendo feito na China, de onde acabei de chegar.

Quando esse meu trabalho estava quase se aproximando da reta final, a empresa OAS pegou um diretor chamado Marcelo Flores, que era o diretor deles aqui em Brasília. Por absurdo que pareça, fui indiciado pela Polícia Federal por ter dado dinheiro para a campanha do Collor e do Itamar Franco. Admiro que tenham feito isso; quando declarei meu ato, de maneira aberta, no dia 17 de abril, de 1991. Levaram dois anos e meio para descobrir o óbvio - aqui está a minha fotografia.

O repórter afirma: "Falando em ajuda em torno de eleição graúda, de governador, Presidente, membros do Congresso, dizem que os empreiteiros ajudaram". O interessante é que só falam de empreiteiros; não falam de banqueiros, de seguradoras, de jornais, do monopólio da petroquímica. Não falam - ou falam muito pouco, acho que a única pessoa que fala é o Presidente Itamar - do cartel do remédio, do pobre que morre por não ter dinheiro. Eu, que sou gravemente doente - não chego a tanto -, sei quanto custa uma caixinha de remédio e imagino quanto um pobre deve sofrer para tomar três pílulas.

Então, o repórter, falando em ajuda em toda eleição graúda, de governador, Presidente, membros do Congresso, afirmou que dizem que os empreiteiros ajudaram. Todo mundo ajudou, o que há é falsidade. E perguntou :"Essa ajuda existe mesmo?" E eu respondi: claro que existe ajuda e deve existir mesmo. Aconteceu no Paraná essa audiência. Por exemplo, se um safado, como o Álvaro Dias é candidato no Paraná, eu ponho dinheiro na campanha de quem seja contra ele. Se o candidato é Roberto Campos - que já foi Senador por Mato Grosso -, é claro que presto, como prestei, ajuda. O que me pediu o Ministro Roberto Campos? Papel para imprimir o que na gíria se chamam "santinhos". Por que ajudei o Roberto Campos? Porque acho que um Parlamento não pode dispensar uma inteligência tão brilhante como o do ex-Ministro, que em 1965 salvou o País. Ele e o Ministro Bulhões modificaram o País. Quem arrebentou essa estrutura foi o Collor, nesse último Governo. Depois eles perguntam - e aqui está o absurdo do meu indiciamento: "O senhor ajudou o Presidente Collor na campanha presidencial?" Ajudei, ajudei. "Entre Collor e Lula, o senhor quer quem? É claro, ideologicamente, eu não aceito. Eu poderia aceitar inúmeras pessoas do PT - é talvez até entrar para o Partido - como o ilustre Senador, como o Fábio Comparato, como o Greenhalgh, como o José Genoíno - estou perdendo até alguns nomes brilhantes do PT. O que não aceito são esses 15 tipos de ideologias dentro do Partido. Não aceito; e não sou obrigado a aceitá-los porque esta é uma democracia.

Não sou de esquerda. Sou um sobrevivente, nasci na beira do Amazonas. Quem lá não morre de disenteria até 3 anos é um sobrevivente, como é sobrevivente um menino de 7 anos que foi obrigado a guiar carroça para comprar laranja para sobreviver e ajudar o orçamento doméstico do meu pai, que era um simples postalista, e de minha mãe, que fazia crivo. Aos 14 anos, fui emancipado; era telegrafista e trabalhava das 18 horas até à 1 hora da madrugada. Aos 21 anos, dirigia a maior empresa de engenharia do Paraná, a qual, depois, eu comprei inteira.

Pergunto: Que culpa tenho eu de meus ancestrais, de os meus pais terem dado a mim, geneticamente, força e caráter? Que culpa tenho eu de o outro ser frouxo, de não ter caráter e de não trabalhar? Tenho direito a ter dinheiro, a ser rico, porque trabalhei e não roubei da Nação.

Eu me formei aos 21 anos. Não pude me formar um ano antes, porque eu não tinha dinheiro para pagar a Escola de Engenharia, que não era federalizada; não tinha dinheiro para pagar aquela pequena matrícula. Estudei e comprovo aqui - mais tarde, posso levantar estes dados no Paraná -, o atestado de graça, atestado de pobreza dos 4 anos, quando entrei no jardim de infância, até os 17 anos de idade. Depois disso, estudei de graça na Escola Federal de Engenharia do Paraná, porque esta era de graça para todo mundo; quem passasse no vestibular - e, nele, passei muito bem - estudava.

Então, somente agora vim a entender por que fui indiciado. Disseram que dei dinheiro ao Sr. Paulo César Farias. Primeiro: não é a minha pessoa, mas sim a empresa. Segundo: não entregamos dinheiro para o Sr. Paulo César Farias. Mandei fazer um levantamento após isto aqui. O dinheiro foi entregue ao PRN; se o Partido desviou dinheiro

para o Sr. Paulo César Farias, é o partido o culpado. Vi o cheque na Polícia. O cheque é de C. R. Almeida para C. R. Almeida; endossado por C. R. Almeida e entregue ao PRN. Não tenho carimbo de EPC. Por um delegado da polícia federal e um por promotor público, entrei nesta sala como testemunha e saí indiciado, porque tirei a responsabilidade das pobres moças que assinaram esse cheque - não serão duas mocinhas que assinam um cheque as responsáveis por 700 mil dólares; isso é conversa, não é conversa da OAS. Então, ele disse que dei o dinheiro para o Sr. Paulo César Farias, para que o mesmo prejudicasse a OAS. Vejam que indiciamento louco e absurdo.

Aqui, deixo para V. Exª. o meu indiciamento. Se V. Exª. comparar, é lógico; pedi para eles um indiciamento desse Sr. Paulo César Cavalcante Farias e deixo um indiciamento desse Sr. Marcelo de Santos Flores, que tornou a ser indiciado.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, sou um homem de vergonha. Eu ia ao gabinete do nobre Senador Eduardo Suplicy; lá, não pisei mais a partir do indiciamento e o fiz não para prejudicá-lo, mas para não deixá-lo sem graça. Como é que um indiciado pode estar no gabinete de um Senador?

Muito bem: eles conseguiram me obstaculizar. Entramos com um **habeas corpus**, mas é claro que, com este clima que existe no País, ainda não consegui ser retirado disso, mas ser retirado.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, por causa disso, há poucos dias, eu já havia terminado - o que é normal, a lei brasileira diz isto - uma pesquisa. Havia fiscais do Imposto de Renda na minha empresa, que tinham fechado a fiscalização. Dez dias depois, auditores da Receita Federal foram a minha empresa. Aqui, estão os autos de infração e aqui está a minha defesa permitida por lei; primeiro ao delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro, depois virá ao Conselho de Contribuintes. Como qualquer brasileiro, constitucionalmente, tenho o direito de defesa na Justiça. Eles me multaram em 169 milhões de dólares de um dinheiro que não recebi, que o Governo não me pagou e, por lei, a forma fiscal tributária de cobrar do empreiteiro é pelo regime de caixa; o empreiteiro recebe e paga o Imposto de Renda. Isso não está certo. Entrego também, ao Sr. Presidente, os documentos, os autos da defesa.

O que ocorreu, o absurdo que ocorreu: o **Jornal da Tarde** publica - eu estava na China, pois tinha fechado cinco negócios - e fui avisado por fax -:"Devassa começa na C.R. Almeida - Empreiteira leva multa de 550 milhões." Vejam o que diz aqui dentro: "A empreiteira C.R. Almeida terá que recolher 590 milhões de dólares, equivalente a 98 bilhões de cruzeiros, aos cofres públicos... - Vejam se isso não magoa? - ...por emissão de notas frias, sonegação fiscal, prática de caixa-dois, entre outras fraudes."

Permitam-me, senhores, fazer um parênteses: sobre esse dinheiro entregue ao PRN, paguei imposto de renda, não recebi nota fria, não aceitei alugar aviãozinho, não menti dizendo que mandei fazer um estudo de uma fábrica em Alagoas; eu disse a verdade, fui limpo e correto; não aluguei hora extra de avião, nada, paguei do meu bolso o imposto de renda.

No mesmo dia, saiu também no **O Estado de S. Paulo** - já sei como é a trama -, que é dono do **Jornal da Tarde.** Pergunto: eu estava na China, temos a receber do Governo 917 milhões de dólares, devíamos 35 milhões de dólares, 28 de banco e 7 de fornecedores, empreiteiras, passagens aéreas, hotéis. Tínhamos já um escalonamento aprovado pelo INSS, equivalente a 8 milhões de dólares, com essa concordata, já fui tirado de oito concorrências, sempre partindo de dentro da Petrobrás, junto com o **O Estado de S. Paulo.**

Estou me referindo, Sr. Presidente, ao pedido de minha concordata e ao despacho de um juiz de que estou em concordata.

Quarenta e um anos pagando suas contas, mesmo com atrasos do Governo, nunca precisei pedir concordata. Isso é uma vergonha, uma concordata de 35 milhões de dólares, tendo a receber 917.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Quero lembrar ao depoente que V. Sª tem mais 5 minutos para a sua exposição.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No mesmo dia em que a minha empresa - em 28 de outubro - faz uma nota oficial da concordata, sai: "Executivo de construtora ameaça fiscal", e minha fotografia. Um auxiliar do auxiliar, vizinho do cabo da polícia, ameaçou o fiscal, e puseram a minha fotografia.

Quando eu consegui vencer essa barreira, acusaram-me de falsificação perante o INSS e a Receita Federal. Sr. Presidente, estou entregando duas certidões que demonstram que eu nada devo à Receita Federal; tenho regularidade com a Receita Federal e com o INSS. Com isso, me obstaculizaram mais uma vez apresentar o quanto antes o que estou apresentando hoje.

Em tudo há fraude, há corrupção. Se V. Exª pegar a revista **Exame** - e vou passar ao Sr. Presidente dois exemplares -, há ali 500 empresas. Quatrocentas e noventa e nove apresentam o seu balanço no dia 31/12 de cada ano, a fim de pagar o Imposto de Renda. A empresa OAS, da Bahia, apresenta 30 dias depois, sonegando o Imposto de Renda. Está aqui a prova.

O que é uma empresa - pergunto eu - que pega dinheiro barato do Banco Central para empregar numa agropecuária, não entrega e está sob suspeição no Banco Central? O que é uma empresa - isso é de ontem, um exemplo só - que forja a fatura sobre obra que não fez? Não é essa a empresa que vai me por nesta Comissão ou junto com alguns outros para me desmoralizar.

Sr. Presidente, felizmente terminei em tempo hábil e posso responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Sigmaringa Seixas, como o Sr. Cecílio do Rego Almeida fez uma citação, avalio, diante da responsabilidade que me concedeu ontem, designando-me Relator, que devo começar por solicitar ao depoente - até porque recebo em meu gabinete todos os cidadãos brasileiros e não-brasileiros que me procuram, e sempre com respeito - que relate exata e sucintamente, mas com a melhor lembrança que tiver, os objetivos que teve e do que tratou quando me visitou, para que todos saibam e para que isso seja inteiramente transparente.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sobravam-me duas oportunidades: a Sociedade de Proteção aos Animais ou um Senador com a sua honorabilidade.

Quando estive em seu gabinete - e V. Exª muito ajudou - foi para combater um caso de corrupção da OAS, não fui lhe sugar, fui sugado. Dei-lhe todos os elementos e V. Exª teve a coragem indômita de ir a Santa Catarina levantar coisa por coisa.

No dia em que V. Exª foi até lá - muito lutei para que não fosse - o senhor ia ser apedrejado e, por detrás, consegui que a polícia segurassem os vagabundos. Não tive ligação nenhuma com V. Exª. Ideologicamente, estamos em campos opostos. V. Exª não me fez favor algum nem me facilitou absolutamente nada.

V. Exª como Senador da República ouviu o que eu tinha a dizer e a comprovar. V. Exª mandou reexaminar pelo seu Gabinete e pelo CREA - não me recordo bem - e com a sua ajuda, obstaculizamos uma corrupção na empresa OAS de US$62 milhões. Foi o tipo de relacionamento que tivemos. Tanto que o senhor é dez anos mais novo do que eu e lhe chamo de senhor.Não tenho a menor intimidade com o senhor. O senhor trabalhou como Senador e eu trabalhei como empresário. Isso esclarece de forma mais profunda o relacionamento que mantivemos. Respondo a exatamente tudo.

Se V. Exª está falando que minha presença denigre seu Gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Não foi essa a intenção do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - S. Exª quis apenas um esclarecimento a respeito dos fatos. Vamos à pergunta seguinte.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Desejo apenas tornar claro que realmente o senhor trouxe-me documentos, indícios importantes de que na construção de trechos da BR 101 em Santa Catarina havia um sobrepreço. Tomei as providências cabíveis junto ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral da República e ao Governo de Santa Catarina. Fiz uma visita pessoal ao Governador do Estado, à Assembléia Legislativa esclarecendo todos os elementos. A Universidade Federal de Santa Catarina e o CREA acabaram realizando estudos que resultaram em uma nova renegociação entre o Governo de Santa Catarina e a empresa construtora. Portanto, acredito que...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A renegociação é ilegal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, de qualquer maneira, a iniciativa foi tomada em função de informações do interesse público.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Exatamente, Senador, V. Exª fez tudo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Cecílio, o senhor em diversas reportagens, como em uma entrevista recente à **Folha de São Paulo**, vem denunciando a OAS como responsável pelo elevado valor de propinas hoje embutidas nos custos globais das obras, às vezes encarecendo-as em 30% ou mais.

Como se processa esse mecanismo? O que acontece para que seja possível esse sobrepreço? Há necessidade do envolvimento de parlamentares, funcionários do Poder Executivo ou de outras pessoas?

Poderia o senhor nomear as pessoas e relatar casos concretos como ocorreram os fatos e, assim, dar consistência a essas denúncias?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu tenho uma maneira, Sr. Senador, bem melhor, se me for permitido.

Não conheço os Deputados. Já foram feitos inúmeros levantamentos e não encontraram o nome da minha empresa pagando a qualquer Deputado. Seria criminosa a ação de apontar um Deputado. Não pagamos a Deputado algum.

Permita-me um exemplo: tivemos dois anos de Governo Collor. Nesse período, peguei quatro obras: duas no DNER, pequenas, com preço mínimo. Então, ganhou o preço. Sei que o DNER está na mira, mas as concorrências lá são de preço mínimo, concorrendo dez, doze empresas; ganhei uma da Receita Federal, que já terminou. É um prédio no Rio Grande do Sul. E a quarta obra é uma que consta aqui no jornal que V. Exª leu. Realmente, fui ao Ministério da Agricultura perguntar a quem se pagava para se conseguir uma obra.

Não posso citar nome de parlamentar nenhum, porque simplesmente não os conheço. E a minha empresa, tenho diretores aqui, cheguei à meia-noite de ontem, para saber. Então, isso não posso lhe dizer. Essa é a número um.

Nº 2: Na realidade, como me orgulho de ser empreiteiro, sou empreiteiro, cabe a esta Comissão chamar cada empreiteiro para depor e dizer o que ele fez. Eu não fiz nada. Não resta... Não tem nada sobre a minha empresa. Nada. Não sei por que, a partir de

ontem, porque até anteontem estava..., Estão sendo feitas essas perguntas. Na realidade, o Presidente da Comissão... Estou aqui a convite, não estou intimado. Foi assim que V. Exª disse, não é? Não estou intimado e interessava a esta digna Subcomissão o meu testemunho.

Se V. Exª quiser de maneira institucionalizada, posso prestar os maiores esclarecimentos possíveis. Mas para indicar o nome de "A" ou "B", eu não sei. Eu venho pouco a Brasília. Não vivo aqui; só vivi aquela temporada, até ser indiciado aqui no Parlamento; não conheço. Não estou mentindo. Se eu disser alguma coisa a respeito desse senhor que chamam de " anão," "os sete anões"... eu vi esse senhor uma vez. Não lhe dei nada, nem a minha firma o deu. Não estou fazendo, não estou usando de semântica, pondo minha pessoa ou tirando minha pessoa. Nada! Absolutamente nada!

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª está referindo-se ao Deputado João Alves?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Estou me referindo. É o mais visado. Estou-me referindo ao Deputado João Alves, sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª menciona, relativamente à visita ao Ministério da Agricultura, que era o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, com quem teve o diálogo. Poderia mencionar, então, qual seria, à época, o Secretário Executivo e qual o Ministro da Agricultura?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Ministro era o Antônio Cabreira. A respeito do Secretário Executivo, realmente, eu não sei. Posso descrever a pessoa que me atendeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia descrever o fato?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois não. Era um homem gordo, suado...

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o fato?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O fato foi o seguinte: essa empresa OAS havia ganho no INCRA oito... Não. Não é esse papel. É um papel... Não. Nelson Baeta é um homem magrinho, elétrico. E esse era um gordão. Não é Nelson Baeta. Não sei quem era.

Realmente, fiz isso que diz o jornal. Eu perguntei a quem pagava para ter uma obra. É o contrato... É o contrato Santa Luzia, que está paralisado no INCRA; estradas e açude, projeto de assentamento de Sapucaia-Buriti, lote tal, construção. Onde é esse contrato? Eu não tenho certeza, Sr. Senador, se é no Maranhão ou é no Pará. Foi o único contrato.

O SR. DEPUTADO - É no Maranhão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Maranhão. Muito bem. Não sei qual é pior: se é a corrupção que estavam fazendo lá ou se é a atual direção do INCRA, que foi para lá em janeiro e nada fez; nada, absolutamente nada. Não assentou uma única família. Não sei qual é a pior para o País - fico em dúvida certas horas -, se é a incompetência e a burrice de administradores ou se é uma meia dúzia de gatinhos pegando algum dinheiro. Qual produz pior mal ao País?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu pediria que V. Sª descrevesse o fato ocorrido, porque uma coisa é o que está no jornal, outra é descrever aqui. Gostaria que V. Sª descrevesse o fato ocorrido durante a visita ao gabinete do Ministro da Agricultura e a data aproximada em que ocorreu.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A data foi antes de eu pegar a obra.

Em que dia pegou a obra? Um momento. Eu tinha certeza que não foi o Dr. Bruzzi. A pessoa se assustou. Já lhe digo aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia descrever, de acordo com sua memória, como é que V. Sª assustou a pessoa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fui à Caixa Econômica, disse que a OAS estava com oito obras, que eu não conseguia entrar em obra nenhuma e ou dei um percentual, ou quanto tinha de pagar e a quem tinha que pagar para ter uma obra no Ministério da Agricultura. Corrijo: no INCRA, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Isso lhe foi dito na Caixa Econômica?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Na Caixa Econômica não.

O SR.EDUARDO SUPLICY - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu falei?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Falou.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me fazer um pequeno esclarecimento: tive um bombardeio - não é desculpa, depois posso mostra a tomografia - e, de vez em quando, falho. Não tenho vergonha nenhuma disso, qualquer ser humano pode ter isso. Imediatamente, peço perdão por ter dito errado. Foi o Ministro Cabreira, Ministério da Agricultura, um senhor gordo e suado e frouxo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E que palavras V. Sª disse a ele? É isso que eu gostaria que V. Sª descrevesse.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sete obras, ou oito, foram dadas à Empresa OAS. Entrei nas oito concorrências. Nenhuma consegui ganhar, porque burlavam o Decreto-Lei 2.300. Era aquele de preço-base e desempate por nota técnica, que é ilegal.

A pessoa ficou muito assustada. Realmente, não tinha levado uma vida fácil. Estava armado, não para ir assustar o pobre homem suado. Perguntei isto, Senador: quanto teria que pagar ou a quem pagava? Quem era o chefe para eu pagar para pegar a obra?

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o que ele respondeu?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quase morreu, não é? Mas também ele deu um azar, porque, na mesma hora, eu tive uma disritmia coronariana e tive que tomar remédio, já não ficou tão forte quanto eu esperava que ficasse. Mas, uma semana depois, eu tinha uma obra e um contrato assinado. Disseram para eu entrar em tal concorrência. Entrei e ganhei. Não paguei nada a ninguém, nada, nada. Daí, entrou esse senhor, que até no nome mostra o que é - o nome dele é Russo -, e, de lá para cá, não fez absolutamente nada no INCRA, nada, absolutamente nada; só faz comissãozinha de inquérito. É tão simples, é só medir a obra. Não tem nada disso de dizer que vai chamar o conselho não sei do quê. Tem engenheiro lá do INCRA. Se os engenheiros do INCRA são corruptos, ponha-os na rua e contrate novos e meça. A minha hora está perfeita. É pena que esse senhor chamado Russo, por incompetência, esteja deixando milhares de famílias desabrigadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Salomão, precisar retirar-se para receber o Governador Brizola. Por isso, pede licença para formular uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Pois não. V. Exª, em seguida, retomará a inquirição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agradeço a V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy. Quero ser bem rápido e objetivo com o nobre depoente.

V. Sª se referiu a um ponto importante, que é o fato de que há pouca informação sobre como uma empreiteira pode pagar propina.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma empreiteira não; reporteime à OAS.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou falando que uma empreiteira...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ela não é empreiteira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por favor, ouça a minha pergunta, depois responda.

Uma empreiteira - não estou falando da OAS, estou falando em tese -, que trabalha essencialmente para o Governo, não tem como receber recursos sem ser através da emissão de uma fatura de serviço, de uma nota fiscal.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É de lei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, o dinheiro já entra lavado, não é necessário nenhum tipo de lavagem. Ele não pode...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi a sua pergunta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ainda não fiz a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao depoente que aguarde que o Deputado Luiz Salomão formule a pergunta.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi o que é lavado; portanto, não poderei responder.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O dinheiro que entra numa empreiteira é limpo, regular, contabilizado no caixa da empresa, porque ele emitia uma nota fiscal.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como, então, uma empreiteira, por exemplo, a que V. Sª está denunciando, pode pagar propina aos engenheiros do INCRA, ao pessoal do grupo ELETROBRÁS etc.? Isso é feito mediante comprovações de saída de caixa falsas, comprando notas fiscais de outros subempreiteiros ou de materiais que não entram efetivamente no almoxarifado da empresa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Essa é a mesma pergunta que eu fazia para mim mesmo. A única maneira que V. Exªs têm para descobrir exatamente isso - estou falando da OAS, se a nobre Comissão quiser estender a outros, estenda e V. Exªs têm força legal para fazer isso - é, no momento em que se emite uma... V. Exª falou sobre fatura?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Reportei-me à nota fiscal e fatura de serviço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não se usa nota fiscal, é fatura de serviço. Se recebe do Governo - hoje é o Banco do Brasil que deposita direto em conta - entrou na empresa. Do balanço da empresa vem para o ativo; do outro lado, está o passivo, de onde saem as despesas da empresa. Vim fustigando esse grupo para ser processado, como estou sendo processado, a fim de descobrir alguns pontos. Um deles já descobri.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como não quero tomar o tempo do Senador, eu gostaria que V. Sª respondesse objetivamente a isto: como uma empresa prestadora de serviços de empreitada pode ter recursos de caixa livres para pagar comissões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Faço uma ressalva para não emitir uma acusação que não posso comprovar hoje, terei esta comprovação em pouco tempo. A única maneira que penso que pode haver é colocando-se no lugar da despesa que ele deu alguma coisa fria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Comprando, por exemplo, materiais ou serviços de subempreitada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. O subempreiteiro tem uma contabilidade, e o homem que vende os materiais tem outra contabilidade; todos são examinados.

O SR. DEPUTADO - Poderia subfaturar algum tipo de compra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, porque a nota fiscal vem da outra empresa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A segunda e última pergunta, porque não quero abusar da concessão generosa do Senador Eduardo Suplicy, é uma outra dúvida que vejo

presente no Congresso e nesta Comissão sobre a questão do superfaturamento, de elevar artificialmente o preço da obra para pagar comissão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro, isso existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto-lhe: só há pagamento de comissão nesta hipótese ou, também, em face da escassez de obras, um concorrente seu está disposto a pagar comissão para poder ter uma obra e manter a bicicleta dele pedalando?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é uma bicicleta; é um caminhão muito grande. Se V. Exª analisar a minha empresa, que teve quatro obras no Governo Collor, e a OAS, com 800 obras, irá perceber que há uma diferença.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas quando o senhor diz ao homem do INCRA quanto tem que pagar para ganhar uma obra, se ele disser 5% ou 10%, o que o senhor faria?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não pagaria coisa alguma. Já não paguei a vários. -

O SR. LUIZ SALOMÃO - Uma última pergunta: o senhor fala da OAS como uma empresa dotada de um superpoder...

O SR. CECÍLIO DO REGO MONTEIRO - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...de obter obras, de oficiar licitações, de violar o Decreto-Lei nº 2.300. Pergunto se teria alguém ou algum poder político por trás disso?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei o que o senhor está perguntando. Como tenho pelo senhor o maior respeito, vou tirar-lhe desta, para não entrar nesta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor disse que vai me tirar desta? Não entendi.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Porque sua pergunta quer dizer Antônio Carlos Magalhães, ou não?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou esperando sua resposta.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então vou lhe dar a resposta. Não estou dizendo isso com maldade nenhuma, porque tenho o maior respeito por sua pessoa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou querendo lhe ouvir.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nos dias em que eu andava aqui como um tolo, carregando três malas, estive no Ministério da Ação Social, que é o mais visado do Brasil, onde tem um senhor chamado Jutahy Magalhães Júnior, e levei esses documentos ingenuamente. E disse ao Ministro Jutahy Magalhães como é que poderia ser feito, a fim de obstaculizar o que vinha ocorrendo, e dar tempo para que os deputados agissem. Os deputados já tinham concedido tirar o grande cancro brasileiro.

Era muito simples acabar com isso, como vai ser simples a partir de hoje. E ele me disse isso no gabinete, e peço por testemunha aquele senhor que está lá trás e que estava junto comigo, Sr. Orlando Barroso. Demonstrei tudo a ele e pedi um único favor, favor que uma vez pedi ao Sr. Senador Eduardo Suplicy, que tem acesso ao SIAFI, e ele entregou a mim - vou deixar isso também, Sr. Presidente.

Aqui é o mais triste dos roubos, é o cara que rouba em casa de pobre, para construir casa de pobre. Eu não tenho uma em construção. Nem uma sequer. E o Senador me deu por intermédio do Sr. Samir. Foi o Sr. Samir que me entregou isso. Aqui demonstra quantas obras tem cada empresa.

Agora vou responder ao senhor. Vem esse Ministro mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Lembro ao depoente que não pode e não deve usar essas expressões. Tem que se limitar a responder as perguntas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Desculpe. Retiro a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao senhor que não repita essas expressões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me apenas esclarecer que a informação que foi dada pelo meu gabinete ao senhor é uma informação de interesse público relevante e que pode ser dada a qualquer cidadão brasileiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso é óbvio, caso contrário, não poderia ter sido dada a mim, Senador.

Retiro e peço perdão...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço a V. Sª que não repita essas expressões.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não repetirei. Fique descansado. Desculpe-me.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, depois gostaria de ter a palavra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não usando da verdade, ele disse que fui procurá-lo como deputado. Não fui. Não teria motivo para procurar um deputado. E disse que eu tinha levado informações contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Também não é verdadeiro. Eu simplesmente queria achar uma forma de entrar na Caixa Econômica para verificar como a coisa era feita.

Muito bem. Passados alguns dias, abro um jornal e tem uma declaração do Sr. Jutahy Magalhães Júnior dizendo... Ah, quando eu saí de lá, contando para alguém, esta pessoa me disse: "Não vai sair coisa alguma. O irmão dele trabalha na OAS." Aí me deu uma grande tristeza mesmo. Daqui a pouco, leio no jornal uma declaração dele de que eu tinha levado documentos contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Nunca trabalhei na Bahia; nunca

tive relacionamento com o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Esse Sr. Jutahy obrigou-me a fazer uma carta para o Sr. Antônio Carlos Magalhães, dizendo que não era verdadeira aquela sua assertiva no jornal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não respondeu a minha pergunta, que é a seguinte: tem conhecimento de que há, por trás da OAS, poder político que lhe dá essa desenvoltura, essa capacidade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª inferiu da minha indagação que eu estivesse me referindo ao Sr. Antônio Carlos Magalhães. Bem, é óbvio que essa ligação é feita por todo mundo; até traduziu-se OAS por "Obrigado Amigo Souza"; Souza é um dos genros esteve lá. Quero que seja muito objetivo na resposta: V. Sª suspeita de que há uma ligação entre a OAS e esse Governador de Estado? Sim ou não?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Nem suspeito. Realmente não suspeito. Se suspeitasse, diria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, quem está por trás da OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Engenharia AC. O senhor também é engenheiro?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O V0 (V zero) dessa corrupção ocorreu no Governo Collor. Antes, o menor preço determinava quem ganhava a obra. No Governo Collor, foi deturpado e ferido o Decreto-Lei nº 2.300.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nota técnica existe há muitos anos, desde o Decreto-Lei nº .....

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Desde 28 de novembro de 1986. A grande massa de obras, porém, começou no Governo Collor.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. É simples: basta ver isso em Ministérios, onde não tenho alcance. Fui posto para fora de mais de 300 obras por causa dessa burla ao Decreto-Lei nº 2.300, Deputado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Inscrevi V. Exª, eminente Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Gostaria de falar de imediato, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - O Senador Eduardo Suplicy, que é o Relator, vai finalizar sua inquirição e, em seguida, darei a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (Eduardo Suplicy) - Sr. Presidente, gostaria de ouvir o esclarecimento sobre o episódio do Senador Jutahy. Penso que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Pois não. Concedo a palavra a V. Exª, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, do pequeno trecho do depoimento do Dr. Cecílio que ouvi, escutei-o dizer que, de vez em quando, sofre um bombardeamento, se esquece e mistura as coisas. Não sei se S. Sª se recorda de que esteve no meu gabinete.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, o senhor é um dos homens mais dignos que conheço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Meu filho também.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Seu filho deve ser também.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois é.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Entretanto, esse episódio, houve. Não posso mudá-lo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V. Sª vai se lembrar de quando me procurou.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na companhia do Senador José Richa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª me procurou como adversário do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No Governo Fernando Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª, quando entrou no meu gabinete e começou a conversar, demostrou ser um bom leitor de determinados livros e falou-me sobre o suicídio do genro do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Existe um livro; eu o li.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª disse que ele era responsável; até contou uma história: que havia um revólver no coldre do suicida.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor tem de ler o livro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Está no livro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Está no livro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, V. Sª mostrou que conhecia bem o livro; e foi para lá atacar o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Depois, V.Sª relatou-me que o Sr. César Mata Pires era responsável pelo atentado contra o avião em que V. Exª iria viajar num determinado dia.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso, eu não lhe disse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Disse. V. Sª disse. Pode ser que esteja bombardeado o cérebro de V. Sª, como disse que, de vez em quando, acontece. Mas V. Sª afirmou que estava com a viagem marcada em um determinado dia no seu avião e que esse avião caiu.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Disse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E o responsável pela queda desse avião era o Sr. César Mata Pires.

Sr. empreiteiro, nada tenho a ver, como senador, com essas questões. V. Sª me mostrou os documentos e me entregou os documentos sobre a OAS.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - São os mesmos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E V. Sª me disse que os tinha entregado ao Ministério da Justiça.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E lá era o local apropriado para as investigações.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, estão lá.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No entanto, V. Sª asseverou que não falou com o Deputado Jutahy Magalhães Júnior. Na mesma época, V. Sª também procurou o Deputado Jutahy Magalhães Júnior.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, senhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E posteriormente, quando ele já era Ministro, V. Sª o procurou novamente?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E ele afirmou a V. Sª que o caminho certo era a Ouvidoria do Ministério ou a Procuradoria-Geral da República, pois que as obras não são feitas pelo Ministério.

Então V. Sª veja bem como se coloca este problema: estou aqui repondo os fatos e afirmando que, a mim e ao Deputado Jutahy Magalhães Júnior, V. Sª nos procurou como adversários do Sr. Antônio Carlos Magalhães, querendo nos utilizar nesta condição - de adversários do Sr. Antônio Carlos Magalhães para pegar o Sr. César Mata Pires.

V. Sª afirma que meu outro filho trabalha na OAS; sim, trabalha. Não depois do Sr. Jutahy Magalhães Júnior ser Ministro, mas antes; ainda no período do Sr. Fernando Collor. É outra coisa completamente diferente.

Não tem nada a ver; não existe jogo de influência nenhum.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao senhor que aguarde a interpelação do Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se o senhor possuir alguma prova contra a OAS, contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães, V. Sª vai me dar a maior felicidade do mundo, porque ando atrás disso. Mas quero provas, não quero "ouvi dizer", não quero fofoca. V. Sª chegou a mencionar o papel de garanhão que V. Sª faz na sua vida; eu nada tenho a ver com isso. Veja o tipo de conversa que V. Sª teve comigo.

V. Sª querer dizer que o Sr. Jutahy Magalhães Júnior não tomou nenhuma atitude porque tem um irmão na OAS? V. Sª respeite os outros!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, em resposta ao Sr. Senador, tenho de afirmar - estou sob juramento - que realmente estive em seu gabinete - não estou negando -; falei-lhe sobre o livro - não estou negando nada, absolutamente nada. Mas procurei seu filho, unicamente, no Ministério de Ação Social, por ser esse Ministério o responsável por verbas que casam a Caixa Econômica a prefeituras, casas populares, saneamento e tudo - foi esse o motivo.

Não estou fazendo fofoca, Sr. Senador, nem aceito que V. Exª afirme isso para mim. Se V. Exª quer os fatos, eles estão ali, Senador. Já os entreguei. Falta mais um pouco de informação para explicar como funciona o esquema.

V. Exª dizer para mim que não é dessa maneira? Estou relatando exatamente o que ocorreu. Estive com o seu filho, junto com aquele senhor que está ali. Fui pedir-lhe que, se fosse possível, me desse uma lista da Caixa Econômica. Foi o que fui fazer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, a Caixa Econômica não é subordinada ao Ministério da Ação Social!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se V. Exª me permitir, é! Claro! O Ministério da Ação Social ordena a Caixa Econômica - basta ler a parte que explica como funciona; era o que eu iria mostrar agora.

Não estou em caráter de ofensa a V. Exª; eu lhe tenho o maior respeito. Não pense que fui ao seu gabinete como inimigo do Sr. Antônio Carlos Magalhães para fazer fofoca; não fui. Fui porque o Senador José Richa e o Senador Mário Covas disseram que um dos senadores mais probos que havia - são todos - era o senhor. Foi esse o motivo. Há um engano.

Entretanto, que eu fui no gabinete do seu filho e que não consegui o que eu queria, é verdade. E que para o filho de V. Exª eu não disse absolutamente nada a respeito do Sr. Antônio Carlos Magalhães, eu não disse.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Devolvo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Cecílio, a C.R. Almeida participou de alguma concorrência do PROCERGE? Por que se caracterizaram os editais para as obras

desse programa de saneamento denominado PROCERGE? Havia um sistema de controle de direcionamento? Que pessoas estavam comprometidas com esse procedimento?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Senador, V. Exª sabe tanto quanto eu, porque fui eu quem entregou a V. Exª a lista do PROCERGE. Era dinheiro do Banco Mundial ou do BID, da ordem de 500 milhões de dólares. Existia uma lista dando os nomes das obras... Não, o nome da obra era a cidade. Era por Estado, cidade, valor estimado; tinha também o parlamentar que indicava o empreiteiro. Está nas mãos de V. Exª. E o nome da empresa que pegava...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu formulei essa pergunta exatamente para complementar a primeira que eu havia feito. O Sr. Cecílio do Rego Almeida fez algumas visitas ao meu gabinete, e sempre procurei tratar de questões relevantes. Uma delas foi exatamente esse episódio, cujo relato vou completar para depois pedir mais esclarecimentos.

Certo dia, o Sr. Cecílio do Rego Almeida trouxe-me um documento que considerei de grande relevância, pois entregou-me uma listagem de todas as obras que seriam efetuadas pelo Ministério da Ação Social - era ainda o Governo Fernando Collor de Mello -, cerca de 70, se não me engano, nas diversas cidades que seriam beneficiadas pelo PROCERGE. Não estava completada ainda a licitação e havia o nome da empresa que ganharia a obra e o nome do parlamentar indicado.

Tomei a seguinte providência. Fiz um requerimento de informações, pedindo ao Ministro Ricardo Fiúza que descrevesse todo o procedimento licitatório, que explicasse exatamente qual era o mecanismo, e, na justificativa, dei claramente a entender que eu estava conhecendo do procedimento.

Em virtude desse requerimento, tenho a convicção que deve ter sido isto, o Ministro Ricardo Fiúza suspendeu o procedimento licitatório e houve um novo processo de licitação. Inclusive, os seus assessores principais vieram ao meu gabinete para tentar explicar que o novo processo licitatório seria efetuado; portanto, aquele que originalmente iria acontecer, obviamente de cartas marcadas, foi sustado. Então, gostaria que V. Sª completasse...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É verdadeiro, totalmente verdadeiro o que o Senador Suplicy disse. Esses 500 milhões de dólares de um programa chamado PROCERGE do Banco Mundial tinha o direcionamento das obras, eram quinhentas obras, só não tinha no caso do Paraná em que o Governador era o gestor do órgão público que trata da água no Paraná, e que, portanto, é estatal, é governamental, do Estado. Então, seria uma concorrência.

Essa atitude do Senador fez com que não burlassem o Decreto-Lei nº 2.300 e encontraram uma solução não ilegal e puseram na praça tal programa de saneamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou fazer minha última pergunta, teria outras, mas certamente os outros Companheiros irão fazê-las, senão as fizerem, as demais eu formularei no final.

Como foi, Sr. Cecílio, a concorrência para o metrô de Brasília? Desta a C. R. Almeida participou. A construção do metrô de Brasília envolve, inclusive, recursos do orçamento federal. Como as empreiteiras se organizaram, não apenas para conseguir participar dessa obra, mas também para que não faltassem recursos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nobre Senador Suplicy, V. Exª está falando da linha vermelha?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Construção do metrô do Distrito Federal, de Brasília.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - De Brasília?

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida não participa da construção do metrô?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Participa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, por isso gostaria que V. Sª descrevesse como foi o sistema de concorrência? Como se caracterizou a licitação para o metrô de Brasília?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, entrei junto com mais uma empresa como subempreiteira do metrô. Se V. Exª quiser, até à tarde vou a uma empresa que tenha concorrido à obra e lhe dou elementos. Sou subempreiteiro. Devido a essa burla ao Decreto Lei nº 2.300, minha empresa veio caindo no seu desempenho, sem obras, sem recursos. Passei a ser subempreiteiro de obras.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida participou da concorrência para a construção do Edifício Sede do Superior Tribunal de Justiça?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu?

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida participou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro que não!

O SR. EDUARDO SUPLICY - Da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participei. Não participei. Li sobre essa obra na revista **Veja**. É a tal obra de 140 mil metros quadrados? Não participei. Se fosse dada a minha pessoa o edital de concorrência diria onde está o furo. Agora, é preciso ver bem o Decreto Lei nº 2.300... Se houve preço base com nota técnica para o julgamento todos empatam, com a nota técnica para desempate houve fraude. "Se houve", eu falei, porque não conheço o edital, porque não tive conhecimento, não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho mais perguntas, mas as farei no final para permitir a palavra aos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, creio que é preocupação desta Comissão do Congresso Nacional apurar os fatos, mas preservar as empresas. Se não preservarmos as empresas, este País vai entrar numa crise econômica tal que não teremos capacidade de avaliar a sua dimensão.

O que está havendo aqui é um tiroteio de acusações entre diversos empresários do País, mas não quero, de forma alguma, prejulgar ninguém. O que vejo é que este é um dos setores mais importantes da atividade econômica do Brasil, junto com a indústria automobilística.

Acho que a participação da construção civil é muito mais importante, inclusive, do que a da indústria automobilística, como geradora de empregos - e o Dr. Cecílio poderá confirmar isso ou não.

Temos que ter os cuidados necessários, pois já estamos destruindo aqui alguns parlamentares - destruindo moralmente e politicamente. Aliás, nós não, a imprensa e alguns parlamentares que, fazendo parte da Comissão, irresponsavelmente fazem vazar notícias e fazem chegar aos jornais homens com a idoneidade moral - pelo menos na minha avaliação, e acho que na de todos - do Senador Almir Gabriel.

Então, temos que, com cuidado, ver quem são os diretores das empresas envolvidas nesses episódios, puni-los, torná-los inidôneos e fazer com que sejam substituídos pelos acionistas na direção das empresas, mas preservar essas empresas. Caso contrário, este País vai para o caos. Vamos criar uma onda de desemprego no Brasil como jamais houve, e aí não há democracia, nem nada, será o caos político.

Dr. Cecílio, o senhor afirmou que foi prejudicado recentemente numa concorrência feita pela PETROBRÁS - ou desqualificado, algo assim -, porque consideraram que o senhor não tinha pagado o INSS...

O SR. CECÍLIO DO RÊGO ALMEIDA - O INSS e o Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O senhor acaba de apresentar certidões aqui em que se vê que é normal a situação da empresa com o INSS e com o Imposto de Renda. Queria saber de V. Sª por que a PETROBRÁS, que é uma estatal, tomou essa decisão.

O SR. CECÍLIO DO RÊGO ALMEIDA - Explico, nobre Deputado. Mas deixe-me fazer apenas um adendo: além dos documentos entregues ao Presidente da Comissão, que são documentos recentes atestando que nada devo, amanhã à tarde entregarei documentos informando que, nas datas em que foram dadas as certidões - acho que em 22 de abril e 18 de agosto -, eu também nada devia ao Imposto de Renda nem ao INSS.

Sr. Deputado, permita-me, com todo o respeito, esclarecer: eu disse que saiu da PETROBRÁS, eu não disse que a PETROBRÁS fez dessa maneira. Eu explico: é uma concorrência muito importante, da ordem de 40 ou 50 milhões de dólares, e que vai se repetir cinco vezes. Esse trabalho vai a 250 milhões de dólares. Entrou um grupo muito grande de empresas, e tem que ter tecnologia das mais avançadas do mundo para se habilitar e concorrer.

Na parte técnica, a minha empresa, em consórcio com uma outra empresa, foi habilitada - tivemos o orgulho de ser habilitados tecnicamente. Outras empresas de bom porte, cujos nomes não cito - são colegas -, não foram habilitadas por não terem a capacidade técnica exigida.

Dentre as empresas habilitadas, uma chamada ULTRATEC ??? pertence à OAS. Não entendo, realmente não sei como um documento confidencial, de dentro da PETROBRÁS, é estampado num jornal e eu levo quatorze dias num **flat** no Rio de Janeiro, em três telefones, controlando, para termos um... Uma repartição pública demora muito para dar uma certidão.

Acho que há uma montagem; não que eu tenha espírito de perseguição. Sei defender-me. Há menos de dez dias, entramos com um recurso à PETROBRÁS, e dentro de dez dias retorno à concorrência. Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - A PETROBRÁS alegou o quê para tirar V. Sª da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Primeiro, que a minha empresa estava em concordata. A Lei nº 8.666, no art. 78, inciso II, aponta, de maneira não sábia, que firmas falidas e concordatárias... Quando o instrumento legal da concordata, que é alemão e data do século XVII, permite que a empresa concordatária, desde que ela demonstre um fôlego econômico, não financeiro - o que foi o meu caso -, continue trabalhando, isso é inteligente, porque uma empresa concordatária, trabalhando, não põe na rua, como estamos colocando, 5.500 pessoas, que representam um total...Nós chegamos a ter 25.000 funcionários diretos, e isso representa uma população, multiplicando-se por cinco, de 125 mil pessoas; no caso, agora - cinco vezes cinco são 25 -, 27.000 pessoas. Foi isso que aconteceu, Deputado. Estou lutando para ter um retorno e ver se pego a obra.

V. Exª me permite só uma observação, Sr. Deputado?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO RÊGO ALMEIDA - Como V. Exª, penso que uma empresa que rouba o País não é a empresa, é uma pessoa jurídica; são pessoas da empresa que estão tendo ganhos ou roubando o País.

Realmente, devia haver a salvaguarda de a empresa - não estou pedindo isso para a minha empresa, porque ela não deve nada - trazer o dinheiro que foi roubado - porque dói muito mais para o ladrão quando tiram o dinheiro que roubou -, punir por idoneidade e colocar na prisão aqueles responsáveis, não o empregado de terceiro time, mas sim a diretoria estatutária, que tem força para dirigir a empresa. Eu vejo da maneira de V. Exª.

O SR. JOSE LOURENÇO - Dr. Cecílio, nós todos estamos aqui para esclarecer fatos, mas, ao mesmo tempo, contribuir para que este País entre no caminho da dignidade e da seriedade.

Eu li notícias, talvez até plantadas nos jornais, e apenas quero uma colaboração de V. Sª no sentido de esclarecer definitivamente isso. Já houve um discurso na Câmara, inclusive, sobre o assunto. Afirmou-se que V. Sª teria oferecido um jantar ao Sr. José Carlos Santos, aqui em Brasília.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, os jornais noticiaram isso.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - É verdade que houve esse jantar?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É verdade. Deixe-me contar; depois, as pessoas que lá estavam ou quem organizou o jantar poderá repetir.

Uma casa em Brasília custa três mil dólares; existem inúmeros diretores viajando, e custa 140 dólares um bom lugar em hotel, mais a comida, porque restaurante em Brasília é caro. A somatória mensal das despesas tendo uma casa com cozinheira, um motorista para vários diretores - porque é uma economia do cão! - É mais barato. Então, tínhamos essa casa. Depois saímos dela e fomos para outra e agora, na concordata, fechamos a casa. É verdade que D. Lígia Azevedo, uma senhora que trabalha no Senado há 25 ou 30 anos, não sei, tendo um colega do Senado, esse senhor, José Carlos Alves dos Santos - de quem todos estão com repugnância depois da morte da senhora dele - tinha sido promovido pelo Governo para Diretor do DOU - Departamento de Orçamentos da União. D. Lígia pediu a um diretor da empresa a casa para fazer uma homenagem a esse Sr. José Carlos Alves dos Santos. Se eu estivesse em Brasília, iria. Sou o dono da empresa. Eu iria. Não estou-me negando, mas não estava em Brasília, não fui. Havia Senadores e Deputados, principalmente Senadores, porque esse senhor, durante mais de vinte anos, foi funcionário do Senado e era considerado um dos melhores funcionários.

Houve Deputado... - tomando cuidado, já fui chamado à atenção duas vezes, não quero errar com o senhor. Agora, se puseram uísque e o uísque era de 18 anos, de 12 anos, se a empadinha tinha 3 ou 6 centímetros de diâmetro são coisas de que não tomo conhecimento, Deputado, porque quiseram entrar nesse terreno: quem pagou o guaraná do deputado fulano de tal, etc. Realmente, Deputado, plagiando o Senador Jutahy Magalhães, não vivo de fofoca, vivo de trabalho e isso eu não sei. Se a empresa cooperou e a casa era da empresa e ofereceu um jantar... estamos num país livre, oferecem-se jantares a homens considerados dignos, no momento em que se quer...não é o senhor (estou respondendo ao jornal) e não tem que se dar explicação de coisa alguma a jornalista que mente. É assim que procedo. Daí as pessoas acham essa forma de ser meio grosseira. Elas precisam compreender que... e tem mais, posso completar seu caso, aí seria mais grave ainda...

Passado algum tempo, D. Lígia, que já tem por volta de 60 anos, tem 30 de Senado. Eu estava em Brasília nesse dia - isso que quero deixar claro - e ela me disse: "olha, tem uma festa em homenagem ao Sr. João Alves e vai ser na casa daquele senhor que a sua empresa cedeu a casa para homenageá-lo". Eu lhe disse: não gosto de festa, amanhã tenho que acordar às 6h30min e ainda tenho que ir até Manaus". E ela me disse: "não, não. Vai lá meia hora". E fui. Lá conheci - conheci não, cumprimentei - o Sr. José Carlos Alves dos Santos, a esposa dele, a Srª Ana Elizabeth, depois a Lígia me levou até o Deputado João Alves, que estava completando setenta e poucos anos e cumprimentei-o civilizadamente. Como eu estava lendo um bom livro, "A Arte da Guerra", pedi a Lígia que quando eu fizesse um sinal, ela me tirasse da festa, porque eu não sabia os caminhos ali e saí da festa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Muito obrigado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Este foi o episódio que houve.

Posso fazer um adendo, Deputado?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Estou sob juramento. Nunca dei um centavo a esse anão.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - O nobre Deputado compreendeu.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O senhor dizendo isso, parece que deu a outros. (Risos)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, não, não. Estão pegando a pessoa. O senhor é muito inteligente, Deputado. Permita-me corrigir a resposta.

O senhor me desculpe, Deputado, mas me permita corrigir.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É que a pessoa que cumprimentei era esse senhor, por isso disse que me expressei mal dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Deputado José Lourenço, V. Exª completou seu questionamento?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - OK. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. depoente, a CPI que estamos realizando desempenha um papel importante na vida deste País. Algumas pessoas procuram deturpar o significado da CPI, considerando que existem interesses menores. Mas considero que esse processo que estamos vivendo, outros países como os Estados Unidos viveram há quarenta anos; a democratização das relações de podèr; a transparência; que a Justiça funcione; que aqueles que manipulam o dinheiro público sejam processados. Nesse momento, considero que as pessoas, individualmente, tenham a responsabilidade. Digo a V.Sª, até com uma certa

tristeza, que os Deputados que compareceram à CPI para depor não contaram a verdade para nós.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E juraram.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E juraram. Confesso a V. Exª, também, com uma certa tristeza, que quem mais falou a verdade nessa CPI foi o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Isso é um demérito para a Casa e para a democracia brasileira.

Quando convidamos V. Sª, a expressão correta é essa, para participar do trabalho desta subcomissão, foi no sentido de ouvir de V.Sª uma contribuição para que possamos esclarecer. Interessa-nos muito mais o desvendar o esquema do que a responsabilização individual de "a", "b" ou "c".

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA - Perfeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na minha opinião, V. Sª deu uma grande contribuição para essa CPI quando na sua entrevista, revelou um dos esquemas, o qual uma das construtoras tem por prática agir. V. Sª falou sobre a argúcia do sistema de **franchising**.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - De corrupção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - De corrupção. Basicamente como se manifesta uma construtora, por influência política? A única forma é essa: consegue-se uma obra; frauda a licitação e age como intermediária, porque não realiza a obra. Ela a transfere para uma outra empresa que subempreita a obra. Nesse sentido, temos um documento que me horrorizou. Uma construtora consegue uma obra por cem, a obra é realizada por uma outra empresa ao custo de trinta e oito. Só nesta intermediação, a construtora que conseguiu a obra ganhou sessenta e dois. A planilha de custos da construtora, comparada com a planilha de custos da construtora que realizou a obra - as duas planilhas para a mesma obra - numa, os preços valem cem; em outra, os preços valem trinta e oito.

Eu gostaria da sua contribuição. Não pretendemos destruir empresas. Esse não é o objetivo da CPI; não iremos prescindir da ação de empreiteiras neste País. Ao contrário, estou criticando o Ministro Fernando Henrique Cardoso, porque S. Exª está aproveitando-se da CPI para cortar investimentos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para não pagar as contas?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não pagar as contas e cortar investimentos. Isso é um absurdo, porque o País precisa desses investimentos; precisa de saneamento, de estradas. Eu gostaria que V. Sª desse uma contribuição para a CPI; discutisse esse sistema. Primeiro, esclarecendo melhor o que chama esse sistema de **franchising**. Como a OAS ou outra empresa, não quero me fixar na OAS, consegue ganhar a licitação? Ela não realiza e recebe o lucro apenas, porque teve influência política para ganhar uma licitação e transfere a realização da obra para uma outra empresa. Isto ocorreu em várias obras desse País. É uma prática contumaz de algumas empresas, com influência política no Ministério, que consegue a obra e a transfere para outras empresas realizar. Eu pediria a V. Sª que nos comentasse sobre o assunto, porque considero uma questão importante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Meu nobre Deputado Sérgio Miranda, é uma grande honra responder a pergunta mais importante que me foi feita. Não que os demais não tenham feito perguntas importantes. Distribui um índice, e a pergunta de V. Exª corresponde ao último item: o de nº 15.

É uma honra responder para o Deputado do PC do B que eu não sou desse lado. É o senhor quem está perguntando. Eu me sinto muito à vontade, porque temos que analisar o seguinte: Deputado, eu, nesses dois anos de Governo Collor, a empresa perdeu 138 milhões de dólares. Eu vou passar os balanços da minha Empresa para o Presidente da Comissão, mas peço aos senhores que me permitam. O que estou dizendo hoje, eu disse em **Diário Oficial**, certo? Porque está tão bem posto isso aqui na... "Nossa empresa perdeu 138 milhões de dólares. No **Diário Oficial** de 14 de outubro, referente ao Exercício de 1991." O responsável pela frase sou eu.

No relatório da diretoria eu digo:

> Terceiro - isso o senhor é que está dizendo, só quero dizer com outras palavras. "Selvageria na conquista de novos contratos. De outra parte, ainda que o país enfrente uma necessária recessão no setor de obras públicas, efeito inarredável da política de apenas gastar o que seja arrecadado, algumas licitações se fizeram decorrentes dos termos de aplicação dos governos federal, estaduais" - aqui está faltando municipais, que é um dos mais importantes. Houve um erro nosso. Deveríamos ter citado, também, os municipais. "Conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação, sem qualquer compromisso - agora vai ser dada parte da resposta para o senhor, depois eu explico o plano todo e como destruí-lo - com o mercado de construção - por isso eu digo que eles não são empreiteiros - algumas empresas açambarcaram o mercado pela simples intermediação, monopolizando-o pela fraude, fazendo das licitações um simulacro para referendo de suas escolhas adrede efetuadas. De conseqüência, os preços dessas obras públicas manipulados por esses poucos, atingiram valores estratosféricos, restringindo o número de obras a serem disputadas de forma séria e legal.
>
> O efeito dessa selvageria ilegal no mercado das licitações é o principal responsável pelo mau resultado pela companhia no ano de 1991. A diretoria não teve o cinismo de adaptação a essa autêntica lei das selvas, perdendo espaço no mercado e recebendo como castigo ao seu comportamento, de acordo com as normas legais, o resultado do balanço ora apresentado.

Então, Sr. nobre Deputado, estou falando de uma coisa de 1991. Não estou falando de dezembro de 1993. Isto está escrito e publicado no **Diário Oficial**.

Vou até o fim e volto; o senhor me permitiria?

Deputado, V. Exª foi no fulcro da questão. Se eu fosse o Presidente da República ou se tivesse alguma força, a força que os senhores têm, que pode ser uma medida provisória, como um decreto-legislativo. É uma maneira de prestigiar o Congresso o que estou dizendo.

Este aqui está em nome do Presidente e era decreto, mas pode ser medida provisória.

> "O Presidente da República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 84, inciso IV, parte final da Constituição, considerando as decisões tomadas, reiteradamente, pelo egrégio Tribunal de Contas, declarando a ilegalidade das licitações de preço base, Decreto Lei nº 2.300, de 1986, art. 37, parágrafo único, inciso IV, decididos por nota técnica - é ilegal, portanto, o preço base com a nota técnica - ; considerando que, além de ilegais, tais licitações permitem e permitiram manipulações do resultado por utilização de critérios subjetivos; considerando que, nesse tipo de licitação, preço base decidido por nota técnica, há violação flagrante dos princípios da legalidade e da moralidade a que está a Administração Pública, por força do disposto no art. 37 da Constituição, decreta:
>
> Art. 1º - Ficam anuladas, no âmbito da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, todas as licitações do tipo preço base decidido por nota técnica.
>
> Parágrafo Único - Ficam igualmente anulados os contratos celebrados em decorrência de licitações referidas no **caput** deste artigo.
>
> Art. 2º - Os convênios celebrados pela Administração Federal, os Estados e Municípios e que envolvam licitações do tipo preço base decidido por nota técnica ficam denunciados e vedada toda e qualquer transferência de recursos financeiros neles prevista."

Neste caso são os convênios, que depois eu explico, passo por passo, como se fecham essas torneiras.

> "Art. 3º - Os órgãos e entidades da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, devem encaminhar, em trinta dias - mas podem ser mais, quarenta, sessenta -, a relação das licitações e dos contratos referidos no art. 1º, parágrafo único, com os respectivos procedimentos administrativos, à Procuradoria-Geral da República, para as providências que esta entender cabíveis..."

Isso faria com que a CPI tivesse tempo de se aprofundar no essencial, porque quem ia procurar o ladrão era a Procuradoria-Geral da República. Deveria ser acrescentado um ponto a mais aqui. Temos cinco mil Municípios, em vinte e sete Estados brasileiros. Da mesma maneira que o Deputado José Lourenço, brilhantemente, teve a idéia de prender quem fez, deixar a empresa viva, substituir os seus dirigentes, eu teria uma idéia aqui também. A idéia é a seguinte: como não é possível castigar prefeitos do interior, são cinco mil prefeitos - conheço este Brasil palmo a palmo e sei como eles pensam e como pensam os vereadores -, ficam autorizados as autarquias, os Governos Estaduais e Municipais a reabrirem as concorrências, essas que foram anuladas, a partir do ponto que está - existe agora uma nova lei -, dentro dos critérios da Lei nº 8.666.

Um momento. A cada dez minutos recebo uma informação. Está aqui:

> "Parágrafo Único - Os órgãos e entidades da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, providenciarão, quando fisicamente possível - eu tiraria esse "quando fisicamente possível" - a abertura dos procedimentos licitatórios, em substituição aos anulados, em prazo não superior a 180 dias, observada a legislação em vigor.
>
> Este decreto entra em vigor na data da sua publicação."

Então, nobre Deputado, que tive a honra de conhecer hoje, existem ralos no sangue brasileiro que vou apontá-los e depois vou dizer quais são os principais e como brecá-los. Vou pegar essa empresa chamada OAS, que não é empreiteira, e posso dizer tudo, porque ele não é meu colega. Se ele fosse meu colega, eu não estaria sentado aqui, jurando, e eu jurei dizer a verdade.

Então, vamos agora ao que é importante. Mas me permita um parêntese: desculpe, Senador, mas V. Exª foi uma pessoa importante nesses acontecimentos todos. Eu só tive o auxílio de V. Exª. Quando o Senador Suplicy contou esse caso de Santa Catarina, ele evitou para a OAS... Teve aquele episódio de **jet ski**, mas eu não estou aqui para falar mal de nenhum parlamentar. Eu sei a vida sofrida dos Parlamentares. Ganham pouco, são mal falados e trabalham como uns loucos. Realmente, o Tribunal dizia...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. V. Exª deve ganhar menos de 2 mil dólares. Pois é, eu tenho oficiais administrativos que ganham mais do que isso. Mas é um erro. Nós temos que arrumar o País, porque é um País de incompetência.

Então, veja o absurdo, Deputado: a Decisão 395 do Tribunal de Contas, assinada pelo Ministro-Relator Paulo Afonso Martins de Oliveira e tendo como Presidente em exercício o Vice-Presidente Carlos Átila Álvares da Silva, recebeu, da Associação de Empreiteiros de Obras Públicas de Pernambuco - por isso que empreiteiro não deve ser mal

talado - recebeu uma pergunta, se era ou não era legal usar preço-base com nota técnica, desempate por nota técnica. Eles responderam:

"Decisão. O Tribunal Pleno, ao acolher o voto do Relator, diante das razões expostas, decide: 1. Receber a presente consulta para responder ao consulente que o critério de nota técnica como forma de desempate de licitação que tem por modalidade o preço-base não deve ser adotado por falta de amparo legal".

Há um certo eufemismo. Ele poderia dizer que é ilegal, afirmar com mais veemência. Ora, se isso era ilegal em dezembro de 1991, era ilegal desde o primeiro dia que entrou em vigência, esse Decreto-Lei nº 2.300. Eu estou certo, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Está certo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quando o Senador Suplicy, para evitar um roubo, no total eram 174 milhões de dólares - eu estou me referindo só na OAS. Da OAS eram 62 milhões de dólares. Quando o Senador Suplicy, já em 1992, não havia o mês, isso é fácil, seis de 1992, no encerramento, só pode ter mandado em maio... Quando o Senador Suplicy enviou ao Tribunal de Contas da União, que é um órgão acessório de V. Exªs, perguntando se era ilegal ou não era ilegal, vejam que resposta. Eu vou falar senão perde muito tempo. Era ilegal antes. Para essa concorrência não era ilegal. E no futuro será ilegal. Está aqui. E para comunicar aos ilustres consulentes não menos ao ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Então, realmente eu não entendo. Realmente eu não entendo que possa dizer: a utilização da nota técnica como critério de desempate só foi considerada inaplicável a todo tipo de licitação na decisão plenária tal, de 4 de 92, e a partir desse momento produziu efeitos **erga omnes**. Que a administração poderá usar, e aí diz assim...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - De quem é esse documento? Quem assina?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Assina Drª Élvia Castello Branco, Ministra-Relatora. É sobre canalização de água. Vim ao Ministério da Ação Social, fui infeliz. Não gostaria que isso tivesse ocorrido com o Senador Jutahy Magalhães, tão honesto e tão correto, mas com o filho ocorreu. Vim ao Ministério da Ação Social. O Ministério da Ação Social dava a ordem à Caixa Econômica Federal. Mostravam ao Prefeito, que abria uma concorrência: preço-base, desempate e nota técnica. E havia mais uma outra coisa que eles inventaram: quanto maior fosse a empresa, menor chance de pegar a obra. Fui posto para fora em mais de 150 obras dessa maneira. Ou o Prefeito, não o Prefeito, mas algum auxiliar escondia o edital. Não se conseguia comprar o edital, só comprava - tenho exemplo - mediante mandado judicial. Ganhou a obra. Fiquem certos, Senhores, de que esse preço é o dobro de um preço normal de obras. Vivi durante 41 anos, dessa maneira: entrando em concorrências com preço mínimo. Então, o dinheiro era do trabalhador brasileiro, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Era uma coisa da ordem de oito ou nove bilhões de dólares, é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mais.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Talvez mais, e muito bem guardada - não sou, não tenho a sua posição ideológica e respeito-a totalmente - por uma pessoa de sua posição ideológica. Como é o nome do curador do Fundo de Garantias? É um deles.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Douglas, representante da CUT no Conselho Curador.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja bem: representante do Meneguelli. Douglas?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que é Douglas Bravo, mas posso estar enganado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Senador depois poderá saber o nome dele, ou eu poderei perguntar no gabinete do Senador. Esse homem é de uma correção total e vinha há anos lutando para que isso não ocorresse; assim como lutou o Presidente José Sarney, que não permitiu que isso ocorresse. Isso iniciou-se no Governo Collor. E pegou a obra. Pegou um tipo de empresa, que entre as empreiteiras se chama - eu não chamo, tenho respeito pelo próximo - "gabiru". Gabiru é aquele homem pequeno do Nordeste. Gabiru é empresa pequena em qualquer parte do Brasil, e dava - o senhor teve conhecimento, 68%. Esse eu não cheguei a ter. Mas subempreitava obras por 50%, com condições que só pagaria ao subempreiteiro quando recebesse do Governo. Para esse subempreiteiro do interior do Piauí, do Maranhão, era a obra da vida dele, e era possível fazer a obra por 50%. A OAS punha no bolso 50%, os outros. Dizem - eu não sei - que antes ele pagava para alguém. "Dizem", eu não tenho conhecimento. Com isso, o Brasil vem sendo lesado por algo da ordem de 9 bilhões de dólares. Os Senhores estão vendo aqui na Comissão - não estou diminuindo o trabalho da Comissão -, mas pelo que li nos jornais a somatória de cheques encontrados não chega a cem milhões de dólares. Então, estou comparando um roubo da ordem de nove bilhões de dólares contra cem milhões de dólares, com que V. Exªs estão trabalhando.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas isso não diz respeito ao empreiteiro, isso é um negócio interno, que também deveria ser cortado. Deveria ter uma verba maior ou um pagamento melhor, sem esse caminho tortuoso de uma fundação, que não chega, como não chega água em Canapi. Muito bem! Então, tem maneira de ser cortado isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Penso que estamos entrando, talvez, na parte substancial. Esse relato que V.Sª fez para nós é muito importante. Uma das idéias que surgiu na nossa Subcomissão é a seguinte - e inclusive queremos obter informação de V.Sª: existe alguma legislação que regule a subempreitada?

O SR. CECILIO DO REGO ALMEIDA - Vou mais longe. Existe.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por exemplo, o Poder Público tem informações sobre as subempreitadas? Sobre a transferência de uma obra? Por que uma empresa recebe para fazer por 100 e consegue que uma outra empresa faça por 50 e ela fica com esse sobrepreço em relação ao preço da obra. Existe alguma norma pública que determine esta possibilidade de subempreitar? E se não existir, V. Sª considera justo uma legislação que impeça ou que dificulte esse processo ou então que regule esse processo a partir do controle público?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Senhor fez três perguntas numa só. Se o Senhor me permitir dividir em três partes eu lhe respondo as três perguntas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Existe, principalmente existia, no Decreto-Lei 2.300 não é permitido a subcontratação. O normal da subcontratação varia entre 10 e 15%, que é o que planta grama, que abre vala, que pinta aquela faixa branca na estrada, que o empreiteiro maior não faz. Nao é o caso da OAS. Dentro do Decreto-Lei - eu sou ruim, precisava de um advogado aqui comigo - não é permitido esse tipo de subcontratação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não é permitido?.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Eu não sei, aqui tem um livrinho feito pelo Pedro Simon, do Senado, que compara a 2.300 com a 8.666. Então você vendo o que tinha numa e que não tinha na outra, é um trabalho muito bem feito pelo gabinete do Senador Pedro Simon. Muito bem, é criminoso isso. Primeiro é ilegal, só é possível anular. Agora não será da maneira que eu li num pedido de um Deputado, com muito boa-vontade, pedindo ao Tribunal de Contas da União para que o Tribunal de Constas da União mandasse ao SISETE , para que o SISETE fizesse a pergunta a cada empreiteira. Não, assim os Senhores não chegam a lugar algum mesmo que trabalhem mais 30 anos aqui nessa Comissão. A maneira de chegar, a rápida, a direta é a seguinte: o Senhor convoca - e sou o primeiro a me oferecer - o empreiteiro. No bojo, vem essa firma que não é empreiteira. E o empreiteiro é obrigado a apresentar sua lista de contratos dos últimos cinco anos. Eu até poderia organizar, caso os Senhores desejem uma colaboração técnica, como fazer essa listagem desde a data da concorrência, a data da assinatura da concorrência, valor em UFIR ou dólar comercial, que prefeitura, se foi do Fundo de Garantia ou não? Agora onde está a coisa mais fantástica, o verdadeiro crime está no seguinte: emissão de emendas. Essa obra dada pelo IBAS cujo cofre era guardado pela Caixa Econômica, com esse preço terrível, claro que não completa a obra. Certo? Pagando o dobro, é claro que não vai completar. Daí vão numa emenda e enfiam essa emenda para dentro da obra que saiu do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E isso é alimentado um ano, dois,três, quatro, cinco anos. Agora já existe na lei e a cada cinco anos morre a obra. O Tribunal de Contas da União também é um pouco confuso a respeito desse assunto. Porque o tempo em que esteve parada a obra, conta, não conta, vale, não vale, precisava ser uma coisa certa. Cinco anos, parou, não parou, é resilido o contrato e aberta uma nova concorrência.

Também tem uma mistura - já falei do Fundo de Serviço com as emendas, que também pode ser preparado aqui no Orçamento - o Orçamento não diz respeito aos Srs. Deputados - e que é alimentado pela emenda.

Então, essa empresa deve ter uma prateleira ou um armário com mais ou menos 800 contratos. Tenho quatro. Tem que haver uma diferença entre a minha empresa e uma empresa que não é empreiteira, uma empresa que não é... uma empresa que não faz a obra, subemprega um pobre desgraçado do interior e fica com 50% no bolso. E não sabemos se esse dinheiro fica no Brasil, porque, ainda se ficasse no Brasil - não estou justificando o roubo -, poder-se-ia dizer: Bom, o dinheiro ficou no País. Mas o dinheiro não ficou no País.

Alguém me fez essa pergunta, mas a fez especificamente, e eu a respondi especificamente. Essa empresa, ao invés de usar a tal dita "nota fria" ou de aumentar aquela despesa, sendo capaz de tudo, faz uma outra coisa: falsifica balanços. Então, esse balanço de 31 de janeiro do ano seguinte é totalmente "frio", como se diz na gíria. O que eu fiz? Só que eles fazem por trás. Consegui tanto do DNER, como de uma companhia elétrica de São Paulo, os recebimentos - que aqui estão, dessas empresas com as obras.

Mas os senhores teriam isso muito mais rapidamente em seguida à pág. 109. Essa relação vem da pág. 29 até a pág. 107; não sei por que não tinha a pág. 108 aqui. Eles foram ainda obrigados a indicar as suas empresas subsidiárias à pág. 109. Está aqui: Se a Comissão de Orçamento pedir a cada empresa - escolhe por amostragem -, peço e sentir-me-ei imensamente feliz se minha empresa for uma delas. Por favor, só para não ter holofotes em cima de mim, põe a minha empresa no terceiro ou quarto lugar, não no primeiro.

Os senhores teriam, em muito pouco tempo, uma amostragem - a melhor possível - de onde está a corrupção, sem ficar pedindo para a Caixa Econômica Federal. O Senador Eduardo Suplicy tende a ficar cego de tanto ler letrinha miúda de computador, passada em xerox; tem que ser uma coisa clara, aberta, onde seja possível ler.

Quando uso, Deputado, a OAS e não uso nenhum outro empreiteiro, é por que esses dois senhores, o Sr. César Mata Pires e o Sr. José Suarez não são empreiteiros. Tenho orgulho de ser empreiteiro. Conheço a corrupção e muito. Já estive "cara a cara" com a corrupção aberta, com "o cara querendo me arrancar 8 milhões de dólares do bolso". Isso foi em 1971, há vinte e poucos anos atrás, e eu não lhe dei esse dinheiro. Fiquei um mês e meio até ele ser deposto do Governo do Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço licença à Mesa para me pronunciar, porque penso que este é um assunto importante.

A expressão que V. Sª usou, "kit-corrupção", não está sendo muito útil, porque identificamos, nos materiais apreendidos na casa do Diretor da Odebrecht, um claro exemplo disso também. O que nos foi explicado posteriormente é que o projeto, que é feito, é um projeto padrão. Isso é um crime.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O mesmo erro de português existe no Oiapoque e no Chuí. Tenho a comprovação disso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso é um crime, porque não se faz um projeto para abastecimento de água de uma cidade com um projeto padrão. Trata-se de um projeto caro, que requer pesquisa, medição.

A contribuição de V. Sª pode ser muito rica, pois apontou um caminho e agora complementa com outro. Inclusive, eu pediria que a nossa subcomissão fizesse uma diligência para apurar justamente as empresas auxiliares aqui listadas, fazer um exame disso, de quanto foi pago e qual o custo da obra. O outro crime que V. Sª citou é o caso da obra que não é completada, que não é feita a partir de um estudo técnico.

Então, eu queria dizer ao Presidente desta subcomissão que esse exemplo do kit identificamos também em outras situações.

Gostaria de aprofundar-me em outro assunto, sobre o que V. Sª poderia nos dar a sua contribuição, demonstrando essa ligação entre empresa e Orçamento. Citarei um exemplo a V. Sª, talvez para ilustrar a pesquisa que V. Sª vem fazendo em relação à OAS: o caso do STJ. V. Sª deve ter lido nos jornais ...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Li, na **Veja**.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na **Veja**. O que nos espantou quanto a essa obra foi que o mesmo Deputado que fez a primeira emenda dá continuidade, nos anos posteriores, a essas emendas. Denúncia essa sobre a qual, inclusive, o Tribunal fará agora uma auditoria, para verificar se houve superfaturamento, como tudo indica. V. Sª tem algum indício - pois considero que sua contribuição tem sido muito útil para nós, é um depoimento sincero...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu jurei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É um depoimento sincero. O que explica esse poder da OAS? Porque identificamos, no caso do Amazonas - e isso foi provado pela CPI - o seguinte: por intermédio de um parlamentar, uma empresa da Bahia solicita ao governador lhe seja entregue a obra, alegando ter como conseguir dinheiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É o **kit** de corrupção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Exatamente. A empresa, assim, conseguiu, e o filho do Governador, em uma declaração pública, disse que não houve licitação porque foi a tal empresa que conseguiu o dinheiro, que comprovou. Isso é um absurdo. Por lei, pelo montante de verba a ser utilizado, era obrigado que houvesse licitação; todavia, arranjaram um artifício, qual seja a alegação de que se tratava de uma necessidade urgente, e o filho do Governador reconhece publicamente que não houve licitação porque aquela empresa conseguiu o dinheiro. Nesse caso temos um intermediário, que conseguiu que aquela empresa fosse ao Governador, o parlamentar.

Pelo montante de obras que a OAS consegue - em torno de 800 obras...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Oitocentos é o número arredondado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ela deve ter algum poder.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu lhe digo onde está esse poder. Até o final do Governo Sarney, essa situação se comportava sempre com um certo equilíbrio. Com a entrada imperial do Governo Collor - primeiro era Deus que escolhia quem seria rico ou pobre; depois passou a ser um alagoano, e escolheu um baiano.

Tive vontade de dar risada desse meu indiciamento na Polícia Federal quando se afirmou que eu dei dinheiro para a OAS. Se fizeram o levantamento que a Aeronáutica guarda há não sei quantos anos, devem ter verificado que não fui visitado no Paraná - onde eu morava, agora moro em São Paulo -, uma única vez pelo Sr. Paulo César Farias. Agora, quantas vezes desceu o avião em Salvador.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - (inaudível)...quer dizer que o PC deu o dinheiro para a OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. No começo?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estava querendo dizer...(inaudível).

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi Senador, desculpe. Não prestei atenção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª mencionou há pouco - só para registro - que estaria indiciado, porque teria sido dito pela Polícia Federal que V. Sª teria dado dinheiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Um elemento da OAS disse - está aí, entreguei ao Sr. Presidente - fez declarações que dei dinheiro ao Sr. Paulo César Farias para prejudicar a OAS. Foi por isso que fui indiciado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria agradecer, pedir desculpas à Mesa por que...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A sua pergunta ainda tem pedaços, se me permitir!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Deputado está um pouco... respondo a todas, Deputado.

Deputado, não estou aqui para ensinar ninguém, mas como eu conhecia a corrupção face a face, conheço os mentirosos também. Tenho dois jornais aqui, um de ontem,

onde saiu o PC na capa. Em São Paulo são muito próximos os Municípios de Guarulhos e Mauá. Tempos atrás, até esse Deputado Pietá me telefonou. Aqui tem um exemplo formidável que demonstra exatamente o que estou falando.

Hoje, pela manhã, chegou um **fax** para mim: empreiteiras - aí que é duro, poderia pôr empreiteira, que não é empreiteira - forjaram faturas de obras. Tem mais um caso que está sendo examinado e, até o final da tarde, eu entregaria o material ao Sr. Presidente para que seja feita uma investigação mais rápida possível, e assim pegar o ladrão "com a boca na botija". Aqui está Brasília, duas faturas emitidas pela COESA. COESA é uma empresa pertencente à OAS, no Município de Granja, no Ceará.

Lá foram classificadas, pelo Tribunal de Contas da União, como forjadas. Então fatura forjada é roubo. A pessoa não fez a obra e levou o dinheiro. Isso é um exemplo que a Comissão rapidamente pode investigar. Tenho exemplo, Deputado, que é uma pena não estar com ele agora, mas até o final da tarde eu o terei em mãos, é em Pernambuco. É de uma obra que já recebeu todo o pagamento, uma estrada de rodagem, porém não foi feita, e estão colocando centenas de tratores para completar a obra. Ela já foi paga e não foi feita.

Isso hoje, não estou contando um caso do século passado. Hoje, eles estão fazendo isso, Deputado...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sabe qual é a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas é isso que eu disse. Isso é muito desagradável.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essa questão de estradas em Pernambuco está sendo motivo de investigação da CPI.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ótimo. Eu lhe digo à tarde para não lhe dizer uma invérdade perante a Comissão.

Sr. Deputado, acho que os senhores têm tudo nas mãos para melhorar o País. Então, convoquem a minha empresa, quer aqui, quer na CPI. Peçam a minha empresa para lhes fornecer a minha contabilidade, é na contabilidade que está tudo, porque eles não vão ter maneira de fugir, tenho o recibo da Empresa GABIRU, o quanto pagou, que demonstra se foi 50% como estou dizendo ou 68% como o senhor falou.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - 62%

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sessenta e dois por cento, 68 é o que sobra. Então, eu queria também fazer a entrega, isto é, dizer sobre a maneira de roubar Imposto de Renda. Ali está um técnico formidável, o Deputado Luiz Carlos Hauly, do Paraná. A maneira de roubar Imposto de Renda é fazer mais um balanço do dia 31. Deputado, se for verdadeiro o que eu estou falando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma empresa, como todas as empresas... De 500 empresas, 499 fazem assim - está na revista que entreguei ao Sr. Presidente -: fazem o balanço no dia 31 de dezembro do ano em curso. Quando a mesma empresa faz um novo balanço em 31 de janeiro jogando 400 milhões ou 500 milhões em obras, o que essa empresa está fazendo?

Sr. Deputado, perguntaria a V. Exª, que é um ilustre Deputado conhecedor do assunto, o que essa empresa está fazendo? Está sonegando. Não é possível que em um mês - o Brasil pobre como está - faturar 500 milhões de dólares. Se forem os números que estou dando...Os números estão aqui e os entrego ao Sr. Presidente da Comissão.

Não se está roubando o Imposto de Renda? Está roubando mesmo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já encerrei. O Deputado Maurício Najar tem outras perguntas a fazer, que dizem respeito ao mesmo assunto, e vai nos ajudar a aprofundar o conhecimento desse **modus operandi**.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Deputado Maurício Najar, V. Exª tem a palavra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dr. Cecílio, realmente o seu depoimento está sendo muito importante para a nossa Subcomissão na medida em que, V. Sª, com quarenta anos de experiência no campo de obras púbicas, nos transmite conhecimentos fundamentais. Inclusive propondo uma alteração na legislação sobre licitações, porque a única dúvida que tive e gostaria de abordá-la naquele momento - vou fazê-lo agora - é que a Lei nº 8.666 já aboliu a nota técnica. Está somente o menor preço. De maneira que esse decreto... Também prevê a Lei nº 8.666 que as obras iniciadas na legislação passada, sob a vigência da Lei nº 2.300, devem prosseguir ainda pela Lei nº 2.300.

Então, teria que haver...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Diz isso, Deputado?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A nova lei diz e a Lei nº 8.666 também diz isso.

De maneira que não seria pelo caminho do decreto, mas talvez fosse necessário um projeto de lei, ou vindo do Poder Executivo, ou feito por esta Casa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma medida provisória?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ou medida provisória. Já existe uma medida provisória aqui, e está-se tentando fazer uma conversão, para que num sistema parlamentar, em que... Da medida provisória que veio...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Da melhor forma possível os senhores querem fazer.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O fundamental é que V. Sª nos dá uma radiografia de como opera a corrupção.

Então, gostaria de rememorar para ver se V. Sª concorda que apreendi exatamente os seus esclarecimentos.

V. Sª diz o seguinte: normalmente a obra vem com o dobro do preço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para esta empresa: OAS. Não estou acusando nenhum colega meu. Esses senhores não são meus colegas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas vamos ponderar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Os outros não fazem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, não é questão disso.

Estou lá no Executivo. Acabamos de ouvir de V. Sª que há um preço-base, que vai do Oiapoque ao Chuí. Se há um preço-base, não temos como dizer...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, não falei preço-base. V. Exª me permite...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Falou em projeto básico.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Falei em projeto básico, em que até os erros de Português se repetiam.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Exato. E o custo também não é um custo básico?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O custo varia na vontade do Sr. César Mata Pires e Carlos Suarez.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, vamos admitir: o Executivo é que superfaturava essa obra, colocando o dobro do valor real? Teria que ser porque...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu lhe respondo. Não estou aqui... Estou muito feliz de estar aqui, não sou dedo-duro, não falei de nenhum parlamentar, não falei de nenhum colega meu. Estou falando e dando exemplo como paradigma da corrupção do País, de um negócio, é que os senhores estão levantando 150 milhões de dólares. Estou dando a boca, ou melhor, o ralo - perdoem-me a expressão - do sangue do povo brasileiro de 9 bilhões de dólares. Aí que está a importância da coisa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Faltou ainda um.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A resposta é... O senhor perguntou. É boa a pergunta. Claro que tem que haver conivência do Poder Executivo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Poder Executivo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - ...Do Poder Executivo, claro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Isso antes de liberação de verba, antes do processo licitatório, eles têm um preço base também que é colocado em licitação. Agora, essa cronologia que V. Sª nos esclareceu da corrupção, que vai lá na ponta da corda, aonde é oferecida a obra, aonde há o compromisso de liberação do recurso, e que depois chega no Poder Executivo, ou na Caixa Econômica, ou no Ministério do Bem-Estar Social, e realmente liberam esses recursos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Não falei em Ministério do Bem-Estar Social. Falei Ministério de...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ação Social.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ação Social.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Hoje chama-se Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Perdão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E é o mesmo Ministério.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, foi essa cronologia que achei muito interessante. V. Sª admite que é prerrogativa exclusiva da OAS? Nenhuma outra empreiteira adota esse sistema?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, eu não quero - já fui chamado a atenção duas vezes - que o senhor encare minha resposta como uma resposta grosseira ou mal-educada. O senhor tem obrigação de convocar cada empreiteiro aqui. Ele que diga. O meu relacionamento com esses empreiteiros - que são empreiteiros - é um relacionamento social.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É que V. Sª...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Agora, se eles se encontram...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - ...e isso vai a título de elogio, nós temos absoluta certeza de que não vamos encontrar tanta sinceridade como estamos encontrando...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Consegue. Se os senhores pegarem um paradigma da corrupção no Brasil e quiserem estancar esse ralo de US$9 milhões...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É nove bilhões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bi, bi de Brasil, bilhões. Não estamos falando em cento e cinqüenta e cinco de cheques. É bilhões.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Olha, o que eu gostaria de esclarecer - também o nobre Deputado gostaria de fazer indagações, vou procurar ser mais breve - nós tomamos conhecimento, através de centenas e centenas de documentos que foram apreendidos, de conhecimento público, de que existia um esquema de empreiteiras neste País, que se revezavam nas liberações das verbas e na utilização das verbas públicas; e a documentação apreendida faz referência à um grupo de empreiteiras que se beneficiariam de praticamente todas as verbas deste País. Dentre elas, está incluído o nome da empresa de V. Sª, a C.R. Almeida.

Então, eu gostaria de saber, abstraindo a sua empresa, que V. Sª deixou claro...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não da minha empresa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas eu gostaria de saber como V. Sª interpreta essa documentação encontrada na Odebrecht, que fala nas demais congêneres, todas elas direcionadas a conseguir praticamente todas as verbas, todas as obras e arrolando as propinas que eram dadas no Executivo, no Parlamento e até na última ponta da corda, que era na execução?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, eu lhe respondo. Eu ia pedir, no final desta reunião, permissão ao Sr. Presidente... tenho a maior admiração pelo Senador José Paulo Bisol, que sofreu tanto na eleição passada, ele está entrando em algo totalmente errado e o pior é que se tornou histérico. Isso que está aqui no jornal - "CPI descobre esquema dos corruptores" - nada mais é, nada menos é do que um organograma na Odebrecht. É um negócio - sem ofensa, gosto muito da Bahia - é uma baianice. O cara escreve um livro sobre isso. Mandei buscar o livro hoje. Um livro. Isso aqui não está dizendo que são os empreiteiros. Eu não sabia nada quando fui convidado anteontem pelo nobre Deputado Sigmaringa Seixas. Nada, absolutamente nada! Estou aqui de alma lavada. Foi o Senador Eduardo Suplicy que me mostrou uma simples lista com nomes de empresas, um fax e um contato. Aliás, o nome não está inteiro. Posso dar o nome inteiro da minha firma. Das outras eu não sei.

Então, isso é - como é que eu posso dizer - uma ilação do nobre Senador José Paulo Bisol - sei que ele vai ficar com raiva, mas não faz mal -, é uma ilação; é ridículo querer atribuir esse organograma de corrupção a empreiteiras! Esse é o organograma da OAS, desculpe, da Norberto Odebretch. Está errado.

Eu tomaria cuidado de, em dois ou três dias, fazer um exame mais profundo, chamando pessoas...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª até nos esclareceu que este é o organograma da Empresa Odebretch, que não tem nada que ver com o problema da corrupção, mas os documentos que chegaram ao conhecimento desta Subcomissão implicam, efetivamente, outras empreiteiras. Há um grande esquema nacional que ultrapassa a OAS, não fora, além da OAS, inclusive com subempreitadas. Senão, teríamos que admitir que só a OAS é que repassa por subempreitada, quando V. Sª mesmo admitiu que, hoje, faz quatro subempreitadas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, não admiti isso. Há um engano.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu entendi que V. Sª falou que está fazendo obras de subempreitadas hoje.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ah, também estou fazendo. Perfeito, Deputado, não disse quatro. Quando falei quatro, eram as quatro obras que eu tive no Governo Collor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas V. Sª também admite que sua empresa faz subempreitadas. Então, o que eu gostaria de saber - sei que V. Sª já falou bastante da OAS, conhecemos desde as várias entrevistas que V. Sª concedeu sobre a OAS, a nós não importa saber quais as razões que existem entre esses dois diretores ou proprietários...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, é só o combate à corrupção.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O que gostaríamos de saber, para que não ficássemos aqui aceitando que a corrupção existia ou existe apenas numa empresa: admite V. Sª - não quero que decline nomes - que há uma certa estrutura de empreiteiras na mesma direção da OAS, também superfaturando obras, também subempreitando a custos e a lucros acima dos normais, em prejuízo do Poder Público?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, o senhor me permita, por favor, eu procurei dar à Comissão o caminho de como ter tudo isso em mãos rapidamente; procurei fazer isso. Cabe aos senhores chamar o Sr. Emílio Odebretch ou quem for - pena que o Senador tenha saído. Quero lhe dizer onde está meu nome - deixa o Senador entrar e lhe mostro a folha - parece uma brincadeira, uniram tudo isso da dita corrupção, não sou eu que estou dizendo, quem está dizendo é o jornal ou quem declarou ao jornal, da Odebretch, e a ligação que existe entre minha empresa e esse sistema...

Senador, o senhor faria um favor para mim?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Aquela listinha que o senhor me mostrou, aquela dos empreiteiros que tinha o meu nome.

Deputado, é triste ter uma simples lista não assinada e só com um nome, há um nome aqui: C.R. Almeida S.A., e o representante é o Marcelino. Isso é conhecido, a pessoa em Brasília que trabalha para a minha empresa é um jovem de 32 anos, chamada Marcelino. Agora, unir tudo isso a um papel assim é que eu não entendo; simplesmente, não entendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para colaborar, Deputado Maurício Najar, dentre os documentos que constam do relatório do Senador José Paulo Bisol, referente à pergunta que V. Exª está fazendo, há uma referência no Anexo 1. Vou ler para completar sua própria pergunta, se me permite.

Anexo 1:

"Agenda de uma reunião ocorrida em 22/9/92, entre o Sr. Aílton Reis e diversos "lobistas", onde se definem ações para apresentação de emendas ao Orçamento-Geral da União para 1993.

Considerações gerais:

Trata-se de agenda da reunião do funcionário da Odebretch, mas que se reporta a uma atividade supra-empresarial.

Pontos importantes:

a - Existência e forma de ação da sociedade. É declarada a existência da organização e seu caráter secreto. As ações dos lobistas da organização secreta não devem ser isoladas.

b - Estrutura, administração e relacionamentos.

c - Relacionamentos com governantes, parlamentares e funcionários influentes. As páginas 3 e 4 deste anexo trazem uma lista em que se relaciona, para cada lobista, um conjunto de parlamentares.

d - Relacionamento entre empreiteiras. A página 2 do documento traz uma relação de grandes empreiteiras.

3° - Estratégia de ação junto ao processo de elaboração orçamentária. São definidos os relacionamentos lobista-parlamentar, para atuação na apresentação de emendas ao OGU para 1993.

Reunião em Brasília, os presentes.

Assuntos: não devem ser feitas ações isoladas; evitar, a todo custo, expor clientes e a organização; tentar posições negociadas junto ao OGU.

Depois, vem esta lista:

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Seriam os representados e presentes?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O nome da empresa, por exemplo, Andrade Gutierrez, o número do fax, representante - Alfredo Moreira; e assim por diante. Quando chega a CR Almeida, 225-4771, Marcelino.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, ele participou dessa reunião?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participou dessa reunião.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - De acordo com a ata.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na verdade, dentre os presentes na reunião do dia 22 de setembro de 1992, há diversos nomes e não se menciona Marcelino. Mas existe uma possível lista de contatos em cada empresa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com estes elementos V. Exª...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu não gostaria de saber se a empresa CR Almeida...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor tem, aqui no jornal... O senhor não me deu acesso a nada, mostrou-me só esta página...é um trabalho seu...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É um trabalho do Senador José Paulo Bisol.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então, deixe-me fazer um alerta, permita-me. É para ajudar e não para atrapalhar. O que está aqui é uma extrema besteira, achei estúpido. Está aqui o livro publicado pelo Norberto Odebrecht, isso é a organização dele. Gosto muito do povo da Bahia, não tenho nada contra a Bahia, passo o fim-de-semana lá, mas isso é uma baianice. O "cara" escreve um livro desta grossura para chamar gerente de líder de empresa. É um absurdo! Empreiteira não tem nada disso. Tenho o meu gerente, o meu diretor, tenho isso, tenho aquilo.

Não pode fazer um casamento - depende de como estão os papéis, como foram encontrados - um casamento de dizer que houve uma reunião no dia tal de tal ano, não sei o quê, e tem uma baboseira de baiano, dizendo que quer alcançar isso e aquilo.

Veja bem, Senador, estou procurando ajudar, não estou procurando tumultuar nada. Quando dizem "líder", não sou eu, não é um engenheiro, um empreiteiro meu, é da empresa dele, Senador.V. Exª tem de perguntar a ele.

Agora, ele ter - permita-me só mais esta observação -uma lista de empreiteiros... eu tenho. Se V. Exª for a minha empresa, encontrará 50 empreiteiras com patrimônio líquido, lucro ou prejuízo, pois ficamos comparando que área está dando dinheiro. Não quer dizer que eu esteja com ele.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª há de admitir que o documento encontrado faz referência a uma reunião secreta e que as empreiteiras estão presentes através de seus representantes e com objetivos muito claros.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Os objetivos, para mim, são claríssimos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Por isso estou querendo saber. V.Sª já nos ajudou bastante, deu um cronograma,...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Posso ajudar muito mais.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - ...abriu-nos avenidas para nossa investigação, falou-nos do problema das licitações e de como é agenciado, através dessas prefeituras; são colocadas à disposição verbas que depois eles vêm liberar aqui, mas já todo mundo conluiado. Falou no kit da corrupção, em todo o sistema de cronograma, nas subempreitadas como forma até de termos condições de comprovar como pode uma empresa ganhar 50 ou 40% sem investir um centavo. Acrescenta e ganha a concorrência.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sem ter trator. Sem ter nada.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso significa o seguinte: é a prova evidente e cabal do superfaturamento. É prova cabal do superfaturamento.

O SR.CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Superfaturamento e intermediação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É claro, porque ninguém consegue subempreitar uma obra, para o subempreiteiro também ganhar, ele ganhar 50%, que essa obra não esteja dando um lucro, o dobro do que o poder público deveria pagar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O povo está pagando o dobro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Está pagando o dobro.

Então, V.Sª está-nos ajudando. Só estou querendo saber de V. Exª - não precisa declinar o nome - se há, ou não, possibilidade de outras empresas também estarem participando ou se é a OAS que é a grande... Se é exclusivamente ela. Só isso.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo às claras. Nossa empresa era bastante poderosa. V. Exªs deviam ler no **Diário Oficial** o que digo a respeito da corrupção, publicar no **Diário Oficial**. Deviam.

Não compartilhei. No Governo Collor, tenho 4 obras, certo? Isso que V. Exª quer saber de outras empreiteiras... não fui convidado. Alguma coisa que está furada. Se tenho 4, eles têm 800. Se aparece, agora 40 ou 41 quilos de documentos, V. Exª tem que chamar a Odebrecht e perguntar a ela.

Eu não sei, não me interessei em saber o que a Odebrecht fazia ou deixava de fazer, o que o Sr. Sebastião Camargo fazia ou deixava de fazer. Vi que havia alguma coisa errada e que era possível modificar isso no País. Via a OAS. Eu me especializei totalmente porque vi onde estava o grande rombo: na OAS.

Permite-me só uma coisa, Deputado? Falei no Orçamento, nas emendas, no Fundo de Garantia. Faltou uma coisa importantíssima: fundos de pensão. Vamos pegar o fundo de pensão, que é dinheiro do povo também. É possível que uma empresa tome dinheiro emprestado do fundo de pensão baratinho, com juros ridículos, construa um **shopping** e depois venda o mesmo **shopping** para o fundo de pensão pelo dobro? Tem alguma coisa errada. É muito dinheiro, mas muito dinheiro!

Não tenho um centavo. É a mesma coisa que V. Exª me perguntar se eu poderia explicar o fundo de pensão. Não tenho um centavo tomado do fundo de pensão. Não construí um único **shopping center**. Não tenho resposta. Não estou driblando, não estou esquivando da pergunta; só estou pedindo a V. Exª uma coisa que é de uma simplicidade extrema. Ponho-me à disposição de V. Exªs, a qualquer hora, estou a fim disso, para desmontar esse esquema de corrupção. Porém dizer - sei que "está na cara", parece que o Odebrecht fez... V. Exª tem que perguntar a ele; não a mim. Depois V. Exª convoca aqui - veja bem - a OAS. Ela tem direito a repelir o que estou dizendo.

Estou no jornal. Eu me sinto muito feliz, hoje, aqui pelo seguinte: estou no jornal como um psicopata com uma metralhadora giratória. Assim é que estão me colocando. Eu não tenho absolutamente nada de psicopata. Estou de bem com a vida, não estou com metralhadora giratória. Dei uma de anjo. Simplesmente respondi o que me era perguntado. Ele vem debochando no jornal, ainda não dei a resposta, mas vou dar. Um Governador do Paraná, realmente era um ladrão. Não posso dizer de outra forma, era. Foi posto para fora do governo pelo Garrastazu Médici. Aí falei em dois coronéis que falsificaram documentos. Realmente os coronéis, nos tempos da Revolução, senão dá a impressão que é única e exclusivamente o Parlamento que está fazendo isso, que agora são os puros e o Parlamento não presta. Agora, falei sim: esses coronéis falsificaram documentos para não me pagar. Quanto a cada caso que eu disse no jornal - depois, o senhor vai ver minha carta ao jornal -, assumo total responsabilidade. Estou sendo processado por ele - veja só o aspecto -; o Senador José Paulo Bisol disse que foram longe demais, e depois tapeavam a população com processos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª disse também que está sendo processado porque teria dado uma ajuda financeira para a campanha do Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Processado pela OAS. Eles fugiram da calúnia, estão na difamação e na injúria. Atualmente, estou sendo processado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aproveitando esse fato, V. Sª disse que ajudou a campanha de Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ajudei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi com setecentos mil dólares?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Deixe-me dizer a V. Exª, porque tem dois números que não conheço exatamente; 164 milhões de cruzeiros representavam grosseiramente - posso estar errando por 5% - setecentos mil dólares, na data em que foi dado. Não sei a data. Depois, mostraram-me um milhão de cruzeiro e seis milhões de cruzeiros, dia 1° de dezembro de 1989 - o Collor já era Presidente eleito - e 15 de dezembro de 1989. A soma dessas duas importâncias deve ser um negócio como trezentos mil dólares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, qual a razão de V. Sª ajudar na campanha do Collor, depois que ele já estava eleito? V. Sª acabou de dizer que deu o dinheiro em 15 de dezembro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. O senhor é Deputado e faz campanha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Faço. Penosamente.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Penosamente. Após a campanha, sobra - foi assim que me foi dito - um saldo, rescaldo de campanha - disseram-me -; é verdade isso?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para muita gente, sobra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Rescaldo, o senhor ainda é devedor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dívidas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Dívidas após a campanha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Foi por esse fato que foi pedido.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, essa segunda parte foi para cobrir despesas de campanha.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Foi alegado que...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi só ao candidato Collor que o senhor ajudou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No primeiro turno, eu não estava no Brasil. No segundo turno, era o Lula - que é meio criancinha - e o Collor; 35 milhões de brasileiros acreditaram no Collor e acreditei também. Arrependo-me profundamente, mas acreditei. Não vou dizer que não acreditei; jovem, com aquela camisa bonita, fazendo esporte. Foi um erro meu. Agora, deixe-me dizer uma coisa, Deputado, por favor. Não é crime, não é ilegal; o crime que havia é de ordem eleitoral e poderia ter sido um crime de ordem tributária-fiscal, mas, como paguei o Imposto de Renda, não é crime.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Não há crime, mas há uma ilegalidade. Na época, era proibido à empresa ajudar partido político.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, senhor. Há um engano seu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não há.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Há um engano seu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não há.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja bem: sou dono do meu dinheiro, ponho-o onde quiser, desde que pague o Imposto de Renda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não é bem assim. O financiamento de campanha para a pessoa jurídica era proibido; hoje é que está sendo permitido. Na época, era proibido. O que não é crime, não há atipicidade, quer dizer, não foi delimitado como crime essa atuação. Mas há uma ilegalidade.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, meu advogado disse que não era. Mas, o senhor dizendo que era, acredito no senhor. Muito bem. Se houve crime, que eu seja penalizado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não há crime, porque não há figura criminosa. Há uma ilegalidade: empresas estavam proibidas de ajudar candidatos. Hoje, já é permitido, mas a partir deste ano.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas, Deputado, veja bem o que estou dizendo - e está sendo gravado -: se houve uma ilegalidade, deve haver uma penalidade; que me penalizem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Fico muito satisfeito e agradeço a espontaneidade com que V. Sª acedeu ao nosso convite, de vir aqui e realmente nos abrir algumas avenidas para investigação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fico muito grato. E há mais avenidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me apenas uma observação?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY Do ponto de vista até de que o Sr. Paulo César Farias deverá comparecer à CPI, seria interessante talvez se o Dr. Cecílio respondesse o seguinte: foi o Dr. Paulo César Farias que alegou que ainda havia dívidas de campanha a saldar, conforme agora foi...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É. O Paulo César disse que houve sobras de campanha; mas ele ajudou depois da campanha, para cobrir dívidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor explicou que ainda haveria dívidas,

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, eu quero lhe ajudar. É mais fácil pegar o depoimento do Paulo César Farias, na Polícia Federal, porque ele disse e assinou; é mais fácil. Não posso responder por mentiras de terceiros; só posso responder pelo que eu faço, por mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Coordenador, Dr. Cecílio do Rego Almeida:

Nós entendemos que as empreiteiras são indispensáveis para construir este País. O que estamos querendo é fazer multiplicar as obras que o dinheiro público tem permitido alocar para a construção, mas que tem sido feito apenas 50% ou às vezes muito menos de 50% do que poderia ser feito numa concorrência decente, honesta.

Eu perguntaria para V. Sª, objetivamente, quanto ao metrô de Brasília: houve vício na concorrência do metrô de Brasília?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Já respondi a essa pergunta, nobre Deputado, mas vou respondê-la novamente, com o maior prazer. Sou um empreiteiro do metrô de Brasília.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Sª é subempreiteiro?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, subempreiteiro.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Na concorrência houve vício?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu não estive presente à concorrência, não participei. Isso V. Exª levanta junto a um órgão que existe aqui em Brasília.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Eu queria saber se há superdimensionamento na obra, ou seja, uma parede de concreto com 80 cm que esteja sendo feita com 1,20 m, ou se existe algum outro ponto na estrutura própria do metrô onde esteja havendo superdimensionamento, na visão do senhor, que é engenheiro, empreiteiro, capacitado em tipos de obras semelhantes.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo também à sua pergunta: não, por um motivo; no nosso trecho, que é uma das coisas mais avançadas em matéria de metrô no mundo... Vou explicar de maneira leiga. Há uma parede de concreto pré-moldada em que, até para diminuir a quantidade de concreto, são injetadas com duas ou três tubulações de ar, porque aquilo é vazio. É um dos processos mais modernos que há no mundo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não é superdimensionada a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me responder.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Sª me respondendo que não é...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No meu trecho; nos outros não sei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ah, sim.

Dr. Cecílio, a obra está superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Também não, por um motivo: eu sei no meu pêlo; no meu pêlo eu sei que não está superfaturado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - No pêlo de V. Sª?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. No projeto normal não é zero? É zero!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Sª pegou pelo mesmo valor da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Zero. Queriam me cobrar 2,5%, ou coisa assim, e V. Exª já deve ter notado que não sou fácil de lidar. Eu não aceitei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, a obra não é superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas vou responder às perguntas de V. Exª na ordem. V. Exª não me perguntou isso; V. Exª me perguntou se eu estava pagando comissão como subempreiteiro para fazer a obra. Eu disse que eles me pediram 2,5%, e como não sou muito fácil de lidar, não paguei nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mas a obra em si está superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No meu trecho não. Quanto aos outros, não sei; não estou dizendo que os outros estão sendo superfaturados.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Eu queria colocar ainda uma questão sobre o STJ.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me auxiliar num complemento que pode ser importante?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª mencionou que quiseram cobrar 2,5%; poderia descrever como foi, quem disse que custaria 2,5%? Foi pessoa do Executivo do Distrito Federal?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Prezado Senador Eduardo Suplicy, não foi pessoa do Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi da empresa contratante?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não; se V. Exª me permitir responder, eu respondo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É usual, no mundo - chama-se **management B** - o dono da obra cobrar uma taxa que vai de 1,5% a 2,5%. Isso é usual na Itália - é ruim hoje citar a Itália - na Alemanha, na França, na Inglaterra.

Quando fiz São Simão, em 1974, com os italianos, eu tive a cobrança desta taxa feita normalmente, faturada. Isso é usual; eu é que não aceitei. Eu disse: "Eu não sou criança, não preciso de babá, sei fazer a obrar, não necessito de **management** de vocês, coisa alguma. Não pago".

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - E por que a empreiteira vencedora da licitação cedeu a obra a V. Sª, e não a fez?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu também lhe explico. Nós não tínhamos, naquele momento, todos os documentos para entrar na concorrência, se não teríamos entrado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mas por que aquela, que ganhou, cedeu?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não foi aquela, foram aquelas.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Por que elas cederam?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fica até ruim, mas vou ter que dizer. Eu sou altamente conceituado no meio dos empreiteiros, porque eu tenho um total **low profile**, porque já tive filho seqüestrado, neto seqüestrado, já sofri quatro ou cinco atentados a minha vida; então, sou um homem que não apareço em lugar nenhum, só quando há algum compromisso com dois, três ou quatro empreiteiros é que estão chamando. Nesse aí eu não fui, Senador Suplicy, eu não estava. Sou capaz de pegar meu passaporte para mostrar. Agora não pego, não tenho mais na minha contabilidade. É esse o motivo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, eles convocaram o senhor porque se sentiram incapacitados para fazer a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, o senhor está dizendo. Eu não disse isso. Eu disse que procurei as empreiteiras e pedi um pedaço da obra. Eu tenho escritório em Brasília. As obras que eu tinha em Brasília não eram suficientes para pagamento dessa infra-estrutura que é necessária em Brasília. O menor escritório que existe em Brasília, com firma acima de um bilhão de dólares de patrimônio líquido, é a nossa. É metade do andar, daquele prédio da OAB.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Bom, eu gostaria de ir ao STJ, para V. Sª, que tem experiência em construção civil, me orientar.

No STJ, foi feita uma concorrência em 1990, e a vencedora foi a OAS.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Exª me mostraria o edital?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Eu não tenho aqui o edital. Não trouxe essa documentação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Exª derruba isso e vai buscar o dinheiro da União, se esse edital for preço base mais nota técnica.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito bem. Eu gostaria de colocar para V. Sª o seguinte: o contrato inicial era para construção da estrutura do prédio, no valor de US$ 49 milhões - eram 7 prédios da sede do STJ - com prazo de 360 dias para construir. Depois de 720 dias, há um certificado do CREA, que esta comissão requereu e que nós conseguimos, que atesta aquela construção.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Que atesta?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Que atesta o recebimento da obra, ou seja, um certificado de que a obra foi executada. Muito bem. Quinze dias depois, um novo contrato de US$ 80 milhões. Inicialmente, obra de 101.000 metros quadrados; no segundo contrato 135.000 metros quadrados...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cento e quarenta?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Cento e trinta e cinco; é o que está registrado no CREA.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito bem. Já por US$ 80 milhões, somado isso, perfaz US$ 130 milhões e alguma coisa. A OAS já recebeu, até hoje, US$ 156 milhões; parte da obra ainda está na estrutura, recebida há 2 anos como pronta, e a obra ainda está em fase de construção - poderíamos dizer que está na fase de acabamento, com 60% feito. Como é essa armação, para que possamos abrir, rasgar essa cortina e enxergar lá dentro? O que está acontecendo nessa obra do STJ, com a previsão orçamentária, para o ano que vem, de mais US$ 54 milhões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se eu estivesse no lugar de V. Exª, se fosse um deputado, eu requereria, desde o edital de concorrência, para ver se houve edital...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Já foi requerido por esta subcomissão, pelo Deputado Sigmaringa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Requeri edital e tudo, e a documentação da concorrência propriamente dita, para ver quantos entraram. Realmente, não sei nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quanto fica o metro quadrado de uma obra de um "prédio inteligente", no Brasil, hoje, com acabamento fino?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pelos números que li é bastante alto; pelos números. Não sei se é verdadeiro. Gostaria de ter uma obra desse tipo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Dá pra fazer pela metade do preço, US$ 800 o metro quadrado? Um obra, um "prédio inteligente"?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei se dá para fazer por isso ou por aquilo. Eu disse que, ao ler a reportagem num jornal, tive vontade de ter uma obra assim. Não estou dizendo que por US$ 800, US$ 900...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Sª não tem condições de avaliar sem ter os dados técnicos? Não tem como avaliar em função de não ter os dados técnicos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Exato. Seria... Não sei agir assim, sou engenheiro, sou um cubo. Se V. Exª me der o projeto, o contrato, daí sei analisar.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Cecílio, V. Sª já participou de alguma concorrência com preço base?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Já.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Sª sabia que aquela concorrência era irregular, mas tinha de fazê-lo sob pena de ficar fora do processo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Era totalmente ilegal e nula de pleno direito. Já participei. É aquela do homem gordo, suado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Do INCRA?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Aquela obra estava superfaturada, Dr. Cecílio.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei. Foi a obra que o governo me deu como bom preço. Veio com preço base, 10% acima, 10% abaixo. Entrei com 10% abaixo e....

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ganhou na nota.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ganhei a obra. Sem ter que pagar nada a ninguém.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Essa obra é no Maranhão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Maranhão, sim Senhor. Vou mais longe um pouquinho. A OAS tinha oito; mudou o cronograma de pagamento, ninguém recebeu nada, só ela recebeu. E até hoje esse senhor, chamado Russo, que não faz nada, absolutamente nada, só pequenas sindicâncias em inquérito, que vai de ônibus para a repartição pública, invés de pegar logo isso e tornar nula e mandar os processos para o Procurador-Geral da República, só fica fazendo pose no jornal, dizendo e ameaçando que vai fazer isso e aquilo. Ele não devia fazer dessa maneira, devia mandar logo anular.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O inquérito feito pelo INCRA - porque a OAS venho denunciando a três anos. Quem descobriu a questão do STJ fui eu, buscando recursos que a OAS havia recebido. Identifiquei esses volumes enormes da OAS, recebidos do STJ. Daí, comecei uma investigação e que vamos a fundo nisso. A Subcomissão tem dado respaldo para busca dessa documentação e vamos chegar. Mas, as obras construídas por V. Sª no INCRA... em 85, em 86, setembro de 86, outubro de 86, V. Sª fez contratos para construção no Mato Grosso, depois em 88, em Rondônia, no Acre, e as obras, os custos médios das obras naquele período de 85 a 89, construções de estradas vicinais, estradas alimentadoras do INCRA, tiveram o preço médio de US$ 8 mil.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A obra que V. Sª pegou agora, nessa concorrência do INCRA, em 91, em junho de 91, teve um preço médio de US$ 40 mil, US$ 41 mil, para todas as empreiteiras, não foi só para V. Sª.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, vamos dizer que seja.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - De US$ 8 mil, preço médio, para 41...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cinco vezes. Cinco vezes oito, quarenta.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quinhentos por cento. V. Sª disse que pegou por um bom preço, mas não disse se foi superfaturada. Essa obra não estava, evidentemente, superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. V. Exª quer que, Deputado, vendo, eu com três obras, essa foi a quarta, certo, que peguei....

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Se o preço fosse livre, se não houvesse preço básico, o senhor ainda poderia ter feito essa obra pela metade do preço que o senhor a pegou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Acho que sim. Se os números que o senhor está me dando, que acredito serem totalmente verdadeiros, são esses, é óbvio que faria.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Por preço bem menor. Até porque o senhor fez uma obra em Mato Grosso, construção de estrada vicinal, que chegou a 2.800 dólares por quilômetro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, tome um certo cuidado...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Varia de obra...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me alertá-lo, quero ajudá-lo, não quero atrapalhá-lo. É claro que esses dois números estatísticos que o senhor deu - e que são verdadeiros - levam a crer que eu faria a obra pela metade do preço - é óbvio, eu não posso dizer que não. Não pagaram coisa alguma. Essa obra devia ser anulada e devolvida aos cofres públicos a metade desse valor. Se é assim como V. Exª está dizendo, em vez de ter x, vou ter a metade de x. Mas iam anular as de todos.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor não precisou dar nenhum ajuda ao Dr. Bruzzi? Nenhum diretor de sua empresa entrou em contato com ele para dar alguma gratificação, algum presente a alguém que tratou das licitações?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fora o meu juramento, eu lhe dou a minha palavra de cavalheiro que não conheço esse Sr. Bruzzi.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A ele e a outra pessoa...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Só ao "gordinha", mas o "gordinha" não levou...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O "gordinha" o senhor só pressionou.

Pergunto: não foi dada nenhum ajuda financeira a nenhum elemento ligado a essa concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nada. Sou tido como louco.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Estou encerrando, Sr. Presidente, mas queria só mais uma ajuda do senhor, Dr. Cecílio.

No passado, na Comissão de Orçamento, eu denunciava que os trechos de rodovias colocados variavam muito - em restauração, em construção, em duplicações, etc. Fizemos um levantamento e vimos que se poderia construir - como se está construindo hoje, em Roraima - asfalto a 100 mil dólares o quilômetro ou a 140 mil dólares o quilômetro, dependendo do trecho a ser asfaltado; o preço médio era de 120 mil dólares o quilômetro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Esse asfalto é tratamento superficial ou é concreto betuminoso usinado a quente? Varia de um para o outro.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não é aquela imprimação primária, não é o tratamento antipó. Acredito que seja um asfalto de boa qualidade.

No entanto, aqui, este ano, por força de um trabalho de um grupo de parlamentares, conseguimos na LDO impor que o Governo mandasse os preços unitários das obras acompanhando o Orçamento. Esse preço unitário de obras veio colocando, por exemplo, um quilômetro de asfalto a 456 mil dólares.

O Governo mandou, o Ministério do Planejamento mandou o preço das obras, diversas obras, o preço unitário de diversos setores da construção, etc.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, veja o seguinte: se é o Governo que estipula o preço, por que é o empreiteiro o responsável?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Pois é, é essa resposta que eu quero do senhor: o senhor não acha que o Governo está estimulando essa corrida, essa maracutaia e essa corrupção praticada pela OAS e outras tantas, a de buscar o dinheiro fácil, abundante, para a construção de uma obra pequena? Ou seja, 456 mil dólares para a construção de um quilômetro de estrada é o preço que o Governo coloca no Orçamento. Isso não estimula...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Coloca na concorrência, é pior ainda.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Coloca na concorrência ainda, é pior.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se coloca no Orçamento, coloca na concorrência, o que é pior ainda.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, o senhor acha que isso realmente tem estimulado esse tipo de corrupção que a OAS tem praticado?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor é de que partido?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Do PDT.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Do PDT. Ótimo.

Deputado, sou um homem que trabalha há 41 anos, e não é com a velhice que vou ganhar dez mil réis roubando do Governo. Li no começo da reunião um título que grande honra me dá, atestando que em 41 anos de profissão todas as minhas obras foram perfeitas.

É muito difícil para nós, empreiteiros, como para V. Exªs, Deputados, estarmos sendo enlameados, à custa dessa porcaria chamada jornal, que é necessária em um regime democrático. Pior até do que a corrupção é a incompetência. Estamos diante de um Governo incompetente e burro. É isso que está ocorrendo. Há má escolha dos nossos dirigentes.

Dá pena ver um país, em que 150 milhões de pessoas, com um território de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, poderiam ter uma melhor vida. O que vem ocorrendo, por incompetência do Governo e pela voracidade desses ladrões da OAS e de quem mais for descoberto. O que vem ocorrendo? Estamos caminhando para que esses palhaços tenham seus castelos no meio de favelas. Não consigo enxergar dessa maneira e sou um empreiteiro; vivo bem com a vida. Só tenho cara de brabo, mas não o sou. Vivo muito bem com a vida; gosto do que faço e me orgulho.

É muito simples entrar em uma comissão de concorrência e falar: fui muito bem tratado aqui e agradeço muitíssimo, Sr. Presidente. O que mais me apertou foi o Senador Suplicy, de maneira muito educada, e todos os membros. É muito fácil denegrir a figura de um empreiteiro.

Quero dizer uma coisa: sou bem mais velho que o senhor. Até 1955, até o Governo de Juscelino, este País era um arquipélago. Havia o Norte, o Nordeste, o Sudeste, o Sul, o Centro-Oeste. Foram os empreiteiros - não estou falando desse balcão de **franchising** e corrupção que é a OAS - que ligaram isso.

Hoje, estamos conseguindo entrar na China, graças à construção não nos últimos doze anos, mas anteriormente a esse período e aos 80 milhões de quilowatts que o governo chinês vai instalar na China. E um engraçadinho qualquer, de uma coluna social de terceira categoria, vem dizer que os engenheiros têm de tomar cuidado. Veja o absurdo que está ocorrendo.

Graças a esses empreiteiros, que são homens que levam para a Amazônia - depois digo o último caso - hábitos alimentares, de higiene e saúde, mudamos as cidades na forma de viver. E sermos lançados à lama, porque algum Senador encontrou erroneamente um organograma da OAS, que é uma baianice - desculpe-me, retiro -, da Norberto, que é uma baianice já escrita nesse livro há vinte anos, e vêm dizer que isso é dos empreiteiros?

Tenho orgulho de ser empreiteiro. Quando o povo do Acre, em Rio Branco, estava passando fome e não tinha energia, foi a minha empresa que ligou, com asfalto permanente, Rondônia à cidade de Rio Branco, no Acre. Tenho orgulho de estar trabalhando na última ligação que existe, ao norte do Brasil, para Oiapoque, como tenho orgulho de dez hidrelétricas que construímos. Onde está - isso é que gostaria de saber - a vergonha disso?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Sr. Cecílio, eu queria dizer para o senhor o seguinte: nós todos entendemos a importância das empreiteiras. Sem elas, não vamos ter estradas, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, etc. É necessária a existência delas, e reconhecemos isso.

Não temos nada contra as empreiteiras, mas contra as más empreiteiras, contra o sistema que permite que a empreiteira ou dance aquela valsa, entrando em concorrência com o preço base, ou fique fora.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Exª está no ponto certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Não é verdade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quem toca a música é o Governo. Nós temos de dançar a música que o Governo toca.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Lamentavelmente, é essa a realidade. O Governo manda para cá um preço superfaturado, impondo que amanhã vocês sejam achincalhados por obras superfaturadas. Eu acho que a proposta do senhor...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu fui em uma só.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- O senhor só foi em uma. Mas, de qualquer forma, muitos - e alguns já declararam isso para mim, pessoalmente - lamentavelmente ou entravam na valsa ou ficavam fora e fechavam a empresa.

Então, lamentavelmente, o Governo é parte principal desse processo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu acho. E por incompetência.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- O que o senhor está dizendo aí de contrato, dessa sugestão de um projeto de decreto legislativo ou decreto...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso seria a salvação do País.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Seria a salvação para tudo. Reavalia, inclusive, o preço de obras, não só aquelas concorrências com preços baixos, mas todas as concorrências... reavalia o preço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não estamos num país comunista, deixe as leis do mercado, anule as concorrências e abra-as para ver se não vem a 50% no preço?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Sr. Presidente, para encerrar: Dr. Cecílio, gostaria, se pudesse a sua assessoria nos ajudar, sobre aquela obra de Pernambuco que foi recebida, dada como pronta e que agora está em fase de acabamento, correndo, iniciando agora a obra já recebida.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Ora, quem presta depoimento é o Dr. Cecílio.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Eu queria dados, se o senhor pudesse mandar ao meu gabinete, aliás, mandar à Subcomissão, e gostaria de ter acesso para que pudéssemos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pegar... se possível esta Comissão mandar elementos lá para verificar isso que estou dizendo. Essa informação tive às 6 horas da manhã de hoje.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Qual empreiteira? o senhor poderia dizer?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - OAS. Sou técnico em OAS.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Dr. Cecílio, quero agradecer a participação do senhor - tenho que me retirar porque tenho encontro com o Governador Leonel Brizola, que está em Brasília - e dizer que aguardaria essa informação com mais detalhes para que pudéssemos, quem sabe, por determinação do nosso coordenador, investigar mais esta...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Presidente, V. Exª me permite um...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual é o nome da obra? O senhor...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - É em Pernambuco, ele não...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei o nome. Senador, dou-lhe hoje à tarde.

Sr. Deputado, leve o meu abraço ao Governador Brizola. Já fui apertado para dizer que o Governador Brizola, na Linha Vermelha fazia falsas suas concorrências. Isso é uma mentira deslavada.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Como não é a Linha Vermelha que está em cogitação nesse momento, passo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, último orador inscrito.

O SR. MORONI TORGAN - Tenho algumas curiosidades, até em algumas linhas que o Deputado Giovanni Queiroz falou. Tenho uma pergunta bem fácil: quais foram as empreiteiras que mais cresceram nesses últimos anos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, não sei lhe responder exatamente assim, sei fazer um histórico. A empreiteira mais antiga do Brasil, que tem à direção um homem digno, Sebastião Camargo, é uma empreiteira que cresceu muito.

O SR. MORONI TORGAN - Camargo Corrêa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Camargo Corrêa. A minha empreiteira, antes do Governo Collor, cresceu muito. Chegamos a ter um bilhão e trezentos milhões de patrimônio líquido que perdi nesses dois anos de Governo Collor. Essa empresa que faz essa "baianice" aqui é uma empresa de primeiríssima, trabalha em 27 países, no exterior. Eles têm muita garra e muito peito.

O SR. MORONI TORGAN - A OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não.

O SR. MORONI TORGAN - A Odebrecht?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Norberto Odebrecht. Uma outra empresa deles que cresceu muito foi a CBPO, pertence à Norberto Odebrecht.

O SR. MORONI TORGAN - Tudo bem. Essas são mais ou menos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - E a Andrade Gutierrez. Nesta empresa tem um gênio chamado Eduardo Andrade.

O SR. MORONI TORGAN - Diga-me, por favor, uma coisa: não entendi direito aquele negócio de subempreitar, não vejo qual é o lucro de a pessoa ganhar concorrência e subempreitar. Pelo que entendi, no seu caso, foi porque o senhor achou que, ou seja, quem empreitou achou que podia lhe dar uma mão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. É como agora, Sr. Deputado, estou comprando óleo diesel porque estou em concordata, e a PETROBRÁS não me fornece, por intermédio de amigos, de colegas empreiteiros.

O SR. MORONI TORGAN - Essa subempreitada é comum, o pessoal ganhar a concorrência e ajudar os amigos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Depende do amigo. Em 1964, a Revolução quis quebrar a empresa CBPO e pegou um diretor do DNER e pôs na rua, Dr... Não vou dizer o nome para não trazer a público, um homem corretíssimo que depois o fiz diretor. Nessa época comprava o óleo diesel entregava para eles. Como comprei para essa empresa mineradora.

O SR. MORONI TORGAN - É comum isso? Não é comum, por exemplo, ganhar uma obra por 2 milhões de dólares e subempreitar por um milhão e meio, ganhando 500 sem fazer nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso é roubo!

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso não acontece?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deve acontecer com a OAS? Só acontece.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há pouco, ele descreveu casos assim da OAS.

O SR. MORONI TORGAN - Dessa natureza. Outra coisa, e talvez só essa que quero entender agora, é o negócio de obra com preço base. Primeiro, não julgo que é incompetência do Governo. Porque essa incompetência é sempre por preço maior, ela nunca acontece por preço menor.

Se a obra custaria 100, ela não acontecte ser cobrada ao preço-base de 80. Sempre acontece ser cobrada a 300, 400, 500. Não sou tão ingênuo para pensar que é incompetência. Nisso aí tem "gente comendo dinheiro" por detrás desse negócio. Incompetência para preço maior não é incompetência, é ladroagem mesmo, Nesse ponto - e na profissão de delegado federal - tenho visto isso e é ladroagem mesmo. É a conivência de funcionários do Governo que comem "a bola" deles, ou de quem quer que seja, e que tomam a seguinte atitude. Aí posso entender ao senhor. Fazem como? Fazem uma concorrência, pagando 400 de uma quantia desse tamanho, onde colocam todo o mundo; onde deixam todos entrar na concorrência. Se fosse de estrada, um trecho de 100 quilômetros. Existem outros trechos de 1000, de 2000 quilômetros que já tem a pessoa carimbada para ganhar. Para justificar aquele carimbo eles têm que fazer essa menor para dizer que o preço é o mesmo. V.Sª discorda dessa avaliação?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, Deputado. V. Exª tem total razão. É óbvio para mim que essa incompetência "dança a valsa" com a corrupção por uma questão quase eufêmica de dizer incompetência. Mas andam lado a lado. É a burrice e a incompetência com a corrupção, claro!

O SR. MORONI TORGAN - Eu chamo de safadeza!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é safadeza. É corrupção! É dinheiro do povo. São como vampiros que entram na jugular do povo, arrancando esse dinheiro. É isso que tem que cessar.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor concorda que uma das técnicas é colocar uma obra pequena, com um preço superfaturado, para depois superfaturar uma grande e dar para aqueles que imaginam. V.Sª disse, por exemplo, que ganhou obras sem dar um "tostão" para alguém do Governo.

O SR.CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Em obras não. Houve um caso no INCRA em que estava totalmente "apodrecido" e fui ao INCRA, estava até com a minha sobrinha. Você estava junto Orlando? Fui com uma sobrinha, uma engenheira que morava na América do Norte e, sabendo do que estava "apodrecido" ali, fui armado. Havia uma cidadão, que não lembro o nome. Ele era gordinho e suava. Perguntei-lhe o quanto tinha que pagar para obter uma obra. Daí a algum tempo obtive a obra. Essa obra no Maranhão a que se referiu o Deputado do PDT.

O SR.MORONI TORGAN - Sem pagar nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para o vampiro do Governo não tive que pagar nada.

O SR. MORONI TORGAN - No caso ele deve ter ficado com medo do senhor denunciar ou coisa parecida.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu não denuncio. Eu surro. Não tenho medo nenhum. Eu surro. Quebro as pernas do "cara."

O SR. MORONI TORGAN - Então, ele deve ter ficado com medo e essa foi a razão dele lhe ter dado a obra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, permita-me, muitas vezes, torno-me um tanto grosseiro. E desculpe-me o Presidente da subcomissão, que está com uma paciência grande para comigo.

Deputado, ao retirar aquele ladrão do Paraná, chamado Haroldo Leão Peres, esta revista desse senhor Civita, que se encontra no exterior, durante 20 anos massacrou-me por ter agido assim. Tinham pago caro. Não estou aqui nesta digna subcomissão como "dedo duro". "Dedo duro" a gente quebra por isto estão há horas forçando-me para dar nomes de empreiteiros. Não darei nenhum. Tenho que dar nome de ladrão, de corrupto e sórdido corruptor como era o pessoal da OAS. A Comissão tem que entender um aspecto: a OAS é o paradigma do roubo no Brasil. A OAS é o paradigma da corrupção no Brasil. Se vocês pegaram o esquema da OAS, vocês arrumaram o país. Como diz o Bóris Casoy, vocês passaram o Brasil a limpo.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor já mandou todo esse esquema para cá.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, mas o importante era que saísse esse decreto. É muito importante. Porque se essa...

O SR. MORONI TORGAN - Porque discordo do senhor em um ponto.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pode discordar, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Num ponto eu discordo. Eu não considero dedo-duro você denunciar ladrão. Eu considero obrigação de todo cidadão. Eu, por exemplo, se souber que um colega meu é ladrão, acho que tem que ir para a cadeia. Seja ele delegado, deputado, o que for. E se eu souber de uma irregularidade dele, denuncio e vou querer que a justiça seja feita. Então, acho que essa mentalidade também tem que acabar. Porque isso demonstra o quê? Um corporativismo. Corporativismo tanto no Judiciário, Legislativo, Executivo, quanto também no meio empresarial, financeiro e tudo o mais. Isso tem qúe acabar. Acho que não é nosso colega uma pessoa que é ladrão. Porque ladrão é colega de ladrão. Não é meu colega. Temos que acabar com isso também. E tem que colocar o dedo na moleira de quem quer que seja.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado Moroni Torgan, seria leviandade minha dizer, está aqui na minha mesa, a CPI descobre, e eu, vendo isso, que é um negócio tolo, está escrito aqui. Não tem nada a ver com os outros empreiteiros. Seria leviandade minha acusar um outro empreiteiro. Eu não conheço. Eu fiquei o tempo todo, fazem dois anos, como notei que primeiro era Deus que escolhia o favorecido pela sorte, depois passou a ser o Collor, claro que me revoltei e comecei a entrar na justiça. Inclusive o Senador José Paulo Bisol disse que era golpe. Foi assim que me contaram, não sei se é verdade. Não, os processos continuam correndo. Hoje estou sendo processado por difamação e infâmia. E a partir de hoje, com esse depoimento, estão aí fora os vorazes jornalistas, talvez eu me torne, se for mal-interpretado, se os senhores não me ajudarem, se eu tiver algum crime, me incriminem. Se eu tiver alguma penalidade a pagar, me imponham a penalidade. Mas não vou engolir de ninguém - não tenho medo de ninguém, de nada - besteira e burrice.

O SR. MORONI TORGAN - Agradeço, Sr. Presidente, dizendo ao depoente que, sem dúvida, precisamos do seu auxílio. E se souber de mais coisas nesse sentido, será importante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Seria formidável se a sua comissão tivesse essa informação. Pegasse os ladrões com a boca na botija... O senhor queria um...Está aqui no jornal. É de ontem. Me mandaram essa madrugada. Esse caso do Ceará e agora essa informação às 6h da manhã, dessa obra em Pernambuco. Se a Comissão pegasse isso e abrisse, seroa perfeito. Não sou ninguém para aconselhar nada, os senhores sabem muito mais do que eu. Mas convocaria aqui não só a OAS como as outras empreiteiras. Ouvi ontem algo de um deputado, até muito bom deputado, Edivaldo Barbosa, para o Tribunal de Contas. Ele escolhe ao léu oito empresas, deixa fora quem mais deve. Essa empresa do esquema não está. Também é um nome. Eu não sei o que eu vou dizer para...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Para finalizar, retorno a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ainda tenho diversas perguntas, porque não gostaria de deixar essa oportunidade passar. Até o Governo José Sarney, havia conhecimento público - era comentário de jornais - relativamente à histórias sobre as sete maiores empreiteiras do país. Costumava-se chamá-las as "sete laranjeiras". Dizia-se que conseguiam entrar e ganhar as obras para a construção de grandes barragens e os editais, normalmente, as favoreciam por meio de cláusulas e atestados técnicos.

A C.R. Almeida, pelo que li em reportagens publicadas nos jornais, estava entre essas 7 integrantes do grupo. Há fundamento nisso? Como era feita a distribuição das obras? Havia como que um princípio dos vasos comunicantes?

Eu gostaria de fazer uma breve exposição, na mesma linha em que o Deputado Sérgio Miranda dirigiu suas perguntas. Em que medida V. Sª poderia contribuir para que a nossa Comissão compreendesse melhor todo esse funcionamento.

(Interrupção na gravação)

Expus a V. Sª um pequeno esquema de como, no caso de médias e pequenas empresas construtoras, em certas regiões, costumam agir, segundo descrição que me foi feita por um responsável de uma pequena média empresa de construção, em caráter regional.

Pergunto, com respeito ao grupo das maiores empresas de construção, como se deu o desenvolvimento? Houve, ao longo dos anos, uma espécie de entendimento tal como o que acabo de descrever, uma forma de distribuição das obras entre as grandes empresas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, princípio de vasos comunicantes, quando se está ganhando dinheiro, não existe. Em segundo, falamos muito a respeito de competência e incompetência governamental. Nos dias de hoje, o Brasil está numa situação tal que até abrir valetinha é um grande negócio para empreiteiro.

Com relação à informação dada por esse pequeno ou médio empreiteiro, citarei dois exemplos: V. Exª fez uma pergunta que se multiplicou em várias; dividi-las-ei em partes.

Se V. Exª pegar um Governo como o de Santa Catarina, que tem uma tabela única de preços para obras, preço muito baixo, em uma pequena associação de Santa Catarina, para que tudo não se concentre nas mãos de um único empreiteiro, vai-se distribuindo entre todos, seja quantos forem os membros. Esse é um aspecto.

V. Exª disse que existem empreiteiros "a", "b", "c", "d", "e"; peguei dois exemplos: as duas maiores estatais brasileiras: Vale do Rio Doce e a Petrobrás. Uma empresa do porte "h" ou "f," não pode executar um trabalho de uma empresa do porte "a". Vamos

dizer que será feito um oleoduto entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte; o empreiteiro do grupo "f" pode ter vontade de fazer o trabalho, só que não tem engenheiros capacitados, equipamentos para fazer a obra, nem recursos financeiros. Muitas vezes a PETROBRÁS exige até um seguro. Quer dizer, não tem como garantir a companhia de seguro que garante a PETROBRÁS. Então, é claro que tem que existir, dentro da PETROBRÁS e da Vale do Rio Doce, que eu estou lhe dizendo, o grupo A, B, C ou D.

Com relação, novamente, a esse princípio de vasos comunicantes, posso lhe dizer: em geral, eu ganho obra de Banco Mundial ou de BID, que a concorrência é por preço mínimo. Eu peguei uma obra em Minas que ninguém acreditava que eu conseguisse pegar, da CEMIG, que é uma das maiores hidroelétricas do Brasil por um preço mínimo. Foi a única vez na história do Brasil que o cruzeiro valorizou em relação ao dólar. Por esse motivo, nós reforçamos nosso ponto de ganhar. Isso custou a inimizade minha com o segundo colocado, que eu me permito não citar o nome, durante 14 anos. Eu não sei onde está o princípio dos vasos comunicantes.

Com relação a isso que empreiteiros se reúnem, dá uma tão má impressão, impressão de que é um monte de morcegos se reunindo para tirar sangue do boi. Não é dessa maneira. O que há é a incompetência do Governo caminhando de mãos dadas com a corrupção. Agora, querer trazer o empreiteiro nessa... Tem que trazer a OAS, que não é empreiteira, mas um balcão de corrupção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sª mencionou que está participando de concorrências em diversos países fora do Brasil, como a China e outros lugares. Vamos supor que V.Sª estivesse na posição do Presidente da República. Já fiz aqui, hoje, uma sugestão, a de suspensão das concorrências que foram feitas ainda com base no Decreto-lei nº 2.300. V. Sª também sugeriria, por acaso, que pudesse haver o ingresso de empresas internacionais competindo com as empresas nacionais de construção civil. Seria isso, para o estágio atual de desenvolvimento brasileiro, algo interessante? Vamos supor que V. Sª esteja sentado do outro lado, do lado do Governo. Recomendaria V. Sª que nos editais, porque a lei, segundo entendo, permitiria, mas que nos editais os governos passassem a permitir a participação de empresas construtoras de quaisquer países do mundo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador Suplicy, isso que V. Exª está propondo é quase um...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou perguntando.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Perguntando? Perguntando em tipo de proposta. É quase um anseio de quem acredita no livre mercado. Quem tem atrapalhado isso são os comunistas. Esse espírito burro de comunista xenófobo, que não quer estrangeiro aqui dentro, que não quer dinheiro estrangeiro aqui dentro, que estrangeiro não presta. Isso faz parte do programa de certos partidos. Não sou em que determino isso. Faria um bem fantástico ao País que abrisse suas fronteiras ao capital externo, à tecnologia externa.

Senador Suplicy, sei que V. Exª é um homem que muito luta pela melhoria do País. Proponha isso a seus colegas, para que seja permitido que empresas estrangeiras entrem no Brasil concorrendo com empresas brasileiras. Isso é sadio. Não é sadio é atrasar o País em plena era do computador. Nós temos um mastodonte, quando nós poderíamos ter o melhor em matéria de computação no País. Esse atraso se deve aos comunistas, porque se o computador for americano não presta. A sua sugestão cabe a tudo: cabe ao empreiteiro - só não cabe ao Deputado, que aí tinha que ser brasileiro -, cabe ao empreiteiro, cabe ao fabricante de macarrão, cabe ao fabricante de automóveis, cabe a tudo. É a lei do mercado, nobre Senador. Quem tenha trabalhado isso é o comunismo corporativista e cartorial que existe no País. A China, que é a China, que tem um gênio, que não tem cargo nenhum, chamado Deng Xiao-Ping, fez uma coisa extraordinária. Fechou politicamente, e não tenho nada com isso, mas economicamente ele abriu suas fronteiras para todas as empresas do mundo. Por que não fazem isso no Brasil?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho impressão de que a razão disso talvez esteja mais na própria força das empresas construtoras. Mas aqui faço uma consideração: como quase todas as grandes empresas construtoras hoje estão tendo a capacidade de competir em países estrangeiros, trata-se de um setor, diferentemente até de outros, em que a tecnologia brasileira e a capacitação das empresas avançou significativamente. Da minha parte não haveria objeção a que se abrisse, mas achei importante a sua opinião.

Outra pergunta: há um processo que tramita no Tribunal de Contas do Estado do Paraná contra a Prefeitura e a CR Almeida, salvo engano. Esse processo refere-se a uma obra: o eixo rodoviário em Curitiba. Segundo o relato do Tribunal de Contas, a CR Almeida e a INEPAR S.A., sócio na coordenação de programas do município, de responsabilidade do Sr. Mário Celso Petraglia, o processo refere-se a desempate técnico, tendo sido apontadas algumas ilegalidades, como: auditoria contratual para apressar as obras, com juros reais de 42% ao ano; novo prazo estipulado em 31 de março de 1992 e, em 23 de junho de 1992, data da ação, não havia sido concluída. O aditivo contratual que foi proposto recebeu parecer e foi deferido no dia 13 de junho de 1991. Isso, portanto, refere-se à gestão anterior. A parceria com a empresa INEPAR foi algo imposto devido à relação do Sr. Mário Petraglia com a Prefeitura de Curitiba? Teria sido celebrado um aditivo para apressar a conclusão da obra, com financiamento bancário a juros de 42% ao ano? A obra não foi concluída no prazo contratual? Por que se justificaria o aditivo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo, Senador Eduardo Suplicy. Essa obra em Curitiba é a mais importante obra que existe: é a Rodovia dos Trabalhadores. Sendo uma obra urbana, essa rodovia tinha que ser iluminada. A todos cabia um consórcio entre a empresa que constrói a rodovia propriamente dita e uma empresa que a

ilumina. Essa empresa INEPAR, com que fizemos o consórcio, iluminaria a rodovia que minha empresa construiria. É uma empresa que só trabalha - é uma pena dizer isso - em produtos de ponta. Está trabalhando em parte de lançamento de satélite, que o Brasil não tem. Trabalha em invenções as mais avançadas, como uma que levei agora para a China. Com relação ao juro, existe até um certo cinismo que o Governo queira pagar correção monetária com 1% e atrás de 2 anos queira que o empreiteiro vá buscar juros a 42% ao mês, é claro que eu largaria a obra enquanto o Governo não me pagasse aquilo que eu estava pagando aos bancos. Deviam também fazer a CPI dos Bancos. Não sei se respondi totalmente a sua pergunta; se não respondi, V. Exª torne a perguntar pedaços que eu não tenha respondido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sobre o PROEX. A CR Almeida alguma vez conseguiu financiamento junto ao PROEX? Como é que outras empresas conseguiram a aprovação dos seus projetos junto ao PROEX? Houve dificuldades com a CR Almeida para obter?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Prezado Senador Suplicy, esse assunto fui eu que levei ao senhor e levei todos os dados. O seu trabalho desenvolvido, acredito que junto com o ilustre Senador, um dos homens mais probos e corretos que foi atacado agora pelo Jair Meneguelli, Esperidião Amin... é o senhor que está nesse trabalho?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, foi examinado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então é o Senhor...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ambos somos Membros e diversos Senadores trataram desse assunto.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas os que eu falei foram os que eu conhecia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo.

O SR.CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senão daqui a pouco entra Jutahy e mistura aqui. Era V. Exª e o Senador Esperidião Amin. O seu ponto de vista, por incrível que pareça, sendo V. Exª de uma ala e o Senador Esperidião Amin de outra, coincidiu, porque o Esperidião Amin disse: "Cecílio, temos que obedecer duas regras: não concentrar o pouco dinheiro que o Governo brasileiro tem em poucos países - é a número um; e a número dois: esse mesmo pouco dinheiro, não concentrar na mão de poucas empresas brasileiras". Então coincidia, porque acho que falei com V. Exª, não é Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Coincidia com o seu ponto de vista e o que nós estávamos pedindo, sem saber que o senhor estava trabalhando - porque a primeira vez que lhe procurei faz um ano ou um ano e meio e agora retornou o assunto. Eu não sabia que o meu ponto de vista de não distribuir tudo em torno de dois, três países e tudo em torno de duas ou três empresas, era o mesmo que o seu e o do Senador Esperidião Amin.

Respondendo, agora, especificamente a pergunta: claro, Senador, claro que encontrei dificuldades. Eu não consegui levantar um centavo do PROEX. O PROEX passou a ser um cartel e o Governo, por ser incompetente, não proibiu a cartelização do PROEX. Acho que respondi, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor tocou, mas queria que V. Sª especificasse melhor. Se sabe dizer como funcionava o esquema para obtenção de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para obras de habitação e infra-estrutura; como era o esquema na Caixa Econômica Federal para aprovação e liberação de recursos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei e respondo para o senhor. Eu não cheguei a cumprimentar, na época, esse Presidente da Caixa Econômica.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia dizer o nome?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O nome é... Não é por maldade, mas é um nome anterior ao Danilo, quem é?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Álvaro Mendonça.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nunca estive com o Sr. Álvaro Mendonça. O Sr. Álvaro Mendonça é do Nordeste e as empresas que tiveram a totalidade do dinheiro do Fundo de Garantia são empresas do Nordeste e, dentro disso, a empresa que mais teve dinheiro do Fundo de Garantia foi a OAS. Agora, não estive presente a nenhuma reunião do Sr. Álvaro Mendonça com a OAS. Ei sei dizer o seguinte Senador: não construí um metro quadrado de construção popular, porque é uma ignomínia roubar um proletário em sua própria casa. Isso é papel para ladrão como é essa empresa que se denomina OAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No período do Governo Collor, houve principalmente dois Ministros na área da Ação Social - no primeiro período, a Ministra Margarida Procópio e, no segundo, o Ministro Ricardo Fiúza. Por exemplo, o caso que V. Exª mencionou e sobre o qual dialogamos, o caso do PROSERGE, que se havia iniciado no período da gestão da Srª Ministra Margarida Procópio e, depois, prolongou-se; foi quando fiz aquele requerimento de informações sobre o PROSERGE no período da gestão do Sr. Ministro Ricardo Fiúza.

V. Sª conhecia bem como funcionava o esquema relativamente às áreas de habitação e infra-estrutura. Isso era algo mais de responsabilidade dos Secretários do Ministério da Ação Social, de Habitação e de Infra-estrutura ou era algo muito relacionado com a Caixa Econômica Federal ou com os Ministros? V. Sª poderia especificar melhor isso, por favor?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador Eduardo Suplicy, eu o especifico. Em casa que tem chefe, quem manda é o chefe. É claro que se a Ministra

Margarida Procópio e, depois, o Sr. Ministro Ricardo Fiúza eram os ocupantes do cargo, cabe a responsabilidade integral aos dois, e são os dois que devem dizer quem fazia algo ilegal.

Sou obrigado a fazer isso; não ia fazer, mas vou fazer. Sou obrigado a fazê-lo.

Meu prezado Senador Eduardo Suplicy, hoje, vou lhe confessar que quem fez esse jornal fui eu. V. Exª me perguntou, por várias vezes, quem havia feito esse jornal, e eu neguei. Fui eu. Não queria magoá-lo, porque não era a sua forma de agir. Mas, para ladrão, tem que se agir de qualquer maneira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só para efeito de gravação, gostaria de saber se V. Sª está se referindo a um folheto que faz referência ao Deputado Ricardo Fiúza. Isso é só para efeito de identificação, de registro na gravação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu identifico. Faz referência à OAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E a OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Exª está dizendo. Fiz referência... Está aqui escrito o nome dele...Não procurei prejudicar o Deputado; eu estava à caça da OAS. Se o Presidente me permitir, gostaria de dizer que foi um trabalho do Senador Eduardo Suplicy que, num único trecho, economizou - vou deixar com o Sr. Presidente da Comissão -, isto é, foram poupados 62 milhões de dólares do Erário Público.

Foi feita uma concorrência baseada em preço básico, em desempate de nota técnica, e o Sr. Soares entregou um **jet-sky** ao Sr. Ricardo Fiúza, que não resistiu ao regalo. Comovido com o presente, que os seus filhos já estavam curtindo na Praia de Sernambi, em Pernambuco, o Ministro, então Relator-Geral, empunhou sua caneta e saiu em defesa do amigo. Num passe de mágica orçamentário, S. Exª embutiu uma emenda que garantia um sobrepreço de 62 milhões de dólares à construção de um pequeno trecho de 24 Km na BR-101 em Florianópolis, cuja concorrência, coincidentemente, viria a ser ganha pela OAS, a empreiteira do amigo Soares. O Sr. Soares ganhou a concorrência de lambuja; era mais um troco de 62 milhões de dólares dos cofres da União, quantia que daria para comprar outros 5 mil brinquedinhos iguais ao que doou ao Ministro. Coagido a devolver o presente, inclusive por parlamentares da Oposição - como o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo -, o Ministro Ricardo Fiúza argumentou: "Prefiro doar um **jet-sky** igualzinho para ser rifado por uma instituição de caridade. Não quero fazer essa descortesia com o Suarez." Quando leu a declaração do Ministro, Suarez ficou com os olhos úmidos de emoção e me disse: "Eu também não vou devolver os 62 milhões de dólares. Não quero fazer essa descortesia com o Fiúza."

Isso ia me custando cadeia, Sr. Presidente. Eu não queria alcançar a figura do Sr. Fiúza. Está tudo comprovado neste jornal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sª poderia me dar um exemplo de obra, porque V. Sª mencionou em termos gerais, mas poderia citar um exemplo de obra que tenha sido subempreitada por algo com valor da ordem de 50% do valor da licitação, para que tenhamos aqui em mente?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Senador, eu poderia citar não só um exemplo, mas seiscentos a oitocentos exemplos. É que para mim é muito difícil, porque, mesmo com a minha segurança, seis a oito homens armados, não consigo entrar na OAS. São os senhores que têm o dever de entrar na OAS e pedir os contratos com os subempreiteiros. Lá está o preço do subempreiteiro. O senhor tem o preço que ele ganhou a concorrência. Divida um pelo outro e veja qual é o percentual que ganhou a OAS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu notei, salvo engano meu, mas, na sua exposição, V. Sª condenou essa sistemática de subempreitada. Entretanto, salientou que, no caso do metrô de Brasília, V. Sª é um subcontratante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja a miséria em que cheguei, nobre Senador!

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu só queria compreender melhor. Por que é que normalmente considera inadequada a subempreitada - se não me engano, disse até que não deveria ser permitida - e, entretanto, utilizou-se da subcontratação?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E poderia citar, a subcontratação foi feita junto a quais empresas? Parece-me que é mais do que uma.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, são seis ou sete.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sete que ganharam a licitação. Poderia citar quais, por favor?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Posso, eu respondo. Talvez eu não cite todas por esquecimento.

Senador, em matéria de subempreitada, citei alguns exemplos. Eu disse que era normal a subempreitada em torno de 10% a 12%. Está na fita o que falei. Isso é um aspecto de ordem ampla.

O segundo aspecto, que é esse do metrô que V. Exª me perguntou, é que sou subempreiteiro, porque eu não tinha os documentos. Está na fita, para trás. E como - desculpe-me a falta de humildade, mas V. Exª está na presença de um dos melhores engenheiros do Brasil e de uma das melhores empresas do Brasil - deram-me a "carne de pescoço" para fazer, na hora em que quiseram me cobrar 2,5%, eu disse que não pagava.

Com relação a sua pergunta, quem estava lá, acho...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, quais são as subempreiteiras.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois é, quem está lá, acho que devem ser a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez, a Serveng-Civilsan, VIA, Odebrecht...

O SR. EDUARDO SUPLICY - E a sua subempreitada refere-se a certo tipo de obra para cada uma delas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Pegaram um pedaço, que era "carne de pescoço" e o pior pedaço e com menos verba eles deram para mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Teria V. Sª tomado conhecimento da recepção ao Governador Roriz, logo após a sua eleição, um ou dois dias após a sua posse? Por acaso, esteve nessa recepção?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo, Sr. Senador, e pediria licença ao Presidente da Comissão para responder da minha maneira, sem exagerar, mas da minha maneira.

Senador, acho Brasília uma ilha da fantasia. Segundo, só sou um empreiteiro visado e caçado para ser morto, não vou a lugar algum. Terceiro, não tenho relacionamento com o Governador Roriz. Quarto, quando venho a Brasília de visita a algumas obras, vejo nesse Governador um homem trabalhador. Quinto, esse Sr. Roriz, que é o Governador do Distrito Federal, nunca insinuou nas vezes em que estive com ele, uma ou duas vezes socialmente, nunca insinuou a menor coisa a respeito da obra em que estou. Sexto, não votei no Sr. Roriz porque sou eleitor no Paraná e não poderia, dois dias depois, vir a uma festinha, em Brasília, do Governador Roriz.

Então, não vim, não conheço e admiro muito o Governador Roriz. O senhor precisa ver o que teve o Paraná em matéria de Governador. O senhor devia se orgulhar que Brasília fosse governada por um homem, nosso colega homem, e não por um semi-homem como o Paraná foi governado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A obra da qual a CR Almeida participa, em Recife, refere-se ao Porto de Suape?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, o Porto de Suape é uma das maiores corrupções que teve neste País. Fui chamado pelo Governador Joaquim Francisco. É o seguinte: abriram a concorrência e começaram a esconder o edital. Então, fui com a minha guarda pessoal a Recife buscar o edital, pessoalmente. Pedi uma audiência ao Governador. De lá, para uma repartição pública, ficou... Era um negócio referente à administração do Porto de Suape. Ficaram três ou quatro indivíduos durante aquele calor desgraçado de Recife cinco horas me embrulhando, até fechar o expediente de se pegar o edital. No final, é claro que engrossei com eles: "Vocês estão me tapeando. Vim aqui buscar o edital. Eu pago. Quero entrar na concorrência". Não me deram o edital. Quando me deram era muito tarde até para entrar. Entrei na Justiça, e está aí. Entrei na Justiça contra isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi em junho de 92, esse episódio?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deve estar aí dentro. Entrei na Justiça mostrando o aspecto sórdido da corrupção com cara de "bom mocismo". Já haviam formado em Pernambuco, na cidade de Recife, uma capitania hereditária de obras públicas, para todos os séculos, para a OAS.

O senhor me pergunta como eu fui bem no Recife?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pergunto se a obra da qual participa hoje a CR Almeida...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participo de Suape, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perguntei qual é a obra da qual a CR Almeida participa em Pernambuco. Não participa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Participo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então! Eu queria saber qual é a obra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A obra que participo em Pernambuco é uma obra da... acho que é da Rede Ferroviária Federal, em Petrolina. Participo também, graças ao senhor, graças ao senhor...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não sei do que ...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - ...de uma pequena obra na cidade de Petrolina, de saneamento. É o PROCERGE. Foi o senhor que conseguiu mudar para preço mínimo, e eu ganhei a obra.

Agora, na minha concordata, o Prefeito ameaçou de queimar o meu acampamento porque eu estava cinco dias atrasado no pagamento do meu pessoal. Já paguei. É que eu não tinha recebido do Governo, não podia pagar. Então, são as duas obras que tenho. É muito pequena. O senhor tem, naquela lista que lhe dei, o valor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou formular a última pergunta, Sr. Presidente. Tendo sido o senhor qualificado - pelo menos há um ano e meio atrás - entre os quatro brasileiros de maior patrimônio pessoal, pela Revista **Forbes**, como é possível, tendo tal patrimônio, chegar a uma situação de entrar em concordata? Gostaria de saber se há perspectiva de saída e em que horizonte.

Esta é a pergunta final.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Primeiro, tenho grande orgulho de ser rico, mas só que sou um rico contábil. Como fui roubado no Paraná, entrei com 19 ações, briguei 14 anos e tenho direito a receber 800 milhões de dólares.

Segundo, que fiz inúmeras obras... Vocês têm aí o papel? Passo para os senhores. Depois mando o relatório... Não, está no balanço aqui, está no balanço.

Na hora em que fui traído por pessoas, desculpem-me dizer desta maneira, de esquerda, essa mulher...

Aqui tem um relatório da Price Waterhouse, que é a maior empresa de auditoria do mundo. Tínhamos 800 milhões de dólares. Aqui, Senador. Tínhamos 800 milhões de dólares. Trinta e nove milhões, mais 42, como aqui dava 722, dá 800 milhões de dólares.

Aqui há um relatório até de uma empresa estrangeira. Com mais as obras que tenho, e não pagam, 120 milhões de dólares. São obras correntes do Governo brasileiro. Então, 800 com 120... Estava em 117, quando fiz a declaração. Então, 917, mais todo um parque de equipamentos e de prédios onde a empresa funciona dá 1 bilhão e 80 milhões de dólares.

Como explico essa concordata? Explico essa concordata porque foi um verdadeiro complô de esquerda, dentro da PETROBRÁS, causado pela Srª Sueli Caldas, uma coisa assim, do jornal - já passei o jornal para o senhor - do **Jornal da Tarde**, que disse que fui multado em 590 milhões de dólares com notas frias e houve uma corrida.

Isso era uma quinta-feira e eu estava na China. Quando me passaram o fax desse jornal e me disseram que havia uma corrida de 28 milhões de dólares, disse à pessoa que estava no Brasil, que é meu sobrinho e é o Vice-Presidente da empresa, que pedisse uma concordata preventiva para dar tempo de a empresa se recompor.

Tenho certeza, Senador, que recomponho essa empresa em três meses. É ilegal dizer isso, é crime falimentar. Deixa eu mudar para o seguinte: gostaria de fazer o maior esforço possível para reverter essa concordata preventiva, que a lei me garante pagá-la 40% em um ano e 60% em dois, em prazo muito mais curto para que ninguém seja prejudicado. Não é possível que 3,8% queiram derrubar a minha empresa.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Mais alguma pergunta, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mais uma. Tenho aqui uma relação de obras da CR Almeida que, se não me engano, estão em andamento. Queria apenas a confirmação.

Primeiro, há uma obra relativa a controle de enchentes no valor de, aproximadamente, 953 mil dólares.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor sabe onde é?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Infelizmente esse não tenho. Vou citar cinco obras só para que confirme: a Barragem Norte do Rio Hercílio, em Santa Catarina: US$ 1,9 milhões.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Um minutinho. Santa Catarina... Em Santa Catarina temos Xavantina, que é um pequeno trecho de US$911 mil, do DER de Santa Catarina, naquela tabela horrível; temos o Porto de São Francisco, que um cidadão do PT entrou com uma ação popular, que perdeu, porque não tem nada; temos Caçador-Xanxerê, Caçador II, Xanxerê-Ruas. Água Doce, o senhor falou, mas é DER. Eu não tenho essa obra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu falei Barragem Norte do Rio Hercílio, Santa Catarina. Vou citar...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Só se é Barragem do Rio Sombrio...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É Rio Hercílio, se não me engano.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Essa eu não tenho, essa não é minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Assentamento em Santa Luzia, no Maranhão - US$290 mil.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Espera aí um momentinho. Maranhão: Santa Luzia. Nós temos lá de serviço, que esse Sr. Russo, um incompetente, nos deve dois milhões e ...mil dólares. Temos, sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Assentamento...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Esse, em Santa Luzia, assentamento de famílias em estradas vicinais.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Assentamento em Camaru do Norte, no Pará.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, esse... Espera aí... Pará. Deixa-me dar a resposta... Paraopeba, Paraúna... Esse, se o senhor me desse por escrito para eu ficar dono eu gostaria, porque não é meu.

O SR. EDUARDO SUPLICY - BR-010, Pará.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - BR-010, já lhe digo também. Temos e é DNER. Um minutinho... Temos. Só um minuto, Senador, para poder responder exatamente. (Pausa) Temos. O senhor está dizendo é recapeamento da BR-010, próximo a Belém. É nossa. E ganha por preço mínimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Hum.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não tem esse negócio de preço básico de nota técnica. Posso trazer o contrato para o senhor hoje à tarde. O Orlando traz e lhe mostra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em algum momento, algum parlamentar, no Congresso Nacional, teria solicitado qualquer benefício ou favor pessoal em função de fazer emendas que poderiam beneficiar a CR ALMEIDA?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Se eu acusasse, veja bem. Eu sou um artista que veio morar no sul do Brasil. Isso está muito mais para o Nordeste do que para o sul do Brasil. Se eu acusasse algum parlamentar... E juro mais uma vez em público, eu não recebi nenhuma proposta. Seria um absurdo. Vou pegar o Dr... O Deputado João Alves nunca me pediu nada. Por que vou dizer alguma coisa que a pessoa não fez? O

senhor foi, Deputado Seixas, da maior educação e maior respeito comigo e estou aqui na Comissão. O senhor tem tido até paciência e peço desculpas por aquela que eu adjetivei e não deveria ter adjetivado, o senhor me chamou a atenção, e com razão. Por que vou dizer, para ser agradável, que dei alguma coisa a algum Deputado? Eu não fiz.

Senador Suplicy, o senhor me permita. Sou um defensor seu. Não me afeta tudo isso que o senhor está levantando aí.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É meu dever perguntar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei que é seu dever.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor sabe.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas mal informado em algumas coisas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho que formular as perguntas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Mal informado... O senhor é um homem exato. Tenho o maior respeito pela sua figura e por seu Gabinete. Agora, era a mesma coisa de dizer: "Cecílio, você esteve lá no Gabinete do Senador Suplicy..." e se levantassem alguma coisa, como seu eu tivesse sentido alguma coisa errônea. Eu seria o seu maior defensor, aqui e em qualquer lugar. Por que eu tenho que dizer se não houve, se houvesse eu diria: olha, ladrão é o Deputado fulano de tal, o cara quis me morder, já estive face a face com a corrupção. Sei quanto sórdido é o cara que se insinua a ser corrupto, ele é um pouco pior que o corruptor, e o hábito que está existindo, que é o que o senhor deve notar, é que estão se oferecendo para serem corruptos. Houve uma época em que o corrupto punha o corruptor na parede.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Obrigado. Só encerrando, sinto-me em casa e verdadeiramente feliz de poder cooperar com a Subcomissão de Orçamento, com tão ilustres membros. Vou-me referir a duas pessoas que são as que estão presentes, que são o Deputado Sigmaringa Seixas e o Senador Eduardo Suplicy. Fui tratado da melhor forma possível, deram-me todas as oportunidades, o senhor não pode imaginar o quanto isso é útil para mim, porque estou sendo tratado como se eu fosse um doido. V. Exªs devem ter notado que não sou, sou um homem claro, aberto, e a felicidade que encontro em 63 anos de idade, tendo 6 filhos, 5 Engenheiros Civis, e uma moça, Engenheira Agrônoma, que estão angustiados pensando no que eu vim fazer aqui, nesta Comissão. Vim cumprir meu dever de cidadão.

Vim, não à procura de uma vingança contra esses dois senhores da Bahia, da OAS, mas para dar um paradigma da corrupção, e, com este paradigma, da maneira que estou explicitando aos senhores, os senhores mudam o Brasil, mudam, tenho certeza de que haverá uma mudança no Brasil. Creio que o meu papel, por menor que seja, é um papel que deve, pretendo eu, depois, vou pedir seu testemunho, Senador, é ter cooperado, não deixei de respónder uma única pergunta, por mais aparentemente desagradável que fosse.

E, por último, tenho pelo Senador Bisol um grande respeito, vi o quanto ele foi massacrado na eleição passada, eu não votaria nele, estava com Lula, não votaria nele, é um absurdo o que fizeram com o Senador Bisol. Agora, Senador Suplicy e Deputado Seixas avisem ao Senador Bisol que isso aqui é um absurdo e uma tolice, é pôr muito mal a CPI. E avisem também a um outro ilustre Senador, por quem tenho o maior apreço, que é o Senador Passarinho, que isso tudo é uma tolice, deve ser melhor examinado porque não tem fundamento, estão expondo os empreiteiros, o meu nome, sem necessidade, isso aí é uma baianice, é um negócio tão tolo, por favor, não levem adiante isso, antes de examinarem o fundamento. Muito agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Esta Presidência agradece a presença do Dr. Cecílio Almeida, e reafirma que a Subcomissão fará uma avaliação do seu depoimento e, se for o caso, V. Sª poderá tornar a ser convocado para prestar depoimento ao Plenário da CPI.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 55 minutos.)

DEPOIMENTOS E REUNIÕES

18/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado José Geraldo;
19/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado Genebaldo Correia;
20/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado Manoel Moreira;
23/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado Féres Nader;
24/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado Fábio Raunhetti;
25/11/93 - Depoimento do Sr. Deputado Sérgio Guerra.